Edson Passetti
Silvio Gallo
Acácio Augusto
(Orgs.)

anarquistas na américa do sul

Vol. 2

Anarquistas na América do Sul

VOLUME 2

Edson Passetti
Sílvio Gallo
Acácio Augusto
(Organizadores)

Anarquistas na América do Sul

VOLUME 2

Edson Passetti; Sílvio Gallo; Acácio Augusto [Orgs.]

Anarquistas na América do Sul. Vol. 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 237p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-85-7993-872-6 [Digital]

1. Anarquistas. 2. América do Sul. 3. Pesquisadorxs libertárixs. 4. Embates literários. I. Título.

CDD – 370

Capa: Petricor Design
Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828
Revisão: Márcia C. Lazzari e Tariana Leal Falciroli
Diagramação: Diany Akiko Lee
Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2022

Sumário

Apresentação

Este ebook se desdobra do encontro *Anarquistas na América do Sul,* organizado a partir de uma livre associação entre três núcleos de pesquisa (Nu-sol, Lima e Lasintec). O objetivo foi atiçar conversações entre pesquisadorxs libertárixs de várias localidades da América do Sul acerca das lutas e das práticas experimentadas na região, assim como dos diversos temas que atravessam os anarquismos.

Inventá-lo foi também um modo de juntar e expandir conversas e relações em meio ao isolamento social decorrente da chamada pandemia. Quando pensamos nestes embates libertários e no que urge no presente, muitas questões e assuntos aparecem, alguns ainda sem muitos desdobramentos em pesquisas acadêmicas. Frente ao que se apresentou no encontro e agora é publicado em livro, temos um registro de como certxs libertárixs pesquisam e pensam o presente nesta região do planeta. Marca-se um recorte pelas diferenças na multiplicidade dos anarquismos. Os escritos que aqui estão trazem os pensamentos e pesquisas daquelxs que se aproximaram para discutir e realizar juntxs o encontro.

Olhar para as formas que este encontro ganhou, em suas quatro rodas de conversas e quatro mesas realizadas semanalmente, evidencia potências e desafios. É uma maneira de nos revirarmos e encararmos nossas práticas e a nós mesmxs em nossas relações e no trabalho de pesquisadorxs libertárixs. E é aí que também se pode anarquizar xs anarquistas e os anarquismos agora.

Anarquistas na América do Sul foi uma experimentação de liberdade que abriu novos percursos, como a organização desta publicação pensada para circular em meio digital, de modo a atingir mais IP’s, cadastrados também em outros continentes. Em português, em espanhol, compondo a escrita com imagens, vídeos,

sons, espera-se que um pouco dos anarquismos ao sul da América chegue a outros ares e espaços.

Saúde e Anarquia!

Diego Lucato, Flávia Lucchesi, Gustavo Vieira, Rafael Limongelli, Thaiane Mendonça e Vitor Osório

Ao sul da imaginária linha do equador

"Não existe pecado do lado de baixo do Equador". Ao ler essa frase, certamente ressoa em sua cabeça a canção de Chico Buarque e Rui Guerra, da peça *Calabar*; mas, provavelmente, o eco seja o da voz de Ney Matogrosso, que a cantou com evidente malícia, deixando o verso ainda mais delicioso. A fonte de Chico ao compor foi seu pai, Sérgio Buarque de Holanda, que numa nota de rodapé de *Raízes do Brasil* cita a expressão em sua versão latina: *Ultra aequinoxialem non peccari*, comentando que durante o século XVII era uma expressão corrente em terras europeias. O dito pode ser interpretado pelo menos de duas maneiras: de um lado, pode-se pensar que depois do Equador, no hemisfério sul, há uma "terra sem males", na qual não existe pecado, uma espécie de idílico jardim do Éden, que provocava corações e mentes europeus, enchendo-os de fantasia; de outro lado, pode-se ler a expressão afirmando que do lado de baixo do Equador há uma terra sem lei e sem ordem, na qual os "conquistadores" podem agir sem temer punição. De ambos os lados, o julgamento cristão, o massacre em nome de rei, lei e fé.

Começamos assim a apresentação deste livro, uma reunião de escritos de anarquistas que habitam terras sul-americanas, para sub-verter o verso da canção, afirmando: "há anarquismos do lado de baixo do Equador". O livro foi agenciado a partir de fluxos de desejo e quereres para juntar anarquistas sul-americanos para pensar pessoal e coletivamente em vereda libertária problemas que nos atingem, atiçam e movem neste continente e no planeta, para atravessarmos e sermos atravessados por militâncias, militantismos, pensamentos, agitos e quetais produzidos por aquelas e aqueles que apostam naquilo "que não tem governo nem nunca terá". [E vivem.]

Encontros “em linha” nestes tempos pandêmicos de segregacionismos securitários acenderam a brasa dos debates calorosos que incendiaram manhãs e noites em torno de temas e conversas que colocaram em tela, mas também nas bocas e nos olhos, inundando os corpos, práticas libertárias, as mais diversas e múltiplas, experimentando potencialidades de vidas anarquistas nesta porção sul do planeta.

Circulando em torno de cultura e educação libertárias, terra-revolta, vida-artista e escândalos libertários, vozes anarquistas falando em português e falando em espanhol com diversos sotaques (em ambas as línguas) circularam e agenciaram ideias, desejos, sonhos, quereres e ações. As palavras que não pairaram no ar se materializaram em textos que agora estão nestas páginas, de modo a impacientar mais pensamento, mais desejo, querer e mais agitos.

Na organização do livro, foi preciso escolher textos de companheiras e de companheiros que participaram nas conversações, visto que a materialidade das páginas não permite que todos caibam. As escolhas foram sempre coletivas e debatidas, procurando oferecer aos leitores um panorama múltiplo, amplo, diverso, evidenciando a riqueza dos pensamentos anarquistas e das vidas anarquistas em terras sul-americanas. A escolha foi também de uma “ordem” dos capítulos, de modo a produzir agenciamentos entre os textos. Não há, porém, hierarquia entre os capítulos, que não são numerados. Pensou-se em certas alianças ao colocar os textos mais próximos de uns e mais distantes de outros; porém, cada leitor pode fazer suas próprias alianças entre textos, inventando outras “ordens” possíveis, lendo-os e produzindo seus próprios fluxos.

Nestas páginas, vidas anarquistas pulsam cheias de tesão pela liberdade, atiçando modos de vida outros em relação aos panoramas capitalistas neoliberais que querem se colocar como exclusivos. Amor livre; anarquia cotidiana; arquivos anarquistas; autoformação; conjuração do Estado; convivialidade rebelde; cultura e sociabilidade libertárias; dissidências; educação libertária; existências queer libertárias; imprensa anarquista; insurreições;

levantes contrassistêmicos; língua anarquista; política e participação; produção de mundos; racionalismo e afetividade na educação; revoltas; segredos dos outros; teatro anarquista; teatro operário; territorialidades dissidentes; vegetarianismo; vidas singulares: tudo isso (e sempre um pouco mais) pulsa e vibra nessas páginas.

As experimentações aqui desenvolvidas dialogam com filosofias, ciências sociais e políticas, histórias; pedagogias; artes; arquivísticas; olhares para as ruas, os computadores e as ações populares, para o ontem e para o hoje, evidenciando a produção de heterotopias anarquistas com humor e dilacerando os chamados por cotidianos tópicos e distópicos.

Sim, há anarquismos e anarquistas do lado de baixo do Equador, fazendo proliferar vidas, pensamentos, desejos, quereres e ações. Começamos com um verso, terminamos com outro, da mesma canção: “Quando é missão de esculacho, olha aí, sai de baixo. Eu sou embaixador”. Anarquistas sul-americanos esculacham a vida capitalística neoliberal, incendeiam a moral e os bons costumes da “gente de bem” que aterroriza o planeta com seus fluxos de morte e se dispensam de diplomatas. Ao fazê-lo, convidam para novas alianças, para a construção de ações pessoais e coletivas que afirmem o tesão da vida livre.

Silvio Gallo, Edson Passetti e Acácio Augusto

O Borda:
página impressa como imaginário sobrevivente

Fernanda Grigolin

Para sobreviver em borda
você deve viver sin fronteras
ser uma encruzilhada[1].
(Gloria Anzaldúa)

O jornal tem na sua efemeridade a propagação de um escrito para ser lido: uma página para ser vista no papel cru passado de mão em mão. O texto enxuto é trabalhado para e com o formato; suas linhas e colunas são construídas para a sequencialidade entre capa, páginas e contracapa, o que permite ao impresso ser lido aberto em páginas duplas, fechado página a página ou dobrado acompanhando suas colunas ou pedaços de textos. O jornal pode ser: um impresso de natureza institucional sob preceitos culturais e/ou jornalístico/noticioso; um impresso denominado independente que cria estratégias cada vez mais próximas ao mercado editorial e suas formas de visibilidade e distribuição; ou um impresso sobrevivente: aquele que se publica como forma de ação e extensão de uma prática. O impresso sobrevivente só existe como materialização impressa de um "imaginário sobrevivente"[2].

Reconhecer na prática publicadora a existência de um imaginário sobrevivente (ou de imaginários sobreviventes) nos

[1] Tradução nossa a partir de um fragmento de *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza* (ANZALDÚA, 2012).
[2] "Imaginário sobrevivente" é um termo de Rían Lozano para discorrer sobre cultura visual *cuir* (2021).

permite olhar para as *corpas* invisibilizadas pelo Estado e pelo aparato institucional estabelecido. As *corpas*[3] são invisibilizadas dia a dia por serem dissidentes, por serem racializadas, por serem pobres, por serem *cuir*[4], por serem gordas ou por realizarem uma ação pública que não se adequa à norma[5].

A proposta deste artigo é olhar o *Jornal de Borda* por meio de narrativas e visualidades existentes na vida e com vida. Os impressos sobreviventes não estão separados do cotidiano, da luta e da disputa diária.

Os impressos sobreviventes não dependem da existência de uma feira de publicações ou de um nicho de mercado; eles não pretendem criar uma tendência futura de arte, eles não são publicações independentes. Os impressos sobreviventes propõem outras narrativas e visualidades não apenas como escolhas técnicas de design, ou apenas escolhas que advêm de tendências que dizem o que vende mais no momento[6]. Os impressos sobreviventes são construídos com e desde *as corpas*.

---

[3] Pessoas trans, gordas e dissidentes cada vez mais se utilizam da palavra *corpa* no feminino para marcar a dissidência e suas expressões artísticas que realizam a corporalidade como lugar.

[4] "*Cuir visibiliza y da voz a unas políticas lingüísticas de supervivencia y alianza de los trans/border/messtiz*/marica/lesbiana!vestida/put*/tullid*. Cuir representa una ostranienie (desfamiliarización) del término queer, es decir, una desautomatización de la mirada lectora y registra la inflexión geopolítica hacia el sur y desde las periferias en contraofensiva a la epistemología colonial y a la historiografía angloamericana. Así, el desplazamiento del queer al cuir refiere a un locus de enunciación con inflexión decolonial, tanto lúdica como crítica*" (VALENCIA, 2015: 31).

[5] A ideia não é dividir as diversas expressões em compartimentos estanques , e sim olhar a diversidade de expressões e gestos corporais por meio de um olhar interseccional situado e localizável, sem cair em jogos generalizantes ou universalistas ou homogeneizantes. Para o texto baseou-se no transfeminismo de Sayak Valencia já que tem uma proposta interseccional muito interessante para pensar os imaginários sobreviventes.

[6] As publicações são fruto de um trabalho. Nelas está contida também a natureza comunicacional e a escolha de projeto gráfico e *design* como um traço dessa natureza, mas as publicações vão muito além de uma mera tendência para e com o mercado.

O *Jornal de Borda*, desde a sua edição de número 5, tornou-se mais próximo das práticas sobreviventes, e sua experiência publicadora será usada como exemplo e relacionada com possibilidades impressas latino-americanas e dos estudos de cultura visual. A proposta de estudos visuais (LOZANO, 2021) dentro e a partir do Sul enfrenta um duplo desafio: desvelar o hegemônico, compreendendo mecanismos de produção de opressões e alegações universalistas, e apresentar a produção de outras formas de expressão.

O *Jornal de Borda* nasceu em março de 2015, lançado em uma Feira Plana na mesa da Tenda de Livros. Na época, a ideia era fazer um jornal de arte contemporânea com participações de brasileiros e latino-americanos[7]. Naquele momento, o *Borda* ainda tinha um lugar – o do livro de artista –, e baseava-se no pensamento impresso do artista conceitual mexicano Ulisses Carrión. Na sua obra clássica *A nova arte de fazer livros* (2011), Carrión questiona o livro como um objeto literário e vinculado a um nome, um autor: aquele que está posto na capa. Segundo Carrión, o livro é uma "sequência autônoma de espaço-tempo" (2011, p.12). O *Jornal de Borda* nasceu da perspectiva de pensar a narrativa, a sequencialidade e o espaço da página para serem impressos, dando ao texto e à imagem o mesmo peso. Uma imagem pode ser conhecimento, não apenas ilustração de um texto.

Não era apenas o *Borda* que tinha Carrión como inspiração, o início da Tenda de Livros na rua inspirava-se muito no projeto de livraria de Carrión: Other Books and So[8]. Uma livraria de

---

[7] A minha amizade com o professor e artista conceitual argentino Juan Carlos Romero foi primordial para o nascimento do *Jornal de Borda*. Juan Carlos participou de duas edições do periódico (a 1 e a 5)

[8] Um espaço para exposições, colaborações, performances e para a formulação e publicação de livros de artista. Mais tarde, tornou-se um arquivo. Com relação ao arquivo, Carrión comentou que: "A arte tradicional envolve um grande número de especialistas: o artista, o dono da galeria, o crítico de arte (...) enquanto aqui o artista é responsável por todos estes elementos, para mim um arquivo é a tentativa de tornar essa realidade possível, é por isso que eu considero um arquivo para ser

publicações como um lugar expositivo que convida ao toque, à leitura e aos demais sentidos. A Tenda de Livros terminava como projeto de circulação na rua e virava uma biblioteca itinerante entre Brasil e México, e o *Jornal de Borda* poderia ocupar uma das intenções da própria Tenda: ir ao encontro das pessoas, sem a necessidade de ser um espaço próprio de arte e com artistas.

O nome *Borda* é uma homenagem à Gloria Anzaldúa, pensadora e escritora feminista chicana *sobrevivente* e fronteiriça. Mesmo sendo o nome completo *Jornal de Borda*, teve como apelido *O Borda,* que tornou-se seu nome nas edições 7 e 10. O *Borda* (sem *Jornal de* e com a inclusão do artigo definido *o*) remete aos periódicos anarquistas do passado, como *A Plebe*, *A Lanterna*, que tinham seus nomes pensados com um artigo definido e um substantivo, mas com a estranheza de um erro de concordância já que o correto seria *A Borda*, porém o apelido foi sempre no masculino devido à palavra *jornal*.

Periódico como encruzilhada

Duas formidáveis correntes se entrechocam e se desafiam rudemente: o passado não cede, facilmente, o lugar ao porvir.
Forças igualmente grandes, igualmente poderosas se arregimentam e se armam na defesa de seus princípios e vêm bater-se na arena social.
Estamos em frente de dois exercícios majestosos.
Um tem, forçosamente, de ceder tudo ao outro, em uma transmutação de valores morais. São incompatíveis o dogma e o pensamento livre, o princípio de autoridade e o princípio de liberdade, o preconceito e o bem-estar pessoal.
É a encruzilhada.
É preciso decidir friamente e optar por um ou por outro dos dois exércitos combatentes.
(Maria Lacerda de Moura)

Olhar as publicações em um contexto da cultura visual traz em si sua natureza transdisciplinar, pois os impressos não são apenas ferramentas transmissoras e com uma única finalidade de uso,

---

uma obra de arte (...). Ele não tem um limite de tempo, um arquivo sobrevive indefinidamente", tradução nossa (CONWEL, 2002).

como seriam os feitos para serem lidos (os literários), os feitos para portarem palavras que ensinam (os educativos) ou feitos para serem ferramentas expressivas e gestuais (as tais publicações de artista). As publicações possuem usos diversos, elas também são as relações de seu projeto editorial, do seu modo de impressão e do pensamento impresso e visual do grupo que as pensaram.

O *Jornal de Borda* 06, lançado em março de 2019, foi uma tentativa transdisciplinar de edição. Sob o tema Fronteiras e Encruzilhadas, a narratividade da página, sua sequência e espacialidade foram pensadas para produzir quatro momentos no jornal, extravasando suas fronteiras e o limite da dobra.

Figura 1: Vídeo mostra o manuseio do *Jornal de Borda 6*.

Trechos de Glória Anzaldúa (*Como domar uma língua selvagem*, 2009) e de Maria Lacerda de Moura (*A mulher é uma degenerada*, 2018) foram o pano de fundo das pautas de páginas da edição. Pessoas foram convocadas a olharem para o pensamento dessas duas mulheres com o tema "Fronteiras e Encruzilhadas": conceito que se espalha editorial e graficamente. Uma publicação é seu formato em comunhão com seu conteúdo e o *Borda* nesta edição contou com o trabalho da designer Lila Botter.

A página e sua dobra foram temas do projeto índice de Edith Derdyk, e as linhas, que se espaçam e se contraem ao longo de dezesseis páginas e oito passagens[9], pulsam ao se avizinharem com outros trabalhos que falam das localidades geográficas e fronteiriças, das *corpas* e saberes artísticos e urgentes LGBTs, do plágio como elemento estético, da justaposição de paisagens, da urgência indígena, do feminismo negro e interseccional, da língua que são várias, da história de vida de mulheres, da rebeldia e da resistência feminista autônoma na Nicarágua e de Exú. A comunicação e paciência de Exú e suas cores preto e vermelho relacionam-se com todo o jornal e também com seu miolo mais numeroso: aquele que possui como encruza os fac-símiles.

As edições fac-símiles de dois periódicos de mulheres anarquistas – *O Nosso Jornal* (1/5/1923) e *Nuestra Tribuna* (15 de setembro de 1922) – são cruzadas por participações de pessoas que se debruçam sobre o anarquismo e os anarquistas[10].

---

[9] Os trabalhos que participam são de: Fran Favero; Ingrid Hernandez, Nathanael Araújo, Lívia Auler. Valeria Mata, Rafaela Jemmene, Jaider Esbell, Denilson Baniwa, Paula Berbert, Daniel Dinato e Beatriz Lemos; Beatriz Lemos e Cecília Floresta; Ana Gagliardo, Adriana Caló e Bia Varanis; Paula Monterrey com Marlen Chow Cruz, Andrea Mendes e Andrea D'Amato.

[10] Laura Fernández Cordero, Lucia Parra e Samanta Colhado Mendes escrevem e são consultoras das edições fac-símiles. Contamos também com a participação de Angela Roberti, Elena Schembri, Flor Pastorella, Ingrid Ladeira, Ivanna Margarucci, Las Piteadas, Nayeli Morqueto Estrada e Thiago Lemos, que possuem estudo sobre o tema e foram convidados para escreverem biografias ou trazerem seus trabalhos artísticos sobre as mulheres que pesquisam. O escritor e artista Pepe Rojo apresenta algo da pesquisa coletiva sobre as ações magonistas, realizadas há mais de cem anos na fronteira californiana do México com os Estados Unidos. A artista anarcotransfeminista Bruna Kury está com sua pesquisa sobre a fronteira da *corpa*, e os artistas Abraham Ávila, Priscila Costa Oliveira com Cynthia Werner e Raquel Stolf dialogam em seus trabalhos com questões como fim das fronteiras, apoio mútuo e horizontalidade. Participei, além do pensamento editorial e conceitual que é imenso, com trabalhos que trazem a narradora do meu doutorado (*Sou aquela mulher do canto esquerdo do quadro*) e sua amiga nômade e escritora de cartas (Tita Mundo). Maria Lacerda de Moura também se presentifica com a tradução ao espanhol de sua biografia e o projeto de respostas a ela, *Vamos mais*

Figura 2: Capas de *O Nosso Jornal* e *Nuestra Tribuna* divididas e com as medidas de cabeçalho e colunas, mostrando no formato que um cita o outro.

O *Nosso Jornal* foi um jornal-manifesto de edição única em 1º de maio de 1923. Escrito por mulheres anarquistas e para mulheres, ele seguia formato e padrão próximos aos de *Nuestra Tribuna*: cinco colunas, cabeçalho com data, informação editorial e informação sobre o preço; nesse caso, é de distribuição gratuita. Textos ficcionais – como crônicas, contos e poemas unem-se a artigos de opinião e editorial; estampam-se uma gravura sobre o Primeiro de Maio (um homem retirando suas correntes) e citações; não há cartas. Esse jornal também divulgou um texto de Maria Lacerda de Moura para informar elogiosamente a existência da revista *Renascença*, que também nasceu naquele ano, e trazia trechos contundentes dela sobre como a tirania chega ao poder por meio da multidão, exemplificando com o caso de Mussolini.

Dois dos nomes que assinam textos são do grupo criador de *Nuestra Tribuna*: Fidela Cuñado e Juana Rouco, que seguramente

---

longe, desenhado por Laura Daviña com vozes de Carolina Ressurreição, Flor Pastorella, Itzell Sánchez Martínez, Liana Alice, Roxo e Negro Publicações.

enviaram suas participações; há também o texto de Clementina de Biagiotti, que aparece em ambos os periódicos, o que demonstra textualmente que as anarquistas cariocas eram leitoras do periódico argentino e ele chegava até elas impresso.

O *Nosso Jornal* foi realizado pelo Grupo pela Emancipação Feminina, e no editorial elas contam um pouco a história do grupo, que se despede com esse jornal:

> Confiamos que a revolta feminina explodirá um dia e realizará a obra da regeneração da humanidade porque a emancipação da mulher será o principal fator para a formação da Sociedade Futura! (O Grupo pela Emancipação Feminina. "Ao Público", Editorial de *O Nosso Jornal*, 1º maio de 1923).

Nuestra Tribuna

Editado pela primeira vez em 15 de agosto de 1922, *Nuestra Tribuna* nasceu em Necochea e seu encerramento ocorreu por volta de 1º de julho de 1925, na cidade de Buenos Aires. Diagramado em quatro páginas e cada uma dividida em cinco colunas, sua circulação era quinzenal, com tiragem de aproximadamente 2.500 exemplares. Nasceu da necessidade de expressão das mulheres anarquistas, e foi realizada intensa divulgação antes de ser impresso, pois, como elas mesmas informaram na primeira edição, o periódico começa com mil mulheres assinantes.

Os propósitos da tribuna compartilhada eram sociais, pois "a emancipação que nós, mulheres livres, propiciamos é social, nitidamente", informam. Elas dizem que os textos pretendem ser simples e de fácil entendimento e desejam alcançar e atuar conjuntamente com o movimento anarquista de países vizinhos, citando Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Peru.

Elas se referem carinhosamente à *Nuestra Tribuna* como uma "hojita", desde quando era apenas um projeto. E essa folhinha é o lugar de sentir anárquico delas, lugar no qual reverbera seu sentir anárquico de vozes rebeliônicas. A tônica geral do jornal traz

questões relacionadas ao trabalho feminino, à luta anticapitalista e à luta anticlerical, cartas e referências a grupos de mulheres.

O jornal priorizava artigos escritos por mulheres, preferindo não ter pseudônimos como assinaturas. Mulheres anarquistas como Soledad Gustavo, Teresa Claramunt, Federica Montseny, María Magón e Maria A. Soares publicaram em *Nuestra Tribuna*, incluindo artigos, cartas e poemas de muitas outras. Uma das cartas publicadas, por exemplo, é de Luisa Parro de Venado Tuerto: comenta que iniciaram, inspiradas em *Nuestra Tribuna*, o Centro Libertário Feminino Amor e Vida. Na edição número 8, o artigo de opinião de Maria A. Soares[11] desconstrói e subverte o significado inicial da seguinte frase do presidente da Argentina Marcelo Alvear, de quando esteve no Brasil para as comemorações do centenário brasileiro, sobre a relação entre os países ele diz: "tudo nos une, nada nos separa". A frase é o mote para aplicar na luta anarquista transnacional e dizer que nós, brasileiros e argentinos, nos unimos, pois temos as mesmas dores, sofremos as mesmas humilhações, vivemos as mesmas misérias e temos as mesmas aspirações. E nada nos separa, nem os antagonismos, nem as disputas comerciais. "Adiante pela Anarquia", finaliza o texto.

O editorial da edição de número 3, de 15 de setembro de 1922, denominado "Abriendo surcos", refere-se ao próprio trabalho de *Nuestra Tribuna* e a sua distribuição. Ao choque de algumas pessoas que recebem o jornal e dizem: "Nossa, apenas mulheres". Mas elas informam: "vamos abrindo sulcos e lançando sementes com a certeza de que os frutos serão exuberantes"[12].

---

[11] Maria A. Soares é Maria Antônia Soares: militante anarquista atuante na Primeira República. Ela e Juana Rouco tiveram seus caminhos cruzados em diversos momentos. Em 1915, quando Juana viveu no Brasil, e depois com a participação de Maria A. em *Nuestra Tribuna*. Ver: LUDMILA, 2021.

[12] Tradução nossa a partir do editorial da referida edição.

A tipografia: publicar a si e as outras mulheres – *O BORDA* como tribuna impressa

O governo é a reação, é o princípio de autoridade contra o princípio de liberdade. Isso, para mim, é tão claro que não chego a compreender como grandes consciências ainda esperam algo dos governos.
(Maria Lacerda de Moura)

Em julho de 2019, foi lançado o *Jornal de Borda* 7, *O Borda*. Ele possuía oito páginas e foi impresso em duas cores: preto e vermelho. A diagramação foi pensada para homenagear os jornais de cem anos atrás em que os textos foram verticalizados em colunas. No topo na capa, informava-se ser uma compilação e havia dois quadrados com dizeres anarquistas (muito comuns nos jornais que pesquisei, como se fossem uma “exibição” da missão do próprio jornal): um deles retirado da edição número 3 do *Nuestra Tribuna*: “La inferioridad mental de la mujer es una mentira teológica, repetida y propagada por todas las congregaciones religiosas y jurídicas”.

A capa de *O Borda*, primeira página, trouxe um editorial, escrito por Juana Rouco Buela, retirado da última edição, 39, de *Nuestra Tribuna*, de 1º de julho de 1925 – “O porquê de um congresso anarquista feminino”, e a primeira parte de um artigo, chamado “Triunfo efêmero”, de Maria A. Soares, publicado na edição 58 de *A Plebe*, de 27 de março de 1920. Na página 2 o texto de Maria A. Soares continua, e um texto atribuído a Margarita Ortega, publicado postumamente na edição 139 de *Regeneración*, de 3 de abril de 1919. Na página 2 inicia o texto de Maria Lacerda de Moura denominado “Sandino”; texto principal do jornal, trabalhado em sete colunas e avança na folha impressa; o original saiu na edição 4.915 de 16 de janeiro de 1929 de *O Combate*. As páginas 3, 4, 5 e 6 são um suplemento feito completamente em tipografia, inspirado nos suplementos de jornais do século passado que faziam cadernos imagéticos[13].

---

[13] Os cadernos fotográficos passaram a existir na imprensa com a entrada da rotogravura no final dos anos 1920. *O Estado de S. Paulo* lança um suplemento

Figura 3: Vídeo com detalhes do *Borda 7*, misto de offset e tipografia.

O *Borda* é um lugar de confluência de vozes e de tempos. Mulheres que escreveram e pensaram sua época por meio de um ideário anarquista, refletindo sobre sua condição feminina e sua emancipação. Elas compreendiam o contexto político latino-americano (tanto Juana Rouco quanto Maria Lacerda de Moura falam da América Latina e do imperialismo dos Estados Unidos, por

---

fotográfico impresso com essa técnica de alto padrão e altíssima tiragem na qual a imagem é gravada no cilindro diretamente. A relação da fotografia com os impressos nos primórdios era realizada de forma artesanal e com a junção de processos químicos, mecânicos e artesanais. O uso de fotografia nos jornais é da década de 1910, contudo são fotos de arquitetura sobre a cidade que ganham mais destaque. Fazia-se a impressão fotográfica a partir de uma matriz, provavelmente um negativo de vidro. Depois há a passagem/a reprodução disso e sua aplicabilidade nos métodos tipográficos (por meio de clichês de zinco, a impressão mais provável de *A Plebe*, ou por autotipia também conhecida como similigravura, meio-tom ou meia-tinta: a partir de uma fotografia) ou litográfico (gravação na pedra, mais utilizada em grandes tiragens de cunho publicitário e em revistas também de grande tiragem). Esses métodos eram os mais prováveis, pois a entrada da rotogravura no Brasil se deu no final dos anos 1920 e do offset, mesmo sendo de 1922, apenas em 1936, quando se passaram a importar máquinas gráficas dos Estados Unidos. A implementação da clicheria em moldes populares em São Paulo ocorreu em 1928, pela Bremensis, e mesmo a fotografia de rua era um elemento escasso naquela época (ANDRADE, 2003; SODRÉ, 1999).

exemplo), eram críticas ao feminismo e expunham que o lugar de luta das anarquistas não era o mesmo que o das Ladys sufragistas (no caso de Maria A. Soares ao falar de Lady Astor, realizavam crônicas e poemas (Margarita Ortega e Pepita Gherra). Contudo, a compilação não teve nenhuma pretensão de ser um lugar definidor ou definitivo sobre a escrita das mulheres publicadoras nem das demais mulheres anarquistas; é um bom espaço impresso para pensar produções postas juntamente em edição.

Prenúncio de uma era nova e (re)impressão de um passado: *A Plebe*

Eis *A Plebe*, com tiragem de 5 mil, que foi abrigada pela quarta edição do *Jornal de Borda*, de fevereiro de 2017. Para a realização do fac-símile, procedi a um estudo de formato e escaneamento de pedaços delicadamente. Na época eu fazia um estágio dentro do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), como parte do doutorado.

A sexta edição de *A Plebe* é um lugar de expressão, pois ela se relaciona com um grupo comunitário em ação que tem um objetivo comum: o direito à vida. Ela é também um lugar de registro e edição da memória, pois cabe às pessoas trabalhadoras contarem a sua própria história, seja por meio de textos, organização espacial destes numa página tipográfica, ou mesmo acrescentando um elemento fundamental: a fotografia realizada no momento da Greve, símbolo da urgência, e por isso posta em primeira página. A fotografia "comprova" a existência de um evento e da atuação de milhares de pessoas, ela diz: isso foi[14]. Assim, não basta dizer que houve uma multidão, deve ser mostrado imageticamente o "aspecto da multidão que acompanhou o enterro do companheiro Martinez, quando estacionada na Rua 15 de Novembro", como informa a legenda da imagem de capa.

---

[14] Frase que Barthes usa para denominar o caráter factual da fotografia, o *studium*, o evento.

Figura 4: Capa de *A Plebe* de 21/07/1917.

A PLEBE

Toda a correspondencia a EDGARD LEUENROTH

Endereço: Caixa Postal, 195 — S. PAULO - (Brasil)

ANNO I — NUM. 6

21 de Julho de 1917

PUBLICA-SE AOS SABBADOS

PRENUNCIO DE UMA ERA NOVA

O proletariado em revolta affirma o seu direito á vida

Colossal movimento de protesto – A imponente grève geral paralysou toda a vida da cidade – A plebe faminta praticou a expropriação – Os cerberos dos ladrões do povo deram largas á sua furia vandalica – Assassinatos, espancamentos, assaltos a associações e a domicilios – estiveram na ordem do dia – Os obreiros, apesar de tudo, conseguiram a sua primeira victoria – E' preciso, porem, estar álerta, para não serem victimas de uma torpe traição.

Como foi suspenso o movimento

MÃOS Á OBRA

União Sagrada!

A' guisa de ultimatum

Alerta!

Porque não sahiu "A Plebe"

As barricadas

Quantos são os mortos?

Como foi acceita a intervenção dos jornalistas

Pró-victimas da greve

A fotografia na folha de capa que mostra o evento e a sua magnitude, fez com que a edição circulasse rapidamente entre as pessoas, por isso a realização do formato impresso em tiragem é uma prática eficaz. Após impresso, o jornal é um lugar de circulação de ideias e um instrumento poderoso de propaganda anarquista entre os que estão no lugar (São Paulo) e os companheiros de outras localidades (cidades ou países).

O jornal é o encontro com a prática militante e a ação das pessoas anarquistas publicadoras do antes e do hoje como uma forma continuada no tempo; o jornal é uma informação sobre a cultura visual, as formas de ler e as escolhas editoriais de um corpo coletivo, que pensou conteúdo e forma em conjugação, como partes de uma estratégia publicadora.

Um periódico libertário de cem anos atrás é um documento que pode circular, mostrando a natureza expressiva e de comunicação de um tempo. Ao ser retirado do arquivo (no caso o AEL) e devolvido para a circulação, *A Plebe* dialoga com a natureza do próprio arquivo, por ser ele, segundo Derrida, "um penhor e, como todo penhor, um penhor do futuro" (2001, p.28). O sentido do arquivável começa onde se imprime (no caso, a tipografia) e no impresso (no caso o jornal), tendo uma relação intrínseca entre o arquivável (o que se vai guardar) e o arquivante (que realiza a ação de guardar).

Assim, num periódico como *A Plebe* há uma questão tecnológica do "mecanismo de impressão" e sua técnica, bem como a marca e o registro da memória, cuja materialização passa por uma tecnologia (aqui a tipográfica). Os processos de produção, edição e circulação em um periódico dão a ele uma intenção do momento, a tipografia do uso, a leitura que permite recortar e guardar um fragmento, um pedaço daquele papel. Ao se realizar uma edição fac-símile e colocar novamente um periódico em seu formato original, possibilitando a leitura, é reinserida em um contexto atual uma história que foi negada, esquecida.

O processo histórico-impresso-visual das publicações e seus meios de produção ao longo dos tempos são muito importantes para se entenderem as relações entre edição e práticas

sobreviventes. Olhar as publicações antes da existência do mercado editorial, por exemplo, é entender o início da produção de impressos no Brasil. Ao mesmo tempo que a nossa imprensa e nosso lugar imprimível primário – a tipografia – são tardios, eles têm em si uma natureza sobrevivente.

Uma publicação repetida em tipos móveis foi o primeiro procedimento mecânico de ensino, doutrinação e leitura em massa. Uma publicação é um produto capitalista, ela não é livre e independente por si. No Brasil, a tipografia, por exemplo, foi implantada 300 anos depois que no México e seu processo de consolidação demorou um pouco mais. Na cidade de São Paulo, por exemplo, as publicações passam a circular em uma escala acessível no final do Império e início da República e coincide com o surgimento dos jornais anarquistas.

Os primeiros jornais anarquistas no Brasil são datados do final do século XIX, e sua força de circulação no início, na cidade de São Paulo, era similar às demais formas de expressão impressa. Além de fortalecer a formação de redes, as características do próprio anarquismo, como o apoio mútuo e a solidariedade, impregnavam a prática editorial no espaço público por meio da leitura e da circulação.

Um elemento de circulação espacial atrelado aos periódicos foram as bibliotecas, as atividades anarquistas e o cinema. Em São Paulo, a popularização do cinema foi concomitante com a da produção de impressos tipográficos[15], o que nos faz pensar em possibilidades históricas de encontros dessas mídias e de um modo bem diferente das que são contadas por enfoques eurocêntricos, lineares e que excluem a história das tecnologias de impressão no Brasil e sua relação com outras mídias[16].

---

[15] Nas primeiras décadas também existiram cooperativas gráficas de impressão como a Typografia Cooperativa, na rua da Glória 103 na Liberdade, e Cooperativa Graphica Popular, na Rua Claudino Pinto 19ª no Brás.

[16] A história da imprensa, da edição e dos impressos no Brasil precisaria ser contada por meio de uma perspectiva transmídia já que as mídias e suas relações entre si se deram de outra maneira que nos demais países da região e também no contexto europeu. Além da coexistência do início do cinema com a utilização dos

Ao mesmo tempo que se lia um jornal anarquista e nele se falava sobre o temário anarquista, ia-se ao cinema assistir a um cinejornal ou a um comício. Sabe-se, por exemplo, que os anarquistas se utilizavam dos cinemas para suas atividades, tanto das escolas modernas quanto em momentos de greve. Em São Paulo, o Cinema Avenida, no centro, foi palco do Festival artístico-literário promovido pela Escola Moderna Nº2 em dezembro de 1913 e um dos comícios da Greve Geral de 1917, o do Ipiranga, foi realizado num cinema[17].

O Borda: a expropriação de *A Plebe*

...Bailem com autores
Na lira que é a pista
Rechacem seus mentores
E encarnem o próprio artista...
(Larissa Tokunaga)

Ex-propriar, para mulheres e corpas dissidentes,
é um grito de AÇÃO (in)direta que transborda ímpeto
e revolta. Um grito que reivindica a urgência de retomarmos
nossas corpas e nossas mentes como parte
fundamental de qualquer luta e a premência de nos
opormos a qualquer tentativa de apropriação Expropriação
deve ser sinônimo de luta e não de opressão.
(Aline Ludmila)

Na prática das pessoas publicadoras, as fronteiras disciplinares com a cotidianidade são moventes. A separação entre arte e vida, arte e política, só serve ao mercado e a sua estratégia de circulação baseada na distribuição pela venda e pelo lucro. No campo da produção editorial, soluções relacionadas à circulação estão muito mais na prática das comunidades de publicadores que

---

impressos no espaço público, a dificuldade de implementação das tecnologias gráficas para pequenos e médios ateliês coincidiram com momentos de repressão política e momentos ditatoriais.

[17] Ver: LUDMILA, 2021.

no mercado. Publicar de forma sobrevivente costuma gerar um vínculo coletivo e transfronteiriço. Publicar de forma sobrevivente se relaciona com a revolta, pois quando a arte não está associada com a revolta ela é servidora e cúmplice do capitalismo e um instrumento da ordem, sem qualquer vínculo com a liberdade (PELLOUTIER, 2022).

O último *Jornal de Borda*, denominado *O Borda* como o sétimo o foi, teve como tema Arte e Anarquismo[18]. A logo é um híbrido da logo original do *Jornal de Borda*, feita por Lila Botter, com a logo de *A Plebe*, proposta por Laura Daviña, que também realizou o projeto gráfico da edição. A conversa com o passado é visual, ética, estética e impressa. O periódico foi elaborado tendo como base o tamanho e o formato de *A Plebe*, com o intuito de homenageá-lo, referenciá-lo e demonstrar apaixonadamente que é com ele que expropriamos. Nas palavras de Aline Ludmila impressas em *O Borda*: "A expropriação como potência (...) se manifesta nas paixões políticas, nos gestos de recusa, nos cuidados, nos boicotes, nas ocupações, nas aspirações e na ARTE".

A gestação do periódico foi iniciada em setembro de 2020, foram trocas e conversas sobre cada etapa: como planejar, como editar, como olhar para os elementos, como construir textos, como estabelecer critérios comuns para pôr em página. Uma publicação pressupõe organização de textos, compreender o que é um periódico e sua natureza, e aprofundar a discussão permite a liberdade.

Unir simplesmente textos e encaixá-los numa publicação não fazem do impresso um trabalho coletivo. Uma publicação depende de um projeto consciente que olhe a dinâmica interna de uma publicação – como as etapas textuais (preparação e revisão, por

---

[18] Edição e preparação: Fernanda Grigolin / projeto gráfico: Laura Daviña / textos: Adriana Varella, Alana Kikkawa, Aline Ludmila, Amy Jo Westhrop, Charlas y Luchas, Cibele Troyano, Fernanda Grigolin, Janayna Araujo, Mogli Saura, Larissa G. Tokunaga, Renato Mendes, Weverton da Silva / imagens: Arquivo do Centro de Cultura Social com Edvaldo, A Antiespecista zine com Edinir Aprígio e Bruna Kury com Vulcanica Pokaropa / traduções: About Rose Mallows e Aquela Mulher do Canto Esquerdo do Quadro / revisão: Nabylla Fiori.

exemplo) e de formato (planejamento, desenho de página e produção gráfica) – e as dinâmicas externas – como o público para quem se edita, como chegar até ele e qual rede minha publicação pertence ou quer ajudar a construir.

Para o último *Borda*, textos foram elaborados individual ou coletivamente. Expropriação, morte ao gênio, fazer artístico, teatro, *corpas* insurgentes, mulheres anarquistas e machismo no interior do anarquismo foram temas das conversas e dos textos.

O mote inicial das reuniões foi a apropriação de trabalhos de artistas pelos próprios militantes, principalmente do campo da imagem, sem citar a origem ou fazer referência ao produtor da imagem, como se ela tivesse brotado da internet. As conversas rondaram por temas como arte e trabalho. Um dos textos abordou essa questão:

"Nós, como artistas anarquistas, não queremos prestígio, queremos ser reconhecidas por aquilo que a gente é, da forma que somos, e queremos construir espaços onde possamos nos expressar, traduzir, comunicar, fazer circular – fazer nós mesmas", diz o texto assinado por Janayna Araujo, Alana Kikkawa e Amy Jo Westhrop.

Contudo, ao longo dos encontros, novas propostas foram sendo construídas, percebeu-se que a linearidade não fazia sentido e o fazer artístico escapava. "Romper com as linhas retas, traçar as curvas do possível, fazer-se espiral: eis o ato artístico", traz Renato Mendes em seu texto.

O último *Borda* é um lugar de abrigo de textos e visualidades que em conversa foram confluindo e depois compreendidos em página. As *corpas* e suas sobrevivências foram trazidas por Mogli Saura, Adriana Varella e Bruna Kury. Os vídeos produzidos com base nos trabalhos de Mogli e Bruna foram exibidos na *live* de lançamento[19].

---

[19] Material disponível em: www.tendadelivros.org/jornaldeborda.

Figura 5: Capa *O Borda*.

O *B*orda

O Borda é o fim do @jornaldeborda
tendadelivros.org/jornaldeborda

Jornal de Borda, n. 10, fevereiro de 2021
TEMA: ARTE E ANARQUISMO
ISSN: 23593054

EDIÇÃO E PREPARAÇÃO Fernanda Grigolin / PROJETO GRÁFICO Laura Daviña / TEXTOS Adriana Varella, Alana Kikkawa, Aline Ludmila, Amy Jo Westhrop, Charlas y Luchas, Cibele Troyano, Fernanda Grigolin, Janayna Araujo, Mogli Saura, Larissa G. Tokunaga, Renato Mendes, Weverton da Silva / IMAGENS Arquivo do Centro de Cultura Social com Edvaldo, A Antiespecista zine com Edinir Aprígio e Bruna Kury com Vulcanica Pokaropa / TRADUÇÕES About Rose Mallows e Aquela Mulher do Canto Esquerdo do Quadro / REVISÃO Nabylla Fiori / FONTES UTILIZADAS Cair Roman Times, Dervatial e Luce Fabbri (Laura Daviña), Dead (Jason Forrest), Leone (Laura Martens), Lexicon (Bram de Does), Lumberjack (Birgitta Siim), Ortica (Benedetta Bovani) e fontes do séc XIX (tipografes anonimes).

A construção da edição iniciou em Setembro de 2020. Foram realizados 10 encontros para discutir a pauta e os processos de produção, edição e circulação. Além disso, foram feitas lives nas mídias sociais. Jornal de Borda foi uma publicação editada entre 2015 e 2021 pela Tenda de Livros. Obrigada, bem-vindes ao meu fim.

INCORPORAÇÕES MONSTRUOSAS

O atravessamento do anarquismo na (de)formação de uma artista trans preta nômade – ou as incorporações monstruosas que compuseram a corpa de Mogli Saura

A CRIAÇÃO DE SI COMO OBRA – como sugere o esquizoanalista Luis Fugante – tem guiado minha prática – de vida – (anti)artística conscientemente desde 2009, embora desde 2007 já estivesse presente, de modo inquietante, em relação às minhas angústias quanto às fronteiras artista e público, arte e loucura, arte e crime, e arte e vida.

Ao longo de exatos 15 anos venho elaborando práticas e modos de vida que, baseados nessas inquietações, tem produzido secreções estéticas em forma de performance, música e texto – além de espaços pedagógicos e de compartilhamento de minhas vivências nos campos da arte, da ecologia e das dinâmicas grupais autoanalíticas e cartográficas.

Minha trajetória nesse campo é um tanto ampla e intensa. Envolve/envolveu iniciativas coletivas propositivas e cotidianas baseadas nas noções de anti-arte e contracultura, que vão desde táticas de ação direta pontuais, até iniciativas que sugerem modos de vida alternativos. Trago como referências as linguagens da Palhaçaria Mambembe (Exército de Palhaços e desenvolvimento da Clown, entre 2006/2011), da Arte Sabotagem (YoMango, entre 2007/2012), da Body Art e Performance-Ritual (Kaos Butoh, desde 2011), do Pornô-Terrorismo (com o Coletivo Coiote, desde 2012), da Música/Performance-Anarca-Kuir (Anarcofunk e Bloco Livre Reciclato, entre 2010 e 2013; e Anarco Fake, desde 2018), e a Escrita Cartográfica (desde 2018).

Todas essas "linguagens" foram compostadas sob uma perspectiva negra, gênero e sexo dissidente, anticolonial e criativa.

A POTÊNCIA DISRUPTIVA E C U R A T I V A de minha corpa transitou por espaços autônomos, anticapitalistas, ambientalistas, de economia solidária/ dissidente/ colaborativa/ regenerativa. Espaços anarquistas e okupados. Mas não somente!

ENTRE CANOS DE REVÓLVER, socos e coronhadas – como em um dos vários escrachos que participei (como Palhaça, em 2006), ao ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. Assim como, em uma madrugada, "performando" destruir um banco, e quase morrendo nas mãos de um justiceiro armado. Mas também em inúmeras ações em manifestação de rua, escapando ilesa de tiros e de bombas.

A L G E M A D A (como Palhaça, em 2007), em um ato Anti-G8, após ser pega gritando: "tem uma bomba no shopping!" (dentro do shopping Center 3); e, na sequência, ao ser detida e exposta, com mais 142 pessoas, protagonizei uma das cenas (Poético-Terrorista) mais afrontadoras e belas daquele dia, ao beijar o garoto preso ao lado, constrangendo policiais e mídia corporativa.

D E T I D A , em uma tentativa de ação nudista, ao "receber" a família Bush (2007).

Como Palhaça, em manifestação do Movimento Passe Livre (2011).

E trancafiada por cinco dias, ao estourar a bolsa em uma performance – YoMango (2008).

F O R A G I D A , após apresentar em Butoh a Prostituição Xamânica na Cidade do México (2014), e ter de correr pra não ir em cana – como em diversas outras ações.

Sempre com a intenção de **L I B E R A R** forças e desejos, romper com normas e jogar – a fim de suspender – violências. Seja como Drag-Queer nas ações Divas (2007), nas quais entrávamos montadas em grandes redes de mercado, pregando adesivos YoMango, ensinando consumidores a escapar das câmeras e a desativar alarmes das mercadorias, incitando funcionários a fazer vista grossa e a mangar de seu patrão-escroto-multinacional; e depois, enfiando mercadorias na bolsa gigante descaradamente, chamando a atenção de todos os seguranças do mercado – que hilariamente nos seguiam em bonde – enquanto outras 25 pessoas (performando consumidores normatives) faziam o furto real, que seria distribuído em Jogos urbanos para cobradores, motoristas de ônibus e passageires, enquanto o bonde todo tomava o busão em festa!

FOSSE COMO Palhaça (pela sub-humanidade), ou (muito mais a fundo) no Butoh (pela inumanidade), a desrazão e a loucura (em sua dimensão mística) garantiram uma perspectiva própria de dignidade e Soberania de Si, acima de tudo – ainda que se estivesse abaixo de tudo.

FOSSE PELO Coletivo Coiote, no meio da rua, em meio a banhos de vômito, chuvas de mijo, pichação com merda, e liberação dos orifícios – enquanto denunciávamos o sexo não consentido (estupro) no seio das relações normativas (2013); ou fosse na casa da minha família, às 00h, do dia 24 de dezembro (2011), realizando a inesquecível e reverberadora Prostituição de Natal: os assombramentos sexo-dissidentes (em minha/nossa corpa) extrapolaram os limites do público/privado levando inquietações éticas/estéticas/políticas para além das fronteiras entre arte e vida.

NÃO PODERIA faltar aqui narrar a grande importância do movimento Anarcofunk para todo um seguimento de funk anarquista que se proliferou, e que certamente referenciou (ainda que isso não seja dito) toda uma galera trans-queer-racializada que hoje atua na cena cultural mainstrean representativa. Fecho esse texto com o refrão que compus e fez a cabeça de uma geração Anarca-Kuir de 2012 pra cá, Bixa Pobre:

BIXA, PRETA, POBRE, VADIA, DEGENERADA, infectando sua mente branca e civilizada, cagando pra cultura, passando a merda na cara, vomitando seus valores, sou a loca afetada!

Mogli Saura

um grito contra a apropriação

Aline Ludmila

Libertemo-nos das asas da avareza, fortaleçamos nossa inteligencia pelo estudo, cultivemos a solidariedade de classe, pratiquemos a acção directa e assim adquiriremos por justiça o que nos corresponde por direito e que nos foi arrebatado a força.

Maria Lopez
"Formai Consciências Companheiras!", *O Nosso Jornal*, 1923, edição fac-símile *Jornal de Borda 6*.

EX-PROPRI-AÇÃO

Expropriatat, tirar a propriedade de alguém. Palavra cuja origem remete ao latim medieval no século XVI. Mobilizemos o nosso próprio léxico para o termo expropriar: AÇÃO, direta e indireta, de reivindicar o que foi surrupiado de todes.

Dentro do debate anarquista, a expropriação é pincelada pelas cores da urgência, no sentido de trazer de volta ao comum aquilo que foi tornado privado, devolvendo o que nos pertence. A expropriação, sob uma perspectiva libertária, seria um dos meios pelos quais seria possível alcançar a coletivização e o gozo das necessidades individuais e comuns.

A sociedade é regida pelas mãos de diversas pessoas que produzem e reproduzem formas de vida. A apropriação, uma das bases do capitalismo, endossa a propriedade privada e desfalece a coletividade. Expropriar, então, carrega consigo um *ethos* político de restituir tudo aquilo que foi apossado e de fortalecer laços e afetos coletivos. Lembremos de todes anarquistas expropriadores que combateram e foram estigmatizades e relegades ao esquecimento.

Se o capitalismo se apropria do tempo, do trabalho, dos territórios, das corpas, dos espaços comuns e das subjetividades, a expropriação evoca a urgência de recuperar aquilo que é de todes. Porém, há uma latência quando evocamos a ex-propri-AÇÃO: o debate sobre as mulheres, principalmente negras, homens negros, pessoas trans e não-binárias que tem corpas e vidas apropriadas.

O patriarcado, enquanto alicerce do capitalismo, se compromete com a subjugação de pessoas subalternizadas ao se esforçar em apropriar das suas corpas e das suas mentes, a sexualidade, o trabalho produtivo e reprodutivo, incluindo o trabalho intelectual.

O combate à apropriação de pessoas subalternizadas é um debate urgente, porém, é pouco realizado, inclusive dentro do campo libertário. Discute-se, veementemente, ações que visam à libertação da humanidade, mas as mulheres, sobretudo as mulheres negras, trans e pessoas não-binárias seguem sendo apropriades e invisibilizades, até mesmo por companheiros de luta.

Quantos dessas corpas subalternizadas tiveram os seus gritos emudecidos? Quantas palavras foram apagadas? Quantas ações praticadas por essas corpas foram e são esmaecidas, especialmente se considerarmos o protagonismo feminino dentro do anarquismo? Quantas publicações foram apagadas ou pouco difundidas? Quantos desejos foram castrados? Quantos trabalhos realizados foram invisibilizados? E quantas pessoas subalternizadas foram, são e estão sendo expropriadas?

O trabalho e a autoria das corpas subalternizadas não são propriedades, tampouco endossamos a ideia de direitos autorais, mas reivindicamos a responsabilidade e o apoio mútuo —conceitos fundamentais para os processos de luta— em relação a tudo o que é produzido. Referenciar não é reverenciar, mas sim reconhecer o trabalho das mãos que escrevem, tecem, colhem, editam, publicam, costuram, cozinham e lutam. Trabalho que pode ser coletivizado a partir da premissa de que somos um todo composto por partes. Visibilizar o trabalho dessas corpas e sua importância para o todo, significa se confrontar com a opressão patriarcal que também se manifesta pela invisibilização.

Ex-propriar, para mulheres e corpas dissidentes, é um grito de **AÇÃO** (in)direta que transborda ímpeto e revolta. Um grito que reivindica a urgência de retomarmos nossas corpas e nossas mentes como parte fundamental de qualquer luta e a premência de nos opormos a qualquer tentativa de expropriação. Expropriação deve ser sinônimo de luta e não de opressão.

Nosso grito ecoa a necessidade de potencializar a expropriação como *ethos* político; como possibilidade de retomada e de transformação coletiva. A expropriação como potência também se manifesta nas paixões políticas, nos gestos de recusa, nos cuidados, nos boicotes, nas ocupações, nas aspirações e na **ARTE**.

Ex-propriar como AÇÃO

Arrancar as palavras tomadas, performar nos espaços institucionalizados, dançar em meio à rotina, pular as catracas, ocupar os edifícios, pincelar cores nos prédios acinzentados, sabotar, cantar canções de liberdade num mundo emudecido, descolonizar corpas e **desejar como quem se alimenta.**

Maria Antônia Soares discursa na Praça da Sé, na época Largo da Sé, no dia 1/05/1915. *A Lanterna* anuncia o comício que será às 9h30, convocado pela Comissão Internacionalista contra a Guerra. Há notícia de preparações para o comício no Brás, no Largo da Concórdia, no Largo do Riachuelo. "Trabalhadores de S. Paulo! Acorrei numerosos a essas reuniões, porque nelas se patrocinarão a causa que é vossa", convocam na primeira página do periódico. § Fonte do arquivo fotográfico: AEL (IFCH-Unicamp). Tratamento de imagem: Arquivo 107. Impressão do clichê: Laboratório de Gravura da Unicamp. Pesquisa: Sou Aquela Mulher do Canto Esquerdo do Quadro. § Assista Charlas y Luchas sobre as irmãs Soares, acesso através do link QR code acima.

Figura 6: Acesse a *Live do Fim do Borda* de fevereiro de 2021.

"POTÊNCIA DISRUPTIVA E CURATIVA de minha corpa transitou por espaços autônomos, anticapitalistas, ambientalistas, de economia solidária/ dissidente/ colaborativa/ regenerativa. Espaços anarquistas e okupados. Mas não somente!", é um dos trechos do texto de Mogli Saura no periódico.

Os textos foram trabalhados em tipografias de *A Plebe* ou em outras que tenham sido desenhadas por Laura Daviña, como a fonte Luce Fabbri. O tamanho do formato inusual contemporaneamente[20] usou o texto ritmado em colunas conjugadas com espacialidade atual de uso de vazios. Uma referência ao teatro e à sua relação longeva com o anarquismo não poderia faltar, por isso há um texto específico sobre o tema, mesmo nunca tendo sido um tema abordado pelo jornal, infelizmente. Alana Kikawa, Larissa G. Tokunaga e Renato Mendes comentam

[20] *O Borda* foi impresso aos moldes de *A Plebe*, não é um formato standard padrão de jornais como da *Folha de São Paulo* e do *Estado de São Paulo*, por exemplo. *O Borda* tem uma largura um pouco maior e só existe uma gráfica que imprime no formato.

sobre a relação do teatro com o anarquismo como "um espaço do aprender a trabalhar em grupo e desenvolver autonomia, mobilizando pessoas em diferentes frentes de trabalho e exercendo intersubjetividade".

As *corpas* sobreviventes e seus gestos como revolta

Existe mesmo aquele que produz tudo e tudo o que cria é respaldado na existência de um dom? Desconstruamos a essência que se sobrepõe à técnica e torna sua produção irreplicável, incomparável e inigualável.
(Amy Jo Westhrop, Janayna Araujo, Larissa G. Tokunaga e Weverton da Silva)

O surgimento de um jornal é um propósito que dá muito trabalho. Mas, como fazia muitos anos eu vinha pensando em sua existência, durante as viagens pelo interior do país falei com companheiras e companheiros (...) a intenção e a necessidade de existir um jornal anarquista feminino.
(Juana Rouco Buela)

Pensar em publicações anarquistas coletivas é pensar em Juana Rouco Buela. Suas formas de abrir sulcos e plantar sementes impressas nos permitem o encontro com suas palavras e seus ensinamentos coletivos realizados conjuntamente com outras mulheres que editaram e/ou escreveram para *Nuestra Tribuna.*

O surgimento de um jornal ainda é propósito trabalhoso no qual deve-se pensar texto, edição, diagramação, sequencialidade de página. Há um pensamento impresso e ele é livre quando nos expropriamos dos mecanismos de editoração, escrita e composição pertencentes à linguagem impressa. Compreender o processo do texto à máquina que se imprime faz com que o periódico tenha possibilidade impressa de encontro com seu público leitor.

As redes transnacionais formadas no passado se relacionam com as práticas sobreviventes atuais. O método antigo do anarquismo de carregar junto ao corpo (no nosso caso *a corpa*) as suas publicações existia antes de qualquer infraestrutura, como as estradas e o mercado editorial, e ele conversa com o momento que as publicações vivem hoje.

Existiam publicações e sua distribuição antes do mercado, olhar para isso é compreender o papel crucial que o anarquismo tem para a prática impressa, para o pensamento editorial e para a edição artesanal no Brasil até hoje. Contar essa história é urgente e primordial. Talvez aprofundá-la nos ensine ainda mais sobre a prática anarquista, além do que já é dito nos textos lidos e relidos por nós. Um jornal é um convite para a ação.

Referências

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira. "Do gráfico ao fotográfico: a presença da fotografia nos impressos". In: CARDOSO, Rafael. *O design brasileiro antes do design, 1870-1960*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

ANZALDÚA. Gloria. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. 4th ed. San Francisco: Aunt Lute Books, 2012.

_______. "Como domar uma língua selvagem". In: *Cadernos de Letras da UFF* – dossiê: difusão da língua portuguesa, N. 39, 2009.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CARRIÓN, Ulises. *A nova arte de fazer livros.* Tradução de Amir Brito Cadôr. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

CHALMERS, Vera. *Escritas libertárias.* São Carlos: Edufscar, 2018.

CONWELL, Donna. "Personal Worlds or Cultural Strategies?". In: *Museo de Arte Carrillo Gil*: 10th July 2002/7th October 2002.

CORDERO, Laura Fernandez. "El periódico anarquista Nuestra Tribuna. Un diálogo transnacional en América Latina". In: *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilla (España), 74, 1, pp. 267-293, enero-junio 2017.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915.* São Paulo: Educ, 2000.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOZANO, Rían. "Visualidades cuír, imaginários sobreviventes". In: *Revista Lucía 1*. São Paulo: Tenda de Livros, 2021.

LUDMILA, Aline et all. *Unidas nos lancemos na luta: o legado anarquista de Maria A.Soares*. São Paulo: Tenda de Livros, 2021.
MARTINS, Angela Roberti & SOUZA, Ingrid Souza Ladeira de. "A experiência histórica do anarquismo perante a questão das relações de gênero: dimensões da luta na Argentina e no Brasil". In: *Semioses*, Rio de Janeiro, abr.-jun. 2018,
MENDES, Samanta Colhado. "Por que ler O Nosso Jornal". In: *Jornal de Borda 06*, mar. 2018.
MOURA, Maria Lacerda de. *A Mulher é uma degenerada*. São Paulo: Tenda de Livros, 2018.
PELLOUTIER, Fernando. *Arte e revolta* (Conferência, Paris, 1896). Tradução coletiva. São Paulo: Tenda de Livros, 2022.
RODRIGUES, Edgar. *Pequena história da imprensa social no Brasil*. Florianópolis: Insular, 1997.
SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
VALENCIA, Sayak. "Del queer al cuir: ostranénie geopolítica y epistémica desde el Sur glocal". In: Lanuza and Carrasco (comps.). *Queer & Cuir. Políticas de lo irreal.* Querétaro: Fontamara/ Universidad Autónoma de Querétaro, 2015.

Jornais

Jornal de Borda: tendadelivros.org/jornaldeborda
A Plebe, Arquivo Edgard Leuenroth e edição fac-símile *Jornal de Borda* 04.
Nuestra Tribuna, Portal *Americalee* e edição fac-símile *Jornal de Borda* 06.
O Nosso Jornal, edição fac-símile, *Jornal de Borda* 06.
Jornal de Borda: www.tendadelivros.org/jornaldeborda
Jornal de Borda 06
Jornal de Borda 07, *O Borda*
Jornal de Borda 10, *O Borda*

Un ojo feminista sobre la gráfica del anarquismo

Laura Fernández Cordero

Una escena se repite en las ciudades de todo el continente donde se despliega la Idea. Alguien toma un periódico o abre un folleto anarquista y comienza a leer o se suma a una ronda donde un compañero lee en voz alta. De inmediato, con la fuerza de una conversión, esa persona despierta, se ilumina y se hace anarquista. La llama de la pasión libertaria le toma la mente, le ordena el cuerpo para la causa, lo afiebra. Llevará la antorcha a la fábrica, a la plaza pública, a los campos y a su casa. Ese despertar es un momento de quiebre entre un pasado de ignorancia y un presente consciente, el instante donde se descubren la explotación, la hipocresía, la injusticia y el camino de la liberación. Todo eso cabe en una pequeña página, todo eso produce en contacto con la idea revolucionaria de la anarquía. Pero ese objeto de conversión inmediata no está hecho solo de letras, no es solamente un abecedario y su composición incendiaria lo que alumbra; las palabras van acompañadas con imágenes, ilustraciones, grabados, dibujos y, más tarde, fotografías.

Gran parte del público receptor de aquellos materiales no podía leer o su alfabetización era escasa; la lectura colectiva, las conferencias o declaraciones públicas y las imágenes saldaban esa dificultad, y permitían que el mensaje de la revolución social se extendiera hacia las masas que esperaban por su liberación. Tanto los supuestos de la iluminación contra la supuesta oscuridad de la ignorancia, como la antorcha de la razón o el despertar de las conciencias adormecidas eran compartidas por todo el arco de las

izquierdas. También la presencia de obras artísticas o de las personas mismas que las creaban eran común en los distintos espacios emancipatorios y sus publicaciones. Esa conjunción que todavía vemos tuvo momentos de fuerte pregnancia, como en los años que repasaremos junto a la muestra que se organizó mi lugar de trabajo, el Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI) hace pocos años.[1]

Gráfica del anarquismo argentino es una exhibición virtual que recorre casi cincuenta años de publicaciones y se detiene en la copiosa presencia de figuras, símbolos, retratos, alegorías, etc. Y en las inflexiones más radicales y explosivas que les imprime su impronta libertaria. Si bien la muestra se circunscribe a Argentina, incluso a algunas zonas del país con centro en Buenos Aires, la vocación internacionalista del anarquismo, el proceso de inmigración y la intensa circulación de militantes (a causa de las giras de propaganda o de la persecución policial), provocaron que los recursos gráficos se repitieran en la mayoría de las publicaciones del período, con sus convenciones y sentidos compartidos.[2]

Para comenzar, una de las efemérides más clásicas y representadas, la conmemoración del 1° de Mayo:

---

[1] *Gráfica del anarquismo argentino (1893-1939).* Curaduría: Horacio Tarcus y Verónica Tejeiro. Muestra digital: Eugenia Sik http://exhibiciones.cedinci.org/exhibits/show/grafica-anarquismo-argentino

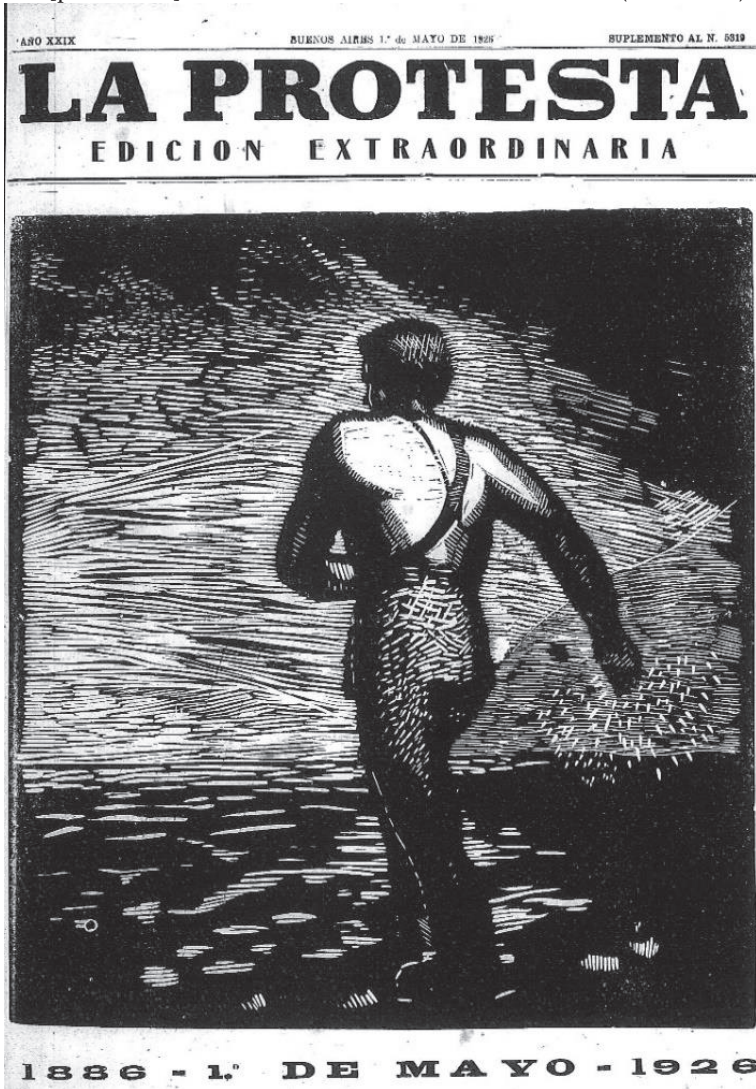
[2] Para una bibliografía (no exhaustiva): Cristiá, M. (2009). Marcela Gené & Laura Malosetti Costa, Impresiones porteñas. Imagen y palabra en la historia cultural de Buenos Aires, Bs. As., Editorial Edhasa, 2009, 308 p. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux-Novo Mundo Mundos Novos-New world New worlds*. Szir, S. (2013). Reporte documental, régimen visual y fotoperiodismo. La ilustración de noticias en la prensa periódica de Buenos Aires (1850-1910). *Caiana. Revista de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA)*, *3*. Núñez, A. M. (2021). *La imagen en la prensa anarquista argentina* (Doctoral dissertation, Universidad Nacional de La Plata). *ds*.

[portada de] La Protesta, edición extraordinaria, a. 29 (01/05/1926).

AÑO XXIX — BUENOS AIRES 1.º de MAYO DE 1926 — SUPLEMENTO AL N. 5319

LA PROTESTA

EDICION EXTRAORDINARIA

1886 - 1.º DE MAYO - 1926

El fuerte valor expresivo de las imágenes puede apreciarse en este ejemplo:

[portada de] *La Protesta*, Suplemento quincenal, n° 265 (20/06/1927).

La justicia del Estado de Massachusetts

Cómo se revela al mundo a travès del proceso contra Sacco y Vanzetti

[portada de] *Martín Fierro*, n°10 (05/05/1904).

Año I — Buenos Aires, 5 de Mayo de 1904 — Núm. 10

MARTIN FIERRO

ARTE PARA EL PUEBLO

EN EL ORFEÓN ESPAÑOL, PIEDRAS 534

VELADA TEATRAL

Organizada por el semanario "MARTIN FIERRO"

A BENEFICIO DE LA

BIBLIOTECA POPULAR

El domingo 8 de Mayo à las 8 y media p. m.

PROGRAMA

1.° Sinfonía.
2.° **Conferencia** sobre "**El Teatro de Ideas,**" por **ALBERTO GHIRALDO**.
3.° **ESTRENO** de la comedia en tres actos y en prosa, original de **ALBERTO GHIRALDO** y que lleva por título:

ALAS

REPARTO:

Angélica........	Srta.	Alvarez	Carlos	Sr.	Koss
Gertrud. Fierro	Sra.	Robles	Mauricio.......	"	Pocovi
Lola...	Srta.	Martinez	Pepito..........	"	Roig
María Luisa. ..	"	Alvarez	Caballero.......	"	Padilla
Señora..........	"	González	Camarero.......	"	Celdeiro
Juanita	"	Guerrero	Acompañante..	"	Mendez
Oscar...........	Sr.	Brieba	Criado..........	"	Pelaz

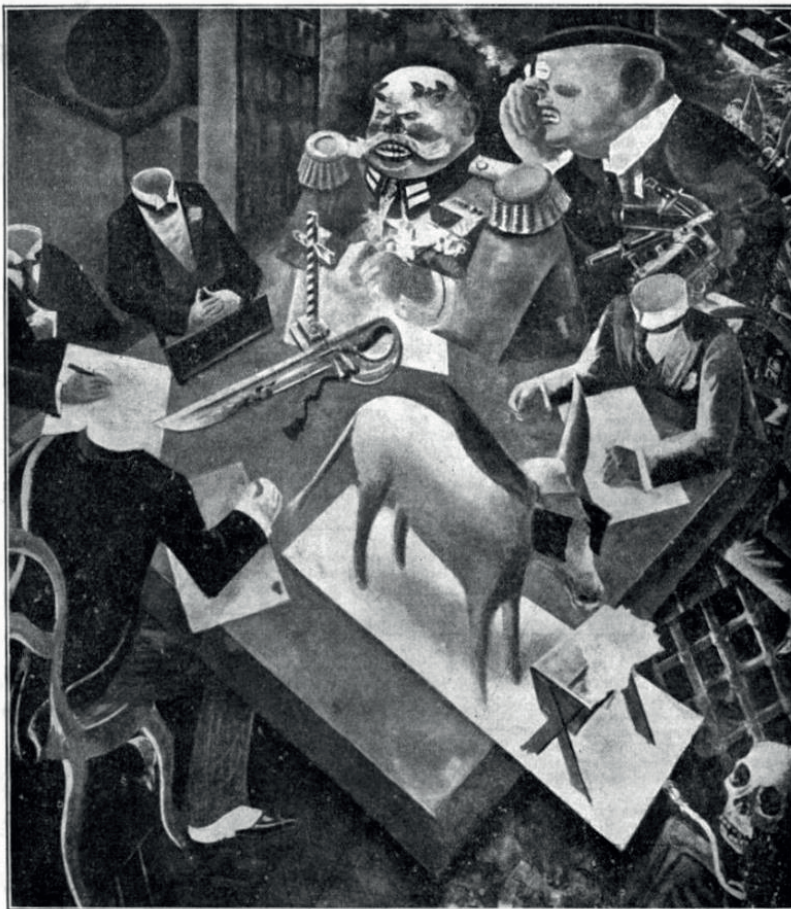
Cantor Popular: barítono Sr. F. Villanova

PRECIOS

Palcos con 4 sillas........................ Ps. 5.00
Asientos de platea. .... » 1.00

Las localidades pueden adquirirse en la administración del periódico **MARTIN FIERRO, Calle Lima 487**, todos los días, y el día de la función en el local del "Orfeón Español", calle Piedras 534.

A pesar de que partimos de un uso utilitario de la gráfica, eso no explica por completo su presencia en las publicaciones. Un segundo elemento a tener en cuenta es la concepción del arte como una forma de elevación humana, y el deseo de que alcance a las mayorías. Por esa razón, las imágenes que podemos observar trascienden la idea de la simple ilustración y ofrecen una calidad estética notable.

[portada de] *La Protesta*, Suplemento quincenal, n° 267 (01/08/1927).

(Dibujo de Gerge Gross)

LO MISMO QUE AYER ...

[portada de] *La Protesta,* Suplemento quincenal, n° 327 (15/05/1930).

En estos últimos dos casos, se reproducen obras europeas del alemán George Grosz y del español Helios Gómez Rodríguez, pero es necesario notar que muchas imágenes eran producidas por artistas locales o rioplatenses como Pompeyo Audivert, Carlos Giambiaggi, Ret Sellawaj, José Planas, entre otros. Más conocido nos resulta el colectivo "Artistas del Pueblo" compuesto por Abraham Vigo, José Arato y Adolfo Belloq, grupo que se destacaba por sus grabados de fuerte denuncia social y su propósito de encarnar el arte como herramienta crítica y revolucionaria. [3]

[3] Silvia Dolinko, (2016). Consideraciones sobre la tradición del grabado en la Argentina. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux-Novo*

Una rápida mirada feminista puede concluir, sin mayores dudas, que la producción de imágenes es casi exclusivamente masculina. Es posible que alguna autoría anónima o un seudónimo escondan a una artista, pero todos los datos indican que eran los hombres quienes lideraban no solo la producción sino también la decisión sobre las ilustraciones que acompañarían las publicaciones. Por aquellos años los periódicos y editoriales contaban con redacciones compuestas en su totalidad por varones o, en algunos casos, con mujeres en cargos considerados menores. Como sabemos, muchas de ellas eran quienes traducían, tipeaban, archivaban… aunque las posibilidades de conocer sus nombres resultan muy difíciles.

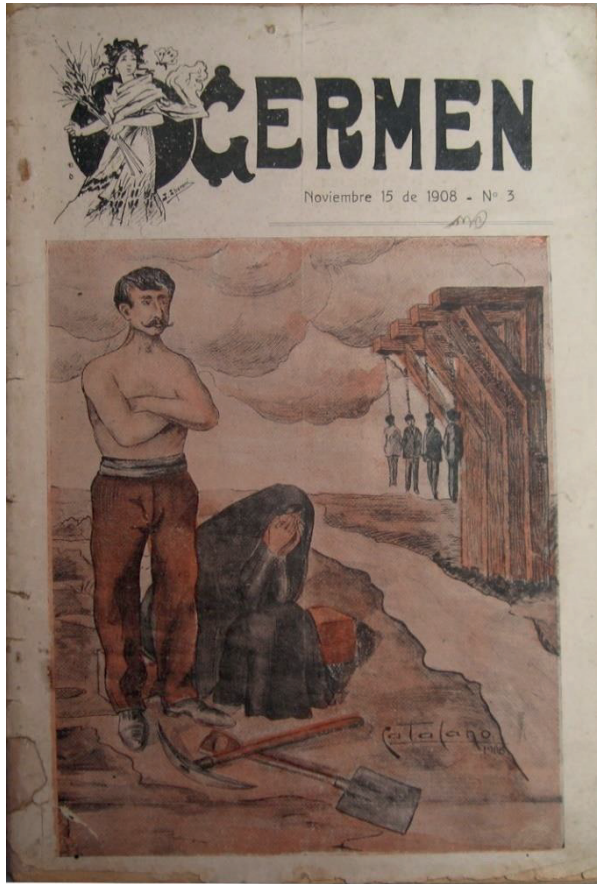
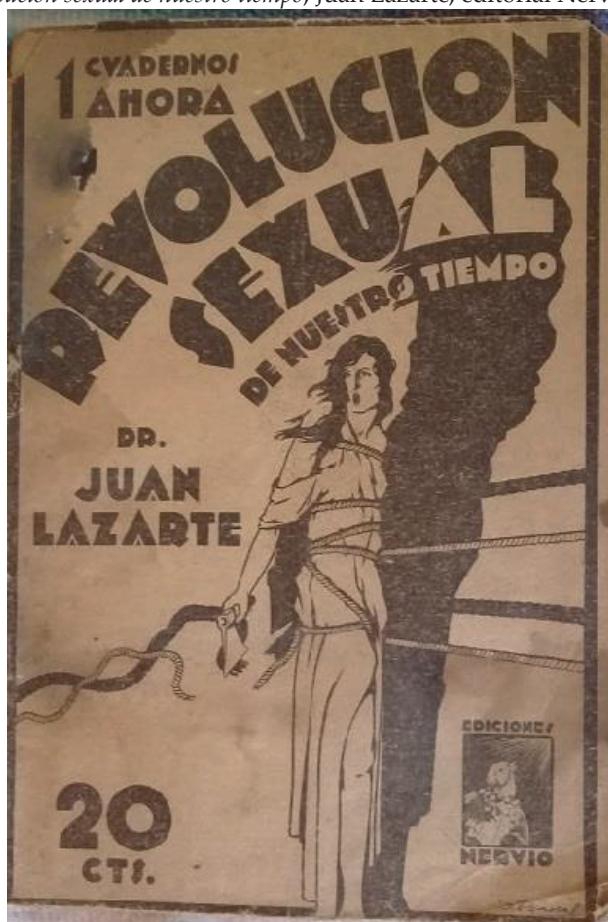
En un segundo momento, de seguro reparemos que en términos de representación no se verifica ninguna ausencia. Al contrario, la figura femenina está muy presente. La mujer es coqueta, madre, cuerpo deseable, trabajadora, víctima, combatiente, etc. En general, las alegorías de la libertad, la anarquía, la naturaleza, la razón o la justicia toman a la mujer como modelo. Los ejemplos podrían ser infinitos.

Mundo Mundos Novos-New world New worl uñoz, A. M. (2008). "Los artistas del pueblo. 1920-1930". Buenos Aires: Fundación OSDE. Marina Féliz, (2017). "Artistas del Pueblo. Antecedentes libertarios del arte argentino social y crítico", *Questión*, n° 55, 2017.

Ideas y Figuras, *Ideas y Figuras*, n°1, 13/05/1909.

La lucha contra la guerra, Albert Einstein, editorial Nervio, 1933.

Ideas y Figuras, n°1, 13/05/1909.

Germen, n° 3, 15/11/1908.

La revolución sexual de nuestro tiempo, Juan Lazarte, editorial Nervio, 1932.

En suma, las mujeres casi no producen imágenes o no son publicadas, sin embargo, son las figuras más retratadas. Al menos eso sucede en estas publicaciones, pero es tan amplio el mundo de la prensa anarquista que en el caso argentino (pero no es el único) podemos revisar aquellos momentos excepcionales en los que ellas crearon revistas y periódicos. Si nos atenemos a *La Voz de la Mujer,* no tendremos mucho para decir porque, al igual que *La Protesta Humana,* sus cuatro páginas carecen de imágenes. Debemos llegar a los años veinte cuando Juana Rouco junto a un grupo de mujeres del sudeste de la provincia de Buenos Aires liderado por Fidela

Cuñado, Terencia Fernández y María Fernández crean *Nuestra Tribuna*, el «Quincenario femenino de ideas, arte, crítica y literatura». El quincenario, escrito y dirigido exclusivamente por mujeres, llegó a los 39 números publicados desde las ciudades de Necochea, Tandil y Buenos Aires a partir del agosto de 1922 y hasta el 1º de julio de 1925, llegando a tiradas de 2500 ejemplares.[4]

El hecho de ser producido en una localidad muy pequeña no le impidió mantener un diálogo internacional con referentes y grupos de varios países y, en especial, con Brasil, donde Juana Rouco había vivido unos años en su periplo de deportación.[5] La edición, como la de tantos periódicos anarquistas, era muy esforzada y de manera continua procuraban alcanzar el presupuesto necesario para sostener el quincenario. Sus páginas abigarradas de textos doctrinarios y de opinión, ofrecen pocas imágenes. Los últimos números son más generosos en ilustraciones, pero ninguna se destaca tanto como la que acompaña la nota editorial del 1 de septiembre de 1923 (n°24).

---

[4] Disponible en http://americalee.cedinci.org/portfolio-items/nuestra-tribuna/ Dora Barrancos, «Mujeres de Nuestra Tribuna: el difícil oficio de la diferencia», ***Mora*, n° 2, Buenos Aires, 1996,** 125-143. Elsa Calzetta, «Estudio preliminar a la edición facsimilar de *Nuestra Tribuna. Hojita del sentir anárquico femenino (1922-1925)*», Bahía Blanca, Editorial de la Universidad del Sur, 2005.

[5] Laura Fernández Cordero, "El periódico anarquista Nuestra Tribuna. Un diálogo transnacional en América Latina", *Anuario de Estudios Americanos*, nº 2017, p.267-293.

¡Rompiendo las cadenas!

Cuando nos decidimos bajar a la arena del periodismo revolucionario para sacar a la luz una hoja quincenal de esta índole, lo hicimos con cierto pesimismo, que jamás nos suponíamos llegaríamos a bregar un año en nuestra obra de ilustración femenina.

Un año de fecunda siembra ha matado el pesimismo que se suele siempre apoderar, cuando de emprender obras de esta índole se trata.

Nuestro pesimismo de ayer, se trocó en optimismo de hoy.

Y aquí estamos, después de un año de batalladora obra de emancipación en bien de la mujer, en nuestro puesto de combate y de responsabilidad que ocupáramos el primer día de nuestra bajada al campo del periodismo revolucionario, dispuestas a seguir bregando hasta que se [illegible] en nuestras [illegible] creadoras.

Bajamos huérfanas al llano. Pocos nos

alentaron. Nuestra prensa «grande» se olvidó en darnos la «bienvenida». Las mujeres «intelectuales anarquistas», a pesar de haberlas informado de nuestros [illegible] con anterioridad, ni se acor- [illegible] proletarias

Con ese número, el quincenario cumplía un año y las redactoras repasaban los logros y las vicisitudes. Una parte central de la nota está dedicada a la indiferencia y las controversias que se habría suscitado en relación con otras publicaciones e, incluso con otras mujeres llamadas "intelectuales". Juana Rouco no escondía su veta polémica y el grupo parecía acompañarla en sus argumentaciones críticas. La imagen es contundente en ese sentido, además de ser de algún modo explicada en el texto mismo: "Y aquí está esta carátula. Un hombre que reflexiona y una mujer rebelde que rompen las cadenas atávicas que la ataban al pasado. ¡Y con su antorcha luminosa va iluminando el cerebro de las mujeres, para que éstas comprendan el goce de la libertad!"[6]

---

[6] Nuestra Tribuna, n°24, 1 septiembre, 1923

Es cierto que repiten una imagen recurrente, la "mujer-libertad" o la "mujer-razón", con el pecho semidescubierto y altiva. No he logrado dar con la biografía de la persona que realizó la ilustración o quien realizó esta composición en la que la parte superior recupera imágenes remanidas, pero la inferior muestra a un hombre leyendo precisamente el periódico de las mujeres. Esa jerarquía espacial discute de manera directa el estado de la relación entre los productores masculinos y las lectoras femeninas. El hombre trabajador, con la herramienta en descanso, lee con atención *Nuestra Tribuna* bajo la rotunda figura femenina. Hay que recordar que las redactoras continuaban discutiendo la idea de que las mujeres fueron convocadas a la lucha como figuras secundarias, como "compañeras" en segundo plano, como acompañantes de las luchas importantes, las masculinas. Ahora, la posibilidad de contar con un periódico les permite discutir esos mandatos no solo a través de notas doctrinarias o textos de intervención puntual, sino en la composición misma de las imágenes.

Los momentos en los que las anarquistas dirigieron periódicos en el mundo fueron escasos, pero fundamentales para contar con una lectura más certera de lo que llamaban "el concierto de la prensa anarquista". El ideario se forjaba no solo a fuerza de consensos, sino también de discusiones y polémicas; sobre todo cuando lo que estaba en juego era la insidiosa diferencia sexual que atravesaba el conjunto de la Humanidad. Ellas vinieron a poner en jaque el término masculino "obrero" sin muchas herramientas teóricas (que se desarrollarían lo largo del siglo XX), pero con la convicción de que las obreras tenían algo que agregar al concierto. Esa lucha que no quería ser accesoria sino central en la doctrina y en la práctica de un modo que alcanza también el mundo gráfico. Y nos da una lección sobre el presente cuando todavía luchamos por la presencia disruptora y vital de las mujeres en la producción visual y artística. Aquella antorcha no se ha apagado, continúa llamando la atención sobre la necesidad de reflexionar sobre quienes se arrogan la potestad de definir los parámetros de la lucha, los contenidos "oscuros" y hasta las iluminaciones.

Referências

CRISTIÁ, M. (2009). Marcela Gené & Laura Malosetti Costa, Impresiones porteñas. Imagen y palabra en la historia cultural de Buenos Aires, Bs. As., Editorial Edhasa, 2009, 308 p. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux-Novo Mundo Mundos Novos-New world New worlds*.

BARRANCOS, D. (1996). Mujeres de Nuestra Tribuna: el difícil oficio de la diferencia, *Mora*, n° 2, Buenos Aires, pp. 125-143

CALZETTA, E. Estudio preliminar a la edición facsimilar de *Nuestra Tribuna. Hojita del sentir anárquico femenino (1922-1925)*. Bahía Blanca, Editorial de la Universidad del Sur, 2005.

CORDERO, L. "El periódico anarquista Nuestra Tribuna. Un diálogo transnacional en América Latina", *Anuario de Estudios Americanos*, pp.267-293, 2017.

DOLINKO, S. Consideraciones sobre la tradición del grabado en la Argentina. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux-Novo Mundo Mundos Novos-New world New worlds*, 2016.

FÉLIZ, M. "Artistas del Pueblo. Antecedentes libertarios del arte argentino social y crítico". In: *Questión*, n° 55, 2017.

MUÑOZ, A. M. "Los artistas del pueblo. 1920-1930". Buenos Aires: Fundación OSDE, 2008.

SZIR, S. (2013). Reporte documental, régimen visual y fotoperiodismo. La ilustración de noticias en la prensa periódica de Buenos Aires (1850-1910). *Caiana. Revista de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA)*, *3*. Núñez, A. M. (2021). *La imagen en la prensa anarquista argentina* (Doctoral dissertation, Universidad Nacional de La Plata). *ds*.

A educação como prática abolicionista da punição

Marina Centurion Dardani

Vem de Willian Godwin uma das principais contribuições para o entendimento das diversas modalidades de educação anarquista existentes nos anarquismos. Em seu livro *Inquéritos acerca da Justiça Política*, de 1793, Godwin enfatiza que a realização da justiça política apenas será possível se uma nova sociabilidade baseada na extinção da lógica do castigo for adotada.

Após deixar a igreja, a religião e a pregação em 1783, Godwin fundou uma escola que, todavia, fracassou. Em 1797, publicou o ensaio *The Enquirer* em que demonstrou as causas e as consequências da utilização do castigo na educação. Foi neste mesmo ano que Godwin se tornou pai e viu Mary Wollstonecraft, uma ativa representante do movimento feminista com quem havia se casado há cinco anos, falecer no parto de sua filha, Mary Wollstonecraft Godwin.

Ao enfrentar o tema da educação, Godwin explicitou que a utilização da punição gerava medo nas crianças e produzia indivíduos governados e obedientes. A adoção dos castigos para Godwin tinha como objetivos o controle dos indivíduos para que qualquer eventual mal que eles pudessem vir a cometer no futuro fosse prevenido, a regeneração dos punidos para que aprendessem que não deveriam cometer novos erros, e a utilização dos penares dos castigados como exemplos para as demais pessoas que ousassem cogitar praticar o mesmo ato desaprovado. O castigo destinava-se, portanto, a punir e controlar o indivíduo para que este produzisse ou adotasse determinada conduta desejada.

Ao serem submetidas aos castigos, as crianças passam a reconhecer que a punição é necessária para a formação disciplinar e que a violência faz parte da educação. Como prática metodológica, a punição na educação castra a liberdade das crianças e as molda à obediência e à covardia. Em nome de uma suposta proteção de bens valorizados pela comunidade, a punição suspende direitos, castiga o corpo, a mente e marca irremediavelmente a vida das crianças. Da mesma maneira que a punição, a recompensa faz parte dessa lógica educacional que estimula a competição, a segregação, a submissão e o servilismo.

Como ilustrações da ampla utilização do sistema de castigos e recompensas na educação brasileira, cito dois exemplos tirados do Brasil-Colônia e do Brasil-Império.

A utilização do sistema de castigos e recompensas está presente entre nós desde a época em que a educação dos indígenas foi entregue aos padres jesuítas. Os padres atuavam colocando em prática as determinações da Ratio Studiorum[7], de 08/01/1599, que era uma espécie de "manual de conduta" com centenas de regras estipuladas pela Companhia de Jesus para o bom caminhar da instrução jesuítica. Neste "manual" é possível encontrar normas que regulamentam de forma detalhada a realização dos exames e a concessão dos prêmios.

As regras da Ratio Studiorum previam a realização de disputas entre os alunos como forma de avaliação pública. Como se não bastasse a cobrança pública dos conteúdos ensinados, a instrução jesuítica condecorava os alunos mais bem classificados em um cerimonial minuciosamente preparado para apartar os melhores dos piores alunos, estimulando a soberba e gerando exclusão.

Segundo Foucault (2014), o exame é uma estratégia de dominação efetuada através da delimitação dos espaços e da disciplina dos corpos. Ele combina técnicas de hierarquia e de sanção: visa a vigilância do escolar no intuito de classificá-lo e de

---

[7] Disponível em https://obrascatolicas.com/editorarealeza/download/o-metodo-pedagogico-dos-jesuitas-parte-ii-ratio-studiorum/. Acesso em 02/08/2021.

puni-lo. Além de servir como uma forma de controle e de vigilância, o exame também estimula a competição entre os estudantes e fornece aos professores um campo de conhecimento sobre seus alunos. Para Foucault, “o exame inverte a economia da visibilidade no exercício do poder”, faz com que a individualidade entre num campo documentário, permitindo que a escola faça um “arquivo pessoal” dos corpos e dos dias de seus alunos. Além disso, o exame “faz de cada indivíduo um ‘caso’: um caso que ao mesmo tempo constitui um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder” (FOUCAULT, 2014, pp.183-187).

A punição também fazia parte das normas que regiam a educação no Brasil-Império. Tentando dar concretude à Constituição de 1824, a Lei de 15 de outubro de 1827[8] determinava que os castigos nas escolas deveriam ser aplicados segundo o método de Joseph Lancaster, sinônimo de interposição de ordem e exercício disciplinar.

> Joseph Lancaster descreve a escola como espaço venerável de concentração e silêncio sendo impróprio o uso constante da linguagem falada no momento da aprendizagem, uma vez que ela concorria para a perda do foco mental, distraindo o aprendiz. Além de ser considerado raptor de concentração, os diálogos, monólogos e conversas em sala de aula eram considerados perda de tempo, portanto incongruentes com o processo de aprendizagem. Desta forma, segundo a determinação dos Regulamentos o aluno deveria permanecer em silêncio, recebendo saberes (FERREIRA, 2015, p.60).

O método contava com técnicas que submetiam os alunos a humilhação psicológica e ao sofrimento físico. Suas punições consistiam, por exemplo, no uso pelo agressor de uma placa de madeira que era pendurada em seu pescoço, no intuito de modificar sua conduta indesejável e inadequada. Caso não fosse suficiente, o agressor era obrigado a usar grilhões, que podiam ser fixados em suas pernas, braços ou pescoço. A punição poderia ser aplicada individualmente ou em diversos alunos ao mesmo tempo,

---

[8] Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em 02/08/2021.

a chamada “caravana”. O método previa, ainda, como castigos passíveis de utilização a aposição de rótulos ou etiquetas nos transgressores, o confinamento, o uso de chás tranquilizantes e o uso da cesta ou saco disciplinar. Nesta última modalidade de castigo, o aluno era colocado dentro de uma cesta, que era alçada até o teto da escola, à vista de todos os alunos. Tal qual a caravana, a cesta era um castigo publicizado: dois modos perfeitos de ostentação do suplício.

O início do desaparecimento do suplício ocorreu, segundo Foucault, a partir do fim do século XVIII e início do século XIX. Ele foi substituído por punições “menos diretamente físicas”, por “uma certa discrição na arte de fazer sofrer”, por “um arranjo de sofrimentos mais sutis” (FOUCAULT, 2014, p.13). Mas o atingimento do corpo não deixou de existir: “ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos ‘suaves’ de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata – do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão” (FOUCAULT, 2014, p.29). A finalidade dos castigos era punir os indisciplinados com o objetivo de produzir corpos dóceis e úteis para a manutenção do poder do soberano e das relações de poder existentes na sociedade.

A adoção dos dispositivos de punição e recompensa na educação, portanto, vem de longa data. Está presente em todas as escolas, das mais conservadoras às mais democráticas. Exceção a essa regra, foram as escolas anarquistas. As contribuições de Godwin, portanto, não foram em vão: inspiraram práticas educacionais libertárias que escaparam da reprodução de uma educação autoritária, através de experimentações que procuraram educar sem castigar, sem recompensar, sem tolher o que havia de singular em cada criança. A implosão dos dispositivos de punição e recompensa foi condição essencial para a efetivação deste modo de educar antiautoritário.

Não foi obra do Estado ou de outra instituição qualquer. Foi uma invenção de indivíduos que se recusaram a ver a educação como um dos caminhos para a submissão e domesticação da

infância. Os anarquistas inventaram espaços em que a educação de crianças e adultos pudesse ocorrer com base na solidariedade, no apoio mútuo, na coeducação dos sexos, na junção de trabalho manual e trabalho intelectual. Para eles, a educação poderia ocorrer em qualquer lugar e por diversas formas: nas escolas, nos passeios ao ar livre, nas festividades, pela leitura de livros, periódicos, jornais, pela frequentação de conferências e teatros. A instrução integral defendida pelos anarquistas rompia com o modo uniforme de educação existente até então, por meio da invenção de um novo modo de educar que visava a liberdade e a vida juntos. Era voltada para a destruição da submissão às autoridades e para a conquista da liberdade. Por isso, nas escolas libertárias, a autoridade do professor sobre as crianças tinha, necessariamente, que ir desaparecendo na medida em que as crianças fossem crescendo. A conquista da liberdade, a prática do apoio mútuo e da solidariedade, a repulsa aos castigos e às recompensas eram emergências de experimentações que privilegiavam uma educação comprometida com a formação intelectual, física e moral de suas crianças.

> A educação universal governa a vida de cada um, da casa para a escola, trabalho e lazer, forma o cidadão convicto e responsável de hoje, e até mesmo o pequeno delator, o fascista cultivado da menoridade à maioridade jurídica, da infância à adolescência e à vida adulta. A escola pode tudo, não por ela mesma, mas pelo seu relevante desempenho institucional ao lado da família, religião, polícia, trabalho, política... formando o aluno, o filho, o crente, o vigilante, o penalizador, o produtivo, o leitor, o adorador de ídolos. Nossa cultura moderna se sedimentou na crença no conhecimento laico, na importância da fé no sobrenatural governado por pastores e igrejas, na atuação direta de mães, pais e familiares, nas relações de vizinhança, polícia e política; enfim, esta vida fundada na razão e na religião, atravessando a existência da família ao Estado, depende da capacidade de punir e de obter obediência pelo medo ao castigo (PASSETTI; AUGUSTO, 2008, p.26).

Espaços como o Orfanato Prévost, dirigido por Paul Robin, La Ruche, dirigida por Sebastién Faure, e a Escola Moderna, dirigida por Francisco Ferrer y Guardía, mesmo não sendo anarquista, são exemplos dessas experimentações resultantes das resistências de

indivíduos que atiçaram combates e enfrentaram a educação autoritária. Nesses espaços era possível encontrar, além das de Godwin, as concepções de educação de Charles Fourier, Max Stirner, Proudhon e Bakunin.

Fourier inspirou as práticas libertárias ao se opor à educação livresca, à autoridade dos adultos, à imposição de conhecimentos não desejados, ao uso da coação. Para ele, a educação tinha de ser aberta à vida, partir das paixões, dos desejos. A educação deveria respeitar a tendência natural das crianças de formar grupos nos quais poderiam ter suas paixões contrariadas ou estimuladas. A criança, para Fourier, não foi feita para a solidão de uma educação conduzida por um preceptor ou mesmo pela família, por mais ampla que esta pudesse ser. A criança, segundo Fourier, necessita de outras crianças para que suas paixões possam ser vividas intensamente.

Stirner agregou outras considerações à educação anarquista por meio do estímulo às relações associativas. Para ele, o indivíduo é feito na luta, e a educação tem como fim possibilitar a sabedoria egoísta do indivíduo, a fim de que livre da presença de ideias-fixas possa se autodeterminar, independentemente da influência de Deus ou da humanidade. É essa influência externa que abarrota a criança de moral. Para Stirner, a educação livre tem que fulminar as dominações para que as singularidades não sejam sufocadas. A educação para a vida livre independe de qualquer emancipação: ocorre no presente daqueles que se auto determinam, rompendo com a internalização de causas que não são exclusivamente as suas causas.

Proudhon, por sua vez, contribuiu para as práticas educacionais libertárias ao sublinhar que as instituições de ensino, curvadas ao poder político-econômico da classe burguesa, serviam para a manutenção e perpetuação dos privilégios e das injustiças sociais. Destacava a importância fundamental do trabalho como principal instrumento de aprendizagem, que possibilita ao indivíduo conhecer por completo o processo de produção, apartando-se do trabalho parcelar que o aliena, recomendando o fim da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Bakunin mostrou que a educação autoritária estava voltada para a manutenção dos privilégios da classe dominante e para a submissão das massas. Que a revolta da vida contra o governo da ciência é salutar para que se evite a submissão dos indivíduos a abstrações impiedosas. Que a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual é uma forma refinada de castigo, já que o trabalho manual é visto como subalterno, cansativo e reservado àqueles que foram educados para a obediência.

Todas essas concepções inspiraram práticas como as de Robin, Faure e Ferrer y Guardía. O Orfanato Prévost recebeu entre 120 e 180 crianças de ambos os sexos. Durante os anos em que dirigiu o Orfanato, Robin levou adiante uma experiência educacional baseada na instrução integral e na politecnia. A educação oferecida às crianças englobava aspectos intelectuais, físicos, sociais e políticos. Não estava direcionada para a acumulação e cobrança de conteúdos. Estava centrada na criança, na espontaneidade de sua criatividade, de suas faculdades e de suas aptidões. As crianças tinham a possibilidade de conhecer diversas atividades, de aprender na prática, evitando uma aprendizagem livresca e um trabalho alienado. Elas não eram submetidas à realização de exames e provas como forma de classificação ou medição da quantidade de conhecimentos que haviam acumulado.

Faure adotou em La Ruche muitas das práticas existentes no Orfanato Prévost: a educação livre, mista e integral, com ênfase no trabalho, que privilegiava a observação e as experimentações e a ausência de punições e recompensas serviram de base para a construção de A Colmeia. La Ruche era um espaço comunitário libertário onde cerca de 40 crianças e alguns adultos conviviam numa comunidade educativa autogestionada.

A Escola Moderna de Francisco Ferrer y Guardía contou com 30 alunos. Seu método racionalista-libertário espalhou-se pelo planeta após a morte de seu fundador. Tinha como princípios a educação integral e politécnica, a coeducação dos sexos e das classes, e a ausência de castigos e recompensas. A Escola Moderna de Barcelona inspirou a abertura de diversas escolas no Brasil. As

Escolas Modernas 1 e 2 de São Paulo dirigidas, respectivamente, por João Penteado e por Adelino de Pinho são exemplos do legado deixado por Ferrer y Guardía.

A educação anarquista se opôs à educação fundada no princípio da autoridade, que exige obediência, justifica o uso da força e que tem como tônica o castigo. Por ter extirpado a punição, a educação libertária inventou novos convívios, colocou em seu fluxo a liberdade e escancarou que uma sociedade sem penas é possível. Afirmou que a educação tem que ser vivida como prática abolicionista da punição para que crianças e jovens deixem de ser apenas sujeitos que cumprem e exigem o cumprimento de comandos, direitos e deveres.

As crianças não são propriedades de ninguém. Elas não pertencem aos pais, aos professores, aos governos. Elas pertencem a si mesmas. As punições, os castigos, as ameaças, palmadas, surras, espancamentos, introjeções de medos e fantasmas e aterrorizações não são componentes da educação. A não ser que se entenda por educação a formação de indivíduos covardes, imobilizados, obedientes, servis e autoritários. Neste tipo de educação, os castigos continuam a ser praticados contra as crianças.

As condutas punitivas se alteraram ao longo do tempo. Atualmente, passaram a ser regulamentados por uma série de normas legais que delimitam sua extensão. Aqueles que não se enquadram dentro dos padrões esperados pela sociedade devem ser corrigidos e, se necessário for, com a ajuda da Justiça. A punição continua presente e sua naturalização é crescente.

> Razão, justiça, religião, pais, polícias, políticos, mestres educadores e técnicos humanistas crêem que o castigo propriamente dito ou a ameaça de punição, por meio de dores no corpo e na mente, ajustam desobedientes, desviados, anormais, bandidos, perigosos, subversivos. Acreditam que, por meio de punições e penalizações exercidas por tribunais que vão da casa ao Estado, passando obviamente pela escola, é que se garante a propriedade, inclusive de mulheres, filhos, enteados, alunos, doentes, mão-de-obra, eleitores, soldados e demais integrantes do rebanho (PASSETTI; AUGUSTO, 2008, p.27).

As resistências aos procedimentos de governamentalização, portanto, são algo fundamental para a criação de subterfúgios ao poder normalizador da vida, já que as relações de poder que perpassam a educação, segundo Foucault (2008), alimentam e sustentam os circuitos de repressão e geram positividades. O poder produz realidade e rituais de verdade. Por isso, é importante não perder de vista as relações de governo entre os súditos. A subversão do sistema tal como ele se apresenta é necessária para que cada singularidade possa dar forma à sua liberdade, sem servir a comandos superiores e sem desejar ser servido.

Atualmente, resistir à escolarização como acesso à educação universal é instigar combates à dominação da educação vigiada pelo Estado, que a todos forma e formata de acordo com seus interesses. As indisciplinas como ações que inventam e instigam ao combate trazem à tona o intolerável para as autoridades. Resistir ao domínio de uma educação autoritária é realizar a urgência de uma educação livre de castigos por meio de práticas que inventam novos convívios.

Referências

BAKUNIN, Mikhail. *A instrução integral*. São Paulo: Nu-Sol/Imaginário, 2003.

FAURE, Sébastien. *A colmeia: uma experiência pedagógica.* Tradução de Antônio B. Canellas. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2015.

FERRER Y GUARDIA, Francesc. *A escola moderna.* São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica.* Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_________. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOURIER, Charles. *El falansterio*. 2ª Ed. Cibernética, 2006. Disponível

em:https://www5.pucsp.br/ecopolitica/documentos/docs_especiais/docs/Charles_Fourier_El_falansterio.pdf.
PASSETTI, Edson; AUGUSTO, Acácio. *Anarquismos & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
PROUDHON, Pierre-Joseph; DEBOUT-OLESZKIEWICZ, Simone; THÉVENET, Alain; GALLO, Sílvio; LEBOEUF, Bernard; PEREIRA, Irène; PAULA, Amir El Hakim de. *Filosofia e educação nos séculos XVIII e XIX em perspectiva libertária*. São Paulo: Intermezzo, 2019.
ROBIN, Paul. "L´enseignement intégral". In: *Reveu de philosophie posite volonté anarchiste*, nº 41, 1869-72, 1992.
STIRNER, Max. *O falso princípio da nossa educação*. São Paulo: Intermezzo, 2016.
__________. *O único e sua propriedade*. Tradução de João Barrento. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Capturas identitárias e resistências anarquistas

Paulo Edgar da Rocha Resende

Qual é o problema?

Como os anarquistas lidam com a questão da identidade? Como resistem a esse dispositivo de dominação que homogeneiza grupos e atribui essência aos indivíduos? Obviamente não trago este tema para elogiar ou defender o dispositivo identidade. O que busco é apontar os perigos que as identidades apresentam para as práticas de liberdade e contribuir com reflexões sobre como combater opressões ligadas a elas, tendo como alvo as próprias identidades, não somente os repertórios da ação opressora.

Denomino identidade a rotulação e as formas de identificação comum entre pessoas, que atribuem uma condição existencial que transcende cada indivíduo. Como efeito, a atribuição identitária produz generalizações, categorizações e hierarquizações, desprezando que cada ser é único, com potências e singularidades. Stuart Hall (2000) entende que a identidade coletiva é aquilo que extravasa a individualidade, pois ao viver em sociedade estamos sempre inseridos em culturas e normas sociais, que extrapolam nossa singularidade de indivíduo. Isso é certo, e a identificação com determinados hábitos e valores de grupos ou normas sociais é inevitável. No entanto, identificar-se e ser influenciado por atributos coletivos é distinto de reduzir-se ontologicamente a esses atributos. O indivíduo que vive em sociedade não se esgota em sua individualidade nem na exterioridade de atributos coletivos. O quanto preserva de si e o quanto se permite subjetivar dessa exterioridade estarão sempre em tensão. A busca individual por liberdade implica a contínua busca por livrar-se de toda norma ou

padrão social que incida sobre o ser reduzindo sua singularidade, sua dimensão única.

O alvo da luta de grupos historicamente oprimidos tem sido a erradicação de formas de opressão bem precisas, aquelas das quais somos vítimas históricas. Sendo assim, a importância dessas lutas é inegável, dada a urgência de colocar fim a décadas, séculos ou até milênios de discriminações, estigmatizações, segregações, e todas as formas de violências que impedem o usufruto dos mesmos direitos e liberdades. É na busca por fortalecer essas lutas e suas potências subversivas que lanço o olhar para os alcances de sua radicalidade e da ruptura com as lógicas opressoras. Em outras palavras, atento à intensidade[1] com que são capazes de combater a opressão e desmontar, deslocando para fora do sistema sociocultural e econômico-político que oprime com o autoritarismo do Estado, o racismo, a segregação, a exploração capitalista e a representação democrática.

A crítica à identidade

A autodefinição em uma identidade merece ser problematizada, pois ao mesmo tempo que pode prover reconhecimento, autoconhecimento e solidariedade, pode também reduzir as possibilidades de expansão e diferenciação do indivíduo na sociedade. Enquanto a identidade hetero atribuída busca padronizar, controlar, dominar, assujeitar e/ou estigmatizar o sujeito, a identidade autoatribuída, ainda que vise a emancipação, pode limitar as ações e relações do indivíduo a partir de considerações não atribuídas pelo próprio. Definir-se em uma identidade serve muito mais para os interesses de representação e

[1] A perspectiva analítica da intensidade da ação, que proponho, se baseia, principalmente, nas noções de Deleuze e Guattari de linhas duras, habituais, que percorrem planos estriados; de linhas flexíveis, ambíguas, que circulam sobre planos lisos, com desterritorializações relativas e oscilando entre as duas outras linhas; e das linhas de fuga, que implicam em desterritorializações absolutas (DELEUZE; GUATTARI, 1996, pp.58-75).

uniformização de grupos sociais do que para a liberdade individual. As identidades coletivas facilitam a governos, *cidadãos-polícia*, líderes militantes e novos pastores (PASSETTI *et al.*, 2019) delimitar os desejos, valores e condutas dos identificados.

Em nossas revoltas cotidianas, os anarquistas combatem não somente as opressões que ocorrem por via da identidade, como o racismo, o machismo, a transfobia e o antissemitismo, mas as próprias identidades. Porque independente de qual seja a identidade, sua própria existência implica na anulação de diferenças, na ocultação de singularidades, na hierarquização de grupos e na exclusão dos inferiorizados. Onde há identidade há estigma e dicotomias sociais de bom-mal, bonito-feio, certo-errado. Somos negros, mulheres, bixas, travestis, latinos, indígenas, macumbeiros ou nóias.

Ser contra identidade não significa desprezar o que somos. Pelo contrário, na medida em que as minorias são marginalizadas ou estrategicamente incluídas nos sistemas de distribuição de poder e riquezas, devir minoria é confrontar as relações de poder das identidades majoritárias. Devir negro, mulher ou bixa é, portanto, necessário para desconstruir as demarcações rígidas das identidades e seus estigmas inferiorizantes. Como fruto de relações históricas de poder, as identidades dão sustentação a suas hierarquias e dominações.

A revolta é contra toda e qualquer identidade e para muito além das identidades. As lutas dos trabalhadores terão alcance reduzido caso se limitem à exploração patronal capitalista, sobre as condições salariais e de trabalho. As lutas das mulheres pobres, negras, lésbicas terão potencial reduzido se apenas considerarem suas condições de mulheres pobres, negras, lésbicas, mas ignorarem que as relações de dominação podem vir de outros lados, como de alguém com as mesmas condições de gênero, classe, raça e sexualidade. Essas condições não garantem relações de poder horizontalizadas, pois o que as torna categorias estigmatizadas é uma série de relações sociais, discursos, racionalidades, instituições, modos de subjetivação que desde seu

fundamento, sua raiz, são excludentes e hierarquizantes, que perpassam indivíduos, famílias e instituições, independente de qualquer identidade.

Isso não significa negar que grupos de indivíduos de identidades estigmatizadas sejam vítimas preferenciais das relações de dominação. Trata-se de buscar estratégias de confronto em que os próprios modos de subjetivação que os grupos dominantes se servem para oprimir, sejam colocados em questão.

Identidades como produto do Estado-nação

Identidades coletivas serviram de forma marcante para possibilitar o controle de populações pelo governo do Estado e a construção de unidades nacionais. Após os tratados de paz de Vestefália, no século XVII, as nações europeias foram divididas territorialmente em Estados soberanos, e ao povo de cada Estado atribuiu-se uma identidade nacional. Com as unificações, passou-se a sufocar e perseguir de forma sistemática às minorias com diferenças étnicas, linguísticas, religiosas e políticas. Para controlar e governar seu povo, as instituições estatais determinam a variedade étnica, linguística e o comportamento social adequado para o gozo da cidadania que será concedida nos séculos subsequentes.

A formação de unidades e identidades nacionais serviu, portanto, à construção e ao fortalecimento dos Estados modernos. Em termos biopolíticos, unificar, estratificar e identificar as massas populacionais facilita o controle e gestão da produção da vida. Facilita a inferiorização daqueles grupos que precisarão ser excluídos, perseguidos e deixados para morrer, para que os privilegiados sejam protegidos, correspondendo ao processo que Foucault denominou "racismo de Estado" (FOUCAULT, 2000). O endurecimento da divisão social em segmentos identitários para além das multiplicidades socioculturais de qualquer sociedade serve às agências de estatística e de controle social do Estado. Simplificam-se as multiplicidades para domesticar, disciplinar,

tornar os corpos úteis, fazendo da multidão o alvo das tecnologias de governo, e justificando, assim, a soberania sobre um território, sobre todo um povo.

A lógica de segmentação binária (homem-mulher, hetero-homo, cis-trans, branco-negro, cidadão-estrangeiro) é útil para estratificar, hierarquizar e controlar a sociedade (DELEUZE; GUATTARI, 1996). O Estado se utiliza disso para reproduzir nos indivíduos a racionalidade representativa, estabelecer programas de políticas específicas, criar novas leis, incentivar a participação e fortalecer o punitivismo. No âmago dessa racionalidade, clama-se por tirar os perigosos de circulação, com mais leis, mais vigilância, mais penalizações, mais polícia, mais prisões. É nesse processo que localizamos a reprodução de "sociabilidades autoritárias" (PASSETTI, 2003).

Lutas de resistência às identidades

As lutas sociais capturadas pelos dispositivos de identidade dicotômica se ajustam ou se aproximam a uma relação de soma zero – para que uns ganhem, outros devem perder – em que ativistas com um certo "capital subalterno" (RESENDE; ROSA, 2017) vislumbram a destruição do inimigo, reproduzindo o jogo da política do Estado, que pode ser entendido como o da continuidade da guerra por outros meios. Por esse motivo, as lutas antiopressão e as revoltas transformadoras vão além das identidades XYZ contra as identidades ABCD.

Para evitar a captura nesse sistema punitivo, excludente e inferiorizante, que é típico do Estado, do Capitalismo e das religiões monoteístas, as resistências anarquistas agem contra a própria identidade. Quando se abraça uma identidade para resgatar seu valor, sua dignidade, ou sua autoestima, nos assujeitamos à representatividade, que trata justamente de construir e aceitar um novo padrão homogeneizante de um grupo de pessoas completamente diversificado. O tal do empoderamento

está aí, ligado à distribuição de fatias de poder político e econômico a lideranças e influenciadores, possibilitando que novos pastores nos representem e falem em nosso nome (PASSETTI, 2019).

Com isso não estou dizendo que os negros não devem se valorizar, se orgulhar de quem são/somos ou de combaterem/combatermos o racismo, pelo contrário, eles devem/nós devemos, mas para muito além da condição racial. Nossa humanidade reside justamente no que vai além dos atributos raciais, criados para nos diferenciar dos europeus, reduzir nossa condição de espécie humana a algo inferior e daí justificar a exploração e escravização dos povos africanos. Mais que negros, somos indivíduos, o que quer dizer indivisíveis. Em nossa revolta, em nossa recusa radical e cotidiana a todas as atitudes e discursos que tentam nos inferiorizar, impedir nossa vida ou nos julgar com base no que não somos, que transcende nossa existência, não podemos perder de vista que o racismo é fruto do capitalismo e do autoritarismo que compuseram o Estado moderno.

Afirmar-se e fechar-se em uma identidade limita a capacidade do indivíduo reinventar-se diante das circunstâncias da vida, reduzindo sua liberdade de se reinventar quando lhe convier. Infeliz é aquele que se pergunta: estou agindo de acordo com minha identidade? (FOUCAULT, 2004) Estou agindo como negro ou como branco? Como homem hetero ou como bixa? Quem coloca para si tais questões condiciona sua liberdade, sua potência criativa a uma essência atribuída por outros. Entretanto, é interessante questionar-se e distanciar-se de condutas marcadas e atribuídas por identidades dominantes. A masculinidade típica, a branquitude supremacista e a heteronormatividade precisam ser destruídas. A feminilidade e a negritude queers se apresentam como possibilidades fluidas de desterritorialização e de fuga da existência prefigurada, quando articuladas por cada indivíduo à sua própria maneira, de acordo com a circunstância.

Foucault (2009, p.239) sugere recusarmos o que somos para nos "liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga". Nos incita a "promover novas

formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos".

> Se as pessoas pensam que elas devem "desvendar" sua "identidade própria" e que essa identidade deva tornar-se a lei, o princípio, o código de sua existência, se a questão que elas apresentam perpetuamente é: "Essa coisa é conforme à minha identidade?", então penso que elas voltarão a uma espécie de ética muito próxima da virilidade da heterossexualidade tradicional. Se devemos nos posicionar em relação à questão da identidade, deve ser enquanto somos seres únicos. Mas as relações que devemos manter com nós mesmos não são relações de identidade; elas devem ser, antes, relações de diferenciação, de criação, de inovação. É muito fastidioso ser sempre o mesmo (FOUCAULT, 2014, pp.265-266).

O ativismo identitário

Quem diz que esta ou aquela característica em um ser humano é mais ou é menos importante, que este ou aquele comportamento é melhor ou pior, é quem gosta de hierarquizar seres humanos; quem gosta de relações de dominação; quem gosta de pastores de rebanho,quem se submete a servidões voluntárias (LA BOETIE, 2009), a dogmatismos e aprisionamentos de suas diferenças, e também quem aceita lideranças e representações, sejam elas pretas, amarelas, cor de rosa ou vermelhas. Quem segue por esses caminhos está disposto a conservar uma ordem política e social verticalizada. Verticalizada na economia, nas decisões políticas ou nas relações sociais.

Unir-se a grupos de identidades específicas pode fortalecer a organização de lutas políticas que almejam intersecções com o Estado, ao possibilitar o exercício de lideranças e representações. Essas lutas podem lograr direitos e liberdades concedidos pelo Estado, mas para alterar as mentalidades hierarquizantes o processo é mais longo e árduo.

Movimentos e ativistas ditos identitários têm buscado, com a ajuda das redes sociais, alterar as percepções a respeito de quem nós, portadores de identidades estigmatizadas, somos, almejando

combater os discursos e atitudes que nos inferiorizam. A luta é necessária, porém o método às vezes pode reproduzir relações de poder típicas da polícia: vigilância, controle, punição (RESENDE; ROSA, 2017).

A mente humana quando se habitua com uma tecnologia de poder tende a naturalizá-la. O Estado está naturalizado na cabeça de muitos e essa lógica, essa matriz higienizadora é fundamental para a existência de todas as relações de dominação, relações hierarquizantes que servem para a sustentação de todas as formas de opressão (NEWMAN, 2005). Movimentos antirracistas, antimachistas, antilgbtqfóbicos teriam mais êxito se focassem em destruir todas as formas de hierarquização social, para além do conteúdo de uma ou duas hierarquizações sociais. Os movimentos que não se distanciam de afirmar identidade, enfraquecem a resistência porque buscam determinar quem somos, nosso verdadeiro eu. Por terem uma suposta legitimidade alcançada pela representatividade, lugar de fala ou capital subalterno (RESENDE; ROSA, Op.Cit.), colocam-se como incontestáveis, como novas autoridades. Como todo ativismo, seus métodos, estratégias e táticas podem ser mais autoritários ou mais libertários. Com o ativismo pautado nas ou pelas identidades ocorre o mesmo, e a problematização aqui visa incitar seu giro libertário, já presente em alguns ativismos de ruptura radical.

As revoltas anarquistas

Por isso as revoltas no campo das relações sociais, incitadas pelos anarquistas, não se limitam às identidades vítimas de opressões. Na anarquia não se luta pelo outro, em nome do outro, como porta-voz, representante ou emissário dos oprimidos. Se luta com o outro e contra todos os sistemas institucionais e subjetivos que produzem opressões.

As resistências anarquistas se voltam a perfurar, abrir gretas, buracos, linhas de fuga e estremecer as relações de dominação.

Possibilitam o deslocamento do nômade, que se faz capaz de abandonar seu território e caminhar por novos territórios de forma livre, desprendida dos valores e regras constituídos nas estruturas sedentárias (DELEUZE; GUATTARI, 1996). Desterritorializar-se é preciso no campo cognitivo, dos discursos, dos relacionamentos, das chaves de como entendemos a nós e aos outros, de como nos colocamos na vida em sociedade.

Aceitar rótulos que nos são atribuídos é possibilitar servir à representação, política e cognitiva, aproximando-se da autoridade no espectro autoridade-liberdade, abdicando de si, da complexidade que habita em cada um. Certamente é mais fácil adotarmos modelos preconcebidos e sermos racionalmente reconhecíveis na sociedade, do que explorarmos em nosso interior como de fato somos e queremos ser. O Estado – com a ajuda das igrejas – em sua soberania estabelece quem é o diferente, o Outro a quem excluirá, a quem deixará de fora, a quem considerará abjeto, desprezível, menos digno de direitos ou de vida. As lutas políticas anti-identidades não buscam incluir os excluídos no sistema político-econômico, mas destruir todo o aparato epistêmico, institucional, subjetivo que produz hierarquias de direitos e possibilidades de vida.

As relações de dominação que cada combatente libertário enfrenta em sua vida cotidiana vão muito além da unidade identitária de um inimigo opressor. Para uma resistência mais efetiva a oponentes indeterminados, que se disfarçam, se atualizam, se suavizam ou se metamorfoseiam com alguma fluidez variável, é útil enfocar a atenção nas relações de poder, nos discursos, nas condutas que pretendem ser dominantes e hegemônicas.

As lutas de resistência anarquista requerem o confronto permanente para livrar-se de modos de vida assujeitados. Como diz Da Mata (2021), isto se faz observando e combatendo em si mesmo e em torno de si as monstruosidades do autoritarismo, em lugares ou em pessoas, em circunstâncias ou em ocasiões. A vida cotidiana anarquista inscreve-se em uma estética guerreira, que

intensifica a coragem de luta voltada às invenções de si, que se dão em meio aos intermináveis enfrentamentos contra sujeições.

Os enfrentamentos contra sujeições nem sempre são pacíficos. Há ocasiões em que aquele que rejeita a autoridade e as relações de dominação precisa agir com contundência, recorrendo a uma autodefesa até mesmo violenta, se preciso for. Quando é a vida que está em jogo, não há padrões morais e normas de conduta a serem seguidos. E a vida está em jogo sempre quando há formas de sujeição, de exclusão do que nos faz verdadeiramente individuais.

As revoltas e insurgências anarquistas abrem possibilidades para a afirmação da diferença. A identidade enquanto definidora de padrões essencialistas, facilmente representáveis, é desafiada pela ação direta, que não encontra mediação nem parâmetros pré-estabelecidos, seja por uma moral, por normatividades, lideranças políticas ou vanguardas intelectuais. Como afirmou Jourdan (2021), ação direta é muito mais do que aquilo que se comete em manifestações, é uma atitude ética diante do mundo que expressa uma ruptura com os pressupostos da mediação e da representação. Na destruição de opressões ligadas às identidades, a ação direta é cotidiana e parte de invenções de cada um de acordo com o contexto.

Ação direta contra o capital, contra o Estado, contra o racismo e o patriarcado, exige deslocamentos de valores que estão dentro de cada um de nós. E não é porque somos anarquistas que estamos automaticamente livres dessas formas autoritárias de se relacionar. Por isso, a revolta contra todas as formas de dominação passa por um processo de desidentificação, principalmente para que no nível subjetivo a ruptura com o mundo e a forma de vida estabelecida seja possível.

A revolta possibilita a expressão do singular. Escapar de modelos normatizados, regulados ou mediados, possibilita, com a ação direta, a criação própria do indivíduo. A ação revoltosa extravasa racionalidades que determinam as condutas, abrindo espaço para a reconexão do indivíduo com todas suas dimensões, criando seu próprio deslocamento daquele Eu socialmente construído. Possibilita a experimentação e afirmação de outros

modos de vida. Nesse sentido, a experiência de ação direta é pedagógica, abala relações de poder, propiciando novas percepções e ativando novas lutas.

A tática de desidentificação é bastante explícita nos protestos de blocos combativos de encapuzados. A tática *black bloc* materializa e explicita o sentido de desidentificar-se e de romper com os valores e com as formas de se comportar, que os códigos de civilidade esperam de todos nós. A polícia, com seus sistemas de controle e monitoramento, é colocada em questão debaixo do nariz de seus oficiais fardados. Suas tecnologias, como o reconhecimento facial, por exemplo, já implantado em alguns países, não têm efeito. Além dos capuzes, as roupas pretas também dificultam a identificação individual. É por isso que a contrainsurgência do Estado busca se infiltrar nos movimentos e disfarçar-se de militante, para identificar cada um dos encapuzados, já que suas tecnologias de monitoramento não conseguem fazê-lo.

A sociedade de controle (DELEUZE, 2008) necessita identificações, necessita saber cada dimensão de quem somos e o que fazemos a cada momento. As redes sociais colaboram com isso, retomando mais uma vez a servidão voluntária, já que voluntariamente muitos se deixam ser controlados em seu dia a dia.

Para impulsionar a ação

O desafio que se coloca aos ativistas atentos às identidades está tanto em romper com os conteúdos de sociabilidades autoritárias que definem quais sujeitos e grupos socioculturais serão vítimas de opressão, como também com as próprias formas autoritárias de sociabilidade que reproduzem relações de dominação. Neste sentido, cabe a cada grupo se perguntar como erradicar o patriarcado, o racismo, a heteronormatividade, o classismo, a transfobia, e diversas outras opressões, sem recorrer à segmentação binária e ao punitivismo que alimenta e fortalece qualquer sistema social opressor.

As lutas anarquistas antirracistas e antipatriarcado observam que o racismo e o patriarcado estão enraizados em modos de subjetivação, nos modos como nos tornaram sujeitos, nos modos como nos relacionamos economica, política e culturalmente. Combater o racismo e o patriarcado é urgente, mas se não observarmos que ambos estão enraizados no Estado e no capitalismo, as lutas terão alcance limitado e correm o risco de apenas apaziguar conflitos, sem resolvê-los em suas entranhas.

Dissociar-se de padrões dominantes, de valores e condutas maiores, reinantes, possibilita processos de desconstrução de essências e a busca por processos de mestiçagem em que as diferenças, as multiplicidades são mais valorizadas que as unidades (RESENDE, 2000). O devir minoria, proposto por Deleuze e Guatarri (1996), nos ensina que cada um tem sua forma de diferenciar-se e recriar-se para além dos padrões. É nessa desconstrução de padrões dominantes, que precisamos nos embeber de negritude, de africanidade, de bixice, de feminilidade, de indigenismo. A desconstrução de padrões éticos e estéticos deve envolver todas as formas de ser, pensar, desejar e se conduzir, para que as práticas de liberdade possam alçar voos mais longos e desterrar as raízes mais profundas das relações de dominação.

Reconhecer que o sistema cultural ocidental criou identidades para hierarquizar grupos humanos, e que a revolta é necessária para que deixemos tal condição deteriorada, não significa abraçar as identidades nem lutar a partir delas. É o deslocamento de sua lógica de construção de hegemonias, de produção de unidades e relações de dominação, de anulação do indivíduo que precisa ser evitado. A resistência anarquista se mostra potente na resistência a essas capturas justamente por não se prender em somente valorizar determinados grupos humanos, mas todos os seres, inclusive os animais.

Referências

BRAY, Mark. *Antifa: o Manual Antifascista*. Tradução de Guilherme Ziggy. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

DA MATA, João. "Anarquismo da vida cotidiana e subjetividades libertárias". In: Ferreira, J.M.C; Da Mata, J.; De Almeida, J.R. (orgs.) *Anarquia e Anarquismos: práticas de liberdade entre histórias de vida (Brasil/ Portugal)*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs.* Vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto et alii. São Paulo: Ed. 34, 1996.

DELEUZE, Gilles. "Post-scriptum sobre as sociedades de controle". In: *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 2008.

JOURDAN, Camila. "Anarquismo e Falência da Representação". In: Ferreira, J.M.C; Da Mata, J.; De Almeida, J.R. *Anarquia e Anarquismos: práticas de liberdade entre histórias de vida (Brasil/ Portugal)*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2021.

FOUCAULT, Michel. "Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade". In: *Ditos & Escritos IX – Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

________ . "O Sujeito e o Poder". In: Dreyfus, Hubert; Rabinow, Paul. (orgs.). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

________. "A ética do cuidado de si como prática da liberdade". In: *Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

________. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.

HALL, Stuart. "Quem precisa da identidade?". In: Da Silva, T. T.; Hall, S.; Woodward, K. (orgs.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LA BOETIE, Étienne de. *Discurso da Servidão Voluntária*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2009.

PASSETTI, Edson. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

________. "Rumos das Práticas de Liberdade". In: Butturi Junior, Atilio et al. (Orgs.) *Foucault e as práticas de liberdade I: o vivo e os seus limites.* Campinas: Pontes Editores, 2019.

NEWMAN, Saul. "Guerra ao Estado: anarquismo de Stirner e Deleuze". In: *revista verve*, n. 8, São Paulo, Nu-Sol, 2005, pp. 13-41.

RESENDE, Paulo Edgar R. e Rosa, Pablo O. "Ativismo Identitário e o Capital Subalterno". In: *Gavagai*, v. 4, n. 1, Erechim, 2017, pp. 245–265.

RESENDE, Paulo-Edgar A. "Comunicação e Mestiçagem". In: Dowbor, L.; Ianni, O; Resende, P.; Silva, H. (orgs.). *Desafios da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Nem pátria, nem patrão – nem polícia, nem pelotão pela desativação do aparato militar e securitário na América do Sul

Mariana da Gama Janot

Consideramos essa campanha de extrema importância nos tempos atuais. Em meio a um odioso e covarde silêncio, uma voz poderosa e um vasto amor são necessários para que os mortos-vivos estremeçam.
(Emma Goldman e Alexander Berkman)

Introdução

A violência militar é uma ferida cuja dor parece inescapável na América do Sul. Desde os violentos processos coloniais e da formação dos Estados, as forças armadas têm sido agentes protagonistas na opressão e exploração do povo e da terra. É importante ter em mente que o exercício da violência estatal por meio de seu braço armado é um pressuposto, pois a organização da violência garantiu sua sobrevivência (TILLY, 1996), assim, não se trata de uma exclusividade da região sul-americana. Contudo, devido ao histórico de ditaduras, o constante engajamento das corporações militares nas ruas, e tentativas contínuas de impor o modelo militar como organização para a sociedade, é comum que a região seja vista como um ponto fora da curva nas dinâmicas políticas do emprego da força estatal, se apresentando como um caso à parte de militarismo exacerbado.

Grosso modo, o militarismo diz respeito ao "pacote de ideias" associadas à organização militar, como: ordem, hierarquia e disciplina, *ethos* masculinizante, patriotismo, meritocracia e culto à autoridade (ENLOE; SJOBERG; VIA, 2010). Há uma linha de

interpretação na ciência política (PASQUINO, 1986) que identifica o militarismo como uma anormalidade, quando a organização militar – que encarna esse pacote de ideias – atua fora de sua função precípua, qual seja, proteger o Estado contra ameaças externas. Fora deste escopo a ação militar poderia impulsionar a difusão ideológica de seus valores e ocupar espaços que normalmente não lhes são atribuídos, como gabinetes civis, conduzindo um processo entendido como militarização (MATHIAS, 2004).

Há dois contextos que se justapõem, na década de 1990, nos quais o militarismo e os processos de militarização e desmilitarização vêm à tona. O primeiro é regionalmente localizado, pois se trata do período de transição dos regimes autoritários e ditaduras militares na região. A ampla maioria dos países passou por um período de ajustes de governo, retirando oficiais militares de cargos políticos, reorganizando ministérios, e buscando reorientar o emprego da força para outros fins que não o combate ao comunismo.

No cenário global, houve uma intensificação em grau da quantidade das intervenções militares e da ostensividade militar dos aparatos policiais. Agendas como o combate ao crime organizado, terrorismo, migrações e outras alocadas sob o signo das novas ameaças têm mobilizado ações militares e policiais cada vez mais imbricadas e voltadas para os âmbitos domésticos, na medida em que atuam diretamente sobre o cotidiano das pessoas (GRAHAM, 2010; CHAMAYOU, 2015a). Na América do Sul, a sobreposição desses movimentos implicou em reformas nas forças armadas e de segurança que essencialmente buscaram equacioná-los: re-ajustar os procedimentos de engajamento militares para atender as regras gerais dos regimes democráticos e lidar com estas ameaças de maneira eficiente, essencialmente acomodando a atuação militar doméstica nas democracias.

Ainda que o momento atual se apresente como uma manifestação aguda do militarismo, uma leitura anarquista nos informa que sua gravidade presente não se deve apenas a uma nova agenda securitária, tampouco da particularidade histórica da

região, mas sim, à persistência daquilo que o assegura: a formação de exércitos profissionais permanentes, ou, os braços armados dos Estados (GOLDMAN, 2007). Na década de 1960, a própria sociologia militar – linha de pesquisa que investiga o comportamento social e político das organizações armadas – reconhece o profissionalismo militar como elemento que conduz o aparato armado à intervenção e comportamentos autônomos. Contudo, décadas antes, as críticas anarquistas à conscrição e à mobilização de massa dos exércitos que assolaram o continente europeu e, posteriormente, os Estados Unidos, já anunciavam os perigos do militarismo. E, apesar das várias mudanças no cenário mundial desde então e nos formatos mais específicos de conflitos armados, uma máxima permanece verdadeira: "a preparação militar nos conduz direto ao massacre universal" (Idem, p.47).

Neste ensaio, defendemos que a revolta contra o militarismo deve incluir o esforço pela sua *desativação*, ao invés de tentar controlá-lo, cooptá-lo ou aceitar que ele tudo domina e deixar-se subjugar. Uma primeira seção será dedicada a explorar as leituras anarquistas do início do século XX, compartilhadas com alguns expoentes comunistas como Rosa Luxemburgo, a fim de identificar a crítica prévia a dois elementos que se manifestam hoje, sobretudo na América do Sul: a autonomia da força e a falácia do "inimigo externo". Em seguida, analisamos a situação do militarismo na região, fornecendo um breve histórico das ditaduras e opressões do século XX, porém focando o contexto contemporâneo, no qual as investidas militares e policiais, bem como seu empoderamento político, se acomodam nos regimes democráticos. Então, apresentamos brevemente alguns dos posicionamentos adotados diante deste fenômeno: o da democracia liberal que tenta diminui-lo pelo controle civil institucional, o da leitura leninista-stalinista que visa a cooptação revolucionária das forças do Estado, e, também, um recente debate sobre as manobras de uma guerra híbrida. Por fim, compartilhamos o nosso posicionamento pela desativação.

O preparo e o massacre

Na virada do século XIX para o século XX, o desdobramento da formação dos exércitos profissionais permanentes e os investimentos maciços nas indústrias bélicas foi acompanhado de um conjunto de críticas à guerra e ao militarismo como recursos de autoridade do Estado. De maneira geral, os principais expoentes revolucionários à época identificaram, na guerra e no exercício da violência militar, a reafirmação da opressão às classes trabalhadoras, beneficiando a indústria e seus patrões e exaltando o patriotismo, inculcando na sociedade a imperatividade de defender as estruturas vigentes de dominação (LUXEMBURGO, 1971; GOLDMAN, 2007).

Ainda, a guerra exerce uma função ordenadora sobre a sociedade, mantendo a saúde do Estado (BOURNE, 2019, p.99), pois gera um efeito duradouro de subordinação popular ao forçar uma espécie de retorno à situação de infância ou um reforço do rebanho. Estar em guerra pode tornar um povo mais obediente, confiante na autoridade que toma conta de sua segurança, e o indivíduo ao colaborar com o esforço de guerra, se aproxima da sensação confortável de participar do rebanho, ao mesmo tempo em que se subordina a ele. Ora, não há nenhum exemplo mais tangível de obediência do que a profissão de militar, sustentada pelo imperativo da hierarquia e disciplina. Na cadeia de patentes, não se questiona uma ordem superior, e é por isso que o militarismo não existe sobre homens livres, apenas seres autômatos, motivo pelo qual formou-se movimentos e ligas de resistência à conscrição. Aqui, Emma Goldman já antecipara dois truísmos que, cem anos depois, se tornam ainda mais evidentes: a dinâmica militar é autônoma, cria suas próprias regras e seus próprios adversários para sobreviver, e apesar da retórica estatal informar que o exército profissional existe para proteger contra o inimigo externo, seu alvo primeiro é sempre o âmbito interno.

Sobre o primeiro ponto, há um argumento bem consolidado na sociologia que explica a profissionalização militar como algo que promove a autonomia das forças armadas, estimulando-as a competir com demais atores políticos, e fazer valer seus interesses. Isso ocorre porque o processo de hierarquização e disciplinaridade sobre seus membros criam um senso corporativo e burocrático tão forte que lhes imbui um senso de obediência exclusivo à própria Força (PERLMUTTER, 1977). O que se observa nas últimas décadas é que este fenômeno não se restringe às forças armadas clássicas (exército, marinha e aeronáutica), porque as forças policiais, em sua ampla maioria, assumem uma natureza militar, no sentido de emular sua organização interna e modo de socialização entre seus membros.

Nesse sentido, forças de segurança, de maneira geral, compartilham uma "linguagem comum" (ou um capital, no sentido sociológico *bourdieusiano*), que é o conhecimento securitário – uma *doxa* própria – de conceber ameaças e aplicar a força sobre as pessoas (BIGO; TSOUKALA, 2008; HUYSMANS, 2011; BALZACQ, 2011). Além disso, o processo de formação do complexo militar-industrial e da ampliação do mercado da segurança impulsionou a criação de empresas militares privadas, participação de militares e policiais em consultorias e cargos de empresas de materiais da indústria de defesa/segurança - aeronaves, submarinos, veículos terrestres, drones, câmeras, tecnologias ciberespaciais, armas, fardas, *softwares* de georreferenciamento, entre tantos outros – que asseguram a continuidade do maquinário da guerra e, portanto, do militarismo (GRAHAM, 2010; CHAMAYOU, 2015a).

Isso nos conduz ao segundo ponto. A máquina militarista está constantementecriando ameaças e reajustando agendas securitárias: guerras mundiais, dissuasão nuclear e contra-insurgência, não-proliferação, intervenções humanitárias, operações de paz, novas ameaças, crime organizado, pirataria, terrorismo, e assim por diante. Esta constante produção de ameaças tem sido muito discutida entre pesquisadores da área como uma nova conformação política dos conflitos. Não haveria mais inimigos externos, no sentido *schmittiano* daquele que se aniquila,

mas sim, suspeitas permanentes em torno de grupos e elementos considerados estranhos, que apresentam riscos sobre os quais deve-se intervir (BECK, 1982; BIGO; TSOUKALA, 2008), configurando o que Chamayou (2015b) entende como uma sociedade de alvos direcionados.

Contudo, a leitura anarquista do início do século XX já apontava para este "paradoxo" do inimigo externo, mesmo diante das guerras consideradas clássicas nas quais havia um inimigo uniformizado e identificável porque: 1) guerra possui a função ordenadora interna, 2) a ideia de um "inimigo externo" subsume o caráter internacionalista dos movimentos revolucionários e reitera a figura do Estado-nação e 3) são trabalhadores que serão as vítimas da máquina de guerra (GOLDMAN, 2007).

Américas fardadas

No caso da América do Sul, a cobertura histórica da atuação militar nos mostra precisamente as evidências de guerras permanentes contra as pessoas que habitam seus territórios. De antemão, é preciso considerar o peso dos processos de colonização na institucionalização da violência racial na conformação dos Estados na região e, sobretudo para este ensaio, na criação de suas forças de segurança. Exércitos forjados no ambiente de ocupação colonial e profissionalizados nos moldes europeus não protegem apenas as relações opressoras de classe, mas sim, os respectivos ordenamentos sociais racistas, que se enraízam na organização política de cada país sul-americano. Assim, apesar de seus diferentes processos de independência e formação estatal, o que se observa, no início do século XX, são forças armadas majoritariamente voltadas para conservação da ordem social, envolvidas mormente na estabilização de disputas políticas internas, e suprimindo revoltas.

No decorrer do século XX, esta disposição interventora foi catalisada e doutrinariamente assegurada no contexto da chamada

Guerra Fria pela confluência do histórico regional com as doutrinas de contra-insurgência e agenda de segurança hemisférica, no espraiamento da Doutrina de Segurança Nacional estadunidense. De modo geral, o período foi marcado por ditaduras e opressões em que as forças de segurança assassinaram pessoas ou grupos de pessoas identificadas como perigosos, seja assumindo oficialmente os poderes executivos do Estado e/ou em conluio com autoridades civis (DREIFUSS, 1981; O'DONNELL, 1982).

Ao contrário do que se pregava durante as transições para regimes democráticos na década de 1990, essa permanência das intervenções militares não desapareceu, tampouco diminuiu, apenas adquiriu outros contornos. O que se observa nestas duas décadas de século XXI na região é a adequação das intervenções militares nos regimes democráticos. Em meio à rotatividade de governos à direita e à esquerda, pautas conservadoras e progressistas, adesão e afastamento de agendas globais, as forças de segurança na região consolidaram um papel interventor, e isso não é só visível por uma análise da história recente, como está consolidado nas documentações oficiais.

A seguinte tabela foi elaborada a fim de facilitar a visualização deste aparato na região, por meio de leitura das definições de Defesa Nacional e Segurança Interna/Interior e pesquisa às fontes oficiais das polícias de oito países. A primeira coluna informa se os países adotam a perspectiva de ameaças multidimensionais – crime organizado, terrorismo, narcoterrorismo, migrações e pobreza – como elementos que demandam respostas das forças armadas, indicando se esta resposta se dá por apoio ou como atuação militar direta. A segunda coluna aponta a existência de forças policiais militarizadas, ou seja, que assumem natureza militar em sua estrutura interna e atuam de forma ostensiva em combate dentro do território nacional. Por fim, a última coluna indica se estas forças também atuam fora das fronteiras, como em operações de paz das Nações Unidas, que muito emulam práticas de contra-insurgência.

Tabela 1: Aparato militar e securitário na América do Sul

	Concepções de ameaças multidimensionais	Uso interno das Forças Armadas	Forças policiais militarizadas	Forças policiais atuam em intervenções "externas"
Argentina	Sim – apoio militar	Restrito	Gendarmería	Sim
Bolivia	Sim – ação militar	Permissivo	Polícia Nacional	N/a
Brasil	Sim – ação militar	Permissivo	Força Nacional, Polícia Militar	Sim
Chile	Sim – apoio militar	Restrito	Carabineros	Sim
Colombia	Sim – ação militar	Permissivo	Polícia Nacional*	Sim
Equador	Sim – ação militar	Permissivo	Policia Nacional	Sim
Paraguai	Sim – ação militar	Permissivo	Policia Nacional	N/a
Peru	Sim – ação militar	Permissivo	Policia Nacional	Sim
Uruguai	Sim – ação militar	Restrito	Policia Nacional, Guarda Republicana	Sim

Fonte: elaborada pela autora

O que estes dados nos indicam é que, mesmo em países considerados bem sucedidos em afastar as forças armadas da ação interna, ainda há uma força militar disponível, sob outro nome. Ainda, o fato de as forças armadas atuarem internamente e as polícias atuarem externamente às fronteiras reitera o argumento de que há um campo de profissionais de segurança que não se dividem por função militar/função policial, mas uma função securitária de intervir sobre grupos de pessoas e suas vidas.

Talvez, seja interessante enfatizar que o emprego da palavra *intervenção* não marca uma categoria distinta da guerra, pois ainda se trata de uma investida do braço armado do Estado. Contudo, se

valer desta caracterização específica pode contribuir para sublinhar uma característica importante da guerra permanente contra a população: a assimetria de forças. Detentor das forças de segurança especializadas, o Estado tem maior capacidade de força do que os grupos contra os quais atua, e principalmente contra as populações desarmadas – que são o alvo principal. O objetivo desse maquinário securitário é garantir um ambiente ordenado, o que demanda um conjunto de medidas "preventivas" de intervenções sobre as populações que buscam impor uma concepção de comportamento social. Não é por acaso que a maioria das estratégias militares/policiais desses países inclui ações do tipo cívico-sociais, que mobilizam as forças de segurança em ações de apoio social nas áreas de educação, saúde e infraestrutura a fim de melhorar o ordenamento interno e assegurar relações de autoridade entre o Estado e sociedade.

A concepção de Defesa peruana é um exemplo patente desta postura, pois considera como função militar a consolidação da pacificação nacional, a qual contribui para lidar com o terrorismo, crime organizado, narcotráfico e delinquência, as quais configuram como ameaças internas e externas (PERU, 2006, pp.63-64). Na Argentina, as forças das *Gendarmerías* são atribuídas à função de combater o crime organizado e a corrupção por meio de ações de prevenção no âmbito da segurança cidadã, que visa maior aproximação entre agentes de segurança e comunidades (ARGENTINA, 2020). Situação semelhante ocorre no Chile, onde os *Carabiñeros* assumem uma série de funções voltadas para a construção do civismo, sobretudo entre as crianças e jovens (CHILE, 2017).

O investimento em ações militares de prevenção, contudo, não exclui a possibilidade da repressão violenta e atos de combate, como mostram os assassinatos e prisões de manifestantes na Colômbia por parte da Polícia Nacional (OQUENDO; TORRADO, 2021), aparato policial que também é a quarta força militar do país. No Brasil, este amplo espectro de ações é completo. As forças armadas realizam ações cívicos-sociais para ajustar a autoridade entre Estado, militares e sociedade, e desestimular a adesão social

à ações consideradas contrárias aos interesses nacionais ou das próprias forças armadas (BRASIL, 2009). Realizam, também, operações de garantia da lei e da ordem e de pacificação, que articulam ações de prevenção e combate (BRASIL, 2013; 2015), e adquiriram o status de interventores oficiais sobre a administração da segurança pública no Rio de Janeiro (BRASIL, 2019). As polícias civis e militares dos entes federativos atuam ostensivamente nas favelas e periferias dos centros urbanos em operações de combate ao crime organizado cujo resultado são verdadeiros massacres (LASINTEC, 2021c).

Três caminhos, três problemas

Há, portanto, um dispositivo militar de intervenção permanente na região, o qual argumentamos que é urgente desativá-lo. Consideramos que a desativação pode ser uma resposta, de uma perspectiva anarquista, a três grandes linhas de interpretação atuais sobre esse fenômeno: 1) o controle civil da social-democracia, 2) a formação de um "exército revolucionário", e 3) a teoria corrente de que há um controle do "tabuleiro de xadrez" por parte de elites militares e políticas globais, como parte de uma guerra híbrida.

O controle civil seria uma forma de garantir, via profissionalismo militar e fortalecimento institucional, a subordinação das forças de segurança e suas atividades às autoridades civis (PION-BERLIN, 2016). A autonomia destas forças, asseguradas precisamente pela sua formação profissional, já é, por si só, uma incongruência com essa premissa. Além disso, como mostra o quadro da América do Sul, foi possível acomodar práticas de segurança contra as pessoas pelas próprias regras do jogo democrático.

O caso do Brasil, aqui, é emblemático: entre 2001 e 2018, todas as formas de intervenções militares foram executadas dentro de um regime democrático, o aparato militar se reinseriu nos cargos

administrativos por conta dessas intervenções, Bolsonaro é só o agravamento o escancarar desse processo. Além disso, as polícias também têm crescido em termos de participação política, principalmente em cargos no legislativo, processo que é acompanhado pela busca por maior autonomia, da qual goza a organização militar.

Dito de outra forma: não há uma fragilidade institucional que resulta na falta de controle sobre o aparato militar, porque o aparato militar é autônomo e sabe operar os meandros burocráticos-institucionais do Estado. Tampouco há uma ruptura constitucional com a democracia, pois apesar das elasticidades, os procedimentos formais da democracia liberal têm sido mantidos. É diante dessa acomodação das práticas de segurança nestes regimes democráticos que se formula a categoria analítica de uma democracia securitária, ou, a democracia redimensionada pela segurança (AUGUSTO, 2018; LASINTEC, 2021a).

A leitura comunista também identificou que a profissionalização militar atendeu às classes dominantes e garantia, sobretudo, o sucesso anti-insurrecional como demonstrado pela Comuna de Paris em 1848 (MARX, 2011). Enfatizou-se, também, que o massacre em Paris demonstrava, tão somente, o verdadeiro propósito dos exércitos nacionais, pois na maior guerra entre Estados da época, ambos se uniram contra o proletariado – e não por acaso, logo em seguida, as nações europeias se aproximaram pela criminalização da Internacional e exercício do policialismo (Marx, 2011, p.77-78). Ainda, Rosa Luxemburgo defendera efusivamente a recusa da guerra e do preparo militar em diferentes discursos, e não é fortuito que esta luta tenha sido um dos motivos de sua prisão e assassinato.

Diante disto, muitos se debruçaram sobre o fenômeno da violência e como responder às ofensivas estatais por meio de revoltas, não obstante defendendo a importância de conhecer a ciência burguesa da guerra e sua instituição militar. Engels, por exemplo, defendia revoltas cotidianas que mantivessem o espírito combativo, também refletindo sobre a instituição militar, suas

táticas e estratégias. Lênin, por sua vez, enfatizou a necessidade da organização popular em um exército revolucionário para superar a desorganização e inconsistência das revoltas espontâneas (SAINT-PIERRE, 2001). A discussão ainda se amplia e tensiona com Trotsky e Stalin, porém, a tônica geral da orientação marxista-leninista equaciona governo e exércitos revolucionários como organismo complexo necessário para atingir os fins políticos da revolução (MARX, ENGELS, LÊNIN, 1981). Entretanto, a formação e reorganização do Exército Vermelho, como a história mostra, não evanesceram o Estado ou diminuíram o militarismo. Pelo contrário, formou-se um exército permanente, também ancorado na hierarquia e disciplina, mantendo o maquinário militarista como uma casta de governantes oriundos da organização militar, e que se espraia por toda sociedade planificada, conforme a previsão de Bakunin em seus debates com Marx na Primeira Internacional (1864) e suas análises em *Estatismo e Anarquia* (BAKUNIN, 2003).

Não há, portanto, como buscar o antimilitarismo se valendo de sua própria linguagem, muito menos de seus próprios profissionais. Há uma interpretação de que é possível "separar o joio do trigo", selecionar grupos de oficiais mais próximos à sociedade e angariar seu apoio – no Brasil, por exemplo, não é incomum que se retorna à figura de Nelson Werneck Sodré – para estimular a formação de um exército emancipatório. Neste ponto, talvez pela identificação da influência estadunidense nos golpes, ditaduras e agendas de segurança na região sul-americana, anti-imperialismo e nacional-desenvolvimento se confundem em uma postura contra o "entreguismo", orientando o debate para a defesa da manutenção de forças armadas que protejam os interesses nacionais, e a crítica central à própria existência de forças armadas se perde de vista.

Assim, frisamos o ponto inicialmente levantado: o preparo militar nos leva ao massacre, tem uma função ordenadora interna, e reproduz opressões. Consideramos ser importante estudar as questões militares e conhecer sua linguagem, porém o objetivo é, precisamente, não reproduzi-la. Se a linguagem securitária se

baseia na hierarquia e disciplina do militarismo, comecemos por não repetí-los de nossa parte.

Nesse sentido, discordamos da perspectiva de que as revoltas populares são insuficientes e partícipes de um grande enredo de uma guerra híbrida, e/ou que os aparatos militares detém poderes totalizantes. Há múltiplos debates sobre a consistência epistêmica e a utilidade da guerra híbrida em diferentes espaços, pois é, por vezes, utilizada como termo guarda-chuva para descrever guerras não-convencionais. Uma das principais linhas de interpretação é aquela que entende a guerra híbrida como um conflito que se desdobra, sobretudo, nos aspectos políticos e informacionais como estratégia de desestabilização de regimes, mormente empregada para incitar revoltas sociais em regiões de interesse estadunidense (KORYBKO, 2018).

Além de contestarmos diretamente o argumento de que revoltas espontâneas seriam peões em um grande tabuleiro de xadrez de grandes potências, sinalizamos que a transposição dessa interpretação para a compreensão do militarismo no Brasil e na região deve ser conduzida cuidadosamente. Há um trabalho antropológico de fôlego conduzido por Piero Leirner (2020) que demonstra como os operadores de segurança no Brasil têm interpretado a discussão sobre guerra híbrida e implementado operações psicológicas na atualidade, especialmente nas relações públicas e difusão de informações em mídias e redes sociais. Boa parte desta pesquisa tem sido associada à recuperação dos conceitos de Partido Militar (ROUQUIÉ, 1987) ou Partido Fardado (FERREIRA, 2000), que entendem as forças de segurança como atores políticos articulados na arena pública, resgate feito pelas pesquisadoras Ana Penido e Suzeley Mathias (2021). É de suma importância refletir sobre a articulação profissional, social e política destas organizações como fazem estes autores, sobretudo no contexto de racionalidade de mercado. Contudo, é também importante evitar uma tendência que tem sido observada por outros segmentos sociais, na qual firma-se uma certeza de que as forças militares e policiais são tão proeminentes, controladoras e

bem-organizadas que tomam conta de todos os processos de decisão. É verdade que as forças de segurança são organizações auto-interessadas, autônomas, profissionais e violentas contra as pessoas – porém não são onipotentes.

Desativar

Chegamos, por fim, ao que entendemos por desativação: desativar tudo aquilo que sustenta este maquinário securitário: autoridade, hierarquia, disciplina, misoginia, racismo, alteridade. Se o militarismo se vale do culto às autoridades, que estas sejam tiradas de seus pedestais, e nesse aspecto, a queda, queima e depredação de estátuas e prédios no Chile e na Colômbia, e mais recentemente no Brasil, são manifestações necessárias. As disputas por memória e verdade, dos mortos e desaparecidos da ditadura e da democracia, são imprescindíveis. A hierarquia e a disciplina da qual se vale o militarismo visa inculcar doutrinas: verdades passadas de cima para baixo que não aceitam contestação. Assim, refutar a doutrina e disputar a história é uma forma de desativar o militarismo que precisa ser fortalecida. Outra forma de desativação está nas reações às legislações que ampliem os poderes securitários ou que protejam seus profissionais, como no Uruguai em 2019, quando houve disputas nas ruas contra a reforma constitucional *vivir sin miedo* (LASINTEC, 2021a).

Por fim, e não menos importante, o militarismo se vale de noções misóginas e racistas, pois se baseiam no culto à masculinidade e irmandade entre homens, tendo as mulheres e outros corpos em uma relação de inferioridade necessária para sua sustentação (ENLOE; SJOBERG; VIA, 2010). A defesa da pátria e garantia da segurança e da ordem pública reproduzem o racismo do Estado (no sentido dado por Foucault ao termo), pois a manutenção da ordem social tem um aspecto civilizatório voltado para massacrar pessoas racializadas ou alocadas numa definição positivista de selvageria, como revoltados, negros e indígenas.

Forças militares valorizam a homogeneidade nacional, padrões de comportamento e papéis de gênero bem definidos, e tudo aquilo que é considerado dissidente, é passível de apagamento, seja pelo combate ou pela tutela, que visa a assimilação. Desativar o militarismo, portanto, também demanda a desativação das opressões de gênero e recortes de raça, que não podem ser consideradas como pautas identitárias marginais e secundárias.

Reiteramos que estas questões, para além das alocações de representação criadas pelas democracias dos séculos XX e XXI, já estavam colocadas pelos embates anarquistas do século XIX e começo do século XX. Na prática, a revolta contra o militarismo não se dissocia (nem teria como) da revolta contra o Estado. Como lembra Emma Goldman (2007, p.40)

> os interesses do Estado e os do indivíduo são fundamentalmente antagônicos. O Estado e as instituições políticas e econômicas que ele fundou só podem sobreviver moldando o indivíduo de modo que ele sirva os seus interesses; eles criam-no, portanto, no respeito pela lei e pela ordem, ensinam-lhe a obediência, a submissão e a fé absoluta na sabedoria e na justiça do governo; eles exigem antes de mais o sacrifício total do indivíduo assim que o Estado tem disso necessidade, em caso de guerra, por exemplo.

Assim, é imprescindível que, entre nós, firmemos a compreensão de que a segurança é um interesse do Estado, portanto, um interesse que nos é contrário. Forças armadas, militares e policiais, são as forças operadoras deste maquinário, por isso clamamos pela desativação de seus códigos. A desativação dos desportivos securitários, sejam militares e/ou policiais, implica antes de mais nada na recusa da linguagem militar, das leituras que argumentam a "necessidade posta pela conjuntura" e do exercício livre das pessoas fora do sacrifício que grandes ideais buscam impor à diversidade das formas vida que ainda habitam o continente sul-americano. Se hoje vivemos uma guerra permanente no continente, o antimilitarismo hoje exige a deserção também dos sacrifícios políticos, que ora se colocam como progressistas, ora como conservadores. O contrário do militarismo não é a

democracia plena de direitos e seus dispositivos securitários, mas a liberdade de cada pessoa em revolta por esta terra.

Referências

ARGENTINA. “Ley de Seguridad Interior”, 1992. Disponível em: http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/458/texact.htm

______. “Libro Blanco de Defensa Nacional”, 2010.

______. “Plan Estratégico Institucional 2020-2023 de Gendarmería Nacional”, 2020. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/plan-estrategico-20-23.pdf

AUGUSTO, Acácio. “Trinta anos esta noite: busca por segurança e medidas autoritárias na Constituição federal de 1988”. In: *Revista História: Debates e Tendências*, 18(3), 380 – 391, 2018.

BALZACQ, Thierry. *Securitization Theory: how security problems emerge and dissolve*. Londres: Routledge, 2011.

BIGO, Didier; TSOUKALA, Anastasia. *Terror, Insecurity and Liberty Illiberal practices of liberal regimes after 9/11*. New York: Routledge, 2008.

BOLIVIA. “Ley Orgánica de las Fuerzas Armadas”, 1992. Disponível em: http://www.vertic.org/media/National%20 Legislation/Bolivia/BO_Ley_Organica_Fuerzas_Armadas.pdf

______. “Libro Blanco de Defensa Nacional”, 2004. Disponível em: http://ceed.unasursg.org/Espanol/09-Downloads/Info-Pais/Bol/Libro-Blanco-Bol-2004.pdf

______. “Constitución Política”, 2008. Disponível em: http://ceed.unasursg.org/Espanol/09-Downloads/Info-Pais/Bol/Libro-Blanco-Bol-2004.pdf

BRASIL; Exército Brasileiro. “Comando De Operações Terrestres”. In: *Caderno de Instrução* CI 45-01. Ação Cívico-Social (ACISO), 1ª edição. Brasilia, DF, 2009. https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/830/5/CI%2045-01_ACISO.pdf

______; Ministério da Defesa. “Portaria Normativa No. 3.461, de 19 de Dezembro de 2013. Garantia da Lei e da Ordem, Md33-M-10”, 2013.

______; Exército Brasileiro. “Portaria Normativa nº 005/EME, de 5 de janeiro de 2015. Manual de Campanha: Operações de Pacificação”, 2015

______; Gabinete de Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio De Janeiro. “Relatório De Gestão (1 Edição)”. Rio De Janeiro, 2019. http://www.intervencaofederalrj.gov.br/imprensa/releases/relatorio-de-gestao

BOURNE, Randolph. “A Guerra é a saúde do Estado”. In: Woodcock, George. *Os grandes escritos anarquistas.* Porto Alegre: L&PM, 2019.

CHAMAYOU, Gregoire. *Teoria do Drone.* São Paulo: Cosac Naify, 2015a.

______. “Nota Introdutória Sobre Sociedades Com Alvos Direcionados: Uma breve história dos corpos esquemáticos”. In: *Novos Estudos*, [s.l.], 2015b.

CHILE, “Constitucion Politica de la República”, 1980. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Chile.pdf

______. “Libro Blanco de Defensa Nacional”, 2017. Disponível em: https://www.defensa.cl/media/LibroDefensa.pdf

______. “Manual De Doctrina Y Código De Ética De Carabineros De Chile”, 2017. Disponível em: https://generales.cl/wp-content/uploads/2019/09/MANUAL-DE-DOCTRINA-Y-CODIGO-DE-ETICA-2017.pdf

COLÔMBIA. “Sistema de Seguridad y Defensa Nacional”, 2001. Disponível em: http://www.secretariasenado.gov.co/senado/basedoc/ley_0684_2001.html

______. “Politica de Defensa y Seguridad”, 2019. Disponível em: https://www.mindefensa.gov.co/irj/go/km/docs/Mindefensa/Documentos/descargas/Prensa/Documentos/politica_defensa_deguridad2019.pdf

DREIFUSS, Renee. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ECUADOR. “Ley Organica de Defensa Nacional”, 2009. Disponível em: https://www.defensa.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/07/LEY_ORGANICA_DE_LA_DEFENSA_NACIONAL.pdf

______. “Ley de Seguridad publica e del Estado”, 2009. Disponível em: http://www.oas.org/juridico/PDFs/mesicic5_ecu_panel5_SERCOP_1.3._ley_seg_p%C3%BAblica.pdf

______. “Libro Blanco de Defensa Nacional”, 2018. Disponível em: https://www.defensa.gob.ec/wp-content/uploads/2019/01/Pol%C3%ADtica-de-Defensa-Nacional-Libro-Blanco-2018-web.pdf

ENLOE, Cynthia.; SJOBERG, Laura.; VIA, Sandra. “Gender, war, and militarism: feminist perspectives”. In: *ABC-CLIO*, 2010.

FERREIRA, Oliveiros. *Vida e morte do partido fardado*. São Paulo: SENAC, 2000

GOLDMAN, Emma. *O indivíduo, a sociedade e o Estado, e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007.

HUYSMANS, Jef. “What’s in an act? On security speech acts and little security nothings”. In: *Security Dialogue*, vol 42, 2011.

KORYBKO, Andrew. *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expresão Popular, 2018.

LASINTEC. “A democracia securitária no Brasil: um balanço analítico de nossos boletins sobre a pandemia e alguns elementos de definição”. In: *Boletim (Anti)Segurança*, n.7, 05 de fevereiro de 2021, 2021a.

______. “Tierra Revuelta: ação direta e antimilitarismo no território conhecido como América do Sul”. In: *Boletim (Anti)Segurança*, n.12. 16 de abril de 2021, 2021b.

______. “Brasilzinho, um grande Jacaré: o massacre policial continuado”. In: *Boletim (Anti)Segurança*, n.15. 9 de julho de 2021, 2021c.

LEIRNER, Piero. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. São Paulo: Alameda, 2020

LUXEMBURGO, Rosa. “Either/Or”. In: HOWARD, Dick. *Selected political writings of Rosa Luxemburg*. New York: Radical America, 1971.

MARX, Karl. *Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

______; ENGELS, Friederich.; LÊNIN, Vladmir. *Escritos militares*. Rio de Janeiro: Global Editora, 1981.
MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia: A participação do militar na administração federal das comunicações e da educação - 1963-1990*. São Paulo: Editoria Unesp, 2004.
O'DONNEL, Guillermo. *El Estado burocrático autoritario: triunfos, derrotas y crisis*. Buenos Aires: Editorial Belgrano, 1982.
OQUENDO, Camila; TORRADO, Santiago. "Polícia seguiu "padrão violento" em protestos na Colômbia, diz Anistia Internacional". Bogotá: El País, 30 de julho de 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/noticias/policia-nacional-colombia/. Acesso em: 10 de outubro de 2021.
PASQUINO, Gianfranco. "Verbete militarismo". In: BOBBIO, Noberto.; MATTEUCCI, Nicola;. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, pp. 748-754, 1986.
PENIDO, Ana. MATHIAS, Suzeley Kalil. "Ação política do Partido Militar no Brasil sob Bolsonaro". In: *Anuario Latinoamericano – Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales,* [S.l.], v. 11, pp. 63-82, nov. 202.
PERLMUTTER, Amos. *The military and politics in modern times*. New York: Yale University Press, 1977.
PERU, "Constitucion Politica", 1993. Disponível em: http://www.pcm.gob.pe/wp-content/uploads/2013/09/Constitucion-Pol%C3%ADtica-del-Peru-1993.pdf
______. "Libro Blanco de Defensa Nacional", 2006 Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/157095/Peru%202005_spanish.pdf
PION-BERLIN, David. *Military Missions in Democratic Latin America*. New York: Palgrave Macmillan, 2016.
ROUQUIÉ, Alain. *The Military and the State in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1987.
SAINT PIERRE, Héctor-Luis. *A política armada: fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Ed.Unesp, 2000.
TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus.* São Paulo: EDUSP, 1996

URUGUAY. “Ley Marco de Defensa Nacional”, 2010. Disponível em: https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp8731689.htm

______. “Politica de Defensa Nacional”, 2014. Disponível em: https://www.infodefensa.com/archivo/files/140603_defensa_nacional_uruguay.pdf

______. “Ley Organica de las Fuerzas Armadas”, 2018. Disponível em: https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/D2019051020-013863239.pdf

Ahora los ejércitos salieron a las calles de las ciudades andinas. Guerra a la guerra: La máquina de guerra desplegada por los nómadas presos en territorio colombiano

Jorge William Agudelo Muñetón

Estar en contra de las purificaciones, de las reproducciones del disciplinamiento y de la arquitectura obsidional entre guetos, prisiones y fortalezas, dejando aflorar el nomadismo, el movimiento, la diversidad que hace la diferencia, es lo que nos motiva. Romper la simbiosis de la ciudad con la cárcel o de partes de la ciudad como cárcel. Contrarrestar la enorme demanda de más límites y más control, luchar contra las estrategias de dominación al aire libre, el estancamiento de la energía juvenil al bloquear su circulación, su ejercicio del poder, en prisión o al aire libre.
(Vera Malaguti)

La guerra en América Latina, el mapa y el agonismo

Antes que nada, las confrontaciones por el control y dominio de los espacios urbanos, territorios rurales o cada vez menos las inhóspitas selvas, páramos, desiertos, salares, cañones, valles y tantos otros paisajes que proliferan en la geografía latinoamericana donde se ha experimentado la guerra en los últimos años. Es posible que la novedad de estas confrontaciones resida en los intereses y en los métodos de intervención y apropiación de los diversos espacios. En efecto las tecnologías que pasan por las armas hasta los dispositivos de monitoramiento y los mismos sistemas de telecomunicación han traído una nueva dinámica a las disputas. Asimismo, estas disputas se manifiestan de diversas formas, más tienen en común la trama extractiva y la ocupación militar del

territorio que se intensifica en la emergencia de todo tipo de fronteras, incluyendo las tradicionales de los Estados nación.

Es decir, los grupos político-económicos de diversas latitudes con interés extractivos se han localizado y se expanden dejando el rastro en la devastación que se experimenta en los diversos paisajes. Al mismo tiempo, estas confrontaciones encuentran en los Estados latinoamericanos un actor clave y este ha identificado a su enemigo interno y a todo lo vivo como el objeto a controlar o exterminar, en particular se puede evidenciar para el caso del enemigo interno el manejo de los últimos levantamientos en las ciudades andinas y para el caso de la biosfera las largas hectáreas de tierra devastada.

En efecto esta guerra entonces se torna el foco del análisis y se puede entender desde una perspectiva anarquista como: "El rol que Proudhon atribuyó a la guerra como energía formadora de todas las instituciones, códigos y órdenes político-económicas y sociales". (RODRIGUES, 2015, p.152). Por tanto, es importante comprender que la guerra es permanente y que tiene varias intensidades que van marcando el avance de los acontecimientos en varios planos del conflicto, desde lo más capilar hasta las cuestiones transterritoriales en las que estamos inmersos. Así pues, la guerra:

> Ha sido, a la vez, interna (las variadas tácticas – más o menos sutiles – de gobierno de las conductas de los súbditos) y externa (los enfrentamientos entre las fuerzas militares): *polemós y agón*, la guerra de los Estados y la "pétite guerre" cotidiana. Ese análisis articulado entre las dos dimensiones es posible desde una mirada que comprenda la *política como guerra*, aceptando que lo que llamamos "paz" es solo la realización de muchas modalidades de relaciones de fuerza. El *agonismo* como perspectiva analítica puede, de ese modo, cambiar el foco sobre lo que entendemos sobre los conflictos y los enfrentamientos en un mundo de fronteras atravesadas por *transterritorialidades* (RODRIGUES, 2015, p. 156).

En suma, el agonismo como perspectiva analítica puede ser aplicado en el análisis de los *campos de batalla* que se han abierto en América Latina y en la misma construcción de estos. Los anarquistas y afines latinoamericanos han puesto entonces el foco

en los conflictos desatados en un paisaje que va tornándose cada vez más intenso y expansivo en la medida que no solo se atiende a la geografía latinoamericana sino al planeta en todas las dimensiones de las interconexiones posibles. Esto es múltiples relaciones de diversos intereses que se confrontan en un tránsito que se expande desde la población a la biosfera dentro de una serie de relaciones de interdependencia ecológica que para la actualidad han entrado en ruptura y colapso. "O alvo biopolítico que é a população ainda permanece presente, mas agora é pluridimensionado pela convocação à participação na gestão do planeta, do Estado, de empresas, comunidades e na governamentalidade ambiental. A biopolítica vai consolidando sua ultrapassagem pela ecopolítica" (PASSETI, 2013, p.16).

Situándose en la guerra en el territorio descontrolado por el Estado colombiano

En el territorio dominado por el Estado colombiano emergen otras formas de controles y dominaciones armadas y político-económicas que en la mayoría de los casos son afines a las intencionalidades de este Estado y a los diversos agentes transterritoriales que intervienen en el territorio. En consecuencia, se experimenta una guerra intensa en un periodo que se ha denominado de posconflicto después de la firma del acuerdo de paz con la guerrilla de las FARC-EP desde el 2016 – luego que el acuerdo fuera negado por el pueblo al ser consultado en el plebiscito por la paz –. Después de la firma se crean otras instituciones que han promovido y conducido a una serie de balances aun sesgados en la cuestión social a través de la Comisión de la Verdad y de la Justicia por medio de la Jurisdicción Especial para la Paz. A pesar de que esto busca una vez más el fallido tránsito de la guerra a la paz.

No obstante, en esta perspectiva de corte humanista las instituciones del posconflicto han logrado evidenciar la trama de

guerra en el territorio colombiano, sobre todo en los hechos victimizantes como: el desplazamiento, las desapariciones forzadas, las ejecuciones, las masacres y los genocidios. Por lo tanto, lo que sale a flote es que el Estado colombiano, las fuerzas armadas y los grupos paramilitares en mayor medida son los causantes de los hechos victimizantes. También se le asigna a la guerrilla responsabilidades en donde estuvieron involucrados con determinantes participaciones en los hechos. En efecto, a ellos se les asigna mayor responsabilidad en el secuestro, el reclutamiento forzado, y otros crímenes de lesa humanidad como las minas-antipersona, los bombardeos y los ataques a pueblos enteros.

Así entonces se encontró que todo ese aparato militar desplegado durante el periodo que se escogió para el análisis de la guerra interna (1948-2010) fue profundamente desproporcionado hacia la población que habitaba los campos, selvas y montañas de la geografía del territorio colombiano, tratados como insurgentes. Además de las generaciones que fueron exterminadas en las ciudades en la misma sintonía de contrainsurgencia o como narcotraficantes o caídos por enfrentamientos entre los diversos bandos o entre los mismos bandos afines. En suma, el periodo de 2012 hasta 2018 se vivió un periodo de pacificación y como de cierta reflexión que trajeron un periodo de paz tensa e insostenible. "Según Proudhon, "mientras dure la paz, ella se ejerce por el manejo de las armas, ella es hecha como una pequeña guerra [*pétite guerre*]" (PROUDHON apud RODRIGUES, 2015, p. 152).

Es decir, esta pequeña guerra se vivía en las políticas de la resiliencia traídas para manejar el posconflicto y se evidenciaba en la continuación de la extracción. De hecho "la paz" sería pagada con estas inversiones financieras de la llamada "cooperación internacional", razón por la cual las afectaciones actuales a la biosfera han sido brutales por la extracción de la megaminería, la deforestación para ganadería extensiva, cultivos y laboratorios de cocaína, la agroindustria y agrocombustibles, las represas, la extracción petrolera y sus nuevos experimentos de *fracking*. Conviene subrayar que estas cuestiones evidencian que la guerra

se torna permanente en la medida que el periodo de la paz no modificó la devastación a la que se asiste y solo fue un período de reacomodamiento de los armados y de los intereses político-económicos dominantes.

Ahora después del 2018 esta nueva experiencia de la guerra en el marco del posconflicto desata que vuelvan a emerger los hechos victimizantes. Además, aparece una vez más la máquina de matar del Estado colombiano junto con los neoparamilitares y guerrillas, que vienen a causar el terror no solo en los campos, selvas y montañas.

Una nueva fase del control en la guerra. la pandemia

Es posible que entramos en una nueva fase del control (DELEUZE, 2006), esta que ha creado la pandemia. Varias son las cuestiones que se marcan en las metrópolis latinoamericanas: el aislamiento, la pérdida de la calle, la hiperconectividad y el monitoramiento. Por consiguiente, esto solo se aplica para quienes pueden contar con una casa, un empleo y que tienen acceso reservados a la educación, la salud y el entretenimiento. Además de la experiencia vivida en el estado de sitio y los toques de queda, las ciudades estuvieron vacías, militarizadas y patrulladas por policías y monitoreadas con drones y helicópteros durante más de dos meses. Además, los controles al abastecimiento y los atascos fronterizos demuestran al pueblo el desprecio de los Estados a la población más vulnerable y marginal.

Asimismo, para más de la mitad de la población la situación de la hiperconectividad no se aplica y su vida se ve arrojada a la calle, al contagio y a una serie de cuestiones que tendrán que resolver en su cotidiano como: la comida, la salud y la vivienda. Dicho de otra manera, esta situación que muchos están viviendo en América Latina desactivó la vida colectiva y común en la que venían resolviendo sus necesidades y sus deseos. En particular se venía entrando en colapso antes de la pandemia y esto dio paso a

los levantamientos en cadena que se desataron por las ciudades andinas y en especial las urbes controladas por el Estado.

Finalmente, en las ciudades andinas, justo antes de la entrada del COVID-19, emergieron grandes levantamientos en Quito Santiago, La Paz, Bogotá y otras ciudades controladas por los Estados ecuatoriano, chileno, boliviano y colombiano. Por lo tanto, la respuesta de cada uno de los Estados en su momento fue la brutalidad policial, la militarización y la estigmatización para convertir al insurrecto en vándalo/terrorista. Por último, el párate pandémico solo contribuyó en el caso del territorio colombiano a postergarlos y los cuales se mantendrían en diversas intensidades hasta la actualidad, manteniendo el mismo patrón de respuesta de violencia saturada.

Los ejércitos en las calles y los ordenamientos espaciales en las metrópolis latinoamericanas

En primer lugar, existe un referente de unos 12 años de anterioridad que abordó la cuestión de la militarización y fue elaborado por antimilitaristas en Trento, Italia y puesto en circulación por anarquistas que se denominó "Ejércitos en las calles" (2009), en el cual se elabora una serie de análisis de la situación que planteaba el informe de la OTAN acerca de las operaciones urbanas para el 2020 – ahora el Estado colombiano fruto del proceso de paz es miembro de esta organización –. Igualmente, en los análisis que se desarrollaron sería interesante tener en cuenta las proyecciones de la pobreza urbana y el crecimiento de la población en las metrópolis y como esto sería el detonador de grandes levantamientos insurreccionales. Es decir que los levantamientos serían las vías de escape que encontrarían al verse sometidos al estado de suspensión (PETIT, 2007, p. 117). Es decir, este análisis partía de una confrontación que ya se venía venir y para la cual no tenían un plan:

> Uno de los más importantes proyectos entre aquellos realizados por la RAND en los años noventa, dedicado a estudiar "cómo los cambios demográficos influirán sobre los conflictos del mañana", resalta que la urbanización de la pobreza mundial ha producido "la urbanización de la revuelta", lamentando que "ni la doctrina, ni el adiestramiento, ni el equipamiento estadounidense están proyectados para la contrainsurgencia (ROMPERE LE RIGHE, 2010, p.17).

En segundo lugar, no solo se manifiestan los planes de contención y eliminación de los levantamientos, sino que desde América Latina se empieza a advertir la aplicación de los dispositivos de control a cielo abierto que consisten no solo en la contención militar/policial sino en un dispositivo complejo de modelamiento de las conductas.

> É um dispositivo inclusivo que amplifica as modalidades de encarceramentos e se faz, também, nas relações estabelecidas entre as pessoas que convivem sob uma governamentalidade (governo das condutas), respeitando-a e produzindo práticas de subjetivação que as imobilizam, não por uma imposição externa, mas por um desejo profundo e voluntário em se manter na condição de assujeitados por apreciarem os espaços de confinamentos a céu aberto que habitam e aprenderam a amar (AUGUSTO, 2010, p.270).

Asimismo, emergerá un fenómeno espacial y territorial que define el ordenamiento espacial contemporáneo (PETIT, 2007). En los análisis de "ejércitos en las calles" se plantea cómo las metrópolis tendrían un ordenamiento espacial que corresponde a la gentrificación de los centros urbanos, el crecimiento de grandes periferias urbanas – ghettos – y la fortificación de otras zonas vistas como enclaves de máxima seguridad. Es decir, en esta situación se analizaba cómo sería la transformación urbana, el campo de batalla, para la entrada de los ejércitos/policías en la contención de los insurrectos y las formas de mantener un cierto orden de la movilidad en una situación que ya se presagiaba sería desbordante. Así la transformación urbana se presentaría como:

> Las líneas de fuerza a lo largo de las cuales se redefine el espacio urbano en Occidente son tres:
>
> a. La gentrificación y *bruselización* del tejido "tradicional" de la ciudad, para eludir su peso histórico, pábulo de conflicto, y "bajarla" a la medida de la clase media planetaria, o, mejor dicho, de su ideología materializada, ya que en cuanto estrato social determinado parece tender cada vez más hacia una irremediable implosión y disgregación;
>
> b. Una gruesa capa de barracópolis (*bidonvilización*) y zonas marginales (donde el bidonville no es arquitectónico, sino existencial), que se parecen cada vez más a campos de exclusión: 'el campo es el espacio que se abre cuando el estado de excepción empieza a volverse regla' (Giorgio Agamben);
>
> c. Y finalmente las gated community, que se institucionalizaron a partir de los años setenta, dotadas de sus propios servicios, supe protegidas por policías privadas, aparatos electrónicos y demás, 'verdaderos asentamientos rodeados por murallas y sistemas de control que impiden el paso a calles, parques, playas, ríos y otros recursos', siempre vigilados y delimitados con cercos, muros u otras formas de barrera. El hábitat burgués, una vez concretada la imagen y la promesa de aquella seguridad y de aquel confort que el mercado habría tenido que extender virtuosamente a todos los sectores de la sociedad, se ha vuelto un búnker ultra definido en medio de un océano que lo va sumergiendo (Idem, p. 25).

En tercer lugar, el aparato policial/militar tendría la función de ejecutar un nuevo diseño con el propósito de atender; "la necesidad de elaborar un acercamiento operativo nuevo, denominado de maniobra, cuyo principal objetivo tendría que consistir en "triturar la cohesión y la voluntad de combatir" del enemigo" (Ibidem, p.29). En efecto estos levantamientos serán atendidos de tal manera que las calles serán sometidas a las siguientes tácticas y estrategias.

> La base para todos los ulteriores desarrollos conceptuales y operativos referentes a las operaciones urbanas, según el informe UO 2020 de la OTAN, reside en la articulada noción de USECT (acrónimo de *Understand, Shape, Engage, Consolidate, Transition*). Sintetizando mucho, las actividades reunidas bajo el concepto USECT tendrían que permitir 'comprender' – sobre todo a través las capacidades ISTAR (*Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconaissance*) – las cualidades del enemigo, sus posiciones e

> intenciones, para luego aprovechar las informaciones recogidas con el fin de "modelar" el ambiente de combate urbano y los correspondientes aspectos tácticos. En la articulación del complejo USECT, la atención de los analistas se dirige principalmente hacia los tres términos: *Understand, Shape, Engage* (Ibidem, p.30).

Así pues, estas tácticas y estrategias para los operativos serían entonces implementadas en los levantamientos de las ciudades andinas de los últimos dos años y por lo tanto se fueron desarrollando en el transcurso la capacidad de comprensión de los actores de la confrontación, sus tipos de tácticas, y la posterior captura o eliminación a través de diversas estrategias como: el terror, la infiltración, la dispersión y la confusión que generaron una gran zozobra dentro de los levantamientos. Concretamente en los casos de las ciudades controladas por los Estados colombiano y chileno.

En relación con el análisis del informe de la OTAN, se señala que existe una experiencia previa y laboratorio, haciendo referencia a los territorios palestinos acerca del control y la ocupación colonial/militar del territorio que ha provocado su fragmentación como el caso de Cisjordania y su zona de suspensión, como el caso de la franja de Gaza. Esta es la bisagra para entrar en nuestro campo de batalla.

> Os novos projetos de segurança, espraiados a partir do capitalismo central, serão extensões do paradigma bélico, recuperando a figura do inimigo interno que deve ser contido e/ou eliminado. As técnicas de contra-insurgência aplicadas pelos estadunidenses nas guerras do Iraque e Afeganistão, bem como a engenharia militarizada da ocupação dos territórios palestinos por Israel, vão compor os programas de política criminal e de segurança pública no mundo. Aqui na nossa margem farão o papel de auto-colonização, na qual o povo brasileiro é seu próprio inimigo íntimo, situado em lugares muito próximos e propagadores de medos eugenistas. São as novas fronteiras de controle, pesquisadas pela Antena Mutante em laboratórios à deriva, observando a fragmentação e a segregação em Medellin (Centro de Atención Inmediata), Palestina (Check-points) e Rio de Janeiro (Unidades de Polícia Pacificadora)" (BATISTA, 2016, p. 5).

En esta misma sintonía el colectivo Antena Mutante (2017) desarrolla "las Nuevas Fronteras del Control" analizando la interconexión entre los territorios palestinos, Medellín y Rio de

Janeiro, llegando a la misma conclusión: en cuanto los centros urbanos y lugares patrimoniales vivieron un intenso proceso de gentrificación, y se crearon formas de ocupación militar/policial del territorio urbano asociado a las periferias, además de la consolidación de las fortalezas. Para el colectivo, estes procedimientos marcan el proceso de entrada en la geografía urbana a la transformación en clave de las sociedades de control, donde el centro es transformado en un territorio de interconexión de la movilidad y del patrimonio colonial, y las periferias sufren la ocupación militar/policial y el copamiento paramilitar. En otras palabras, es una situación que marca un quiebre en la ciudad pensada en clave de ciudad disciplinaria donde los centros estaban dispuestos de una manera más tradicional de agrupamiento de las instituciones y estas habían perdido el control con las periferias que empezaron a resolver sus necesidades a través de formas de organización comunitarias. Al mismo tiempo, este fenómeno se apoya en la sintonía de la guerra contra las drogas y las políticas sanitarias que se definieron en las sociedades de control para las ciudades latinoamericanas.

> Enquanto o combate ao tráfico de drogas será o alvo para a restauração da favela, como no Rio de Janeiro-Brasil, com a comunidade conectada a ações conjuntas de UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), UPP Social (agendada pelos governos municipal, estadual e federal), adaptando-se às experiências produtivas realizadas, anteriormente, em Medelín-Colômbia (PASSETTI, 2013, p.28).

En concreto, los detonadores de estas transformaciones urbanas en clave de pacificación fueron, en el caso de Rio de Janeiro, y de Medellín, el proyecto de ciudad de innovación. Igualmente, otra ciudad que sufrió este tipo de intervenciones fue Valparaíso en el territorio controlado por el Estado chileno, también en clave de ciudad de servicios. Por lo tanto, estos casos pueden ser analizados en sus particularidades en varias ciudades de América Latina, así como evidencian que han llevado a una fragmentación del espacio urbano, el control de los centros y el monitoramiento de la trama urbana en su conjunto.

Lla extracción y la reestructuración

Luego, en 2016, anarquistas en el territorio controlado por el Estado uruguayo lanzan "ejército en las calles" versión "Sudamérica". Analizando la ocupación en el mismo sentido para el cono sur de América Latina, ellos advierten la transformación del territorio en clave de la trama extractiva que afecta cada una de las regiones por cuenta de los megaproyectos de infraestructura y lo asocian a la denuncia del plan IIRSA, distanciándose del análisis urbano al que luego entran a señalar en función de las dinámicas de ocupación armada que viven las periferias por cuenta del control del narcotráfico. Así señalaban lo siguiente:

> Capitalismo extractivista" es el nombre que recibe el proceso que determinó un nuevo y sangriento saqueo de América del Sur y que debe comprenderse como una nueva profundización y reestructura de la dominación en la región. Mientras los capitales de Europa, Estados Unidos, India y China se volcaban a la búsqueda, sobre todo, de materias primas, los Estados buscaban adaptarse y sacar partida de las nuevas condiciones. Todo esto significa: militarización, "modernización" de las comunicaciones telemáticas y cambio, mejora o construcción de la infraestructura necesaria para aprovechar la nueva demanda. Los negocios asociados a la obra pública y privada se sumaban, con todos sus secuaces, a una reestructuración que abarcaba lo social, lo económico y lo político (ANONIMXS, 2016, p.61).

En resumen, toda esta nueva reestructuración transterritorial estaría en curso en el boom de las "*commodities*" y en la profundización de la trama securitaria que traería las siguientes implementaciones del dispositivo de control que identificaban como un proceso de reestructuración del espacio donde la cuestión de la seguridad, las infraestructuras en clave económica y en el ámbito social y político vienen junto con un cada vez más intenso proceso de preparación y de ejecución de proyectos que permitan la articulación de los flujos globales aliado a las demandas y necesidades en el orden político-económico dominante.

> 1. Reestructura de Seguridad (que abarca lo policial, militar, seguridad privada y todo el complejo mundo de la custodia de la propiedad). 2. Reestructura de las infraestructuras económicas (transporte vial, aéreo, fluvial, leyes de comercio, etc.). 3. Reestructura cultural (los cambios planteados, sobre todo en ciertas zonas, que implican un cambio social trascendente de las relaciones económicas, políticas y sociales en general) (Idem, p.62).

Con respecto a la novedad entonces se entraría al plano de lo urbano, que en su momento tendría que atender todas las demandas de esta nueva reestructuración, y que se intensificará dado el colapso de la circulación al que fuimos arrojados y la devastación inminente de amplias zonas fruto de la extracción. Así el dispositivo militar/policial tendría que intervenir en los diversos levantamientos donde el campo de batalla en lo urbano sería una novedad, pues las ciudades estarían controladas por esos mismos grupos que se decían combatir dado la utilidad que les brinda el control territorial que estos efectúan, o sea funcionales al control.

> Esta doble transformación, de la militarización de la policía y de la innovación de las fuerzas armadas para el uso en territorio "civil", ha determinado la extrema militarización de las ciudades actuales. Las nuevas formas y especialización de la insurgencia dicen los representantes estatales, no puede ser combatida con las viejas estructuras policiales (Ibidem, p.75).

Por esto la prioridad sería la captación y ordenamiento funcional y útil al control en la trama urbana. Donde el enemigo interno adquiere formas variadas y difusas que tendrían que ser controladas o eliminadas, este control lleva a que los mismos enemigos sean instrumentalizados a los propios intereses de consolidación de las transformaciones que se venían implementando en el ordenamiento espacial.

> La incorporación generalizada de los valores "mafiosos", "maras" u otras formas altamente organizadas de delincuencia responden a un aumento constante del flujo de capital y a la introyección de los valores del maxi-consumismo en toda la región. Estos grupos delincuenciales altamente imbricados con la policía y otros empresarios locales deben ser entendidos

como grupos paraestatales en una definición que, si bien es más abierta, es estructuralmente más ajustada (Ibidem, p.77).

Al mismo tiempo esta cuestión ya fue probada con el copamiento paramilitar de Medellín para América Latina cuando se ejecutó en el plan de pacificación desde principios 2000, donde captaron las milicias urbanas y exterminaron la organización comunitaria y la organización política que hacía frente a la cuestión paramilitar y al narcotráfico.

La devastación y la necropolítica

Para empezar toda esta trama de denuncia de la cuestión extractiva toma forma en los diversos desastres que marcaron la devastación presente en la actualidad: en Mariana y Brumadinho, en Minas Gerais, Brasil; y Hidroituango en Antioquia, Colombia. Fueron grandes desastres de la extracción donde se provocaron los colapsos de las presas, además del proceso actual de deforestación y quemas continuadas que viven los territorios amazónicos y muchos otros que habían permanecido resguardados para tal fin, además de los boquetes de la megaminería, y sequías y contaminaciones de las aguas de ríos y mares enteros.

Asimismo, estos fenómenos comienzan a conocerse como ecocidios y continúan con más voracidad. Paralelamente a este proceso de devastación, están las desapariciones de los normalistas de Ayotzinapa, en Iguala, México; el asesinato de Berta Cáceres en su casa en la Esperanza, Honduras; la ejecución de Marielle Franco en una calle de la Tijuca, en Rio de Janeiro, Brasil; la desaparición y siembra de Santiago Maldonado en el río Chubut, Argentina; el asesinato de los ex-combatientes de las FARC-EP firmantes del proceso de paz y a cientos de líderes sociales, muchos de ellos liderando procesos de organización frente al despojo y las prácticas extractivas, todo esto bajo el control o la permeabilidad del Estado colombiano.

Es decir, la necropolítica se inserta en las relaciones político-económicas en tanto los afines a la extracción y al Estado despliegan su autoridad a través de la violencia como fin en sí mismo, decidiendo la ejecución, la desaparición, la masacre y el genocidio como máximas expresiones de la economía de muerte. Esto mismo aplica para la biosfera en su devastación.

En particular todas estas cuestiones fueron trayendo nuevos fenómenos como la migración de quienes no soportaron más el autoritarismo y la miseria que somete a la población el Estado venezolano, es decir, este Estado reaccionó ante la caída de la dependencia del petróleo – con la cual pretendieron integrar a América Latina. Igualmente aparecen las caravanas migrantes en Mesoamérica de territorios controlados por Estados como los que conforman el triángulo entre Guatemala, Salvador y Honduras, desplazados por la violencia de la extracción y la misma violencia saturada que viven en las urbes. Además, en la actualidad se recrudecen las cuestiones fronterizas, como, por ejemplo, en la frontera sur de México.

Al mismo tiempo se pudo observar el descontrol en la frontera Colombia/Venezuela y en la frontera inhóspita del tapón del Darién entre Colombia y Panamá, así como el recrudecimiento del control en cada uno de los puntos fronterizos como se pudo evidenciar en los primeros meses de la pandemia cuando cientos de migrantes quedaron varados en los tránsitos migratorios en América Latina.

Los levantamientos andinos

Luego para mediados de la década se fortalecen los movimientos feministas en el sur de América Latina y se empieza a definir la pauta en las diversas acciones de denuncia, movilización y organización, así mismo se va ampliando la movilización y la denuncia de la devastación. Es posible que se perciba y se conecte la violencia hacia el cuerpo de la mujer y las

disidencias sexuales con la violencia contra la biosfera en este intenso y expansivo proceso de devastación.

En otras palabras, la entrada en este colapso de circulación en las urbes llevó a que las reivindicaciones de pueblos indígenas, feministas y disidencias sexuales llevaron a fijar las guías para movilizaciones y que lograron sumar la adhesión de diversos sectores que dieron paso a los levantamientos. También en cada uno de los casos las medidas de control terminaron con la salida de los militares a las calles, después de que los Estados se vieron superados por los insurrectos en la confrontación de los antidisturbios, los cuales, vale la pena decirlo, se divirtieron a sus anchas sacándole los ojos.

> Si los problemas de gobierno cambian, como pensaba Foucault, hay que acompañar estos cambios para comprender nuevas configuraciones y nuevos medios de practicar la guerra. De igual modo, las fuerzas sociales no son harmónicamente dominadas por el Estado. Hay siempre fuerzas resistentes, contestadoras, planteando nuevas configuraciones (revolucionarias, reformistas, reaccionarias o conservadoras). La política como guerra es una política viva. La perspectiva agónica como mirada analítica es móvil, nómade y se presenta contra las teorías sedentarias en sus ontologías rígidas. Pensar exige movimiento, pues los acontecimientos vibran (RODRIGUES, 2015, p.167).

El necro/narco/para Estado colombiano

El territorio descontrolado por el Estado colombiano es una excepción en cuanto a la ocupación militar/policial, y esta se ha marcado en dos frentes: la lucha contrainsurgente y la guerra contra las drogas. Ambas son apoyadas y coordinadas desde Estados Unidos, más se cuenta con otras transterritoriales dado el lugar geoestratégico del territorio. Esto ha hecho que se vuelva muy confuso para América Latina y el mundo la comprensión y la dimensión del conflicto que se habita en el territorio controlado por el Estado Colombiano, además que siempre se ha recibido y enviado la información por los medios tradicionales de la propaganda contrainsurgente.

> El caso de Colombia es emblemático en cuanto al proceso de esconder la guerra y sus causas estructurales, especialmente en lo relacionado con el conflicto por la posesión de la tierra. Hoy en día algunos hablan de posconflicto y plantean la normalización de un Estado "democrático", sin mencionar, como ya es costumbre, el tema de tenencia de la tierra. Suelen hablar de paz y reconciliación como estrategia política, sin tocar los intereses gamonales, narcotraficantes y empresarios, ni tampoco el modelo económico depredador, ni la economía extractiva, ni la violencia como garantía del orden "democrático (MARTIN, 2016, p. 227).

Antes que nada, en este territorio la insurgencia se entiende como la insurgencia armada. De hecho, aún queda una guerrilla que es el ELN -Ejército de Liberación Nacional. Además, existe una larga historia y trayectoria de diversas guerrillas de diversos cortes ideológicos como: las FARC-EP, el ELN, M-19, Quintín Lame o el EPL. Por otro lado, estaban los carteles de las drogas: el cartel de Medellín y el cartel Cali como los más reconocidos. Asimismo, entraron los ejércitos de paramilitares y las fuerzas armadas del Estado colombiano. Ya que todo este mercado de armas para la guerra entra en furor junto con el tráfico de drogas y el control de diversas prácticas extractivas tipo la minería, la ganadería y la agroindustria. O sea, en este momento aparece el NARCO a entrar en cada acto: narcoparamilitar, narcoestado y narcoguerrilla:

> Narcos, guerrilleros, paras, narco-guerillos, narco-paras, neo-narcos, neo-paras, hibridaciones político-militares para la guerra o para la paz en la guerra, a tal punto que ya no se sabe "con quién se está", "quién enfrenta qué". Imagen difusa de una nación que, no contenta con sus cuerpos legítimos, ha movilizado un gran cuerpo paramilitar que hoy rige para todos sus dominios, suscitando los fenómenos ya corrientes de la para-justicia, la para-economía, la para-política, y finalmente, del para-Estado. Barbarie que propicia todo un medio para que se levante un gran mercado de las armas que conecta con el mercado de las drogas y los mercados emergentes de la minería y los biocombustibles, desplazando a los pequeños propietarios rurales sometidos hoy a una inmensa diáspora, y arrasando amplias extensiones de las selvas (RESTREPO, 2014, p. 40).

Se recorre un laberinto de violencia que se presenta en las transterritorialidades que también son dispuestos en el orden de lo

necropolítico, donde las máquinas de guerra son desplegadas y con el pasar del conflicto van siendo reapropiadas, captadas, integradas y funcionales al Estado colombiano.

> Estas máquinas de guerra se componen de facciones de hombres armados que se escinden o se fusionan según su tarea y circunstancias. Organizaciones difusas y poliformes, las máquinas de guerra se caracterizan por su capacidad para la metamorfosis. Su relación con el espacio es móvil. Algunas veces mantienen relaciones complejas con las formas estatales (que pueden ir de la autonomía a la incorporación). El Estado puede convertirse, por sí mismo, en una máquina de guerra. Puede, por otra parte, apropiarse para sí de una máquina de guerra ya existente, o ayudar a crear una. Las máquinas de guerra funcionan tomando prestados ejércitos habituales, aunque incorporan nuevos elementos bien adaptados al principio de segmentación y de desterritorialización. Los ejércitos habituales, por su parte, pueden apropiarse fácilmente de ciertas características de las máquinas de guerra (MBEMBE,2006, p.59).

Concretamente esta cuestión de funcionalidad y utilidad que el Estado encuentra en las máquinas de guerra puede explicar cómo se va asumiendo en Colombia los prefijos de "narco/para/necro", conformando en el plano transterritorial que se identifica con "los estados de violencia". Puesto que se han desplegado en varios territorios del planeta y cuentan con conexiones, ya que no son actores aislados y más si se tiene en cuenta la transterritorialización del narcotráfico y la trama extractiva por solo mencionar los aspectos que se han desarrollado con más profundidad.

> Las cuatro dimensiones de los "estados de violencia" nos hacen pensar en las guerrillas provenientes de la Guerra Fría y que encontraron nuevas motivaciones (como las FARC en Colombia), en grupos armados privados contratados por empresas y por gobiernos para actuar en una zona gris de la legalidad internacional (como las empresas de tipo Blackwater actuantes en Irak o en Afganistán), en organizaciones del llamado crimen organizado transnacional (como las mafias de todas partes del globo), en los genocidios y violencias dichas "étnicas" en África o Asia, en los enfrentamientos entre milicias, policías y pandillas en metrópolis de América Latina (RODRIGUES, 2015, p.164).

En conclusión, el dinero y poder causado por todos los flujos del narcotráfico y la extracción es el motor de la máquina de guerra en clave necropolítica, que tiene profundas implicaciones en la vida social de las metrópolis colombianas, donde los intercambios pasan en algún momento por esta intermediación y el sometimiento a este flujo.

> Comienza a imponerse un prefijo que todavía domina muchos de los ámbitos políticos, militares y sociales: el prefijo 'narco', curiosamente ligado a otro prefijo que, también él, consolida sus prestigios: el 'neo'. Se hace evidente la 'emergencia' de una anomalía: el florecimiento de la transnacional relativamente más desterritorializada que conoce el continente: enclaves industriales en la selva, laboratorios móviles, atomización de la producción de la droga, comercio masivo e ilegal de químicos, la hibridación de mercados y sectores productivos, la vigilancia cerrada y continua de ciudades como Cali o Medellín por parte de bandas armadas que mezclan mercenarios, policías y fuerzas militares en un proceso muy violento de encerramiento del espacio público, la transformación del paisaje urbano ahora convertido en espacio interior, aislado y protegido en el que los lugares de la política se agotan (RESTREPO, 2014, p.107).

Todo este devenir del "necro/narco/para" Estado es el producto de la continuidad de la guerra que ha desplegado su violencia organizada en clave contrainsurgente para acumular todo lo posible sometiendo a los pueblos o exterminarlos, llevando a cabo etnocidios que terminan por acabar la memoria que guarda tanto la biosfera como a las comunidades.

> En esa perspectiva, "la guerra" no es solamente el enfrentamiento bélico del 'dispositivo militar', sino un grande y complejo conjunto de prácticas políticas, tácticas de control, acciones represivas, discursos de legitimación, conformaciones institucionales etc. El espacio para la violencia organizada, para la guerra, es simultáneamente – y de variados modos – interior, exterior y constitutivo del Estado (RODRIGUES,2015, p. 160).

En cuanto la injerencia de Estado Unidos en este territorio se acentúa en la guerra contra las drogas, después en la guerra contra el terrorismo y ahora se actualiza en la constante tensión con el Estado venezolano. Es decir, en esta tensión que se presenta en

pleno 2021 como si fuera de "guerra fría" se reúne todos esos factores transterritoriales en las fronteras donde el Estado colombiano despliega su máquina de guerra de las fuerzas armadas, además de la presencia en el territorio de las fuerzas armadas de Estados Unidos, y en donde además se encuentran mercenarios, guerrillas y paramilitares.

En consecuencia, en estos procesos de ocupación militar/paramilitar sumado a la presencia guerrillera se produjeron cientos de masacres por todo el territorio, trayendo el genocidio, miles de desapariciones forzadas, y una cantidad incalculable de desplazados internos. Por otro lado, en el último de los casos atendidos por la Jurisdicción Especial para la Paz para 2021 se ha encontrado evidencia mediante la inspección en fosas clandestinas y cementerios de 6402 jóvenes que fueron asesinados por soldados colombianos y paramilitares para presentarlos como bajas en combate contra la guerrilla para dar índices de productividad a la financiación de Estados Unidos. Este puede ser tal vez el hecho que marque y que permita una comprensión del asunto al que venimos atendido.

Por otra parte, durante la década de los 80´s, 90´s y principios del 2000 todos los que estuvieran en contra de estas políticas nefastas eran sometidos a persecuciones, asesinatos, señalamientos, estigmatizaciones y torturas. Con esto quiero decir que no teniendo a quien más combatir deciden ir por jóvenes de barrios de zonas periféricas y de lugares aislados de los centros urbanos para hacerlos pasar como guerrilleros dados de baja en combates. Igualmente, un largo y espectacularizado proceso de paz que empieza en 2012 y termina sacando a la guerrilla más vieja del planeta de selvas, campos y montañas para que después estos espacios estratégicos fueran reocupados por otros hombres armados, ahora mucho más eficientes y organizados en las transterritoriales en función del tráfico de drogas y la extracción.

> Los "estados de violencia" no tienen una temporalidad discernible, pues no se sabe precisamente cuando empiezan y cuándo (o si) terminan. Ellos tampoco tienen espacios claramente demarcados para ocurrir, pudiendo

manifestarse dentro de Estados, en ciudades, calles, atravesando fronteras o simultáneamente en varias partes del globo. En cuanto a la legalidad, los "estados de violencia" no respetan leyes nacionales, tratados internacionales, compromisos formales o informales de la guerra justa estatal (tanto el *jus ad bellum* – el derecho de ir a la guerra – como *el jus in bello* – los compromisos durante el conflicto) (Idem, p.163).

Los levantamientos de los nómadas presos en la cárcel a cielo abierto llamada Colombia

Por otro lado, como se venía narrando, las ciudades andinas se levantan. En el 21 de noviembre del 2019 se generan las grandes movilizaciones, y Bogotá es la ciudad que sufre la gran arremetida del escuadrón antidisturbios – ESMAD –, salen paramilitares y se crean un pánico en las clases medias a través de diversas estrategias mediáticas y casi performativas que los hacían reaccionar sobre todo cuando se les inculca a las clases medias el miedo que su propiedad sería invadida por los manifestantes y empezarían los saqueos.

Después viene la pandemia y ocurre en abril una serie de revueltas en las cárceles y en la cárcel Modelo de Bogotá. Los presos se arrojan al levantamiento sufriendo una gran arremetida del INPEC y la policía que arroja más de 20 asesinatos.

Después de esto, la pandemia va presentando al "necro/para/narco" Estado en toda su dimensión y es visible y experimentable para todos. En una escena parecida a la de George Floyd que es viralizada en septiembre del 2020, Bogotá vuelve a levantarse incendiando los CAIs y aparecen otra vez civiles armados y policías que asesinan a por lo menos 10 personas en la calle, en tal vez una de jornadas más espontáneas e intensas que se han vivido en los levantamientos.

De la misma forma, se continúa con la tensión y el 2021 empieza con el anuncio de una reforma tributaria para hacer pagar al pueblo todo el desfalco y saqueo que produce esta clase político-económica y desata una movilización inimaginable y que tuvo una duración de un mes consistente y que se mantiene intermitentemente. La ciudad de Cali es el foco de la protesta, ya

que Bogotá, aunque con grandes barricadas y bloqueos, logra ser más contenida. Cali es llamada a la contención militar, aparecen los paramilitares disparándoles a la minga indígena del norte del Cauca y arrecia la brutalidad policial en todo el país.

En relación con los últimos levantamientos empiezan los asesinatos de manifestantes en la calle, desapariciones, vuelven a bajar los cuerpos por el río Cauca, se denuncian torturas, mucha gente pierde un ojo, centros de detención clandestina, decapitaciones, descuartizamientos y violaciones. Al mismo tiempo llaman a contener la "revolución molecular disipada" que viene de un "analista" nazi/chileno que vino a instruir a la policía y se despliega todo el terror que ha interiorizado el Estado colombiano.

Por esto esa forma actuante (necro/para/narco) del Estado es la que viene ahora a ser conjurada por la máquina de guerra que disponen los nómadas y que son sobre todo jóvenes de las ciudades bajo el control del Estado colombiano. Asimismo, los nómadas comienzan los bloqueos de vías principales, encienden las ollas comunitarias, realizan conciertos, crean barricadas de varios anillos donde logran expulsar a la policía, y empiezan a recrear una forma de vida nunca antes vista en el territorio controlado por el Estado colombiano. Se liberan los flujos insurrectos, donde se disponen los cuerpos en formaciones de manadas y se articulan en la interrupción del flujo necro/narco/para político.

> Los nómadas, palabra siempre plural, se sitúan o hacen sitio en el cuerpo lleno de la tierra, para componer en él un *socius* (tribu, manada o banda), una socialidad que nada tiene que ver con un modo de subsistencia arcaico, sino con una relación con el espacio, con la ocupación del espacio, con el desplazamiento en ese espacio, y la composición correspondiente de los hombres. Contra el señorío de la propiedad, el nómada – como el brujo – libera los flujos, los devenires, las intensidades: flujo de mujeres y de niños, flujo de rebaños y de granos, flujo de esperma, de mierda y de monstruos, nada debe escapar. En lugar de la propiedad (extensiva), el nómada moviliza una ocupación (intensiva) (DELEUZE & GUATTARI Apud RESTREPO, 2020 p. 57).

En consecuencia, estos nómadas le declaran "la guerra a la guerra", confrontándose en el desierto de las calles ante el miedo siempre presente de ser desaparecido: "En todo caso, una máquina de guerra puede ser mucho más revolucionaria o artística que bélica, pues a su manera, y con los materiales que le son propios" (RESTREPO, 2020 p.60).

Como resultado las técnicas que desarrollan los nómadas de las ciudades en el territorio colombiano vienen con el propósito de combatir la guerra, denunciar y abrir un campo de batalla que antes no había sido explorado con tanta intensidad y que ya se venía experimentado. Además, que estas también fueron desplegadas por los insurrectos en Río de Janeiro 2013 y en Santiago en 2019:

> 1. La primera línea: la línea de defensa pretende proteger a los manifestantes para que no pierdan la ocupación ganada en la calle. Esta acción performativa es aplicada desde 2019 sin mucho éxito, pero ahora con la cantidad de jóvenes que se fue agregando y la cantidad de gente que salió a movilizarse permitió la consolidación de permanencia en la calle.
> 2. Arte urbano: graffiti, gráfica, performance y música. Estas fueron las expresiones más exploradas con más consistencia e intensidad, cada una permitió agregar más jóvenes y manifestantes, dejando en la calle y en las redes sociales las pautas de la revuelta. También crea una confrontación al espectáculo y a las mismas artes, pues también funcionan como aparatos contrainsurgentes.
> 3. Media: Audiovisual, proyección callejera, foto, redes y *lives*; la capa mediática se activa a la altura de la interconexión, América Latina se entera, y los miles de migrantes expulsados de este territorio comienzan a difundir la información. También se logra un intercambio en tiempo real, y una viralización de la pauta que señala e identifica al necro/para/narco Estado colombiano.
> 4. La pauta anticolonial, la antirracista, la feminista, las asambleas, y la minga: los referentes que conforman lo común dentro de los insurrectos vienen de estas actitudes, muchas traídas del norte del Cauca de las tierras indígenas. Además, también son muy fuertes en la influencia las pautas de los movimientos feministas del cono sur y de Mesoamérica, y de la misma experiencia que ha generado la guerra en estos últimos 20 años.

El aparato contrainsurgente en las urbes contraladas por el Estado colombiano. la actuante

● Militar/policial: Militarización de las ciudades y el ESMAD

Las ciudades se militarizaron, sobre todo en lo que se denomina los activos de valor e imprescindibles, tipo abastecimiento de energía, edificios de instituciones y bancos. Además, todo el cuerpo policial como la SIJIN, el ESMAD, los policías y el GOES son desplegados contra los manifestantes que en gran medida son jóvenes que ahora empezaran a ser reclutados por el ejército colombiano.

La represión y el terror es brutal, se aíslan las zonas de confrontación. En Medellín, por ejemplo, se les lleva al barrio Moravia, un barrio de recicladores y allí se crea o recrea el campo de batalla. La intimidación es evidente.

● Institucional/mediático/cultural: control, señalamiento y la moderación

Tal vez el aparato que más funciona es cuando la propaganda empieza a esparcirse y se creó todo un monopolio de los medios tradicionales, se señala, se estigmatiza y se identifican las expresiones. No hay ninguna respuesta a la movilización social o forma de negociación, los sindicatos dejan solos a los manifestantes, y se crea una frustración en las capas menos dispuestas a la confrontación, mientras los que siguen en las barricadas y en la expresión de denuncia quedan cada vez más solos. A tres meses del último levantamiento las condiciones ahora son otras; la primera línea es vista bajo el discurso del terrorismo y las expresiones contra el gobierno son nombradas como reaccionarias.

- **Paramilitar**

Esta capa ahora vuelve a hacerse visible y se denuncia el paramilitarismo urbano, sobre todo estos grupos que toman fuerza por los medios que les han brindado legitimidad, y en el campo de batalla tomaron fuerza respaldados por los mismos policías mientras disparaban a los manifestantes. Los paramilitares hacen parte de variados grupos armados que ahora tienen el control en los territorios y en las ciudades, se lucran de la trama extractiva y del narcotráfico respaldados por el Estado colombiano y por intereses de grupos económicos nacionales, además estas prácticas también están en las disidencias de la guerrilla.

- **Vigilancia: monitoramiento**

Ahora con el avance de todo este aparato represivo, esta capa empieza a emerger, sobre todo en las redes sociales, y en perfilamientos, el monitoramiento se hace constante en la calle a través de los circuitos de las cámaras de vigilancia, drones, helicópteros y los cuartos de control. Es toda una disposición de la estructura tecnológica dispuesta acabar con los circuitos de comunicación que fueron emergiendo durante los levantamientos.

En estos días la zozobra es palpable y se podría entrar en más análisis o reflexiones o cerrar con un extenso comparativo del mapa desplegado, pero no hace mucho sentido en la presente situación. Ahora lo importante a señalar es que en esta cárcel a cielo abierto llamada Colombia se ha decidido combatir la Guerra, y ella va a intensificarse y expandirse. No vamos a experimentar un tránsito a la paz como la defiende la izquierda partidista por la vía democrática, así mismo como también la defiende la Comisión de la verdad en su discurso de reconciliación y mucho menos vamos a entrar en la paz perpetua que promueve este necro/para/narco Estado. La guerra ya está muy interiorizada y las confrontaciones de estos últimos tres levantamientos van a mutar en formas que de antemano ya sabemos sus desenlaces. Es de los anarquistas

encontrar y construir espacios que mantengan la confrontación a la Guerra, Guerra a la Guerra.

Referências

AUGUSTO, Acácio. "Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto". In: *Cadernos Metrópole*, v.12, n.23. São Paulo: Observatório das Metrópoles, 2010, pp. 263-276. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5933/4286

ANONIMXS. "Ejércitos en las calles, Sudamérica". In *Periodico Anarquia,* Junio de 2016. Disponível em: https://periodicoanarquia.wordpress.com/2016/11/28/nuevo-libro-ejercitos-en-las-calles-sudamerica/

ANTENA MUTANTE. "Novas Fronteiras do Controle" In *Discursos Sediciosos: Crime, direito e sociedade*, n. 23/24. Rio de Janeiro: Editora Revan/ Instituto Carioca de Criminología, 2016, pp. 413-437.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre las sociedades de control. In *Polis: revista latinoamericana*, n.13. Tradução de Polis. Santiago de Chile: CEDER, 2012. Disponível em: http://journals.openedition.org/polis/5509

BATISTA, Vera Malaguti. "Rio de Janeiro: lugar e controle social", 2016. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2016/02/606658aa6b94589ac7ec7bfeec1aaa90.pdf

MARTÍN, Felip. *Geopolítica del despojo: biopiratería, genocidio y militarización*. Bogotá, Colombia: Impresol Ediciones, 2016.

MBEMBE, Achile. *Necropolítica seguido de Sobre el gobierno privado indirecto*. España: Editorial Melusina, 2011.

PASSETTI, Edson. "Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica". In:_ *Revista Ecopolítica*, n.5. São Paulo: Nu-Sol/PUCSP, 2013, pp. 2-37.

PETTI, Alessandro. *Arcipelaghi e enclave: Architettura dell´ordinamento spaziale contemporâneo*. Milano: Ed. Bruno Mondadori, 2007.
RESTREPO, Carlos & HERNÁNDEZ, Ernesto. *Lo social: perspectivas anexactas*. Medellin, Colombia: Editorial Endymion, 2014.
RESTREPO, Carlos. "Nomadismo". In: Fuga Nómada (org.), *Nómadas por venir*. Medellín: Editorial Fuga Nómada, 2020.
ROMPERE LE RIGHE. "Ejércitos en las calles: Algunas cuestiones en torno al informe 'urban operations in the year 2020' de la OTAN". In: *Eserciti nella strade*. Traducido y editado por Bardo ediciones. Barcelona: Bardo Ediciones, 2010.
RODRIGUES, Thiago. "Política y Guerra: Apuntes para una Analítica Agónica de los Estudios Estratégicos". In: *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, n. 2. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2015, pp.151-171 Disponível em: https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/62990/37659
SANDOVAL, José Manuel. *La frontera México-Estados Unidos: espacio global para la expansión del capital transnacional*. México: Secretaría de Cultura Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2017.

Siglas

FARC-EP: Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia- Ejército del Pueblo
OTAN: Organización del Tratado del Atlántico Norte
RAND corporation, un *think tank* sin fines de lucro construido por la Air Force en 1946, conocida por haber ideado en los años cincuenta el proyecto Armageddon (El choque final nuclear) y por haber tenido en los años sesenta un papel primordial en la formulación de la estrategia bélica estadounidense en Vietnam, hoy se dedica a la ciudad.(Rompere le righe, 2010,17)

IIRSA: La Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana
ESMAD: Escuadrón Móvil Antidisturbios
INPEC: Instituto Nacional Penitenciario y Carcelario.
ELN: Ejército de Liberación Nacional
EPL: Ejército Popular de Liberación
M-19: Movimiento 19 de Abril
CAI: Centro de Atención Inmediata
SIJIN: Seccionales de investigación Criminal - adscrito a la DIJIN: Dirección Central de Policía Judicial e Inteligencia
GOES: Grupos Operativos Especiales de Seguridad

Revuelta y devenir: trayectorias, apropiaciones e interpretaciones sobre la protesta popular en Chile

Diego Mellado Gómez

Introducción

En el revolver de la revuelta, volvemos a reflexionar sobre las protestas recientes, a casi dos años de octubre de 2019, fecha en que la agitación popular desató sus fuerzas destructivas y creativas en inusitada variedad de formas, generando tal impacto social, cultural y político que la serie de derivas se han expresado multiformes como la revuelta misma. En este espacio de conversación, quisiera comentar desde una óptica anarquista algunas trayectorias, apropiaciones e interpretaciones que de un tiempo a esta parte han surgido a propósito de las revueltas de 2019.

Es esto un ejercicio de análisis, recapitulación e inspiración, pues el anarquismo mismo, en tanto cuerpo abierto, surge en estas instancias, avivando la memoria rebelde y reinterpretando los principios que lo conforman como ideario y como práctica de libertad. Efectivamente, encontramos en la revuelta tanto la praxis militante como la espontaneidad de quien se sintió atraído por primera vez a enfrentar a la autoridad. En esta magnitud y diversidad de eventos, la mirada anarquista multiplica la revuelta en tantas direcciones como sea posible, no reduciendo los acontecimientos al mundo de lo conocido, de lo sabido. Se trata de aprender de la revuelta. Es ella una auténtica pedagogía de la ruptura, el conflicto, la autonomía y la solidaridad, una situación donde emerge el miedo al mismo tiempo que la necesidad de resistencia.

Estallido: de la ruptura a las revueltas

A las revueltas comenzadas en octubre de 2019 se las denomina comúnmente como *estallido social*. Otras denominaciones, como "Octubre chileno", "Rebelión de Octubre" o "18-O", han sido figuradas en títulos de libros, reportajes, documentales, archivos, consignas, etcétera. Pero, ciertamente, es la noción de *estallido social* la que se ha ido arraigando en los imaginarios, instalándose incluso como fenómeno contemporáneo que ha tenido lugar en distintas locaciones. Tan solo en los últimos meses, los medios de comunicación se refieren a las protestas en Colombia o Cuba como *estallidos sociales*.

Sabemos que en esta operación de bautizar y clasificar las revueltas sociales opera la hegemonía de discursos que desde sus púlpitos pretenden determinar las causas y consecuencias de la efervescencia social: los buscadores de estructura que, incómodos ante la acefalia del movimiento social, intentan encauzar la rebelión en el contexto de sus fines políticos y económicos evitando la jerga radical. En esta fauna de voces conviven desde hábiles sociólogos previsores, videntes actuales del mundo venidero, hasta ilusos periodistas que, acostumbrados a su pauta, siguen sin comprender este estallido que "nunca vieron venir", pasando por politólogos que encuadran el fenómeno en marcos lógicos, filósofos pesimistas u optimistas ante un proceso que impugna a repensar los fundamentos de la realidad o historiadores que analizan lo mismo de lo mismo en cronologías actualizadas a las condiciones materiales o contingentes de las circunstancias. En fin, son incontables las miradas, y sin embargo parecen capturadas, encapsuladas quizás, por conceptos que traducen los hechos sociales a través de nomenclaturas útiles a la institucionalidad establecida.

Pero pensemos en el estallido. Estallido es también estruendo, golpe repentino, explosión, un reventar violento. Algo explota y saltan las esquirlas en todas direcciones, tal como sucedió en octubre a partir de la agitación promovida por estudiantes

secundarios, quienes llamaron a la evasión del transporte público como respuesta al alza del pasaje. Durante aquella semana, las estaciones de metro fueron abiertas por los estudiantes, que no solo saltaban los torniquetes, sino también invitaban a los demás pasajeros a no pagar. Tal violación a la propiedad privada y a un servicio de transporte que, según la moral cívica, "toda persona honrada debe pagar", llevó a dotar de fuerzas policiales las estaciones de metro. La represión, al pasar de los días, se fue acentuando frente a este acto de desobediencia, hasta que, en la tarde del 18 de octubre, la tensión estalló entre barricadas, piedras, perdigones y lacrimógenas, impugnando en plena tarde a las masas capitalinas que retornaban después de sus jornadas laborales. En pocas horas, incendios proliferaban, estaciones de metro ardían, farmacias y supermercados en distintos puntos de la ciudad eran saqueados, oficinas de fondos de pensión y bancos se convirtieron en materia prima de las hogueras callejeras.

La agitación se hizo sentir en las calles. Entre las informaciones que circularon en las redes de internet, apareció un audio de WhatsApp de Cecilia Morel, "la primera dama": "esto es como una invasión extranjera, alienígena, no sé cómo se dice". Piñera, empresario-presidente que hace unas horas comía pizza con su nieto, decreta a la medianoche Estado de Excepción en Santiago y alrededores, despliega a los militares para controlar al poderoso enemigo "que no respeta a nada ni a nadie" –definición que es un *loop* en sus discursos– y declara la guerra[1]. Al día siguiente, la onda del estallido se expande a través del territorio chileno, y con ella las medidas de contrainsurgencia del gobierno militarizado. Se instaura toque de queda nocturno, rememorando con ello la dictadura cívico-militar y sus prácticas represivas, ahora actualizadas con nuevas tecnologías y métodos. En cada comunicado, el gobierno enfatiza que está combatiendo al vandalismo desatado para "volver a la normalidad". Los medios

[1] En un artículo que redacté ese primer mes de revuelta analizo la situación del militarismo contra la revuelta (Mellado, 2020a).

acompañan este relato omitiendo las múltiples manifestaciones que estaban ocurriendo a lo largo y ancho de Chile, relatando un escenario de caos y delincuencia sin sentido. Sin embargo, la masividad se hizo evidente y las consignas comenzaron a aflorar. El descontento, el llamamiento a la desobediencia civil se tradujo en huelgas y marchas que denunciaban la obscenidad de la desigualdad económica y del robo perpetuo de los ricos, la infamia del terrorismo estatal puesto en práctica por Piñera y Compañía, el hastío de la sociedad patriarcal y racista, los vejámenes colonialistas todavía presentes en el saqueo extractivista, sostén de la nación y sus riquezas.

Chile estalló. El oasis neoliberal se derrumbó junto a monumentos de militares, curas, próceres de la nación y colonos[2]. El ruido de cacerolas se hizo prácticamente permanente durante la revuelta, en especial al caer la tarde y acercarse el toque de queda. Asimismo, las murallas comenzaron a hablar con intensidad nunca antes imaginada: ¿Qué versaban estos rayados, en qué dirección iban? ¿Qué enunciaban las paredes de la ciudad en aquel texto interminable, irreductible, plagado de símbolos, interpelaciones y consignas múltiples? En un ejercicio notable, podemos volver sobre esta prosa callejera gracias al libro *El lenguaje es un arma de largo alcance*, en el que, en 100 páginas, se transcriben rayados durante los primeros cuatro meses de la revuelta entre Santiago y Valparaíso, rememorando lo que era callejear mientras se leían las murallas de la ciudad. Tomemos un fragmento:

> (…) Autonomía y reconocimiento. La desigualdad social es más violenta que cualquier protesta. Resiste camiona. Muerte al periodismo servil. Nos robaron el miedo. Nicole Saavedra presente. MUERTE A URIBE. Yo soy solo de mí. Para que los ríos vuelvan a fluir. Ni un minuto de silencio, toda una

---

[2] El antimonumentalismo como fenómeno ha comenzado a ser estudiado en relación al concepto tradicional de patrimonio (Cactus, 2021). También han surgido iniciativas editoriales vinculadas a estas acciones colectivas, como por ejemplo *La Descolonizadora*, quienes publicaron un mapa que indica las acciones desmonumentalización a lo largo del territorio dominado por al Estado de Chile, accesible a través del Instagram @ladescolonizadora.

vida de combate. Ke la pena no te consuma. NO TE RINDAS. Educación no sexista. Nuestra verdad va a ganar. Somos el grito de las que torturas. Anarquistas dando cara en levantamiento. Gladys y Lemebel nos demostraron que la amistad también puede ser un acto revolucionario. Paco especista. Esta piel es mi fuego (DALMAZZO, 2020, p. 81).

Este breve fragmento expresa la multiplicidad de posiciones en lucha que, entre tantas otras, compartían la rabia contra el neoliberalismo y las promesas de la democracia y su transición postdictadura. Piñera, símbolo y energúmeno del engrane Capital-Estado, fue apuntado unánimemente como asesino, responsable y cómplice de las infamias que la revuelta reveló. El gobierno, de hecho, rápidamente pasó a tener no más de 4,6% de aprobación ciudadana según una encuesta[3]: el grito "¡Renuncia Piñera!" se transformó en lema de combate.

Aquella serie interminable de rayados fue uno de los primeros testimonios. Personas, comunidades y pueblos compartieron sus consignas sobre muros y calles en textos plurales y colectivos: sin principio, ni fin, desenvueltos entre voces anónimas y dispersas, la ciudad se impregnó de protestas que, aunque intenten ser sucesivamente borradas por los detentores de la civilidad, aparecen una y otra vez como marca de los días[4].

---

[3] "Aprobación de Piñera marca un nuevo mínimo histórico", encuesta publicada el 2 de diciembre de 2019 y realizada por Pulso Ciudadano de Activa Research. Disponible en: https://chile.activasite.com/noticias_estudios/aprobacion-de-pinera-marca-un-nuevo-minimo-historico/ (consultado 15/08/2021).

[4] Pese a este silenciamiento institucionalizado, del algún modo u otro queda la huella de las calles circulando sobre otros soportes. Por ejemplo, varios libros con recopilaciones fotográficas y testimonios se han publicado a la fecha: *Rabia dulce de furiosos corazones. Símbolos, íconos, rayados y otros elementos de la revuelta chilena*, del Equipo de Investigaciones Editorial Tempestades (2020); *Postales del Estallido Social Chileno. Entre la vivencia y la memoria*, de la revista de ciencias sociales Némesis (2020); *Estallido*, de la Agencia Uno / Ocho Libros (2021). Asimismo, puede uno realizar una caminata virtual a través de 2,4 kilómetros en torno al epicentro de las protestas en Santiago, entre Plaza Dignidad y el Palacio de Gobierno, tal como se encontraban el día 36 de la revuelta. Es el proyecto "La ciudad como texto", disponible en libro y en el sitio web: https://www.laciudadcomotexto.cl/

Hecatombe: resistencia y represión

El recuerdo de la revuelta es el recuerdo del tiempo dislocado de los patrones de lo normal, del tiempo fuera de las normas, tiempo esparcido en los vericuetos espacios urbanos, generando vórtex en la estructura política y económica del mundo civil y sus matrices de producción y crecimiento capitalista. Estos recuerdos se adentran en los senderos creativos del habitar un mundo colectivo[5].

En efecto, la normalidad no volvió, los estallidos se multiplicaron y la posterior situación sanitaria provocada por el covid-19 instauró la marca definitiva respecto a un mundo que ya no volverá. Además, nunca fue un estallido singular, sino que fueron estallidos simultáneos y diversos, una correlación de manifestaciones, todas ellas entre el enfrentamiento propio de la resistencia y de la protesta creativa que esquiva las lógicas políticas y estéticas de lo normal y lo rutinario[6]. Estallidos que, por cierto, tienen un alcance histórico desde las décadas recientes, sobre todo si se consideran los movimientos antiglobalización, como las masivas protestas contra el foro APEC en 2004, ecologistas, como "Patagonia sin Represas" contra la represa de HidroAysén, en 2011, o los antecedentes de los movimientos estudiantiles contra la educación de mercado, como la "revolución pingüina" de 2006 y las movilizaciones de 2011 que tuvieron en la revuelta del 4 de agosto su punto cúlmine (FAURÉ & MIRANDA, 2016). Asimismo, las reivindicaciones de los pueblos indígenas, especialmente mapuche, revelaron a través de los años las políticas represivas y colonialistas del Estado chileno. Más cercano a octubre de 2019 fueron las manifestaciones y tomas feministas de 2018 (AGUILERA

---

[5] Una lectura filosófica *in situ* del tiempo dislocado y colectivo de la revuelta es desarrollada por Rodrigo Karmy (2019).

[6] Como recapitulación de los sucesos, escribí una crónica para informar lo que estaba sucediendo en Chile hasta marzo de 2020: Diego Mellado Gómez (2020b), crónica que también se publicó en *Ni calco, ni copia*, n°9, 2021 (Buenos Aires, Revista del Taller de Problemas de América Latina) y en *Refractions, recherches et expressions anarchiste*, n°46, automne 2020 (París).

et al., 2021), la agitación social posterior al asesinato del comunero mapuche Camilo Catrillanca o la huelga portuaria que se expandió a los movimientos sociales en Valparaíso desde noviembre del mismo año. Durante 2019 también ocurrió la huelga de profesores de la educación pública durante casi dos meses, mismo año que, antes del estallido, estuvo marcado por los enfrentamientos entre estudiantes secundarios y policías a causa de las medidas de vigilancia que el gobierno estaba aplicando a través del programa "Aula Segura", política de control aplicada a propósito de la agitación estudiantil precedente.

Todas estas experiencias, nombradas entre tantas otras que podríamos convocar en este relato, impulsaron la autoorganización y autonomía política de personas, grupos y colectivos que venían analizando y criticando las falencias e injusticias del proceso socioeconómico del Chile neoliberal, heredero de una democracia fundada en dictadura y promotor de medidas represivas que remiten a la época de gobierno militar[7].

Contra el neoliberalismo. Contra la Constitución de Pinochet y Guzmán. Contra la impunidad de los represores. Por la igualdad de derechos, por la libertad del pueblo, por la justicia social y económica. Por quienes cayeron antes, por quienes luchan, por quienes vendrán. A 30 años del término de la dictadura, la retrospectiva de las generaciones comprendió, desde distintos puntos de vista, la continuidad de un modelo que solo había variado en lo institucional, pero que en el fondo seguía siendo el mismo. Al menos desde el Golpe de Estado en septiembre de 1973 era posible ver con claridad el acentuamiento de políticas económicas que otorgaron las condiciones idóneas para la explotación capitalista: forestales, mineras, navieras y toda clase de negocio extractivista en el mar, ríos, montañas, campos; en venta se pusieron carreteras, puertos, escuelas y universidades; los servicios públicos básicos y no

---

[7] Si bien ya existe bibliografía de interpretación histórica en relación al estallido social, para un análisis desde la óptica anarquista puede consultarse: Eduardo Godoy Sepúlveda (2021).

básicos quedaron a merced de la empresa privada. La deuda, el consumo exacerbado, las zonas de sacrificios, el colapso del sistema de salud, la injusticia endémica a los fondos de pensión, en fin, la larga serie de crisis que dan forma al *ethos neoliberal*, tienen una evidente genealogía en la dictadura pinochetista. Sin embargo, sabemos que no empieza ni acaba ahí, ni tan lineal es, ni único motivo o causa puede ser, pero, en cierto modo, puede considerarse como una las causas más cercanas y que más identifica a las generaciones actuales, sobre todo entre las tendencias de izquierda, donde, por ejemplo, la figura de Salvador Allende, presidente de la Unidad Popular derrocado en el golpe de 1973, resurge como ícono que inspira los sentimientos democráticos en disputa. De modo similar, la presencia de militares en las calles y la instauración del toque de queda despertó los recuerdos de los años de represión, prisión, tortura, violaciones y desapariciones que protagonizaron durante 17 años y sobre los cuales las medidas de justicia y reparación quedaron atrapadas en la máxima que el primer presidente en suceder a Pinochet, el democratacristiano Patricio Aylwin, dijo al comienzo de su mandato: “Justicia en la medida de lo posible”. Esta medida, como es evidente, fue hecha por el Ejército mismo, en complacencia de los nuevos grupos políticos que administrarían el Estado democrático.

Al ocurrir el estallido, esta maraña la gubernamental-empresarial-militar se articuló en defensa de su posición. Como señalaba anteriormente, Sebastián Piñera, el presidente trepador del ranking *Forbes*, acompañado de sus ministros y de militares, declaró Estado de Emergencia la primera noche del estallido. En una entrevista con la cadena de noticias BBC, publicada el 5 de noviembre, señaló los irrefutables motivos de esta decisión:

> El estado de emergencia era absolutamente necesario porque la acción vandálica de grupos criminales organizados que querían quemar el país entero requería una reacción y el estado de emergencia es parte de nuestro sistema democrático y eso lo que permite es que las fuerzas armadas

colaboren con las policías en bienes tan preciados por los chilenos como el orden público, la seguridad ciudadana, la paz social.[8]

Ante tal panorama represivo, la resistencia y el apoyo mutuo tomaron forma en barricadas, mítines, protestas y grupos de primeros auxilios. De hecho, en los medios de comunicación se comenzó a hablar de la "Primera Línea", escudo humano que enfrentaba a la policía, protegiendo a la manifestación de las sucesivas embestidas policiales que tenían como fin disolver todo tipo de aglomeración de personas. Tanto en Santiago como en otras ciudades, se articuló esta defensa, llegando incluso a ser vista en términos heroicos e icónicos del estallido social. Ahora bien, también podemos pensar que la "Primera Línea" era más bien el borde. A los ojos de la prensa, analistas e intelectuales del poder, ubicados tras las armas policiales, era lo primero distinguible. Pero, desde el interior de la revuelta, era más bien una frontera, el confín donde aparecía el Estado empujando a través de sus esbirros para terminar con la protesta social. Algunas lecturas dirán que se avanzaba, otras verán que se protegía un espacio de libertad, de autonomía con otras reglas y otras búsquedas distintas a las propugnadas por la tradición nacional-estatista. Lo importante, ciertamente, es no idealizar, sino más bien comprender esta búsqueda y esta resistencia fuera del control, la conformación de la acracia diríamos.

No obstante, en el caso de Santiago, la comisaría estaba en el subterráneo del punto neurálgico, bautizado como Plaza Dignidad, ex Plaza Baquedano[9]. Específicamente, en la estación de metro existía una comisaría de carabineros, hoy clausurada, pero que en los días de revuelta era ocupada para lanzar bombas lacrimógenas

---

[8] BBC News Mundo, "Entrevista a Sebastián Piñera: 'Por supuesto que voy a llegar al fin de mi gobierno'". Disponible en: https://youtu.be/dkYbXmjFBn0 (consultado 18/08/2021).

[9] Plaza Baquedano se llamaba por el nombre del General Manuel Baquedano (1823-1897), militar recordado por su obediencia y dedicación en la construcción de la nación chilena, contra los extranjeros e indígenas.

y sobre la cual se dijo que fue utilizada para torturas. De tal forma que esta rotonda que caracterizó los meses siguientes del estallido tenía policías en el subsuelo. De similar modo, aunque desde otro ángulo, se hizo gala de drones y helicópteros que circundaban el cielo de día y de noche. En el caso de los drones (que en realidad son cámaras de vigilancia voladoras, muchas veces confundidas por las de algún productor audiovisual), estos fueron usados para perseguir e inculpar a varios de los detenidos durante el estallido. Estos aparatos voladores venían siendo utilizados sobre todo en territorio mapuche, donde se encargan, por ejemplo, de hacer los chequeos previos a la entrada de los carros y personal policiales. Los helicópteros, por su lado, tienen además esa potencia sonora y lumínica que en medio de la noche puede entumecer, molestar o asediar a las personas. En respuesta, los láseres circularon entre los manifestantes con el propósito de copar la visibilidad de estos vehículos aéreos.

Compleja situación para la manifestación y la resistencia. No solo la represión de carabineros, policías civiles y militares, cuya escuela responde a las huestes que fundaron la dictadura chilena y que operaron a sabiendas de la impunidad que poseían, sino también las nuevas tecnologías de drones y cámaras de reconocimiento facial que registraron las protestas[10], las novedosas inteligencias que colaboran con el control social. De todas formas, fue la violencia y el terrorismo de Estado lo que marcó el carácter de la contrainsurgencia del gobierno. Por un lado, esto se hizo latente en las víctimas que sufrieron trauma ocular por disparos

---

[10] Por ejemplo, un mes y medio después del estallido, Felipe Guevara, intendente de la Región Metropolitana, señalaba a los medios que con nuevas cámaras de reconocimiento facial y con drones estaban identificando a encapuchados. "Intendente de la RM dice que con nuevas cámaras de reconocimiento facial han logrado identificar a encapuchados". Fuente: Emol.com - https://www.emol.com/noticias/Nacional/2019/11/28/968666/Intendente-Guevara-camaras-reconocimiento-facial.html (consultado 19/08/2021).

perpetuados por las policías[11], algunos de ellas con pérdida total de uno o ambos ojos, los que tuvieron daños colaterales provocados por perdigones, golpizas y torturas, incluso con efectos psicológicos y físicos irreversibles, y los que murieron o fueron asesinados en medio de la revuelta. Por otro lado, de los miles de detenidos, más 11.300 según la cifra entregada en marzo de 2020 por el Instituto de Derechos Humanos, se tradujo en el procesamiento de alrededor de 2.500 personas que quedaron en prisión preventiva[12], presos políticos cuya lucha por la libertad continuó y continúa posterior al estallido[13]. Si bien el número de presos y presas políticas ha ido reduciéndose, sigue siendo una demanda urgente y necesaria por los que aún siguen en prisión[14].

Cabe mencionar que los abusos policiales fueron adjudicados a carabineros, institución que cayó en el descrédito social, motivo que llevó a que actualmente esté en la lupa de una venidera reforma y modernización, presente en las agendas de los futuros candidatos a la presidencia, pero que ya se encuentra en curso, no precisamente en términos de "formación profesional", como les

---

[11] Chile es el país que suma más casos de trauma ocular provocados por proyectiles de impacto cinético elaborados para el control de multitudes, tal como lo consigna un estudio publicado en *Eye*, revista de *The Royal College of Ophthalmologists* (Londres), donde se analizaron 259 pacientes, de los cuales en 182 casos se vinculaban a proyectiles: Rodríguez, Á., Peña, S., Cavieres, I. *et al.* (2021).

[12] "Los 2.500 presos de la revuelta en Chile de los que no se hablan". Fuente: Interferencia - https://interferencia.cl/articulos/los-2500-presos-de-la-revuelta-en-chile-de-los-que-no-se-hablan (consultado 19/08/2021).

[13] El proceso judicial que se aplicó a las personas detenidas durante el estallido fue la Ley de Control de Armas (aplicada en los casos de confección o lanzamiento de bombas molotov), la Ley Antisaqueos (cuya sanción puede ser de hasta 15 años de presión si el delito se comete en un contexto de alteración del orden público) y la Ley de Seguridad Interior del Estado, leyes promulgadas por los gobiernos de la Concertación y la derecha.

[14] "34 personas: dos tercios de los presos de la revuelta que siguen en prisión preventiva no tienen antecedentes penales". Fuente: CIPER - https://www.ciperchile.cl/2021/08/17/34-personas-dos-tercios-de-los-presos-de-la-revuelta-que-siguen-en-prision-preventiva-no-tienen-antecedentes-penales/ (consultado 19/08/2021).

gusta decir estrategas del poder político, sino de la inversión pública, específicamente en vehículos blindados, retenes, lanzagases y lanzaaguas, adquiridos a comienzos de 2020 por un total de 10.700 millones de pesos, es decir, alrededor de 13 millones de dólares[15], así como en nuevas indumentarias de protección para las Fuerzas Especiales, rebautizadas con las siglas COP (Control del Orden Público). Fuera de esto, un hecho verificable es que las matrículas a la escuela de formación decayeron un 86% en 2020.[16]

Integrar la revuelta

Las revueltas tomaron forma bajo lemas como "el neoliberalismo nace y muere en Chile", "hasta que la dignidad se haga costumbre" o "Chile despertó", con gritos de protesta como "Piñera conchetumare, asesino igual que Pinochet" o "El que no salta es paco" y símbolos como el perro "Matapacos" o la bandera negra de Chile acompañada de las banderas del pueblo mapuche, también rojinegras, de Chile invertida o no, de barras de clubes de fútbol, lienzos, pancartas y títeres, colectivos performáticos, intervenciones artísticas de músicos, muralistas o creadores de todo tipo. Surgieron coaliciones entre organizaciones estudiantiles, feministas, ciudadanas, ecologistas y sociales que operaron como representantes de las demandas, cubriendo un espectro de las exigencias que circulaban durante aquellos días y actuando en ocasiones como interlocutores con la clase política y los medios de comunicación.

Transversal al territorio chileno, la revuelta convocó masivas manifestaciones en ciudades y pueblos que rara vez se habían

---

[15] "'Plan Ubilla': los más de $10.700 millones que gastó Carabineros en renovación de vehículos post estallido". Fuente: Radio UChile - https://radio.uchile.cl/2020/05/11/plan-ubilla-los-mas-de-10-700-millones-que-gasto-carabineros-en-renovacion-de-vehiculos-post-estallido/ (consultado 20/08/2021).

[16] "Postulaciones a Carabineros caen en un 86% en el último año". Fuente: La Tercera - https://www.latercera.com/la-tercera-sabado/noticia/postulaciones-a-carabineros-caen-en-un-86-en-el-ultimo-ano/M7V4J5IHIREZZLQTCBTCDTQZUU/ (consultado 23/08/2021).

movilizado. De hecho, a la fecha, se han ido conociendo testimonios y relatos de quienes participaron y adhirieron a las protestas en distintos lugares. Para dar un ejemplo, podemos mencionar un relato anónimo de Vallenar titulado "Catarsis", que asiste a la manifestación en Copiapó el 19 de octubre[17]. Cito un fragmento:

> Viajé a Copiapó, fui a trabajar. En la tarde, luego de salir, me junté con un compa que me decía: "vamos a cachar qué onda a la marcha, igual acá nunca pasa na". Sorpresa nos llevamos al ver la gran cantidad de gente reunida. –Nunca había visto tanta gente junta en Copiapó–. Rato después, él avanzaba entre medio de la gente, encapuchado. No lo vi por un largo rato.
> Trozos de cemento y piedras volaban por el aire en dirección a los esbirros del Estado. Una barricada en medio de la plaza. Gas lacrimógeno en el ambiente. Capuchas por todos lados, bancos apedreados. ¡Maravilloso escenario![18]

Hacia el sur de Chile también fueron apareciendo relatos, testimonios, poemas relativos a la revuelta, escritos por personas diversas que veían y percibían subjetivamente el impacto de los sucesos. Menciono un breve, escrito por Natalia Inostroza en la ciudad de Lota titulado "Fuego": "Y ahí estaba yo en la barricada llena de hollín, hipnotizada por el fuego, viendo cómo se consumían ahí mis frustraciones, mis penas y nacía mi libertad"[19].

Desde distintos ángulos, estas estampas de la revuelta aúnan percepciones y reflexiones descritas desde un momento único y espontáneo, solo comprensible desde sí y no desde afuera. Así, en la revista *Acontratiempo*, editada por el colectivo anarquista del Archivo Histórico La Revuelta, también se compilaron testimonios, de los cuales destaco uno firmado por "Bakunin de las Mercedes"

---

[17] Copiapó es una ciudad nortina de tradición minera ubicada en la región de Atacama, a 800 kilómetros de Santiago.

[18] Este texto es parte del libro *El despertar de Atacama. Memorias, relatos e imágenes de la revuelta social*, editado y compilado por Yuyayllu, Grupo de Investigación Sociohistórica de Atacama (2020, p. 21).

[19] Este escrito es parte de otro libro de testimonios y relatos: *Biobío Despertó. Relatos y vivencias del Estallido Social en 100 palabras*, editado y complicado por la Cooperativa de Editoriales Fío Fío (2020, p. 59).

desde la comuna de Maipú, comuna periférica ubicada en el poniente de Santiago, que lleva por título "Encuentro, espontaneidad y asamblea":

> En más de una ocasión llegaron los milicos sobre sus tanques, disparando y amedrentándonos, pero desaparecimos entre nuestros pasajes, es nuestro territorio, nuestra trinchera. Lxs mismxs vecinxs que los primeros días miraban con reprobación, temor o vergüenza, también comenzaron a salir a la calle, incluso el pasaje donde reinó el silencio fue epicentro del descontento en alguna oportunidad[20].

Efectivamente, la revuelta fue propaganda, "interrupción de la violenta normalidad de un tiempo y un modelo que ha sometido a un infierno económico, social, cultural y mental a todo un pueblo", como declararon desde la *Coordinación Anticapitalista 8ª Región* en diciembre de 2019[21]. La revuelta significó organizar espacios e instancias autoconvocadas, asambleas y reuniones donde se coordinó y se discutió sobre la situación actual, encuentros abiertos donde primaba la cohesión, pero también se daba lugar al conflicto. Varias de estas asambleas perduran hasta hoy, siendo algunas de ellas organizadas por grupos anarquistas.

¿Una violencia organizada?

No se puede omitir el hecho de que, mientras un importante segmento de la población participaba de la revuelta, en redes sociales, aquel distorsionado espejo virtual del mundo, circulaban desde rumores o *fake news*, según los cuales la revuelta se trataba de injerencia extranjera, cubano-venezolana, que intentaba desestabilizar la institucionalidad en Chile, hasta videos que evidenciaban y denunciaban los abusos que policías y militares estaban ejecutando en distintos lugares. En tal contexto, eran de

---

[20] Sección "Testimonios de la revuelta", en *A contratiempo, Revista del Archivo Histórico La Revuelta*, año III, n°2, (2020, p. 44).

[21] "Declaración pública desde Chile", en Tierra y Libertad (Madrid), n°374, diciembre de 2019.

esperar tanto las primeras reacciones neofascistas y nacionalistas como el despertar de la impotencia ante la brutalidad de la represión más allá de quienes sabían que estas prácticas venían ejecutándose desde mucho antes del estallido. De todas formas, poco convincente fue la tesis del enemigo externo comunista, incluso cuando apareció entre los titulares de la prensa oficial[22] o fue explícitamente mencionada por Donald Trump a Piñera. Aun así, esta "teoría del complot" fue la que sostuvo el gobierno, pues sobre ella justificó las medidas de control aplicadas. Según esta, no solo existía el peligro externo de la injerencia venezolana (en especial porque el mismo Piñera se encargó de alardear su oposición a Maduro), sino también del clásico "enemigo interno", clasificación inherente a todo Estado y que en esta ocasión fue tipificado en grupos violentos organizados relacionados tanto al narcotráfico como a anarquistas.

Esto último quedó claramente expuesto por el mismo mandatario, quien en una entrevista a Andrés Oppenheimer el día 11 de diciembre de 2019, en *CNN en español*, señaló que gracias a los estudios de "millones y millones" de datos emanados por las comunicaciones de redes sociales han podido determinar a los provocadores de la desestabilización política, grupos que desinforman para "provocar más desorden, más manifestaciones, más descontrol, más desobediencia civil". A esto, Piñera agregó:

> No es solamente al gobierno, este es un ataque contra el sistema político, y allí participan grupos en nuestro país como por ejemplo grupos de narcotraficantes, grupos anarquistas, pero también hay una mano extranjera. Le doy algunos ejemplos: muchas de las noticias, de los videos relacionados con derechos humanos que se han difundido profusamente en los medios de comunicación chilenos y también extranjeros no corresponden

---

[22] Dos insignes periódicos de derecha, *La Tercera* y *El Mercurio*, difundieron información relativa a agentes venezolanos vinculados al incendio del metro, en el caso del primero, o de injerencia ruso-venezolana sobre el estallido, en el caso del segundo. Ver: https://interferencia.cl/articulos/articulo-fake-sobre-agentes-venezolanos-genera-crisis-en-redaccion-de-la-tercera (consultado 15/08/2021).

a la realidad, hay muchos de ellos que son falsos, que son filmados fuera de Chile o que son tergiversados[23].

Ante la pregunta del entrevistador "¿De dónde viene esta desinformación?", Piñera señala que "muchas vienen de Rusia, Europa Oriental y otros países de Europa". Ciertamente, el propósito de este presidente-gerente era dar cuenta de un lugar común en nuestros días: "las redes sociales desinforman". En este caso, es la situación de un gobierno que no tiene el control sobre estos flujos de información, frente a lo cual sencillamente dispara tildando como tergiversadas las denuncias de violaciones a los derechos humanos que circulaban en los medios digitales. Sin embargo, en términos de los procesos judiciales en curso hasta la fecha, aun no existe evidencia verídica relacionada a la participación de regímenes extranjeros ni la de grupos criminales como agentes de desestabilización y crisis social[24]. Aun así, intelectuales acólitos del orden institucional han sostenido estas teorías a partir de investigaciones guiadas por metodologías científicas[25]. En otros casos, fuera del ámbito académico, aparecen organizaciones neofascistas que, en defensa de los valores patrióticos, exponen sus propias teorías politológicas para

---

[23] CNN en español, "La ola de protestas sociales" - Oppenheimer Presenta # 1945, disponible en: https://youtu.be/RaV-24VOGQg (consultado 19/08/2021).

[24] Lucía Dammert y Diego Sazo, "La teoría del complot en el Estallido chileno: un examen crítico", en CIPER Académico. Fuente: https://www.ciperchile.cl/2021/03/20/la-teoria-del-complot-en-el-estallido-chileno-un-examen-critico/ (consultado 19/08/2021).

[25] Ejemplo de ello es el ingeniero Mario Waissbluth, quien plantea la tesis de la alianza narcotráfico-anarquismo insurreccional en los orígenes y en la evolución del estallido social, la que sostiene aplicando la "teoría de sistema complejos", estudio que en realidad no tuvo impacto alguno, pero que demuestra los intentos "racionales" de indicar al enemigo. Mario Waissbluth, *Orígenes y evolución estallido social en Chile*. Centro de Sistemas Públicos, Universidad de Chile, 2020. Disponible en: https://www.mariowaissbluth.com/ (consultado 19/08/2021).

identificar al enemigo responsable de la insurrección en curso, sin distanciarse de este canon de análisis[26].

La nueva constitución: la democracia de derechas, centros e izquierdas

Prosigamos en estas lecturas del devenir de la revuelta. Sabemos que la revuelta revuelve, tuerce aquello que se conocía como horizonte, dislocando el orden social y político. De todas formas, las tendencias políticas que otrora se definían como representativas de los rumbos sociales persisten en el intento de estructurar el descontento, darle soluciones prácticas de acuerdo a la institucionalidad previa. Así, la línea de izquierda a derecha continúa instando a representar las fuerzas sociales, "el sentido del progreso en tiempos de cambio", por decirlo en los términos usuales de este lenguaje político.

Parece extraño pensar que hace más de medio siglo, Luce Fabbri (1961) cuestionaba estos conceptos por caducos, sobre todo después de la experiencia de la Primera Guerra Mundial y la emergencia de los fascismos que protagonizaron las guerras siguientes. Luce se preguntaba: ¿Qué queda de los conceptos de derecha e izquierda a través de ese sangriento desarrollo de realidad vitales? Sólo una ficción vacía, mantenida artificialmente en vida por intereses básicos comunes de grandes fuerzas materiales, en conflicto provisorio y contingente.

---

[26] Podemos nombrar el caso de la teoría de la "revolución molecular disipada", inspirada en la filosofía rizomática de Félix Guattari y Gilles Deleuze. Alexis López Tapia, entomólogo recordado por su afición al nacionalsocialismo, es uno de los divulgadores de esta doctrina en redes sociales e, incluso, en foros impartidos a academias militares colombianas a propósito de las revueltas recientes en dicho país. CNN en español publicó una nota en este contexto: "'Revolución molecular disipada': el término que usó Álvaro Uribe para las protestas en Colombia (y por qué esto podría ser peligroso para el país)", - Fuente: https://cnnespanol.cnn.com/2021/05/06/revolucion-molecular-disipada-alvaro-uribe-protestas-colombia-orix/ (consultado 19/08/2021).

¿Comodidad algebraica? Se deduce que estos márgenes políticos corresponden a un método pragmático, arraigado en una especie de historicidad que, pese a su caducidad, sigue siendo distinguible en los campos sociales. Sin duda, es el hábito sufragista, antonomasia de las democracias de Occidente, lo que continúa representando un espectro importante de los ideales de soberanía popular. Justamente, de acuerdo a la historia reciente y a cierto espíritu que animó la revuelta, el contraste entre dictadura y democracia debía tornarse real, esto es, concretar la prometida transición que se ha ido estirando por tres décadas a costa de leyes represivas y de sistemas electorales binominales que, además, estuvieron dominados por partidos políticos financiados ilícitamente y que por lo mismo constituyen un Congreso donde hay más representatividad empresarial que popular.

De tal forma que, en el caso chileno, esta ficción que menciona Luce Fabbri se vio expresada en el "Acuerdo Por la Paz Social y la Nueva Constitución", firmado el 15 de noviembre de 2019, a un mes del estallido, por los partidos políticos tras una trasnochada negociación[27]. Así, uno de los resultados del estallido social es el actual proceso constituyente, derivado de un proceso sufragista donde, en una primera instancia, se plebiscitó si se aprobaba o rechazaba la elaboración de una nueva Constitución Política. De aprobarse, se consultaba anexamente si esta convención sería mixta (parlamento y ciudadanía independiente) o cien por ciento escogida vía sufragio (sin exclusión de los partidos políticos).

De este modo, la elaboración de la nueva Carta Fundamental comenzó a tomar forma desde el 25 de octubre de 2020, tras meses de crisis sanitaria, cuando 7.527.996 personas (un poco más del 50% de los habilitados para votar) asistieron a las urnas. De ellos, el 78.28 % votó por escribir una nueva Constitución; el 79% escogió Convención Constitucional, no mixta. En términos cuantitativos, la

[27] "Acuerdo Por la Paz Social y la Nueva Constitución", disponible en la Biblioteca del Congreso Nacional: https://www.bcn.cl/procesoconstituyente/detalle_crono grama?id=f_cronograma-1 (consultado 19/08/2021).

participación de la ciudadanía superó cifras anteriores, por lo que se tildó de exitosa y, por ende, soberana. Este abrumador triunfo del progresismo significó la aparición de una "nueva minoría", esparcida entre los calificativos de conservadora, patriota, de derecha, pinochetista, etcétera. Ciertamente, esta derecha se encargó de hacer las franjas políticas o las intervenciones ciudadanas por "el rechazo". Los más extremos, filonazis, neofascistas, *bots* humanos, o como quiera llamárseles, promulgaban la consigna "rechazo y nulo" (ni Constitución, ni Convención de ningún tipo). Como se imaginará, pocos argumentos tenían a su favor, pues a estas alturas era ampliamente sabido que la Constitución de 1980 nunca tuvo legitimidad y no era coherente con la sociedad democrática actual, por lo que era lógico tener que cambiarla. Con ímpetu moderno, más de alguno osó decir con toda normalidad que "las Constituciones duran 30 a 40 años, es la naturaleza de la política". Pero más allá de esta lógica, la reacción conservadora acudió a otra lógica: "es correcta la necesidad de modernizar, pero eso no puede instalarse a través de la violencia o mediante un borrón y cuenta nueva". Así, el argumento consistió en deslegitimar el plebiscito porque éste era resultado de la violencia y la delincuencia. Entre estas clásicas deslegitimaciones, el victimismo antiviolencia de la derecha no convenció a nadie más que a sí mismos. Ante tal escenario, desprendidos de su sobrerrepresentación parlamentaria, la derecha política resultó minorizada, por lo que en estos momentos se hacen pasar por una especie de resistencia, un bunker de valores verdaderamente democráticos que está luchando contra una insurrección cuyo único destino es el caos y la destrucción de la civilización. Su nuevo lema es "recuperar Chile".

Pasan los días y la retrospectiva de los eventos va adquiriendo otros sentidos. La rebelión dio golpes, fisuró el orden político. No solo destruyó edificios, sino también un conjunto de fantasmales verdades que seguían otorgando más poder al poder. De hecho, se dedujo que la exclusión del mundo parlamentario era sinónimo de una crisis de representatividad de los partidos. Sin embargo, esto

no fue así. Parece lógico el motivo: mientras haya Estado, habrá partidos. Cada tendencia que propugna la conquista del gobierno es, de un modo u otro, un partido, no necesariamente un partido político formal, basta con ser un organismo colectivo dotado de estructura. De tal modo que la elección siguiente, donde se votó para escoger dos cargos municipales (alcaldes y concejales), gobernadores (nueva autoridad regional) y constituyentes, se procedió, en el caso de la Convención Constitucional, a través de listas que respondían a coaliciones de partidos políticos, gremios o de colectivos vinculados a movimientos sociales u organizaciones territoriales, por lo que la variedad de postulantes fue realmente amplia, incluyendo incluso a políticos añejos, *influencers*, personas de la televisión y mediáticos protagonistas del estallido social. Además, se instauraron condiciones para asegurar la representatividad, reservando escaños para los pueblos originarios y estableciendo la paridad de género.

El resultado fueron 155 constituyentes electos entre 1.374 candidatos. Votaron menos personas, 6.184.594. El desglose es: 17 escaños para representantes de los 10 pueblos originarios; 25 de la vieja Concertación y Compañía (lista del Apruebo), a los que se suman 28 de sus descendientes y cercanos políticos (lista Apruebo Dignidad), agrupadas ambas listas en la centroizquierda-socialdemócrata-liberal; 26 de la Lista del Pueblo, bloque antineoliberal, de izquierda independiente, surgida de varias listas territoriales; 11 de la lista Independientes por una Nueva Constitución, representante del movimiento Independientes No Neutrales, autodefinidos como ciudadanistas y pluralistas; 11 electos más de otras listas; y, finalmente, 37 de la atrincherada y única lista de derecha, 20.56 % del total, es decir, insuficiente para lograr una real influencia sobre la nueva Constitución.

De estos 155 electos, 78 son hombres y 77 son mujeres, escogidos mediante elecciones escrutadas a través del Sistema D'Hondt, fórmula o método electoral que "permite obtener el número de cargos a elegir en proporción a los votos conseguidos

por cada lista”[28]. El total de listas que postularon fue de 79, distribuidas en distritos al modo de diputados y senadores.

Oficialmente, el 4 de julio pasado comenzó la Convención. Elisa Loncón, académica de la Universidad de Santiago, lingüista, profesora y activista mapuche, fue electa para presidir este proceso, mientras que Jaime Bassa, abogado de la lista Apruebo Dignidad, fue electo vicepresidente, cargo que ahora comparte con 7 constituyentes más que abarcan la gama de listas y/o tendencias presentes. Durante este primer mes, la Convención se ha dedicado a definir los reglamentos de funcionamiento y las comisiones de trabajo, al mismo tiempo que ha lidiado con la desastrosa logística gubernamental y el ruido de una derecha que denuncia que en la Convención hay “abuso de poder” y “autoritarismo” por parte de los “grupos radicales de izquierda”. En la posición de víctimas, también animan el conflicto alegando la poca efectividad del proceso, lo costoso que está resultando, etcétera. Por otro lado, las listas se han ido descomponiendo. La más icónica, la Lista del Pueblo, anuncia su muerte con la renuncia de 7 constituyentes, cuyos motivos están ligados con las críticas que han ido apareciendo a causa de la vía electoralista que ha proyectado este movimiento en función de las próximas elecciones parlamentarias y presidenciales.

Eevuelta, reforma, refundación, re…

En vista de este momento actual, la retrospectiva del estallido detalla el modo que las posiciones políticas se han ido definiendo o determinando en esta arena de transformaciones. En el intento de interpretar la función histórica de los acontecimientos, se establecen causas, efectos y procesos que operarían inexorablemente en la Historia, campo donde se instala cualquier posición ideológica, en especial entre aquellos que se creen “libres de ideologías” acusando “sesgos ideológicos” en las posiciones

---

[28] Servel, “Sistema D’Hondt”. Disponible en: https://elecciones2021.servel.cl/sistema-dhondt/ (consultado 15/08/2021).

calificadas como radicales. De hecho, ¿qué más ideológico que defender el orden capitalista, sea neoliberal o de otro cuño?

En tal sentido, en algunos casos las revueltas de octubre ocupan un lugar primordial en relación a un proceso refundacional de Chile en tanto Estado que, posiblemente, se encuentre en vías de declararse como plurinacional y descentralizado, mientras que, en otros, como se señaló anteriormente, suelen ser reducidas a situaciones provocadas por agentes externos o internos coordinados, sin más expresión que un tipo de violencia sin sentido que debe ser controlado por la "fuerza pública". Esto puede ser visto como el simple contraste entre posturas que clásicamente han pugnado en política: aquellas que pretenden recrear la institucionalidad social, actualizando sus fundamentos de acuerdo a los cambios culturales y materiales, y aquellas que desean mantener el *statu quo*, conservando la institucionalidad como garantía de estabilidad y orden.

No obstante, lo cierto es que no es tanto la izquierda y la derecha como ejes que distribuyen los poderes entre lo estatal y lo privado, sino posiciones que están determinando los regímenes de propiedad que operarán en los territorios, prácticamente capturados para el uso y desuso de la explotación capitalista-neoliberal. De ahí que el vaivén político no solo se desplace entre los polos de izquierda y derecha, donde supuestamente se combate en términos morales, sino más bien orbite sobre el problema de la propiedad, espacio donde se hace evidente la hegemonía económica de las castas empresariales y su endémico conservadurismo, detentoras de vastas extensiones territoriales y promotoras de una "cultura de la propiedad" donde lo sagrado es aquello que llega a poseerse gracias al propio esfuerzo laboral: el ser meritocrático como ideal del individuo.

Pero, aunque los márgenes de la izquierda y la derecha sean excedidos por la protesta popular, existe una clara tipificación sobre la derecha como principal defensora del actual estado de privilegios económicos y sociales, responsable de promover leyes represivas e instalar una lectura delictual sobre las revueltas iniciadas en octubre.

¿Dónde termina y dónde acaba esta derecha? Es, en efecto, un concepto relativo que, de un modo u otro, se cristaliza en una serie de partidos políticos que aspiran conquistar el gobierno. Al mismo tiempo, aparece bajo ciertos rasgos que se mantienen como un continuo caracterizado en la cultura pinochetista y patriótica, neofascista, anticomunista, racista, clasista, arribista, donde se mantienen como acólitos de la propiedad privada, con claras tendencias a satanizar lo diferente y hasta, hoy por hoy, auto declarada como "políticamente incorrecta y rebelde" (aunque, puede sonar absurdo, en su actual proceso de victimización ellos serían los afectados por la discriminación hegemónica de la izquierda progresista). En términos ideológicos, la derecha no se remite solo al *ethos neoliberal*, sino a tendencias que difieren en un espectro que va de lo tradicionalista a lo progresista. Dado que los golpes propinados por la revuelta tuvieron como objetivos una serie de símbolos patrios honrados por la cultura de derecha, así como la institucionalidad forjada en gran parte por sus valores y visión social, es que durante estos dos años han emergido debates al interior de estos clanes que se encuentran reevaluando y discutiendo su orientación social y política ante del desacople del modelo neoliberal y la descomposición de la gramática "Chicago". De hecho, según el filósofo Rodrigo Karmy (2020, p. 106), esta descomposición ha desatado el debate intelectual en el interior de la derecha entre cuatro facciones: neoliberal extrema, social cristiana, republicana nacionalista y liberal democrática o laica. Fuera de este marco académico, se suman las tendencias neofascistas con influencias nacionalsocialistas y pro capitalistas reaccionarios adictos a redes sociales… ¿qué resultará de esta amalgama?[29]

Consideraciones finales: de la evasión

De lo grandilocuente a la minimización, los debates que han surgido tras el "estallido social" parten de posiciones que, de un

---

[29] Un análisis reciente es el de Julio Cortés Morales (2021).

modo u otro, deben replantear sus fundamentos en virtud de los mensajes que de la protesta popular emergieron. Lejos estamos de comprender las múltiples miradas o análisis que han ido apareciendo en el medio, considerando que hasta la bibliografía académica, intelectual y política ha proliferado en publicaciones sobre este tópico común a la sociedad chilena. Varios de estos aparecieron prematuramente, tanto por la urgencia comercial instada por la contingencia como por la habilidad de previsores que venían anunciando una crisis social en Chile.

Fuera de estas lecturas pauteadas y plagadas de clasificaciones, porcentajes y categorías, la revuelta social sigue viva, pese a la serie de medidas de control social que sobre la excusa de la crisis sanitaria se instalaron para reducir la movilidad de la población. Recordemos que, en octubre, el sentido prístino fue la evasión, dilema que se oponía a la típica evasión de impuestos que caracteriza a las clases empresariales y políticas, pero que en este caso se tornaba en praxis cotidiana contra el sistema socioeconómico en su totalidad. De igual modo, la revuelta puede evadir los enfrascamientos de tanto discurso armado, rememorando la amplia serie de luchas, de organización y de prácticas de libertad que operaron como búsqueda antagónica y creativa desde mucho antes del estallido de octubre, nutriendo a la revuelta social. Es, por lo tanto, reflexión y práctica extensa, proceso en curso sin final, insistencia que resiste las embestidas del poder.

Este escrito mismo seguirá escribiéndose, pero para cerrar recordaremos a un espíritu anarquista que luchó contra el fascismo en su época, la poeta y profesora italiana Virgilia D'Andrea, a quien hemos tenido la suerte de conocer a través de sus escritos, ahora en proceso de traducción y publicación en Editorial Eleuterio. Específicamente, en una conferencia que impartió en 1932, en la ciudad de New York, (donde vivió exiliada), en la que se pregunta "¿Quiénes somos nosotros?":

> Somos una bandera: somos una llama más en este fuego de la revuelta secular. Y nuestra Idea no es rebelión que, si fue sacrilegio en el pasado,

> puede volverse conservadora o reaccionaria frente a otros cuestionamientos; sino que es revuelta que plantea la renovación permanente a la base de la verdad, y que se niega, por lo tanto, también a sí misma un límite oficial, un sello sacramental, un credo único, un sacerdocio intérprete del clero (D'ANDREA, 2022, p. 24).

Referencias

AGENCIA UNO / OCHO LIBROS. *Estallido*. Santiago de Chile: Agencia Uno / Ocho Libros, 2021.

MORALES, Silvia Aguilera; SEPÚLVEDA, Beatriz Navarrete & BARRIGA, Diana Bravo. *Que todo el territorio se vuelva feminista. Las protagonistas de las tomas universitarias de 2018.* Santiago de Chile: LOM, 2021.

ARCHIVO HISTÓRICO LA REVUELTA. "Testimonios de la revuelta". In *Acontratiempo,* n.2. Santiago de Chile: Archivo Histórico La Revuelta, 2020. Disponible en: https://archivohistoricolarevuelta.files.wordpress.com/2020/04/acontratiempo-nc2ba2-pdf.pdf

CACTUS, Samuel. *Ensayos anti-monumentalistas. Tensionando el patrimônio burguês, militar y religioso*. 2021.

COOPERATIVA DE EDITORIALES FÍO FÍO. *Biobío Despertó. Relatos y vivencias del Estallido Social en 100 palabras.* Biobío: Cooperativa de Editoriales Fío Fío, 2020.

GRUPO DE INVESTIGACIÓN SOCIOHISTÓRICA DE ATACAMA. *El despertar de Atacama. Memorias, relatos e imágenes de la revuelta social.* Copiapó: Yuyayllu, 2020.

DALMAZZO, Flavio (comp.). *El lenguaje es un arma de largo alcance.* Santiago de Chile: Pez del Espiral, 2020.

D'ANDREA, Virgilia. *Reclamo por la anarquía*. Santiago de Chile: Editorial Eleuterio, 2022.

EQUIPO DE INVESTIGACIONES EDITORIAL TEMPESTADES. *Rabia dulce de furiosos corazones. Símbolos, íconos, rayados y otros elementos de la revuelta chilena*. Santiago de Chile: Tempestades, 2020.

FABBRI, Luce. “Derecha e izquierda”. In *Reconstruir*, n.10. Buenos Aires: Reconstruir, 1961.
FAURÉ, Daniel & MIRANDA, Esteban (Eds.). *4 de agosto. Testimonios de una revuelta popular.* Santiago de Chile: Núcleo de Investigación Historia Social Popular y Autoeducación Popular, 2016.
SEPÚLVEDA, Eduardo Godoy. “La revuelta del 18-O: ¡Hasta que la dignidad se haga costumbre!”. In *Ni calco, ni copia: Revista del Taller de Problemas de América Latina*, n.9. Buenos Aires: Taller de Problemas de América Latina, 2021. Disponible en: http://revistanicalconicopia.com.ar/felipe-quispe-huanca-el-mallku-1942-2021/
KARMY, Rodrigo. *El porvenir se hereda: fragmentos de un Chile sublevado*. Santiago de Chile: Sangría, 2019.
_____. “Liberales a la defensiva. Comentario a El octubre chileno. Reflexiones sobre democracia y libertad”. In: *Disenso: revista de pensamiento político*, n.2. Santiago de Chile: Disenso, 2020. Disponible en: https://revistadisenso.com/numeros/
MELLADO, Diego. “Magnitudes de la revuelta: crisis, resistencia y alquimia”. In Balbotín, Cristóbal & Salas, Ricardo (comps.). *Evadir. La filosofía piensa la revuelta*. Santiago de Chile: Libros del Amanecer, 2020a.
_____. La dignidad contra el neoliberalismo: crónica de las revueltas en Chile. *Revista Librepensamiento*, n.104. Madrid: CGT, 2020b. Disponible en: https://www.librepensamiento.org/wp-content/uploads/2021/02/LP-104.pdf
MORALES, Julio Cortés. *¿Patria o Caos? El archipiélago del posfascismo y la nueva derecha en Chile*. Santiago de Chile: Tempestades, 2021.
NÉMESIS. *Postales del Estallido Social Chileno. Entre la vivencia y la memoria*. Valdivia: Némesis, 2020.
RODRÍGUEZ, Á., PEÑA, S., CAVIERES, I. et al. “Ocular trauma by kinetic impact projectiles during civil unrest”. In: Eye, n. 35. London: Royal College of Ophthalmologists, 2021, pp.1666–1672. Disponible en: https://doi.org/10.1038/s41433-020-01146-w

As pessoas não humanas na obra de Maria Lacerda de Moura

Patrícia Lessa

No primeiro feriado após a chegada de Red Bull,
houve um grande estrondo no local durante a madrugada...
BOOOOM!!!
Quem estava dormindo acordou!
Quem estava chorando engoliu o pranto!
Um grupo de onças estourou o cativeiro sob o comando de Dona Onça Pintada.
Não ficara um só algoz...
Tamanho medo, todos que puderam correram em fuga.
Um casal de urubus sinalizava do telhado que o campo estava aberto.
"Aquela era a primeira noite do resto de nossas vidas", pensava Red Bull.
Um fila infinita de bezerrinhos e bezerrinhas seguia os passos firmes de
Dona Onça e de seus 12 filhotes
(Patrícia Lessa)

A citação acima foi retirada do livro *O Resgate do Touro Vermelho,* meu primeiro livro sobre libertação animal para crianças, nele uso o recurso de humanização do bicho para pensar a necessária derrubada dos cativeiros. O livro, publicado pela Editora Luas, foi um desafio libertário, à medida que, a perspectiva antiespecista[30] ainda não é abraçada pela maioria dos grupos anarquistas, embora haja um história de luta pela libertação animal que se arrasta ao longo dos séculos. Ao procurar algumas editoras anarquistas para a publicação de uma obra sobre libertação animal vi uma porta

[30] Por antiespecismo se entende o movimento em defesa das outras espécies e contra a visão de que a espécie humana é superior. A diferença e hierarquia entre a espécie humana sobre as demais espécies justifica a caça, o cativeiro, a morte, a tortura etc para serem transformados em produtos para o consumo humano (DOMINICK, 2019; MOTA, SANTOS, 2020; LESSA, 2020).

após a outra fechar-se. Minha intenção era, desde o início, interseccionalizar a discussão sobre o especismo e outros debates necessários travados ao longo da história pelo movimento anarquista. Desde o princípio eu não queria que fosse mais um livro para crianças publicado pelas editoras especializadas em livros infanto-juvenis. Por fim, foi no seio de uma editora feminista que o projeto foi gestado. Desde Maria Lacerda de Moura vemos a empatia com as outras espécies entre as anarcofeministas, como por exemplo, Luce Fabbri: "Temos que ser antiautoritários também com os animais" (RAGO, 2001, p. 39). A libertação humana é possível sem a libertação não humana? Foi uma questão que emergiu no processo de publicação deste livro. Alguns questionamentos surgiram.

É possível pensar na libertação humana sem trabalhar arduamente pela libertação das outras espécies e romper a barreira especista? Até que ponto os grupos anarquistas estão percebendo as conexões entre a pandemia da Covid-19, o capitalismo, o extermínio da biodiversidade e a matança das outras espécies em escala industrial? Muitos livros já abordam o tema, Wallace (2020) reuniu um rico material documental para mostrar as conexões da pandemia com o agronegócio, ele foi demonstrando as várias doenças criadas nos cativeiros de morte em escala industrializada. Ribeiro (2020) escreveu sobre como a libertação humana, animal e a questão da luta pela terra estão sendo estudadas, pensadas e praticadas, em certa medida, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Dominick (2019) cunhou o termo veganarquismo para abordar práticas de libertação animal que estão acontecendo em vários locais do mundo. Não há, os três autores, como pensar em atuar contra o capitalismo sem questionar a apropriação ilícita ou lícita de grandes extensões de terra para produção de soja e outros grãos transgênicos criados para alimentar a fauna confinada nas grandes ou nas megafazendas de sangue e de dólar. Para que uma grande ou mega fazenda exista, a fauna e a flora foram dizimadas, muitas pessoas foram expulsas, inclusive exterminadas para que o projeto aconteça. A libertação das outras espécies já era

uma luta anarquista desde o século XIX e, hoje, com o veganismo e o antiespecismo está mais forte e intersseccionalizando as questões libertárias, com os debates sobre o sexismo, o classismo, o racismo, o etarismo, o especismo dentre outros.

Pensar as pessoas não humanas na obra de Maria Lacerda de Moura implica escrever/falar sobre a luta antiespecista que lemos em suas narrativas pró-vida. Como historiadora que vive no centro de um furacão onde a revolução animal é, também, escutada como um grito agonizante de Pachamama, vou revisitar a obra da escritora mineira utilizando alguns conceitos do século XXI. Especismo é uma terminologia que foi criada na segunda metade do século XX. A educadora mineira, Maria Lacerda de Moura nasceu em 1887 e faleceu em 1945, portanto, o termo especismo é posterior a sua obra, embora seja possível inferir hoje, que suas palavras ressoam como antiespecistas. Utilizamos como um conceito articulador que possibilita pensar a diferença criada pelos seres humanos para desqualificar as outras espécies entendidas como inferiores e, com isso, serve para justificar a captura, a prisão em cativeiros, o extermínio em massa, a tortura, a morte através da caça pseudodesportiva, e sobretudo, da utilização de seus corpos e de seu sangue para a alimentação, para uso na indústria farmacoquímica, uso de suas pelagens para o vestuário e muitos outros produtos expropriados da vida das pessoas não humanas. Sugere-se que Richard Ryder tenha cunhado o termo especismo em 1970.

Usamos o termo *pessoa não humana* que lemos no livro *A vida dos animais,* de J. M. Coetzee (2002), nele a primatóloga Barbara Smuts convidou as pessoas humanas a “abrirem o coração para os animais à sua volta e descobrir por si mesmos como é fazer amizade com uma pessoa não humana” (SMUTS, 2002, p. 145). Vamos utilizar a expressão de Barbara Smuts para abordar as outras espécies que à época, assim como as mulheres, foram usadas como cobaias pela ciência.

O termo *pessoa* no dicionário *Michaelis online* considera a “criatura humana”, um “ser eminente ou importante”, com “caráter peculiar que dá distinção a alguém”. E vai além, na

narrativa cristã ser uma pessoa significa estar consciente de sua liberdade e responsabilidade, que são determinadas pela dimensão moral e espiritual. Já na gramática indica alguém que participa de um discurso. Utilizar *pessoa* para os animais não humanos significa transgredir um discurso criado pelo humano especista, que desconsidera todas as outras formas de vida, ou considera inferior, portanto, passível de exploração.

Os séculos XX e XXI estão marcados pela luta vegana, ecofeminista e ecológica. Muitas e diferentes vozes se erguem pelas pessoas não humanas. Uma delas é a escritora polonesa Olga Tokarczuk, que ganhou o Prêmio Nobel de Literatura em 2018, publicou o romance *Sobre os ossos dos mortos* (2009). Na obra ela escreveu: "Tristeza, senti uma grande tristeza, e um luto interminável por cada animal morto. Termina um luto e logo começa outro, então estou em constante luto. É meu estado natural. Me ajoelhei sobre a neve ensanguentada e acariciei a pelagem áspera, fria e rija do javali" (TOKARCZUK, 2019, p. 98).

O romance gira em torno da caça de animais silvestres e nos surpreende pelo refinamento da linguagem e pela presença de um tom de mistério que nos deixa com vontade de lutar pelos animais ao lado da protagonista Janina Dusheiko. A caça predatória está, juntamente com a questão do uso de pessoas não humanas nos testes científicos, na produção de morte em escala industrializada para fabricação de carne, no comércio e na venda de "animais de estimação" dentre outros usos dos corpos, no centro de um debate contemporâneo sobre as nossas relações com a vida planetária, com as outras espécies e com o meio no qual vivemos. Os temas ampliaram desde os textos das feministas dos séculos XIX e XX que escreveram sobre as pessoas não humanas. Foi no contexto que Maria Lacerda de Moura escreveu sobre a vivissecção e o vegetarianismo.

Maria Lacerda de Moura foi uma mulher que exerceu grande influência no pensamento feminista, social e de esquerda no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Ela nasceu em 1887 em Manhuaçu, Minas Gerais e, aos quatro anos de idade mudou-se com seus pais para Barbacena, onde, mais tarde, se formou como

normalista e exerceu a docência. Teria sido mais uma dentre muitas professoras mineiras conhecidas por sua dedicação à família, à escola e aos alunos, não fosse o deslocamento radical feito por ela em sua vida e em seu pensamento. No início dos anos de 1920, mudou-se para São Paulo e separou-se do marido, local onde iniciou a luta pela emancipação feminina, ao lado de Bertha Lutz, de quem logo se distanciou. Em São Paulo ela passou a fazer parte de alguns círculos de intelectuais. Já no final daquela década, ficou mais próxima dos anarquistas e passou a denunciar em seus escritos o autoritarismo do Estado e da Igreja, o avanço de ideais fascistas, a tendência à militarização do Estado e o serviço militar obrigatório para homens e mulheres, tornando-se grande inspiradora dos movimentos antifascistas no Brasil. Assim, ela se tornou conhecida pelos seus livros, seus artigos para jornais e suas conferências, que fizeram dela uma das vozes mais peculiares do feminismo[31] naquele momento histórico.

No início do século XX o mundo estava em alvoroço, diante de uma industrialização mecanizada, com uma produção de armamentos em alta, fruto da parceria ciência-indústria-Estado, e, com o avanço do nazifascismo, cresciam os abismos entre etnias-raças, gêneros e classes sociais. Essas forças destrutivas geraram uma forte reação anarquista polarizando o mundo. Dentre os grupos de mulheres socialistas, anarquistas e sufragistas surgiu o movimento feminista, que trazia consigo diferentes perspectivas e pautas. As questões das mulheres eram agregadas às lutas de classe, de raça e, um pouco menos debatidas, as lutas antiespecistas. Como já escrevemos, por especismo se entende a

[31] Algumas escritoras libertárias, no início do século XX, preferiam não utilizar o termo feminismo, associado à luta sufragista e que elas consideravam não atingir as mulheres operárias e das classes menos favorecidas. Maria Lacerda de Moura foi uma delas, rompeu com Bertha Lutz e as sufragistas, porém, hoje entendemos que seus escritos sobre libertação das mulheres e reivindicação de direitos ao trabalho e ao estudo para as mulheres, dentre outros temas afins, nos possibilita pensá-la no quadro da epistemologia e da história feminista. Para aprofundar indico o livro *Amor & Libertação em Maria Lacerda de Moura* (2020).

diferença que se faz por espécie, ou seja, a espécie humana se autoproclamando superior às demais e, em função disso, se considerando no direito de explorar, escravizar e dizimar as demais espécies, por ela consideradas inferiores.

No século XXI o debate ampliou-se, sobretudo com o veganismo[32] e com a adoção dos termos animal humano e animal não humano para ampliar a visão de que participamos também, do reino animal, ressalvadas as diferenças entre as espécies. Mas foi ainda no século XIX que muitas feministas começaram a se assumir vegetarianas, sobretudo em função do combate à vivissecção[33], que estava em alta com o darwinismo e os avanços das ciências médicas. Em Pitágoras já se propunha a dieta vegetariana. Ao longo da história humana e nas diferentes geografias o vegetarianismo é, desde há muito tempo, uma prática conhecida. Porém, um movimento de repercussão internacional pode ser percebido entre as feministas e grupos anarquistas do século XIX como veremos. No Brasil, Maria Lacerda de Moura foi uma das feministas que aderiu à luta antiespecista, passando a denunciar em seus escritos também a vivissecção e os experimentos com animais.

---

[32] Veganismo é um ativismo social em defesa da vida das outras espécies animais. O termo veganismo foi utilizado pela primeira vez em 1944 no Reino Unido quando foi criada a *Vegan Society*. É uma prática social que está muito além da alimentação (não se alimentar de produtos derivados de animais, como por exemplo, o cuidado em substituir as cápsulas de medicamentos homeopáticos por cápsulas de algas ao invés de gelatina, que é de origem animal). As pessoas veganas procuram não utilizar roupas e acessórios feitos com produto de origem animal, além disso, graças a luta vegana os produtos livres de testes com animais e produtos veganos possuem selos de identificação (MOTA; SANTOS, 2020; DOMINICK, 2019; LIMA, JESUS, COELHO, 2019).

[33] É a prática de utilizar um animal vivo na ciência e na indústria. O uso dos animais vivos é, em sua maioria, para realizar testes laboratoriais (testes com drogas, cosméticos, produtos de limpeza, de higiene etc), nas práticas médicas (treinamento cirúrgico, transplante de órgãos etc.), experimentos de psicologia (privação materna etc.), usam-se animais vivos ainda hoje na ciência e na indústria em grande escala. A palavra vivissecção significa cortar o animal vivo, mas, hoje ela agrega outras manipulações como inclusão de tumor maligno em um organismo saudável, uso de ferramentas e métodos de contenção, etc. (LESSA, 2020).

Não foi por acaso que o final do século XIX e o início do XX foram marcados pela emergência da voz feminista. Os discursos da medicina e da biologia tentavam comprovar, cientificamente, a inferioridade das mulheres através da ideologia da natureza feminina e da elaboração dos fundamentos científicos da teoria da incapacidade inata delas. As disciplinas em curso eram, especialmente, a obstetrícia, a ginecologia, a biologia, a sociologia, a psicologia e a antropologia, todas empenhadas na elaboração desses fundamentos. Os cientistas, a exemplo de Cesare Lombroso e de Pierre Broca, utilizavam a teoria da incapacidade ou da fragilidade inata para desqualificar as mulheres de sua própria raça e classe e limitá-las ao reduto doméstico, interessante notar que o mesmo argumento não servia para desqualificar as mulheres da classe operária que eram forçadas a trabalhar longas jornadas. Mas as mulheres não aceitaram isso passivamente! Elas foram às ruas e construíram os pilares do movimento feminista internacional.

Foi neste contexto de embates, de guerras, de misérias e de luxos, que Maria Lacerda e outras feministas da época travaram batalhas pelos direitos das mulheres. Muitas e diferentes foram as frentes de luta: as sufragistas, as libertárias, as comunistas criaram as bases e levantaram os pilares para a chegada da crítica feminista. Muitas delas tornaram-se vegetarianas por empatia às outras espécies e por entenderem que as mesmas estavam sendo massacradas pelo avanço científico e industrial e pelos modismos da caça, dita esportiva.

Em dois livros de Maria Lacerda de Moura encontramos a defesa do vegetarianismo relacionado à libertação humana e, sobretudo, à libertação das mulheres. Em *Amai... e não vos multipliqueis* (1932) e em *Civilização: tronco de escravos* (1931) a questão dos animais está relacionada à adoção de uma dieta vegetariana, como também relacionada à luta antivivisseccionista. Sobre a alimentação ela escreveu:

> No dia em que a mulher se dispuser a libertar-se do jugo do estômago civilizado, passar a comer frutas e legumes, a apagar o fogo doméstico que

> é o "fogo eterno" do inferno feminino na sua escravidão ao estômago do homem – nesse dia ela recomeçará a sua auto-educação física e mental e iniciará a sua verdadeira libertação humana (MOURA, 1932, p. 233).

O estômago civilizado, como foi nomeado por Maria Lacerda, tratava de hábitos alimentares da burguesia europeia, tomados como modelo em outros locais, sobretudo com o consumo de grandes quantidades de carne de animais de criação, além da caça, que era a demonstração máxima da superioridade humana. O estômago civilizado, era, portanto, dependente do extermínio em massa de outras espécies, o que vinha sendo visto com desconfiança por feministas e anarquistas.

O humanismo havia colocado o homem, macho, branco e eurocêntrico no cume da montanha, porém, o seu progresso político, econômico, cultural ou social dependia, em parte, da exploração e da escravização de muitas outras vidas humanas e não humanas. Laura Luedy (2019) escreveu sobre a história do abate industrial, sobre o surgimento dos abatedouros e, aos poucos, a mudança desses centros de matança em massa para locais cada vez mais isolados e escondidos do mundo civilizado. Diz ela:

> A literatura que se debruça sobre o caminho histórico que foi traçado pelas mudanças nas técnicas ocidentais de abate de animais costuma sublinhar algumas linhas comuns que se consolidaram nesse respeito. Destaca-se, sobretudo, o progressivo afastamento espacial dos matadouros em relação aos centros populacionais; as mudanças arquitetônicas que priorizaram os espaços fechados e internamente fragmentados; e as incontáveis mudanças técnicas que terminaram por se traduzir em abatedouros com um número muito maior de trabalhadores que exercem funções mais mediadas por instrumentos, saberes, ritmos que não dominam inteiramente (LUEDY, 2019, p. 76).

A morte em grande escala, e a produção serializada foram alguns dos alvos da obra de Maria Lacerda, sobretudo a partir de sua chegada a São Paulo e do encontro com a comunidade

anarquista em Guararema[34]. No livro *Civilização, tronco de escravos* ([1931] 2020), ela associa, de forma brilhante, a ciência e a industrialização a serviço do poder político e econômico. Para ela, havia uma grande contradição na adoção do termo "civilização", já que os grupos sociais considerados civilizados conjugavam práticas brutais, tais como a caça desportiva e o patriotismo, servindo como bases de sustentação das vendas de armas e das guerras militares. Outro aspecto relevante é notado em seu debate sobre a produção industrial e o acúmulo de riquezas por uma minoria, graças ao trabalho mal remunerado de uma multidão de trabalhadoras e trabalhadores famintos. Já no início da obra, ela aponta as consequências e diz:

> É o excesso de produção, sob todos os aspectos, na lavoura como nas indústrias, causa de todos os conflitos na sociedade atual. O nosso mal não vem da falta e sim do excesso de produção. A miséria do mundo moderno ainda vem da fartura e do excesso de riqueza e de progresso material. Da má distribuição de gêneros alimentícios. Por ora, a terra daria bem para a sua população (MOURA, [1931] 2020, p. 18).

O acúmulo de riquezas através da produção industrial não resolveu a questão da fome. Muito pelo contrário, agravou as diferenças; o abismo que separa as grandes fortunas da multidão de famintos, discussão presente nas narrativas da feminista mineira. Com as outras espécies de animais, o carnivorismo engordou os "estômagos civilizados", porém, não sanou a fome da classe operária, cujo sangue e suor se misturavam nos abatedouros, que gradativamente ficaram mais escondidos, longe dos centros urbanos civilizados e higienizados.

---

[34] A Comunidade de Guararema foi fundada pelo anarquista Arturo Campagnoli e sua peculiaridade era a formação composta por anarquistas individualistas, sobretudo, próximos das ideias de E. Armand e de Han Ryner. Segundo Rodrigues (1993, p. 82) ao contrário da "Colônia Cecília", "onde tudo se fazia em comum [...] na Comunidade de Guararema prevalecia o sistema anarquista-individualista, ou seja, cada componente tinha sua moradia, cultivava em faixa de terra ou buscava outros meios de sobrevivência individuais".

Se os séculos XIX e XX marcaram as lutas das mulheres por direitos, podemos dizer que os séculos XX e XXI viram nascer uma revolução animalista sem precedentes. O avanço nos direitos dos animais coadunou com a expansão do vegetarianismo e, mais recentemente, com a chegada do veganismo. Na obra anarquista *Entre colunas*, do lusitano Roberto das Neves, ele disserta sobre as relações entre o pensamento libertário e o surgimento de uma revolução na medicina, agregando o vegetarianismo e a macrobiótica ao naturismo. Aspectos ligados aos grupos que migravam para a zona rural em busca de uma nova vida, longe da miséria, da proliferação de doenças, da fome e das guerras (NEVES, 1980). Conforme esse autor,

> o vegetarianismo, ou seja, a ausência da carne (por carne entende-se também peixe, aves e ovos) na dieta habitual da maioria dos habitantes da Terra, é antiquíssima norma de vida, recomendada pelas mais seguidas religiões e correntes filosóficas. *Buda, Lao Tsé, Pitágoras, Platão, Diógenes, Sócrates, Epícteto, Epicuro, Ovídio, Plutarco, Tertuliano, São João, Crisóstomo, São Clemente de Alexandria, Leonardo da Vince, São Francisco de Assis, Cervantes, Spinoza, Descartes, Darwin, Voltaire, Rousseau, Tolstói, Elisée Réclus, Ruskin, Lázaro Luíz Zamenhof, Thoreau, Albert Shweitzer, Albert Einstein, Jean Rostand G. Bernard Shaw, Han Ryner, E. Armand, Maria Lacerda de Moura, Annie Besant, Leadbeater, Krishnamúrti, José Oiticica, Alex Carrel* etc., etc., tantos dos mais notáveis homens de todos os tempos, foram ou são vegetarianos. Entre os cristãos, contam-se, além de outros, os Adventistas do Sétimo Dia, que desenvolvem em todo mundo fecunda atividade a favor do vegetarianismo, e as ordens monásticas católicas Trapistas, Cartuxos e Cameldulenses (NEVES, 1980, p. 214).

Roberto das Neves, também vegetariano, demonstrou nesta obra a relação do vegetarianismo com as práticas libertárias e a busca por uma vida no campo ligada às comunidades libertárias agrícolas, grupos que procuravam afastar-se dos centros urbanos e praticar uma produção de alimentos autossustentável, além de afastar-se das guerras e da industrialização. Se o veganismo é recente na história das relações interespécies, o mesmo não podemos dizer do vegetarianismo como vimos na citação acima.

Em sua obra *A política sexual da carne: a relação entre carnivorismo e a dominância masculina,* Carol Adams (2012) identifica mulheres vegetarianas ligadas às reivindicações feministas. Segundo ela, no século XIX muitas mulheres tornaram-se vegetarianas e escreveram sobre a necessária libertação delas mesmas e das outras espécies. Mulheres como: Agnes Ryan (1878-1954); Annie Wood Besant (1847-1933); Clara Barton (1821-1912); Elizabeth Cady Stanton (1815-1902); Lou Andreas-Salomé (1861-1937) e Matilda Joslyn Gage (1826-1898) foram precursoras da alimentação sem carne e da luta contra o uso de animais na ciência e na indústria, sobretudo na luta antivivisseccionista.

Ao ler a obra de Maria Lacerda ([1931] 2020; 1932), é possível analisar a sua visão sobre o uso dos animais na ciência e na indústria. Nessa obra ela critica o modelo de apropriação do conhecimento tecnológico e científico pelo capitalismo, principalmente por favorecer o enriquecimento de poucos em detrimento de uma multidão operária mal remunerada. Seguindo a perspectiva anarquista ela percebe a tecnologia e a ciência como potencialmente emancipadoras, porém, apegadas ao modelo capitalista, que sacrifica a vida em nome do progresso social, político e econômico de uma minoria da elite política e da aristocracia industrial e ruralista. A relação entre a opressão sexista e especista na literatura feminista libertária, transitou por diferentes abordagens e de variadas formas: crítica à ciência e à vivissecção, crítica à indústria da carne, à instrumentalização dos corpos humanos e não-humanos e consequente adoção de uma alimentação vegetariana.

Carol Adams (2012) diz que as mulheres do século XIX viam no vegetarianismo uma libertação da labuta da cozinha, da servidão aos homens e da crença cega no poderio dos médicos, que recomendavam dieta carnista. A crítica à medicina e à ciência toma forma nos escritos das mulheres, desde as sufragistas até as feministas libertárias. Para a autora os textos vegetarianos-feministas são o referencial ausente da crítica e da história feminista. Ela argumenta a favor da urgência em revisitar os

escritos e relacionar os processos de libertação abraçados pelas autoras entre final do século XIX e início do século XX. Diz ainda que é possível encontrar inúmeras feministas que escreveram sobre o tópico. Carol Adams (2012) sugere revisitarmos os escritos de libertação de autoras do período entre o final do século XIX e o início do século XX, e diz, que é possível encontrar muitas escritoras feministas, libertárias, sufragistas e abolicionistas que publicaram textos importantes sobre o assunto.

A ligação entre a naturalização dos experimentos e a mutilação de animais não humanos, a tortura e a anulação do corpo feminino pelo poder biomédico, são evidencias apontadas pelas feministas que mostraram que, desde a era vitoriana, essas práticas formam uma rede de conexões de corpos submetidos aos usos científicos em benefício do capitalismo. A vivissecção, que é a prática de dissecar o animal vivo, com fins de estudo ou mesmo para testes na indústria, virou preocupação entre mulheres e direcionou seus olhares para as outras espécies, até então vistas de forma meramente instrumental e funcional. Era um enorme coro de antivivisseccionistas pensando e contestando a cruel exploração das outras espécies.

Maria Lacerda também assumiu posições contrárias à utilização de animais em experimentos, aderindo, dessa forma, à luta antivivisseccionista. Essa posição ficou explícita em três capítulos publicados na obra *Civilização Tronco de Escravos* escritos, possivelmente em 1928, por ocasião da visita ao Brasil do médico fisiologista Serge Voronoff, que veio realizar conferência nas Jornadas Médicas do Rio de Janeiro.

Serge Samuel Voronoff (1866-1951) nasceu na Rússia e foi naturalizado francês, onde desenvolveu sua carreira de médico, especializado em fisiologia, ele foi professor do *Collège de France* (LESSA, 2020). Segundo Ethel Cuperschmid e Tarcísio Campos, Voronoff tornou-se um cirurgião mundialmente famoso “ao fazer enxertos e experiências glandulares para melhoria de raças de ovinos e equinos” (2007, p.739). Ele defendia que “animais velhos transplantados com testículos de animais mais jovens recuperavam

o vigor perdido". A partir das experiências com esses animais, ele desenvolveu uma técnica de xenotransplante, pela qual implantava glândulas sexuais de macacos em homens, aos quais prometia o rejuvenescimento e a restauração física e intelectual. Conforme Cuperschmid e Campos :

> Acompanhando a medicina eugênica em voga nas décadas de 1920 e 1930, o cientista pretendia rejuvenescer organismos humanos com o transplante de glândulas de chimpanzés e babuínos, os quais foram elevados, assim, ao grau de espécies fraternas ao gênero humano (idem, p.743).

Os autores informam que, entre 1920 e 1940, a técnica de Voronoff foi utilizada por mais de 45 cirurgiões de vários países, sendo realizados cerca de dois mil xenotransplantes entre primatas não-humanos e humanos; somente na França nos anos 1930 mais de quinhentos homens foram operados. Voronoff também realizou experimentos para transplantar ovários de macacas em mulheres, com a falsa promessa de reduzir os efeitos da menopausa.

A vinda do famoso médico ao Brasil ganhou os noticiários e ocupou por muito tempo o imaginário popular, pois, devido à sua técnica, ele inspirou piadas e marchinhas de carnaval, sendo lembrado, por muito tempo, sempre que surgia algum avanço na área médica. Justamente, por meio do "trabalho científico" de Voronoff, Maria Lacerda empreende uma crítica à ciência a serviço do capital e à sociedade, autoproclamada, civilizada. Por um lado, pela busca de milagres para prolongar a vida e a juventude, após esbanjar-lá em "gozos materiais"; por outro, pelos meios utilizados para tal, ou seja, a técnica de xenotransplante que consistia em roubar os testículos dos macacos para um suposto benefício para os homens. Sobre o tema ela perguntou:

> [...] E vamos buscar, nas florestas, um ser livre e feliz, vivendo em harmonia com as suas necessidades naturaes e o inutilizamos ou matamos, roubamos a sua vitalidade ou reduzimo-la á metade – para ressuscitar a cadáveres ambulantes, para estimular a senilidades imprestáveis, cujo corpo envelhecido precocemente, talvez em orgias e libertinagens, póde dar vida a filhos predispostos à mesma degradação moral [...].

> É justo que o libertino, o luético, o alcoólatra, o cocainômano, o jogador, o farrista, os "tigres" políticos profissionais e senis, banqueiros e escroques elegantes, altos funcionários, senadores e magistrados, intelectuais prostituídos e domesticados, juízes das consciências alheias... é justo que toda essa massa humana de parasitas e exploradores do rebanho social vá buscar, nas florestas, o animal pujante de seiva de vida – em virtude de sua sobriedade instintiva – e o prenda em ambiente incompatível com a sua liberdade, com os seus hábitos selvagens e o mutile – para rejuvenescer a criaturas de si mesma mutiladas pela vulgaridade ociosa e parasita, pela imbecilidade quintessenciada de prejuízos e rotina, pela baixeza e servilismo, pelo autoritarismo, pelo orgulho da inconsciência de si mesmos? (MOURA, [1931] 2020, p.25; p.47).

Não seria sem resistência que as práticas de tortura sobre as outras espécies iriam persistir. As feministas estavam dispostas a derrubar os cativeiros, fossem eles humanos ou não humanos. Um exemplo disso é um memorial contra o sofrimento dos animais nos laboratórios de ciências, nomeado, o pequeno cão marrom, inaugurado em 15 de setembro de 1906, em Londres, Inglaterra. A estátua tinha uma placa onde se lia: "Em memória do cão terrier marrom levado a morte nos laboratórios da University College, em fevereiro de 1903, depois de ter suportado vivissecções por mais de dois meses."[35] A prática de realizar experimentações com animais não humanos virou uma febre. Algumas espécies, consideradas biologicamente próximas da humana, foram massacradas, caçadas, presas e torturadas em experimentações que duravam meses.

Segundo Cuperschmid e Campos, "na década de 1920, foram criados entrepostos comerciais na África Ocidental francesa para armazenar os animais e garantir sua oferta na França" (2007, p. 745). Muitos cientistas tinham seu próprio espaço para estocar e cuidar de seus macacos. Voronoff comprava pessoas não humanas para servir de cobaia em seu empreendimento médico-cirúrgico, as mesmas eram capturadas em territórios da África equatorial, que hoje integram os atuais Congo, Sudão, Guiné e Camarões, além de

---

[35] Sobre a estátua em memória do cão terrier marrom. Disponível em: https://www.magnusmundi.com/pequeno-cao-marrom-memorial-contra-o-sofrimento-dos-animais/.

Gibraltar. As experiências de Voronoff foram interrompidas em razão das pressões da comunidade científica e dos insucessos das suas cirurgias.

Para Maria Lacerda, Voronoff representou uma época. Ele nada descobriu e pouco contribuiu para o estudo das secreções glandulares, mas vulgarizou a questão "trazendo-a para o domínio público no sentido de industrializar um assunto de laboratório". De fato, Voronoff que já era rico, aumentou sua fortuna com sua técnica que prometia vitalidade e o fim da impotência sexual masculina. Sobre as práticas de vivissecção, amplamente utilizadas naquele início de século como já dito, ela escreveu:

> [...] não compreendo a vivissecção a não ser como um delírio de perversidade inominável, nem chego a ver a vantagem da embriaguez científica que põe milhares de cobaias e cães e qualquer espécie de animal à mercê dos cientistas […] vaidosos de fazer sofrer os "mártires da ciência" em nome de um princípio ou de uma descoberta ou de uma pesquisa ou dos problemáticos benefícios daí resultantes para todo o gênero humano […]. O homem continuará a descer sempre, bem para baixo de todos os símios, na sua maldade de criatura civilizada, para estimular todas as virulências, desde as guerras até o prazer satânico de martirizar os animais em nome do humanitarismo cínico. [...] A humanidade pode progredir sem a fisiologia, porém, não poderá progredir sem a piedade (MOURA, [1931] 2020, pp. 32-33).

Ela argumentava que a ciência, submetida aos interesses capitalistas, "ocupa em nosso tempo exatamente o mesmo lugar que o sacerdócio havia ocupado há alguns séculos. [...] escondidos nos títulos, as mesmas castas nas ciências, academias, universidades, congressos" (MOURA, [1931] 2020, p. 32-33). Ela sugeriu algumas possíveis formas de resistência contra esta situação, como a recusa, por parte da classe trabalhadora, de servir ao sistema, pois, segundo ela: "seria preferível que o trabalhador se auto-amputasse as duas mãos do que optasse por trabalhar em arsenais de guerra, hidroaviões e metralhadoras, navios de guerra e torpedos" (idem, p. 16). Nessa fase da sua obra, certamente impactada pelos horrores da primeira grande guerra e em luta

contra o avanço do fascismo[36], ela se dedicou a escrever sobre a indústria armamentista, um dos pilares da carnificina e dos testes com animais. A autora era pacifista, em seus escritos aponta a recusa ao uso de armas e império da guerra e da competitividade.

Maria Lacerda de Moura foi uma das vozes da resistência pela positividade da vida. Tanto na frente de batalha contra a guerra quanto em oposição à crueldade perpetrada pela industrialização contra humanos e pessoas não humanas usados como cobaias. Uma das críticas anarquistas desenvolvida pela autora, foi com relação à ciência moderna em seu posicionamento entre a vida e a produção em escala industrial pois, quando a ciência supervaloriza a razão instrumental, tende a afastar-se da pluralidade da vida para moldar a realidade de acordo com uma imagem abstrata, idealizada e romantizada. A dominação, por ela chamada de "dominismo" estava no centro da discussão. Para ela a vivissecção era um atraso no aperfeiçoamento humano. Escreveu sobre o tema:

> Não é sentimentalismo piegas e sim pan-humanismo o que lemos em "Atlantida" de 21 de Outubro de 1927, a propósito da vivissecção:
> Da perpetração de atos morais maus não podem resultar benefícios, de maneira alguma para a humanidade.
> A crueldade nunca poderá ser um caminho para o aperfeiçoamento humano.
> A ciência não se adquire com a crueldade. E muito menos a sabedoria, acima de qualquer espécie de violência.
> [...] Extirpar uma glândula sexual do macaco, nada representa para o homem, mas, extirpar um testículo do homem é algo de muito importante na sua integralidade...
> Quanto a vivissecção, o próprio Claude Bernard, o experimentador "primus inter pares", que massacrou, brutalmente, os dois mil cães e que, sem anestesia, os matou lentamente, o bárbaro que, para atender aos protestos da sua vizinhança, cortava antes das experiências, as cordas vocais dos animais, a fim de que não uivassem de dor, o próprio Claude Bernard diz: "A vivissecção é a deslocação do organismo vivo por meio de instrumentos e de processos que lhe podem isolar diferentes partes. Reduzida a si mesma, ela só teria alcance restrito, e poderia em certos casos, induzir-nos a erros

[36] Sobre essa fase da obra de Maria Lacerda consultar Leite (1984), Maia e Lessa (2015) e/ou Lessa (2020).

sobre o verdadeiro papel dos órgãos. Por essas reservas eu não nego a utilidade nem mesmo a necessidade absoluta da vivissecção no estudo dos fenômenos da vida, eu a declaro apenas insuficiente.
Com efeito, nossos instrumentos de vivissecção são tão grosseiros e nossos sentidos, tão imperfeitos que só podemos atingir no organismo as partes grosseiras e complexas.
Não obstante, a mania da vivissecção é o orgulho da ciência moderna, e as vacinas e soros se multiplicam para gáudio da terapêutica industrializada e para o martírio dantesco das cobaias e dos símios.
Cousa a mais natural do mundo o "homo sapiens" roubar do macaco o que seria incapaz de lhe dar, o que dificilmente, excepcionalmente, seria incapaz de dar ao próprio semelhante.
E para que? Se o resultado não passa de sugestão ou se limita à absorção mais ou menos lenta do hormônio da glândula transplantada?
Resultado para 3 ou 4 anos, findos os quais, outra enxertia é necessária para novo rejuvenescimento (Ibidem, p.33-35).

Uma das críticas anarquistas à ciência moderna foi com relação à contradição entre a ciência e a vida, escancarada na ampla utilização da vivissecção, diz a anarquista: "a ciência do vampirismo humano esgotado por senilidade precoce que suga as glândulas de animais" (Ibidem, p. 34). A ideia de civilização, nos livros da autora que analisamos, implicava apontar as contradições entre a capacidade de pensar e de sentir e o abismo entre as pessoas humanas e as outras espécies exploradas pela ciência e pela indústria, cujo discurso central era a promessa de progresso civilizatório.

Em Maria Lacerda encontramos uma escrita marcada pela positividade da relação humanidade-animalidade em época muito anterior ao início das discussões animalistas, veganas ou ecofeministas. Ela foi antecipadora de importantes temas da história das mulheres e das lutas feministas, como já demonstram os estudos sobre sua obra, ela foi também uma visionária ao expectar relações de exploração dos humanos sobre as outras espécies (LESSA, 2020). Ela buscou novos campos para pensar e agir além de uma nova forma de fazer ciência, através das artes e das relações com os animais. As narrativas do passado iluminam e constroem histórias das relações interespécies. Os textos libertários de Maria Lacerda de Moura são narrativas de resistências

feministas, repletos de deslocamentos e ressignificações, escritos em um momento de profunda transformação socioeconômica e cultural. Seus textos estavam em diálogo com um pensamento anarquista internacional que questionava a ideia de progresso prometido no processo de constituição e difusão massificada da ciência e da tecnologia.

A ciência e a tecnologia teriam utilidade e proporcionariam bem-estar social, em uma sociedade utópica, onde a propriedade coletiva dos meios de produção e a emancipação feminina prevalecesse. Lugar onde a aglomeração das cidades, consideradas um *locus* para a aplicação da ciência e da tecnologia, fosse adequada para uma integração orgânica com a natureza através da valorização do trabalho rural e coletivo. Eis uma das propostas de Maria Lacerda de Moura, proposta essa que também antecipa algumas das lutas ecológicas e ecofeministas[37] que surgiram muitas décadas depois.

Pachamama está em chamas e os sinais da catástrofe já foram denunciados por ecofeministas, ambientalistas e ecologistas. A pandemia e todas as outras doenças criadas nos grandes cativeiros de dólar e de sangue da indústria da carne são consequências da exploração capitalista e patriarcal. Os "estômagos civilizados", como dizia Maria Lacerda de Moura, são os estômagos que ardem pelo peso de uma alimentação industrial, regada à veneno, com o dissabor dos transgênicos, dos alimentos ultraprocessados e, sobretudo, com o peso da carne de outra pessoa, que como nós, humanidade, nasceu para viver livremente.

O respeito às pessoas não humanas pode ser o início de uma transformação na vida planetária, na relação humanidade-animalidade-plantas, para avançarmos em direção aos modos de existência mais afetivos e criativos. A empatia e o amor interespécie significa pensar que as outras formas de vidas importam, que nos

---

[37] O ecofeminismo é uma prática social que interseccionaliza as questões ecológicas ao pensamento, teorização e ação feminista. Existem muitas vertentes e teorias, neste texto trabalhamos com o pensamento ecofeminista na vertente de Carol Adams (2012).

modificam e que criam novas formas de convívio. Lutemos pela libertação humana, não humana e planetária como queria Maria Lacerda de Moura!

Referências

ADAMS, Carol. *A política sexual da carne: a relação entre carnivorismo e a dominância masculina*. Tradução de Cristina Cupertino. São Paulo: Alaúde, 2012.

DOMINICK, Brian A. *Veganarquismo: libertação animal e revolução social.* 2. ed. Ponta Grossa: Editora Monstro dos Mares, 2019.

CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy; CAMPOS, Tarcisio Passos Ribeiro de. "Os curiosos xenoimplantes glandulares do doutor Voronoff". In: *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro, v.14, n.3, pp.737-760, jul-set. 2007.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

LESSA, Patrícia. *Amor & Libertação em Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Entremares, 2020.

______. *O resgate do Touro Vermelho*. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

LIMA, Roberta Oliveira; JESUS, Júlio César Moreira; COELHO, Pedro Filiphi. "especismo como injustiça ambiental". In: MOREIRA, Ana Selma. *Eu sou animal: uma revolução social em busca do Antiespecismo*. Joinville: Editora Manuscritos, 2019, pp. 341-360.

LUEDY, Laura. "Mercadoria e signo: notas sobre o abate industrial no Brasil hoje e alguns de seus marcadores expressivos". In: LESSA, Patrícia; STUBS, Roberta; BELLINI, Marta. *Relações interseccionais em rede: feminismos, veganismos, animalismos*. Salvador: Devires, 2019, pp. 68-94.

MAIA, Claudia; LESSA, Patrícia. "Maria Lacerda de Moura: crítica à família burguesa e à exploração feminina". In: MAIA, Claudia; PUGA, Vera. *História das Mulheres e do Gênero em Minas Gerais*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2015, pp. 97-121.

MICHAELIS ONLINE. “Pessoa (Verbete)”. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=pessoa. Acesso em set. 2021.

MOURA, Maria Lacerda. *Amai e ... não vos multipliqueis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

______ [1931]. *Civilização, tronco de escravos*. São Paulo: Editora Entremares, 2020.

NEVES, Roberto das. *Entre colunas.* Rio de Janeiro: Germinal, 1980.

OLHAR ANIMAL. *Fanny Bernard: uma voz antivivisseccionista no século XIX*. Disponível em: <https://olharanimal.org/fanny-bernard-uma-voz-antivivisseccionista-no-seculo-xix/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

OLIVEIRA, Fabio A. G. “O lugar do cuidado na construção de um veganismo crítico-interseccional”. In: OLIVEIRA, Fabio A. G; DIAS, Maria Clara. *Ética animal: um novo tempo*. Rio de Janeiro: Ape’ku Editora, 2019, p 27-50.

RAGO, Margareth. *Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

RIBEIRO, Kiune Bezerra. “Lutas da terra, libertação animal e humana: o caso do MST e a possibilidade de uma vida mais justa para animais humanos e não humanos”. In: MOTA, Ana Gabriela; SANTOS, Kauan William dos; Antar – Poder Popular Antiespecista; FeminiVegan – Coletivo Feminista Vegano Abolicionista Anticapitalista. *Libertação animal, libertação humana: veganismo, política e conexões no Brasil*. Juiz de Fora: Editora Garcia, 2020, pp. 21-28.

RODRIGUES, Edgar. *Os Libertários*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1993.

SMUTS, Barbara. “Reflexões”. In: COETZEE, J. M. *A vida dos animais*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das letras, 2002, p. 128 – 145.

TOKARCZUK, Olga. *Sobre os ossos dos mortos.* Tradução de Olga Baginska-Shinzato. São Paulo: Todavia, 2019.

WALLACE, Rob. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. Tradução de Allan Rodrigo de Campos Silva. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

A confissão, que horror!

Elena Schembri

O movimento anarquista, desde suas origens, ergueu a bandeira do anticlericalismo e da luta contra o autoritarismo estatal e religioso. O lema "Nem Deus, nem patrão" já em 1885 era o título de um jornal francês "Ni Dieu, Ni Maître" com subtítulo "órgão comunista-anarquista". Em *Federalismo, socialismo e antiteologismo* (2012), Bakunin argumenta que o pensamento é o que distingue o homem do animal, e é justamente através do pensamento que chegamos a nos perguntar se Deus existe, e surge o que chamamos de religião. Ao mesmo tempo, "um dos principais atributos dos deuses imortais, como se sabe, é o de serem legisladores da sociedade humana, os fundadores do Estado. O homem, dizem aproximadamente todas as religiões, é incapaz de reconhecer o que é o bem e o mal, o justo ou o injusto". Por esta razão, continua, "foi preciso que a própria divindade, de uma maneira ou de outra, descesse sobre a Terra", ao fim de ensinar e "estabelecer na sociedade humana a ordem política e civil, de onde naturalmente resulta esta triunfante conclusão: que todas as leis e todos os poderes estabelecidos, consagrados pelo céu, devem ser sempre, e apesar de tudo, cegamente obedecidos" (BAKUNIN, 2012, p. 60).

Gostaria de trazer algumas reflexões sobre o tema do anticlericalismo desenvolvidas no continente latino-americano, como a da anarquista italo-uruguaia Luce Fabbri, da brasileira Maria Lacerda de Moura e um texto, intitulado *A confissão*, publicado em 1911 pela editora "A Lanterna" e assinado por Benedicto Gomide, do qual não temos referências biográficas.

Começando por Luce Fabbri. Na década de 1930 escrevia na revista "Studi Sociali", editada em Montevidéu em língua italiana,

da qual se tornou responsável em 1935, após a morte do pai Luigi Fabbri. Recém-chegada no Uruguai, sua preocupação era voltada principalmente aos autoritarismos, como o fascismo de Mussolini, que tinha comprometido sua vida pessoal e de tantos refugiados italianos, o sucessivo nazismo de Hitler surgido com o apoio do proletariado alemão e o bolchevismo de Stalin, que tinha traído os sonhos de uma revolução socialista. Bakunin teve pouco tempo para escrever sobre o tema do anticlericalismo, mas, em 1932, publicou um artigo ititulado *Il pericolo cattolico* [O perigo católico] (FABBRI, 1932), que apareceu em três números da revista, tendo como assunto principal o ressurgimento do sentimento religioso no mundo e a questão do dogmatismo. Luce alerta sobre o perigo católico, "que talvez não é tão visível como os outros que agora parecem mais imediatos, mas é mais ameaçador para o futuro", porque, como segue, "o que constrói-se com lentidão e com paciência no âmbito da consciência é muito mais difícil de ser demolido que as construções de pedra e cal". De fato, "no campo espiritual as religiões, no campo material a autoridade política [...] consideram 'os muitos' como um rebanho que precisa de um guia severo e rígido em todos os campos da sua atividade", afirma Luce. Essa é uma "solução confortável para as ovelhas quanto para o pastor" que permite que se prolongue "uma condição de coisas que parecem inexplicáveis". O que os libertários querem é "tentar derrubar os obstáculos materiais e espirituais que exercem sobre a consciência individual uma pressão externa", que impedem ao indivíduo "de se manifestar e desenvolver sua própria originalidade que existe em cada um de nós" (FABBRI, 1932a, p. 4).

É preciso salientar que para Luce não se trata de saber em que a pessoa acredita, porque até "se fosse possível tocar com as mãos a existência de um princípio espiritual superior", seria necessário seguir combatendo as autoridades religiosas.

> Tal descoberta não mudaria de um átomo a necessidade de combater a Igreja", mas a questão central é o tema da autoridade religiosa. Em tal sentido, vale a pena citar um trecho em que a autora explica claramente

como e porque os anarquistas são inimigos naturais da Igreja, no campo espiritual, e do Estado, no campo material. (...) Assim como o Estado é nosso inimigo material, assim a Igreja é nosso inimigo espiritual, inimigo típico, pois ela suma em si e os defenderá com unhas e dentes até a morte, todos os princípios que nos levantamos para combater. Somos seus oponentes naturais, muito mais do que os estados que vêem nela um rival, muito mais do que os comunistas (eu estava para escrever jacobinos) que querem opor à dela uma outra autoridade e uma outra disciplina" (FABBRI, 1932a, p. 5).

Para Luce não se trata de negar a qualidade da religião, mas o problema é a essência mesma da sua doutrina e de seu método. Trata-se de duas concepções opostas, o anarquismo e o catolicismo: "por um lado, a liberdade, o indivíduo, a descentralização, a contínua renovação, por outro a hierarquia, a disciplina, a autoridade central, a tradição. Segundo a anarquista, que conheceu diretamente na sua pele o fascismo de Mussolini, é possível considerar a Igreja como a "cristalização típica do princípio de autoridade até mais do que o fascismo porque é a expressão dele *sub specie aeternitatis*, enquanto o fascismo e o mesmo Estado como é atualmente são fenômenos contingentes" (FABBRI, 1932b, p. 4). Em tal sentido, a luta contra o catolicismo não será igual à luta antifascista. Segundo a italo-uruguaia, é justamente no momento histórico em que escreve que "é necessário tornar claro a importância geral do vínculo profundo entre o espírito católico e o espírito ditatorial que está ameaçando trazer o mundo de volta à Idade Média", ainda mais num momento de grande crise no qual as instituições de beneficência se tornam bem vistas aos olhos das massas. As palavras não são suficientes, é preciso agir para "substituir à caridade o princípio da justiça social", o que mostra como "a luta contra a Igreja é estritamente ligada ao conjunto da vida social" (FABBRI, 1932c, p. 6).

Em *Camisas negras*, livro de 1934 que reúne as palestras que Luce ministrou no ano anterior na Argentina sobre o tema do fascismo italiano e internacional, afirma que "quando o princípio de autoridade triunfa na vida política, o dogma religioso se prepara para invadir e dominar a vida moral". Os dois fenômenos

obedecem às mesmas causas, isto é, são dois aspectos da mesma realidade: "o obscurantismo religioso é o maior perigo que leva o mundo ao fascismo". A intelectual anarquista alerta, depois, sobre a ideia de direitos adquiridos, porque inexistem, precisa-se conquistá-los todos os dias Para ela, a democracia perdeu porque representa uma "concepção estática e fatalista da história" (FABBRI, 1934, pp. 121-122). Quando se pensava que determinadas conquistas liberais do século XIX fossem um patrimônio inalienável, chegou-se a um ressurgimento do poder temporal e da monarquia de direito divino. Citando suas palavras:

> O que importa que as justificativas mitológicas da ascensão divina ou da unção do Senhor tenham sido substituídas pela fé messiânica em um homem considerado superior ou simplesmente pelo cumprimento da força brutal? A tendência é a mesma e os resultados também. Na realidade, o direito divino não era senão o símbolo, o nome oficial e o rótulo, do direito do punho" (Idem, pp. 136-137).

Existe, em suma, uma ligação muito forte entre obscurantismo religioso e autoritarismo de Estado, por isso, para Luce, objetivo é que "cada homem modele para si a sua estátua interior, evitando a humilhante, ainda que confortável, uniformidade dos moldes" . Defende, ainda, que "se não lutássemos por essa meta, não valeria a pena lutar contra a Igreja".

Uma voz importante na luta anticlerical no Brasil é representada pela anarquista Maria Lacerda de Moura, que publicou vários textos sobre o assunto, como *Clero e Estado* (2018) e *Fascismo, filho dileto da Igreja e do capital* (2018). Militante na Liga Anti-Clerical, conforme suas palavras, o Clericalismo é o pai do fascismo. Mussolini e Hitler representavam naquele momento histórico "*os braços seculares* da Igreja". O Cristianismo é anti-cristão no sentido em que é a negação absoluta das palavras de amor de Cristo. É uma "civilização voraz de déspotas e escravos", isto é, a ordem social burguesa-capitalista. A autora alerta sobre o perigo que representa o Clero, que sempre serviu aos poderosos e, ao mesmo tempo, serviu-se "das leis e dos governos para estabelecer

o seu domínio e exercer as suas vinganças". A questão principal para Maria Lacerda é que com o fascismo e o nazismo repetem-se as torturas da inquisição, uma Inquisição místico-política, como ela a define. "Cesarismo e Catolicismo, despotismo e fascismo têm custado ao gênero humano miríades de sofrimentos, uma cordilheira rubra de misérias, sangue e torturas incríveis, fogueiras e crueldades inimagináveis (LACERDA, 2018, p. 183). A Igreja foi capaz de consolidar uma fortuna, organizar museus e obras de arte, levantar bancos e associações anônimas e ser uma "potência econômica e política" que estende seu domínio absolutista. Para a anarquista, trata-se do "mais terrível imperialismo dos tempos modernos, pela sua organização, pela capacidade de adaptação e pela falta de escrúpulos alistando-se em quaisquer fileiras – para vencer, para dominar – 'para maior glória de Deus e da Igreja' – porque 'os fins justificam os meios…'" (Idem, p. 173).

O fascismo representou para os católicos a oportunidade de intrometer-se nos negócios de Estado: "Modernamente, é o seu ponto de apoio e a sua máxima esperança para a expansão do poderio e para a conquista definitiva do seu domínio absolutista". Maria Lacerda está profundamente revoltada com a hipocrisia da Igreja e a imbecilidade humana, como afirmou: "Assim, a frase evangélica — 'ás de comer o pão com o suor do teu rosto' — fica otimamente na boca do clero que o come à custa do suor da fronte do próximo. A credulidade é notável e a imbecilidade humana infinita. Aos oprimidos, aponta as delícias de um céu problemático dizendo: "o meu reino não é deste mundo", enquanto consolida o seu reino econômico e político e estabelece o seu império sobre os reis e sobre os reinos e as terras, os povos e as nações" (Ibidem).

Como vimos, tanto Luce Fabbri quanto Maria Lacerda de Moura, que escrevem no mesmo momento histórico, encontram e mostram uma continuidade, e um compromisso forte entre fascismo e Igreja católica.

Voltando um pouco atrás no tempo, um órgão importante da luta anticlerical no Brasil foi o jornal "A Lanterna", fundado em São Paulo, em 1901, que tinha como subtítulo estas palavras: "Jornal de combate

ao clericalismo". De fato, a publicação representou uma importante contribuição no combate do poder da Igreja e do poder pastoral, mas também contra o Estado e o capital. Em 1911, a "Bibliotheca da Lanterna" publica um livreto intitulado *A confissão*. Como se anuncia nas primeiras linhas, com um tom paternalista, o texto é dedicado "aos pais de família, encarregados de velar pela honra e dignidade dos entes que lhes são mais caros na vida". Para o autor, que assina no final do texto Benedicto Gomide e do qual não encontramos referências biográficas, a confissão é uma "miserável invenção dos padres, degrada e perverte tudo" (GOMIDE, 1911, p. 4). Citando Concílios Vaticanos, bulas papais e santos, analisa a prática da confissão que foi imposta pelo Concílio de Latrão em 1215 e tornou-se dogma pelo Concílio de Trento, evidenciando sua origem tardia, sem alguma prescrição no Evangelho. Citamos aqui um trecho extraído nas primeiras colunas do livro:

> A pureza e a castidade em contacto com sotainas enlodadas! E há paes que julgam que seus ternos filhos necessitam de um guia, purificador de almas, e que esse guia pode ser um frade qualquer, saído de qualquer parte... um homem solteiro e vicioso, que não concebe o amor de pàe, que não sente o que sente os outros homens, porque a sua igreja o collocou fora das leis naturaes! Paes e esposos: quando vossas filhas e esposas se acercarem do confessionário... tremei! [...] "quando se trata de honra não é possível a indifferença (Idem, p. 4).

A Igreja colocou padres e freiras fora das leis naturais impondo o celibato, e a mesma Igreja obriga os sacerdotes a ter colóquios em escuros confessionários, onde a mulher expõe seus segredos mais íntimos. Às vezes o nome do confessor aparece em cima do confessionário e "as penitentes mais facilmente poderão purificar as almas com o que melhor lhes agradar".

> Para fugir das tentações, disse S. Paulo, cada homem deve ter sua mulher e cada mulher seu marido. A igreja católica, olvidando se deste sábio conselho, impôs o celibato aos padres e freiras. Essa mesma Igreja põe nas mãos dos seus sacerdotes livros pornográficos, próprios para despertar os apetites da carne. Essa mesma Igreja obriga seus sacerdotes, assim preparados, embravecidos, (como o touro que recebeu um bom par de ferros) a manter colloquios com

formosas mulheres, a descobrir os seus mais íntimos segredos, a dirigir-lhes perguntas infames e indecentes... e tudo isso à sombra, em voz baixa, cabeça com cabeça, confundidos os hábitos, unidos os lábios... para elevar suas preces ao trono altíssimo do Senhor (Ibidem, p. 6).

Para o autor é absurdo que uma mulher, um homem ou uma criança tenha que submeter-se à confissão, por meio da qual falam da própria intimidade para um padre, ou seja, para uma pessoa desconhecida. A mesma Igreja tomou medidas para punir os padres acusados de crime de sedução no confessionário, sem produzir muitos efeitos. Para Benedicto Gomide, estas infâmias "só acabarão no dia em se queimar todos os livros dos confessores, sem ficar um só, para seguir-se a abolição do celibato e a supressão absoluta da confissão" (GOMIDE, 1991, p. 8). Ao longo do texto é citado um livro intitulado "Mysterios dos Conventos Napolitanos", escrito por Henriqueta Caracciolo, filha do marechal governador da província de Bari, na Itália, que conta sua experiência de vinte anos em vários conventos da península. Os testemunhos são de abusos sexuais de padres libertinos e de freiras apaixonadas por seus confessores, o que torna mais suportável o encarceramento no convento, lugar que, de fato, torna-se mais livre do que o encarceramento dentro da casa da família. Vamos citar alguns trechos para entender o teor das histórias reportadas:

A outra freira, estando um pouco enferma, o sacerdote a confessou em sua própria cella. Depois de algum tempo, a penitente inválida achou se no que se chama estado interessante, por cuja razão, tendo declarado o médico que ela estava hidrópica, mandou-se-a para fora do convento.
Outra, durante o delírio de uma febre typhoide, estava constantemente fazendo gestos de quem enviava beijos ao seu confessor, que se achava de pé, junto da sua cama. Envergonhado este com a presença de estranhos, poz um crucifixo diante dos olhos da penitente, e com voz de comiseração exclamou : — Pobrezinha! beija teu próprio esposo! (Ibidem, p. 10).

Enfim, como afirma Benedicto Gomide, "o mal não está nos homens e sim na própria instituição, porque o confessionário é

capaz de converter um paraizo de anjos num immundo lupanar!…" (Ibidem).

Como vimos, poder político e poder religioso se apoiam reciprocamente e estão sempre interligados pelo princípio de autoridade. Em *Segurança, território e população*, curso realizado no Collège de France em 1978, o filósofo francês Michel Foucault trata de maneira aprofundada a questão do surgimento do Estado moderno, que absorve um modelo cristão de conduzir as almas, *omnes et singulatim*, isto é, como totalidade do rebanho, mas ,ao mesmo tempo, cada uma das ovelhas singularmente (FOUCAULT, 1978, p. 172). O autor desenvolve o tema da governamentalidade como fruto da crise geral do poder pastoral e da necessidade de procurar novas formas de governar, e governar-se em um mundo em que aparecem novas relações econômicas e sociais e estruturas políticas a partir do final do século XVI e na primeira metade do século XVII. Com o conceito de "governo", entende a "atividade que tem por meta conduzir os indivíduos ao longo da vida colocando-os sob a autoridade de um guia responsável pelo que fazem e pelo que lhes acontece", sob o exercício de um "soberano-pastor, de um rei ou magistrado-pastor do rebanho humano" (Idem, p. 490).

Hoje, a bancada evangélica pretende governar e impor sua moral como a moral de Estado, deslocando o plano terreno para o plano divino, onde Deus governa o país através do "escolhido" Jair. O obscurantismo religioso cresce e possui muitos adeptos com os quais parece impossível dialogar, pois estão firmes nas próprias convicções religiosas que justificam suas práticas políticas. Os assuntos tratados pelos anarquistas nas décadas passadas são ainda tristemente atuais, e hoje é preciso desvelar, além do que é realmente o catolicismo, o que são as igrejas evangélicas que adquirem a cada dia mais poder econômico, político e social.

Em conclusão, gostaria de citar um trecho do livro *Camisas Negras* de Luce Fabbri, que resume um pouco a questão que tentamos brevemente tratar e que é central para os anarquistas, a do princípio de autoridade. Como ela afirma, nenhuma ideia, instituição, costume ou lei, isto é, nenhuma realidade histórica,

morre de maneira definitiva para que não possa ressurgir, igual ou em forma diferente. Mas ainda mais importante "até conseguirmos abolir o poder de alguns homens sobre outros, até conseguirmos derrubar o princípio de autoridade em si, não seremos capazes de sair do círculo vicioso" (FABBRI, 1934, p. 137).

Para fechar, gostaria de sugerir que cada um escutasse na sua casa uma música anticlerical de 1986, *A santa Igreja*, da primeira banda punk de mulheres da América Latina, Mercenárias.

A Santa Igreja - Mercenárias
O homem quer subir na vida
em busca de fama e prazer,
daí encontra com Jesus,
e seu espírito de luz vai renascer.
vai se foder!
Salve! Salve!
A Santa Igreja!
O homem se revolta das suas condições,
luta pra poder sobreviver.
daí encontra com Jesus,
e só por estar vivo vai agradecer.
Vai se foder!
Salve! Salve!
A Santa Igreja!
O jovem rebelde e criativo
questiona e desobedece o poder,
daí encontra com Jesus
e à verdade cristã vai obedecer.
Vai se foder!
Salve! Salve!
A Santa Igreja!
O homem consciente dos seus direitos
com malicia sabe, se conduzir bem
pois esperta é a Santa Igreja
Que graças aos ingênuos sabe viver muito bem!
Salve! Salve!
A Santa Igreja!

Referências

BAKUNIN, Mikhail. *Federalismo, socialismo e antiteologismo*. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2012.

FABBRI, Luce. *Camisas Negras. Estudio crítico histórico del origen y evolución del fascismo, sus hechos y sus ideas*. Buenos Aires: Ediciones Nervio, 1934.

_____. "Il pericolo cattolico (I)". In: *Studi Sociali*, ANNO III/Numero 17 - febbraio 1932. Montevideo, 1932a,, pp. 4-5.

_____. "Il pericolo cattolico (II)". In: *Studi Sociali*, ANNO III/Numero 18 - aprile 1932. Montevideo, 1932b, p. 6.

_____. "Il pericolo cattolico (III)". In: *Studi Sociali*, ANNO III/Numero 19 - giugno 1932, pp. 6-7. Montevideo, 1932c.

FABBRI, Luigi. *La controrivoluzione preventiva. Riflessioni sul fascismo*. Milano: Zero in condotta, 2009.

GOMIDE, Benedicto. *A confissão*. São Paulo: Editora A Lanterna, 1911.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MOURA, Maria Lacerda de. *Fascismo: filho dileto da igreja e do capital*. São Paulo: Editora Entremares, 2a ed.

Revolta em tela: agitações, resistências e experimentações anarquistas no cinema

Gustavo Vieira

Ao longo da história, a relação entre cinema e anarquia introduziu e proporcionou diversos modos de realizar, empregar e pensar a arte cinematográfica, sem a pretensão de se tornar vanguarda ou criar correntes e cânones. Através da luta e da arte, esta relação buscou e segue buscando experimentar novas formas de existência e resistência.

Em *Cinema e Anarquia*, a historiadora Isabelle Marinone fez apontamentos decisivos a respeito dos processos constitutivos que possibilitaram o encontro da arte cinematográfica com o meio libertário. Partindo de outros começos, a autora mostra que esse primeiro contato ocorreu em 1895, na França, quando o operário anarquista Paul Delesalle[1], ao receber um esboço da invenção do cinematógrafo dos irmãos Lumière, e incumbido de construí-lo, não só o fez como o aperfeiçoou. Entretanto, até o começo do século XX, houve pouco interesse dos anarquistas pela arte cinematográfica, diferentemente do teatro social que vivia uma grande efervescência. Este distanciamento inicial ocorreu em razão de muitos anarquistas considerarem o cinema como uma forma de entretenimento banal e cúmplice da sociedade burguesa. Também viam com desconfiança as novas tecnologias de captura de imagens, que permitiam realizar projeções lentas e mostrar quadro a quadro imagens filmadas nas

[1] Paul Delesalle foi um engenheiro construtor de máquinas, com importante papel na *Confedération Générale de Travail* (CGT). Era conhecido principalmente por suas atividades como secretário-adjunto da Federação das Bolsas de Trabalho, onde atuou ao lado do anarquista Fernand Palloutier. Ver MARINONE, 2009.

ruas. Tecnologia que a polícia francesa utilizou como fonte de identificação de organizadores de greves e protestos, resultando na prisão de muitos operários libertários.

A historiadora francesa ainda mostra como as ações do Bando Bonnot (grupo de anarquistas expropriadores que realizou assaltos a bancos e à burguesia parisiense entre 1911 e 1913) foram registradas em filme pelas "Atualidades Cinematográficas Éclair Jornal", ajudando a solidificar a imagem do terrorista anarquista (indivíduos loucos, violentos e perigosos; sempre vestindo roupas pretas e segurando bombas) iniciada por filmes como *O atentado anarquista da rua Montagne Sainte-Walburgue*, exibido em 1904. Imagem que por muitos anos e, até nos dias de hoje, se mantém sobre os anarquistas no cinema comercial

Porém, não demorou muito para os anarquistas olharem o cinema com outros olhos, principalmente quando constaram a potência e alcance da arte cinematográfica em relação às práticas libertárias, assim como seu potencial educativo. O geógrafo anarquista Élisée Reclus, trabalhou com a ideia de ensino a partir de estruturas abertas e uma escola '*hors de murs*' (fora dos muros), ampliada por meio de oficinas, viagens, teatros e cinema. Em 1912, Émile Kress, secretário do Sindicato dos Cinegrafistas, animado pelo encontro com Charles Laisant (militante nômade e próximo das ideias de Francisco Ferrer) e pela *La Rouche* (A Colméia), espaço libertário inventado por Sébastien Faure para a educação de crianças, publica *De L'utilité du cinematografe dans l'enseingement* (A utilidade da Cinematografia no Ensino). No mesmo ano, Kress cria a Liga do Cinematógrafo Para a Infância ou A Liga Popular do Cinema Escolar, onde produziu e exibiu em diversas escolas o filme antimilitarista, *Porque a guerra?*. (MARINONE, 2009: 51). A partir de então, o cinema passou a ser incorporado de vez na ação direta anarquista, e não tardou para que outros grupos anarquistas utilizassem o cinematógrafo para difundir suas práticas. Passaram a ver o cinema não mais com receio e desconfiança, mas da mesma maneira como viam o teatro social, como um novo meio de transformação da sociedade.

Neste período, ocorreram diversas experiências anarquistas, muitas delas voltadas para a educação de crianças. As reflexões de Mikhail Bakunin sobre a instrução integral e as propostas do educador Paul Robin (1837-1912), contribuíram para a criação de experimentações como a Escola Moderna de Francisco Ferrer e a *La Ruche* de Sébastien Faure[2]. Para os anarquistas, a educação deveria visar, acima de tudo, a sua formação como sujeito livre e potencializar a liberdade de cada um nas suas associações igualitárias. "Educar para a vida livre de cada um era educar para a vida livre de todos, para a possibilidade de cada um realizar seus talentos quereres, igualdades" (PASSETTI; AUGUSTO, 2008, p. 37).

O pensamento libertário se voltava contra o ensino convencional das escolas que, ao lado da família, da religião, da polícia e da moral, domesticam a criança por meio de práticas de punições diversas em prol de sua formação como indivíduo cidadão obediente ao Estado. A instituição de ensino convencional nada mais é do que um espaço de produção de cidadãos dóceis, produtivos e submissos, que retira da criança a sua liberdade e possibilidades intempestivas de criação e crescimento. Ao contrário: "A educação libertária é uma ofensiva direta ao controle dos corpos pretendido por uma educação disciplinar. Rompe com relações de utilidade e docilidade que submetem crianças e jovens ao controle do tempo, à delimitação do espaço e à restrição dos movimentos; não é uma alternativa à ordem" (UEHARA, 2010, p. 93).

As experiências de Kress e das escolas libertárias, contribuíram para que operários anarquistas inventassem, em 28

---

[2] Inspirado pela proposta de Paul Robin, de uma escola integrada vinculada à educação libertária que ocorreu no *Orfanato Prévost*, de *Cempuis*, no norte da França, entre 1880 e 1894, Faure fundou em 1904 a *La Ruche*. Composta por cerca de 40 crianças, a escola era um espaço que possibilitava a convivência sem recompensas, punições e doutrinas autoritárias. A educação não se restringia a currículos e grades horárias fechadas. Faure se manteve atento para não cair em repetições, em um ensino exaustivo e, dessa forma, cultivar os conhecimentos de diferentes maneiras, desde uma conversa, um passeio, uma viagem, entre outros momentos e espaços. Ver: UEHARA, 2010.

de outubro de 1913, a cooperativa cinematográfica Cinema do Povo (*Cinéma du Peuple*), experimentação que "visava incluir o cinema, ao lado da publicação de livros e a edição de jornais, como maneira dos próprios operários tomarem para si mesmos a tarefa de contarem suas batalhas contra o Estado" (SIMÕES, 2018, p. 14). Com pouco dinheiro e recursos, o Cinema do Povo realizou filmes por meio da autogestão. Segundo o anarquista Yves-Marie Bidamant[3], a cooperativa tinha por objetivo fazer filmes que visassem, com suas histórias, apresentar a vida cotidiana, as lutas e ações dos operários libertários, rompendo os preconceitos e destruindo as imagens comerciais da classe trabalhadora produzidas pelos filmes do cinema burguês da época.

Para além dos operários, durante os anos 1920, não faltaram experiências cinematográficas ético-estéticas libertárias. O artista Hans Ritcher, próximo das práticas libertárias, sendo constantemente perseguido pela polícia por participar de ações e encontros anarquistas, realizou filmes experimentais que ressaltavam movimentos e ruptura formas, aspectos também explorados no filmes de Man Ray – estudante da Ferrer School em Nova York e amigo de Emma Goldman e Alexander Berkman –. Obras cinematográficas experimentais como *Filmstudie* (1925) de Hans Richter, *Entr'Acte* (1924) e *Paris qui dort* (1923) de René Clair, *Le Retour A La Raison* (1923) de Man Ray, e *Ballet Mecanique* (1924) de Fernand Legér, abalaram de modo potente o cinema por apresentarem uma violenta energia emprega contra as estruturas clássicas da arte e as instituições comerciais.

[3] O Cinema do Povo era formado por vários anarquistas como: Yves-Marie Bidamant, Sébastien Faure, Jean Grave (editor do jornal *Les Temps Nouveaux*), Pierre Martin (membro da equipe editorial do *Le Libertaire*), André Girard (editor do *Les Temps nouveaux*), Charles Ange Laisant, Gustave Cauvin, Robert Guérard (compositor revolucionário), Félix Chevalier entre outros militantes, artistas e operários. O trabalho do Cinema do Povo ficou bastante conhecido também devido às divulgações por meio de artigos de jornais da imprensa libertária como *Le Libertaire*, *Les Temps Nouveaux* e *La Guerre Sociale* (JARRY, 2009).

Em 1924, o cinema Surrealista rompeu com a forma convencional de narração de roteiro ou continuidade lógica. Filmes como *A concha e o clérigo* (1928) de Germaine Dulac e Antonin Artaud, *Um cão andaluz* (1928) e *A idade do ouro* (1930), ambos de Luis Buñuel em parceria com Salvador Dalí, são obras satíricas e iconoclastas, que atacam a tríade Estado-trabalho-religião através de imagens surreais, oníricas e surpreendentes. As relações entre a Anarquia e o cinema Surrealista, está justamente no modo em que ambos atacam a sociedade (VIEIRA, 2019). Entretanto, é no cinema de Jean Vigo, no início da década de 1930, que o anarquismo e cinema se entrelaçam com ainda maior intensidade.

Filho de Miguel Almereyda, militante anarquista que esteve à frente da edição do jornal antimilitarista francês *La Guerre Sociale*, entre 1906 e 1912, Vigo desde cedo conviveu com anarquistas e, em muitas ocasiões, teve de visitar seu pai nas inúmeras prisões pelas quais passou encarcerado durante as primeiras décadas do século XX. Em sua curta, porém intensa filmografia, Vigo inventa variadas narrativas que estabelecem uma relação de negação, agressão e recusa aos padrões e valores da sociedade burguesa. No filme *Zero de Conduta* (1933), inspirado nas experiências do diretor quando criança, o filme se passa em um internato onde professores e inspetores infligem severos castigos e punições às crianças, privando-as de qualquer forma de liberdade e criatividade. Não por coincidência, o filme foi rodado no mesmo internato em que Vigo estudara durante uma das detenções de seu pai. Na trama, quatro garotos marcados com zero de comportamento, em cumplicidade de um professor, se revoltam contra as violências autoritárias que vivenciam no internato. Em um dia de festa e revolta, tomam a parte superior do colégio, avacalhando as autoridades espalhadas pelo pátio e fazendo tremular no telhado do edifício a bandeira negra com uma caveira (SIMÕES, 2018).

Ainda na década de 1930, ocorreu um acontecimento singular tanto na história do cinema quanto dos movimentos anarquistas. Durante a Revolução de 1936 na Espanha, acontecimento potente e marcado pela transformação em diversas áreas da sociedade,

possibilitou que o movimento anarcossindicalista espanhol introduzisse uma nova forma de se fazer cinema.

Em razão da vitória das esquerdas nas eleições de 16 de fevereiro de 1936, as facções reacionárias espanholas, apoiadas pelo fascismo internacional, reagiram com um golpe militar chefiado pelo General Francisco Franco em 19 de julho do mesmo ano. A movimentação das tropas nacionalistas, levou os trabalhadores anarquistas da *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT), *Federación Anarquista Ibérica* (FAI) e grande parte da população espanhola resistisse aos militares fascistas tomando quartéis e armamentos. Esse acontecimento marcou o início de um conflito armado que se estenderia até 1939. Entretanto, diante das circunstâncias, os anarquistas espanhóis tomaram a decisão de em vez de lutar pela defesa da democracia e do governo republicano, partir para a revolução libertária e, ao mesmo tempo, combater as tropas do nazi-fascismo (CUBERO, 2016, p. 74).

O movimento libertário, ao organizar as colunas anarquistas de apoio aos *fronts* de combate, somado a apropriação da indústria, do abastecimento e da organização urbana geral por meio da CNT-FAI, levou o Sindicato Único de Espetáculos Públicos (SUEP) a criar uma Oficina de Informação e Propaganda, cuja primeira produção foi *Reportaje del movimiento revolucionario en Barcelona*, montada e comentada pelo anarquista Mateo Santos[4]. Esta obra cinematográfica utiliza filmagens realizadas por vários cinegrafistas nas ruas de Barcelona entre 19 e 24 julho, sendo um testemunho das ações que ocorreram nos primeiros momentos da revolução. O sucesso dessa produção encorajou membros da CNT a implementar novos projetos

---

[4] Na Espanha, durante as décadas de 1920 e 1930, muitos críticos cinematográficos eram anarquistas, como Mateo Santos, escritor, jornalista e editor da revista da *Popular Film* (1926-1936); de modo que as práticas libertárias estiveram fortemente presentes nos artigos da revista cinematográfica da época. A *Popular Film*, assim com o jornal *Solidariedad Obrera* (1930-1939), converteram-se em meios que regularmente informavam sobre as atividades cinematográficas realizadas pelos anarquistas, além de anunciar projetos e conferências organizados em ateneus e centros libertários (MUÑOZ, 2015).

e, a partir de então, a SUEP passou a produzir documentários e reportagens sobre os acontecimentos que ocorreram no *front d*e batalha e na retaguarda (GUBERN, 2007, p. 29-34).

Nos primeiros momentos após o estopim revolucionário, os anarcossindicalistas da CNT-FAI foram os primeiros a ocuparem os locais de exibição barceloneses, feito que colocou todo o setor de espetáculos na organização sindical e que foi decisivo para manter e sustentar as suas atividades cinematográficas. Em um curto período de dois anos e meio, os anarquistas espanhóis realizaram, de modo surpreendente, um volume de mais de 360 filmes. Devido ao fervor das mudanças que vieram com a revolução, a maioria dos filmes realizados eram documentários e reportagens que focavam nas transformações revolucionárias que vinham acontecendo, e nos combates que ocorriam nos *fronts* de batalha e na retaguarda (DÍEZ, 2003).

Muitos desses documentários centraram-se no papel iconográfico do anarquista Buenaventura Durruti, que segundo o crítico cinematográfico Richard Porton (1999), retratam com maior exatidão as forças e as contradições internas do movimento anarquista. Durante os 40 anos que Durruti viveu, pode-se dizer que grande parte desta existência libertária foi dedicada à Revolução. Suas intensas aventuras, ações e atuações no movimento libertário, foram amplamente contadas na literatura anarquista ao longo dos anos, com a contribuição de seus companheiros de lutas. No cinema, isso não foi diferente. Vários tributos cinematográficos foram realizados, que vão desde suas ações como guerrilheiro no *front* de batalha, na série de reportagens *Aguiluchos de la FAI por tierras de Aragón* (1936), até a homenagem em seu funeral realizada pela CNT-FAI, sob o título *Entierro de Durruti*, (1936).

Os dois focos mais abordados pelos documentários produzidos pela CNT, foram as lutas no *front* aragonês e a defesa da capital Madri. No *front* de batalha, as câmeras não se direcionaram especialmente aos combates armados, mas também buscaram ilustrar as transformações revolucionárias que ocorriam no campo, como o documentário *Bajo el signo libertário* (1936), dirigido pelo

anarquista Angél Lescarboura, sendo a primeira produção anarquista a narrar as conquistas revolucionárias no contexto rural. Quanto aos acontecimentos que ocorreram na retaguarda, no caso em Barcelona e Madri, foram produzidos documentários como *Barcelona trabaja para el frente* (1936), *¡¡Ayuda a Madrid!!* (1936) e a série de reportagens *Madrid tumba del facismo* (1936).

Além de reportagens e documentários, os sindicatos da indústria de espetáculos buscaram manter o funcionamento dos estúdios e instalações cinematográficas por meio da produção de filmes de longa-metragem ficcionais de tipo industrial, com finalidade de criar uma alternativa para o cinema burguês. Para a realização de tais filmes, os anarquistas espanhóis se embasaram em obras cinematográficas estadunidenses e francesas que tratavam de questões sociais, filmes como: *All Quiet on the Western Front* (1930, Lewis Milestone), *I Am a Fugitive from a Chain Gang* (1932, Mervyn Le Roy), *Mr. Deeds Goes to Town* (1936, Frank Capra), *A Nous La Liberté* (1931, René Clair), *L'Atalante (*1934, Jean Vigo), *Le crime de Monsieur Lange* (1936, Jean Renoir) são alguns exemplos (ÁRAGON, 2012). Essas produções ficaram conhecidas como *Cine Social*, pois apontavam para problemas que afligiam a sociedade como o desemprego, desigualdade, exploração, alcoolismo, prostituição etc.

Uma das primeiras obras realizadas pelo *Cine Social* foi *Aurora de Esperanza* (1936), escrita e dirigida pelo aragonês Antonio Sal e produzida pela SIE Films. Segundo Antonio Artero (2011), este filme é considerado por muitos historiadores e críticos de cinema como um dos mais importantes da história do cinema espanhol, além de ser considerado precursor da corrente cinematográfica do neorrealismo europeu. Outra obra que expressa o *Cine Social* é o filme *Barrios Bajos* (1936), também produzida pela SIE Films. Baseado em uma peça teatral de Luís Elías, o filme traz uma discussão quanto aos problemas que afligem os operários portuários residentes de um bairro pobre de Barcelona, como a prostituição e o tráfico de drogas.

Além dos filmes de drama social, a SIE Films também realizou longas-metragens de outros gêneros cinematográficos como comédias e musicais. Filmes como ¡*Nosotros Somos Así*! (1936, Valentín R. González), musical protagonizado quase que inteiramente por crianças da Escola de Balé de Barcelona que além de entreter, alerta os espectadores a respeito dos problemas sociais ligados às crianças. Dentro do gênero musical, há também a comédia *Nuestro Culpable* (1937, Fernando Mignoni) produzida pela Centro Films/FRIEP em Madri; foi uma das últimas obras realizadas pelo cinema libertário espanhol. O enredo parte de um elemento anedótico, apresentando uma crítica geral à sociedade, à burguesia, à polícia e ao sistema penal.

Não é equivocado afirmar que somente um número relativamente pequeno de historiadores, arquivistas cinematográficos e pesquisadores anarquistas estão familiarizados com os estas obras cinematográficas. As imagens e narrações dos filmes libertários que compõem o arquivo fílmico da CNT, são efeitos de intermináveis lutas que acompanharam os anarquistas espanhóis durante a revolução, que perdura inventiva até os dias de hoje entre os anarquistas

No Brasil, algumas destas obras cinematográficas foram exibidas pela TV PUC durante o evento *Outros 500. Pensamento libertário internacional*, ocorrido em agosto de 1992, no teatro Tuca, da PUC São Paulo. Encontro que contou com a participação de anarquistas de todos os cantos da América do Sul e da Europa, além da presença marcante de anarcos-punks. Edson Passetti em "Da vida dos arquivos anarquistas contemporâneos no Brasil", enfatiza que este encontro, somado a volta dos centros de cultura social pós ditadura civil-militar, e a publicações e associações libertárias que ocorriam naquele momento, marcou o início de uma relação intensa dos anarquismos com a universidade.

No ano 2006, ao se completarem 70 anos da Revolução Espanhola, o Departamento de Multimeios, Mídia e Comunicação do Instituto de Artes da Universidade de Campinas (UNICAMP), promoveu a mostra de curtas e longas-metragens *Cinema*

*Anarquista e Guerra Civil Espanhol*a. Evento, que também trouxe até o Brasil, parte significativa da produção cinematográfica realizada pelos anarcossindicalistas espanhóis durante a Revolução. Após à mostra, cópias dos filmes exibidos passaram a integrar a biblioteca da Universidade, que desde os anos 1980, conta com o arquivo Edgard Leuenroth, composto por documentos e periódicos anarquistas da primeira metade do século XX, sendo um espaço essencial para consultas de pesquisadores e militantes.

* * *

A arte cinematográfica chegou ao continente sul-americano no início do século XX, junto das primeiras salas de exibição que exibiam noticiários e curtas-metragens, a maioria sobre eventos oficiais do Estado. No começo, formou um público minoritário, que via o cinema com olhos de curiosidade, porém, não demorou para que viessem logo em sequência as primeiras obras cinematográficas ficcionais do cinema europeu e estadunidense. No Brasil, o movimento anarquista viu o cinema como uma prática a compor, com outras atividades, bibliotecas, centros sociais e escolas modernas, uma ferramenta a serviço dos trabalhadores, tal como já ocorria com o teatro social e os periódicos anticlericais e libertários. Isso ocorreu ao mesmo tempo em que se realizavam críticas aos usos do cinema pela Igreja e ao chamado cinema burguês (FIGUEIRA, 2009).

Em textos publicados nos jornais anarquistas da época, escritores e colaboradores não só criticavam o cinema burguês e o cinema da Igreja, mas também apresentavam propostas de ação, no sentido de tornar o cinema uma prática de ação direta contra o catolicismo, o Estado e a burguesia. O anarquista português, Neno Vasco, publicou em 1913, no jornal *A Lanterna*, um texto que exemplifica o intenso debate contido sobre o projeto de utilizar o cinema como prática de ação direta anarquista, da mesma maneira que a imprensa libertária. Segundo ele, o cinema "se presta a suscitar, revolver e exacerbar paixões e sentimentos" (VASCO, A Lanterna**,** n.213, p.1, 18 out. 1913). No mesmo texto, Vasco também comenta sobre a experiência anarquista do Cinema do Povo, em Paris.

Na época, foram publicados e republicados, de tempos em tempos, textos solicitando apoio para com a experiência cinematográfica do Cinema do Povo: “Ajude-se o "Cinema do Povo" a ser o contraveneno dos cinematógrafos indecentes, que realizam por toda a parte, tanto nas cidade como nas vilas e aldeias, por meio de fitas amiude malsãs, uma propaganda de embrutecimento da classe operária e camponesa” (UMA EMPRESA, 1914, p. 1). Também foi publicado no jornal *A Lanterna*, em 8 de maio de 1914, uma convocatória para se criar uma experiência cinematográfica aos moldes do Cinema do Povo no Brasil.

Considerações finais

Os anarquistas, de diferentes modos, fazem um cinema que percorre a arte, a vida e o imaginário, com intuito de encontrar o inquietante, o estopim da revolta que incendeia os sentimentos da vida. Pensar a relação entre o cinema e a anarquista hoje em dia, é necessário levar em conta a importância de se conhecer e pesquisar os percursos e obras cinematográficas libertárias que potencializaram essa relação, não apenas pelo quesito histórico e artístico, mas também naquilo que mostra uma outra maneira de se fazer cinema. Seja por meio de uma recusa à indústria cinematográfica, ou por meio da própria indústria em si, os filmes realizados pelos anarquistas expressam os embates que se encontram presentes nas práticas e no imaginário libertário.

Cabe ainda somar à essa relação entre cinema e anarquia, as considerações de Michel Foucault sobre a atitude cínica. Em *A Coragem da Verdade*, Foucault (2011) ressalta que a atitude cínica se relaciona às formas de existência como escândalo vivo da verdade e manifestação da verdade. Deste modo, a arte deixa de estabelecer com o real uma relação de ordem da ornamentação, da imitação ou da representação, para estabelecer uma relação de redução, agressão e recusa, seja com a cultura, com as convenções sociais, com os valores e as normas estéticas estabelecidas. É esse ataque à

cultura, ao Estado, à propriedade e aos padrões estéticos estabelecidos que a relação entre cinema e anarquia produz, criando “formas mais intensas de um dizer-a-verdade que tem a coragem de assumir o risco de ferir” (FOUCAULT, 2011, p. 165). A partir disso, pode-se afirmar que os anarquistas realizam um cinema liberador, que vê na criação artística e na criação social as realizações gerais da rebeldia.

Referências

ARTERO, Antonio. “El anarquismo en el cine, una experiencia única”. In: *Cine y Anarquismo 1936: colectivizacíon de la indústria cinematográfica*, 2011. Disponível em <https://praxislibertária.files.wordpress.com/2015/04/vvaa-cine-y_anarquismo_1936_colectivizacion_industria_cinematografica.pdf>. (Consultado em 29 de ago. 2021).

ARAGÓN, Javi. “El cine libertario de 1936 a 1939 (Una experiencia de socialización única)”. In: *Libre pensamiento*, 2012. Disponível em <http://librepensamiento.org/archivos/3777>. (Consultado em: 28 ago. 2021).

CUBERO, Jaime. “A epopeia anarquista”. In: *revista verve*, v.29, São Paulo: nu-sol, 2016, p. 73-76. Disponível em <http://www.nu-sol.org/>. (Consultado em: 28 ago. 2021).

DÍEZ, Emeterio. “El cine bajo la revolución anarquista. Cine libertário”. In: *Historia 16*, n.322, Madrid, 2003.

FIGUEIRA, Cristina A. R. “O Cinema do Povo: Um Projeto de Educação Anarquista (1901-1921)”. In: *Quaestio - Revista de Estudos em Educação*, [S. l.], v. 6, n. 2, 2009. Disponível em: http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/25. (Consultado em: 28 ago. 2021).

FOUCAULT, Michel. *A Coragem da Verdade: curso no Collège de France (1980-1981)*. Tradução de Eduardo Brandão. Editora: Martins Fontes. São Paulo, 2011.

GUBERN, Román. “la producción anarquista”. In: Vicente Sánchez Biosca (ed.), *España en armas. El cine de la guerra civil española*. Valencia: Diputación de Valencia, 2007.

JARRY, Eric. “A iniciativa da cooperativa Cinéma du Peuple”. In: *revista verve*, v.16, São Paulo: nu-sol, 2009. Disponível em <http://www.nu-sol.org/>. (Consultado em: 28 ago. 2021).

MARINONE, Isabelle. *Cinema & Anarquia*. Tradução de Adilson Inácio Mendes. Rio de Janeiro: Azougue, 2009.

MUÑOZ, Pau Martínez. *Mateo Santos. Cine y anarquismo. República, guerra y exilio mexicano*. Valencia: La Imprenta, 2015.

PASSETTI, Edson. “Da vida dos arquivos anarquistas no Brasil”. In: *Revista Ecopolítica*, n. 6, mai-ago. São Paulo: nu-sol, 2013, pp. 54-81. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/ecopolitica/article/view/16776/12538>. (Consultado em: 28 ago. 2021).

PASSETTI, Edson; AUGUSTO, Acácio. *Anarquismos & Educação*. São Paulo, Autêntica, 2008.

PORTON, Richard. *Cine y Anarquia.* Tradución de Mireya Fayard. Barcelona: Gedisa, 1999.

SIMÕES, Gustavo. “Luz, câmera e ação: cinema e anarquismo”. In: *Revista Ecopolítica*, n.22, set-dez. São Paulo: nu-sol, 2018, pp. 10-17. Disponível em < file:///C:/Users/Gustavo/Downloads/43458-123553-1-SM.pdf>. (Consultado em: 28 ago. 2021).

UEHARA, Luíza. “A presença de La Ruche: experiências anarquistas”. In: *revista verve*, v.18. São Paulo: nu-sol, 2010. Disponível em <http://www.nu-sol.org/>. (Consultado em: 28 ago. 2021).

UMA EMPRESA que urge apoiar! O Cinema do povo. *A Lanterna*, n.248, p.1, 20 jul 1914

VASCO, Neno. *A Lanterna*, n.213, p.1, 18 out. 1913.

VIEIRA, Gustavo P. “política e estética anarquista: o cinema libertário”. In: *revista verve*, v.36. São Paulo: nu-sol pp. 162-176, 2019. Disponível em <https://www.nu-sol.org/wp-content/uploads/2019/10/verve36.pdf>. (Consultado em: 28 ago. 2021).

Liberar o som e o fluxo: os fazeres musicais anarquizantes de smetak, naná e jocy[1]

Stênio Biazon

Fazer musical e vida

Isto ao que se dá o nome de *música* costuma ser, na *Sociedade*[2], tanto um *meio* quanto um *fim*.

Como meio, ou como *arte funcional*, a música pode propagar o culto ao Estado, à Igreja, à Família, ao consumo, ou a uma Moral qualquer. Inclusive, não há fronteiras entre as diferentes músicas quando o que está em questão são meras *utilidades*.

Com os devidos ajustes ou recontextualizações, tanto uma canção quanto uma música instrumental podem ensinar o civismo, disciplinar crianças na hora do lanche, vender um produto, enaltecer certos modos de vida, naturalizar a democracia estatal (fazendo campanha pelo cadastro da biometria), tornar mais digerível ou empolgante uma cena audiovisual de violência ou até mesmo operar uma forma de tortura.

A Música, neste caso com maiúsculas, pode também ser um fim em si mesmo, *arte pela arte*. Supostamente desconectada da vida e

---

[1] Texto redigido para o *Encontro Anarquistas na América do Sul*, como parte da sessão *vida-artista*, com coordenação de Beatriz Carneiro. Vídeo da fala-performance apresentada no encontro: https://www.youtube.com/watch?v=H_tTepncSlE

[2] Falo em *Sociedade* no sentido depreendido das problematizações do filósofo anarquizante Max Stirner (2004 [1844]), referindo-me ao conjunto de prescrições morais, familiares, estatais, que nenhum indivíduo, associação ou coletivo pode contestar sem ser exterminadx ou absorvidx pelas forças majoritárias.

de suas contingências, ela seria uma arte autônoma, geralmente realizada por quem possui *dons divinos*, pretensamente universais, ou conhecimentos tidos como superiores, geralmente de procedência no ambiente de Concerto europeu.[3]

Na atualidade essa *Grande Música* é enaltecida de muitas formas. Sustenta-se, tanto com verba pública quanto privada, Conservatórios onde se tenta reproduzir a Música de Concerto europeia dos séculos XVI-XIX; escolariza-se o que se convencionou chamar de Música Popular (Jazz e Blues, e no Brasil, principalmente a Bossa Nova e o Choro); redimensiona-se esses conhecimentos em cursos voltados ao virtuosismo consolidado pelo Rock globalizado; agilizam-se métodos infalíveis voltados à absorção da chamada *Teoria Musical*; e cada vez mais, tudo isso *online*, inclusive antes mesmo do que se chama de pandemia.

Na verdade, esses *meios* voltados à *Grande Sociedade* e a *Grande Música* como *fim* também se misturam. Temos isso, por exemplo, quando a música de Beethoven, Villa-Lobos ou Tom Jobim é tocada por jovens da periferia que antes não tinham acesso a essa pretensa *Grande Cultura* e que, diz-se, graças a ela frequentam a escola, escapam das drogas e aprendem a viver em comunidade.

Melhor ainda é se isso ocorrer através de *ONG*'s – viabilizadas pela parceria público-privado, com patrocínio de grandes empresários que se isentam de seus impostos, empregando quem jamais trabalharia diretamente para esse tipo de empresa e ainda desafogando a demanda por serviços prestados pelo próprio Estado.[4]

Os meios e fins próprios dos costumes majoritários, mesclam-se ainda quando, por exemplo, os clichês da harmonia tradicional são sistematizados e combinados com técnicas de estúdio em cursos rápidos que visam uma pretensa excelência de "profissionais" da Produção Musical, de *sucesso* no *mercado*. São técnicas tomadas da *Grande Música*, aquela que é um objetivo final

---

[3] Para questões em torno da *sacralização do fazer musical*, cf. Costa, 2007.

[4] Sobre as ONG's como parte constitutiva das conciliações entre esquerda e direita, bem como entre interesses estatais e empresariais, favorecendo a racionalidade neoliberal, cf. Passetti, 2003; Passetti et al, 2019.

da *arte pela arte*, mas adaptadas para serem *funcionais*, isto é, intermediários de outras finalidades (preferencialmente o uso publicitário ou qualquer outro bem lucrativo, perpetuando desigualdades).

No ambiente da Música de Concerto chama-se *bom/boa intérprete* quem transmite (cantando, tocando ou regendo) algo considerado essencial à *obra* de umx compositorx; na música popular *escolarizada*, chama-se *Mestre* quem domina os elementos de uma tradição, conseguindo, como se diz, *criar* algo sem descaracterizá-la. Há também ambientes musicais majoritários que comportam o que se chama de *inovação*, mas preferencialmente quando se tratam de tecnologias de mercado ou de otimização de processos de estúdio para entregar mais agilmente um produto pré-fabricado.

Quando as práticas estão em função de costumes majoritários, então, pouco importa a experiência sonoro-corporal dxs envolvidxs, tampouco suas relações com xs demais ou as experimentações de si vividas por cada umx.

Enfim, de um lado, a relação que se tem com a música reproduz o modo como se vive também noutros âmbitos, hierarquizando modos de viver ou promovendo desigualdades com base em procedências, privilégios e arbitrariedades; de outro lado, não são raros os ambientes em que a música é tida como algo mais inviolável ou intocável do que outras tradições artísticas. Diante da *Grande Música*, não somos nada; diante da *Grande Sociedade*, nenhuma relação com a música pode escapar de suas funcionalidades.

Há, contudo, relações anarquizantes com o fazer musical, que contestam os meios e fins majoritários e/ou apropriam-se deles de modo a subvertê-los: povos que preservam suas tradições, enfrentando a uniformização cultural imposta pelo Estado e pelo Mercado, não sem inventar seus próprios usos para ferramentas de

procedência majoritária[5]; revoltadxs que fazem da música parte da contestação dos costumes societários vigentes[6]; as crianças, que, com seu fazer musical livre, apegam-se mais ao gestos que realizam ao instrumento do que ao rigor rítmico-melódico[7]; educadorxs que, mesmo no ambiente instituído do Mercado ou do Estado inventam modos de operar emancipações entre xs envolvidxs[8]; artistas que fazem do Mercado meros meios para a expansão da vida, sem se submeter às suas exigências; e ainda, cada umx que dissolve a si conforme o que vive pela música entre associadxs[9].

Fazeres musicais anarquizantes emergem ainda quando são explorados suportes outros para concepção e realização da música[10]; quando são abaladas as fronteiras disciplinares que distinguem as linguagens artísticas entre si[11]; etc. Tudo isso sendo ainda operado de maneiras distintas, quando falamos de quem está mais ligadx à concepção, à preparação, à realização ou ao desfrute da música.

---

[5] O povo indígena A'uwe-Xavante, segundo Guilherme Falleiros (2010, 2017), preserva inúmeras tradições apreendidas em contato com povos diversos, sobretudo aquelas de *capturar canções de sonho*s, que em seguida são ensinadas axs demais cantadorxs. As canções assim apreendidas, contudo, tem sido mescladas com sintetizadores de forró/pop, explicitando, segundo o pesquisador, também a perspectiva não-dualista desse povo: tradição e invenção alimentam-se.

[6] Cf. Lucchesi, 2015, acerca das práticas das Pussy Riots e seus deslocamentos.

[7] Para uma perspectiva muito anarquizante acerca do fazer musical das crianças, cf. o trabalho realizado pela educadora Teca Alencar de Brito (2019)

[8] Em entrevista que realizei com o educador Carlos Kater (BIAZON, 2020), discutimos, entre outras questões, o modo pelo qual as práticas de invenção musical coletiva reviram os costumes ao colocarem em suspensão, por exemplo, a ainda difundida dicotomia entre *música de deus* e *música do mundo* (p. 27). Refiro-me especificamente ao projeto *A Música da Gente*, em sua edição realizada na cidade de Goiâna (PE).

[9] Sobre a vida-artista de John Cage e suas diversas práticas artísticas, cf. Simões, 2017.

[10] Sobre a expansão dos *suportes* usados no fazer musical, cf. Cage, 1973; Iazzetta, 2009.

[11] Conforme vem indicando a pesquisadora Yonara Dantas, dissolver os limites disciplinares entre as artes implica em contestar, em performance, o que é disciplinarmente próprio do *corpo dx músicx*, do *corpo dx ator/atriz*, *corpo dx artista plásticx*, etc. A pesquisa de pós-doutorado de Dantas será disponibilizada em http://www2.eca.usp.br/nusom/pesquisa

Tais fazeres musicais não se reduzem a meros meios, tampouco a meros fins, mas são na verdade *parte constitutiva de existências*. Não estão à serviço de propósitos societários majoritários, tampouco se sacralizam enquanto uma *Grande Arte* que exige sacrifícios em seu nome.

Não à *arte funcional*. E não também à *arte pela arte*.[12] O que interessa são vidas atravessadas por práticas artísticas e artes habitadas por vitalidades *únicas*, alimentando o que há de mais potente em cada envolvidx e entranhando as experimentações musicais nas expansões de si.

Liberação do som e do fluxo: condições da improvisação livre

Das tantas possibilidades anarquizantes do fazer musical, vou me ater aqui apenas àquelas associadas à *liberação do som* e à *liberação do fluxo*, características que têm se revelado em minha pesquisa como parte constitutiva da prática coletiva que veio a ser conhecida como *improvisação livre*.

As práticas assim nomeadas, bem como outras similares, emergiram entre a Europa e os EUA a partir de meados da década de 1950.[13] Tais percursos é que, de maneira geral, remetem ao *encontro* entre a chamada *liberação do som* (noção tomada do

---

[12] Sobre debates envolvendo arte funcional e arte pela arte, conferir Coelho, 2001a e 2001b; e, mais especificamente no Brasil, envolvendo o Música Viva, Carlos Kater (2009 [2001]).

[13] Entre os grupos de improvisação livre ligados à sua emergência e que operaram radicalidades anarquizantes, destaco: as inúmeras práticas de Pauline Oliveros, iniciadas em estúdios da California em 1956 e logo transformadas em performances públicas (cf. NUNN, 1998); o *MEV*, Musica Elettronica Viva, de Roma que transitava pela ação direta anarquista, com performances abertas ao público, entre outras práticas (BEAL, 2009); e a *AACM*, Association for Advancement of Creative Musicians, formada sobretudo por negrxs em Chicago, e que recusava a racialização de suas práticas, experimentando diversos fazeres musicais de som e fluxo livres, embora despreocupadxs em cunhar um conceito pretensioso como improvisação livre (LEWIS, 2008).

compositor franco-estadunidense Edgar Varése, 2004 [1936], e que aqui será simplificada como *expansão dos sons usados musicalmente*); e o que podemos chamar de *liberação do fluxo* (que proponho aqui como a condição de tocar sem roteiros ou predeterminações acerca do desdobramento da música).

As mais evidentes radicalidades da chamada improvisação livre estão, então, em não haver restrição prévia de quais sons podem ser usados musicalmente, e também na exploração das características de um tocar sem tantos combinados ou roteiros. Qualquer som que se queira, a qualquer momento em que se queira.[14]

O que veremos, contudo, é que, ao desmembrar as *improvisações livres* nestas duas liberações, é possível constatar que tal coexistência não é exclusiva das práticas que receberam esse pretensioso nome, podendo também ser analisada em suas particularidades noutras práticas.

Com quais sons é possível fazer música?

Apenas com notas musicais, instrumentos considerados afinados e combinações entre sons, previstas pelos manuais de teoria musical ou tradições consolidadas?

Qual é o papel das maneiras pelas quais ouvimos e escutamos[15] na definição do que é ou não musical?

De que maneiras pode se dar o *fluxo* de uma música? Isto é, como uma música pode se desdobrar?

De que modos é possível dispor sons ao longo de uma música? É preciso que haja uma pulsação demarcando o desdobramento da música? As práticas musicais têm de ter a repetição e o retorno de sessões pré-definidas como sua principal característica? É necessário definir de antemão o que será realizado sonoramente

---

[14] Agradeço ao musicólogo e educador Carlos Kater pela sugestão de inserção do verbo *querer* neste enunciado tão repetido em minha pesquisa.

[15] Não discutirei aqui as diferenças entre *ouvir* e *escutar*, contudo, quando falo em *escuta* aludo às múltiplas maneiras pelas quais operamos algum tipo de filtro ou foco naquilo que ouvimos, nas vibrações que chegam ao nosso corpo e ouvido. Registro também que não se deve, ao menos no presente texto, traçar nenhuma aproximação entre as escutas terapêuticas e as noções técnicas de escuta em música.

durante a música? São questões como estas que trato como parte da problematização do *fluxo*.

Liberação do fluxo estará associado aqui, antes de mais nada, à acepção mais comum de improvisação: tocar sem roteiros ou combinados prévios.

De um lado, então, a coexistência entre *liberação do som* e *liberação do fluxo*, aqui especificamente quando associada ao tempo real da performance, pode favorecer uma radicalização em torno do que se entende por *música*. Neste sentido, trata-se de olhar para algumas questões consideradas próprias da música – Quais sons são musicais? De que maneiras eles podem ser sucedidos e associados? – e responder a todas elas com: *deixai isso o mais aberto possível ao que ocorre no tempo real da performance*.

De outro lado, no entanto, essa radicalização operada pela improvisação livre muitas vezes se restringe ao *pensamento musical*, isto é, ela se limita à música enquanto uma abstração sonora[16], mantendo inalteradas (subordinadas às tradições majoritárias) a relação entre os corpos, a relação com o espaço físico, a relação com o público, etc.

Enfim, embora a improvisação livre em alguns sentidos radicalize o *pensamento musical* (ao dissolver prescrições em torno dos sons e dos fluxos, por exemplo), é preciso ainda atentar-se ao fato de que isso não necessariamente implica em uma radicalização do *fazer musical*. O *fazer musical* não se reduz à música enquanto abstração sonora, mera apreensão focada no pensamento, mas abarca ainda: os corpos nele envolvidos, a relação artista-público, o espaço arquitetônico com suas particularidades acústicas, as relações sociais em torno dele, etc.[17]

---

[16] Essa acepção de música, restrita ao pensamento musical, pode ser relacionada ao constatado e problematizado por Cage: a música é entendida como a "separação imaginária da audição dos demais sentidos" (CAGE, 1973 [1957], p. 14, trad. minha).

[17] Uma definição de *fazer musical* que caberia aqui, seria a trazida por Silvio Ferraz no periódico da Associação Atravez em 1994: "o contato entre a realização acústica

As improvisações livres são, então, únicas e se dão conforme condições inigualáveis por outros modos de fazer música. De um lado, elas são condicionadas pelo o que é próprio do encontro entre *liberação do som* e *liberação do fluxo* operadas no tempo real da performance, como a descoberta/invenção de novos sons no próprio decorrer da música (COSTA, 2016). De outro lado, estão sujeitas a uma miríade de maneiras de fazer coexistir essas duas liberações, conforme venho estudando.

Sns e fluxos livres pelo brasil

Experimentações sonoras, sons liberados, pelo Brasil, podem ser encontrados em inúmeras práticas, como no processo de invenção do Surdo, pelo sapateiro Bide (ALBUQUERQUE, 2017); nos vários usos da cuíca, instrumento inerentemente mais baseado na imprecisão, até mais que os demais instrumentos de percussão; bem como em inúmeras composições de Heitor Villa-Lobos, para orquestra, violão, piano, etc. Enfim, experimentar com sons, não é novidade por essas terras.

Fluxos liberados, improvisações, por sua vez, apresentam-se ao seu modo no choro, com os contracantos (melodias complementares realizadas pelo violão sete cordas); nas letras improvisadas no *samba de partido-alto*; no repente de procedência paraibana.

O interesse da presente pesquisa, no entanto, está no encontro entre as duas liberações, os contextos nos quais se tocam sem roteiros ou combinados, bem como se demonstra grande disposição a experimentar e explorar *sons* para além das melodias, notas, ritmos e acordes.

Não está em questão se todas as maneiras de fazer coexistir *liberação do som* e *liberação do fluxo* são ou não “improvisação livre”. Interessa, contudo, conforme discutido, constatar a potência

---

de um enunciado musical e seu receptor, seja este alguém que cante, componha, dance ou simplesmente ouça" (FERRAZ, 1994, p.18).

anarquizante da coexistência entre as duas liberações, já que elas vão direto ao ponto em contestar as prescrições mais comuns em torno da música (embora, essa seja uma acepção de música muito ligada ao *pensamento musical*, como dito): quais sons podem ser usados, como eles devem se associar e como eles devem se suceder.

Explicita-se assim, também, que essa coexistência não é exclusiva das práticas de procedência européia e estadunidense.

Entre xs artistas e grupos que transitaram pela coexistência entre *sons liberados* e *fluxos liberados* pelo Brasil, indico aqui alguns: Gilberto Mendes, que, experimentando práticas desse tipo ao longo de todo os anos 60, compõe em 1971 a peça coral *Asthmatour*, que em algumas passagens define apenas quais sons vocais e percussivos são usados, deixando em aberto o modo como eles se associam e se sucedem; Conrado Silva, uruguaio que, por volta de 1968 em diante, manteve grupos de improvisação vocal e eletrônica na UnB (Brasília) e também no Festival Música Nova (Santos / Itinerante); Hans-Joachin Koellreutter, que além de ter coordenado os Seminários Livres de Música da UFBA, espaço de proliferação de inúmeros experimentos como estes entre 1954 e 1962, compôs peças como *Ácronon* (1979, versão piano solo), que possui uma partitura em formato de globo transparente, com fluxo definido apenas durante a performance a partir de movimentações do globo realizadas pelo pianista, e por volta da mesma época difundiu propostas de improvisação na educação musical em suas *oficina*s (Brito, 2001); o alagoano Hermeto Pascoal, muito associado à diversificação das fontes sonoras, e que, embora muitas vezes expanda essas fontes sem expandir tanto as *sonoridades*, *liberou fluxo e som* em gravações como *Just Listen* / *Escuta meu piano* (1977)[18]; o álbum Paêbiru (de 1975, de Zé Ramalho e Lula Côrtes), que, em meio a *grooves* psicodélicos, vez ou outra abre mão do pulso e das melodias, como em algumas

---

[18] *Escuta meu piano* / *Just Listen* (1977) https://www.youtube.com/watch?v=1-aMcfY8AUo
Agradeço ao prof. Rogério Costa por esta indicação.

passagens da faixa *Omm (Ar)*[19]; o *Grupo Um*, ligado à música instrumental brasileira, e que por vezes abriu mão dos *temas* e improvisações melódico-harmônicas, em favor do tocar enérgico de fluxo liberado, remetendo ao chamado *free jazz*, instaurando ainda atmosferas sonoras que podem ser entendidas como não-tonais/modais[20]; Stenio Mendes[21], craviolista, experimentador da voz, e da percussão corporal, propôs a *música espontânea*, que libera som e fluxo ao seu modo, se utilizando de melodias e geralmente rítmicos cíclicos, bem como expandindo a gama de escalas/notas para além daquelas instauradas pelo Ocidente.[22]

Tratemos, enfim, mais detalhadamente, por questão de recorte, apenas de três artistas que explicitam distintas radicalidades nos modos de operar encontros entre liberação do som e do fluxo, Walter Smetak, Naná Vasconcelos e Jocy de Oliveira.

---

[19] *Paêbirú* (1975), de Lula Côrtes e Zé Ramalho https://www.youtube.com/watch?v=uUyvtwSV6A8. Agradeço a improvisadora e pesquisadora do corpo-voz Inés Terra pela precisa indicação deste álbum.

[20] *Grupo Um*, álbum *Marcha Sobre a Cidade* (1979). Ouvir *Marcha sobre a cidade* e *A porta do sem nexo*: https://www.youtube.com/watch?v=-59rHALQGcM

[21] Álbum de Stenio Mendes pelo Selo *MPBC*/Música Popular Brasileira Contemporânea (1980): https://www.youtube.com/playlist?list=PLYBaNgoHFRlzvUfR-5RpcOH5eCkE6_37y

Performance ao vivo de Stenio Mendes, Lelo Nazário e Bira de Oliveira https://www.youtube.com/watch?v=Or5JAwYUEYY

[22] As práticas de Stenio, deve-se registrar, influenciaram o *canto circular*, que muitas vezes é baseado em *mantras* pulsados e realizado como prática terapêutica, o que considero pouco voltado à chamada *expansão das ideias de música* (noção discutida por BRITO, 2019 e COSTA, 2016) e às dissoluções de si. Por vezes, o *canto circular* alinha-se ainda à *CNV* (Comunicação Não-Violenta, proposta pelo estadunidense Marshal Rosenberg), que embora seja usada por algumxs anarquistas como dissolução da relação entre moralidade e linguagem, é uma prática que visa a *melhoria das relações em qualquer ambiente* (empresa, escola, família, sem necessariamente ter como base o questionamento de suas estruturas previamente dadas).

Smetak

Walter Smetak, suíço nascido em 1913, chegou ao Brasil em 1937 para trabalhar como músico de orquestra. Após um período não muito estável entre Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, é convidado em 1957 por Koellreutter para fazer parte do corpo docente dos Seminários Livres de Música da UFBA, de início como professor de violoncelo.

Embora não tivesse estudado luthieria formalmente, Smetak já era muito envolvido com o assunto desde a Suíça e, a partir de 1961, junto à entrada da *música concreta* na UFBA, tornou-se responsável pelos laboratórios que iriam construir novos instrumentos. Boa parte desses instrumentos eram também esculturas, chamando-se mais tarde *plásticas sonoras* e buscando priorizar materiais de baixo custo, como as cabaças. De 1966 em diante, as *plásticas sonoras* foram expostas em espaços como a Bienal de Artes Plásticas da Bahia e o Museu de Arte Moderna do RJ, às vezes ao lado de Lygia Clark, Ferreira Gullar, entre outros (SCARASSATI, 2008).

Ainda em 1967, Smetak escreveu num prólogo a respeito de seu trabalho (*apud* SCARASSATI, 2008, p. 50):

"Do instrumento – Veículo.

Da doutrina – Conteúdo.

Da improvisação – Aplicação".

Doutrina refere-se ao esoterismo da Eubiose, que aqui não discutirei à fundo, mas que, em poucas palavras é associado às *transformações do homem rumo a um ser superior* e que acredita(va) ser o Brasil *o berço da futura civilização*. A tríade acima referida faria parte então de um projeto de *arte espiritual* (SCARASSATI, 2008, p. 51). Assunto a ser entendido e discutido futuramente na pesquisa, quem sabe a partir da leitura de textos do próprio Smetak, mas que à primeira vista explicitamente se afasta de uma perspectiva anarquizante.

Gilberto Gil aponta que Smetak, *tak tak*, já estava envolvido com práticas como taoísmo e ioga, manifestando-as em seu

trabalho, numa época em que elas não eram tão difundidas pelo Brasil (GIL *apud* SCARASSATI, 2008, p. 63).

Tom Zé, por sua vez, traz o mesmo fato com uma história mais desbocada:

> uma vez ele entrou na sala [...] e descobriu [meus] manuais de [raja] ioga, [algo] que naquele tempo [1962] não estava nem pra ser imaginado [aqui]. Acontece que ele era um velho *yogui* [...]: "Me diz, o que é que isso está fazendo aqui? [...] Você só vai entender desse negócio quando você sentir a tremedura [sic] no olho cu e [ela] subir pela espinha", "[aí] você vai sentir o *kundalini*".[23]

De um lado, então, as *plásticas sonoras* como parte de um projeto voltado ao *vir a ser superior*, separação intransponível entre o *real* e o *ideal* que não hesita em definir ou prever direções para o futuro; de outro lado, contudo, Smetak também estava interessado na des-ocidentalização dos corpos que se associariam a tais objetos, gesto potente sobretudo no contexto da formação musical conservatorial.

A partir de 1968, Smetak passou a colaborar, como convidado, com o *Grupo de compositores da Bahia*, sobretudo dispondo as *plásticas sonoras* para experimentação por parte dos compositores. Segundo Scarassati (2008, p. 55), contudo, dessa época se tem documentação referente apenas a peças de Ernest Widmer e Milton Gomes fazendo uso do que viria a ser chamado de *Orquestra Smetakiana*.

A relação *instrumento-composição* traz ainda uma potente questão para a relação entre *suporte de realização* e as possibilidades sonoras das *práticas musicais*, algo urgente também para a improvisação.

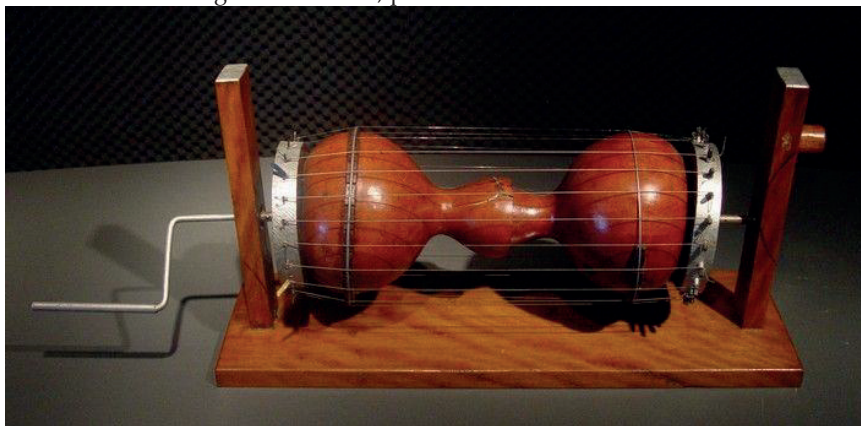
Inventar um instrumento é tornar possível não só a produção de novos sons, mas também de outros modos de se tocar. Combina-se acústica, mecânica e eletrônica (quando se aplica) em função de *tocabilidades*, não sem tomar decisões (que favorecem determinadas

[23] O episódio é contado duas vezes por Tom Zé, com ligeiras mudanças na história, que combinei na citação: https://youtu.be/QxWJF2mhxXY?t=286 e https://youtu.be/ovEu9PNJ3tM?t=763

sonoridades em detrimento de outras, aproximando-se ou afastando-se de certas estéticas).

As gestualidades possíveis num instrumento, bem como o modo como ele se relaciona com o corpo e o espaço, tudo isso é condicionante, abre e fecha possibilidades. Cada instrumento é, então, um "ambiente", um conjunto de possibilidades, não apenas no sentido de emitir *sons* diferentes, mas também por possibilitar maneiras singulares de associar esses sons, simultaneamente e/ou sucessivamente.

Ronda II, por exemplo, é um instrumento de Smetak de várias cordas, colocadas em volta de uma estrutura de cabaça, formando uma espécie de cilindro (que fica deitado, i.e. disposto horizontalmente), e que pode ser girado por uma manivela. O instrumento costuma ser tocado com um arco (como o de violino), viabilizando assim sonoridades que conciliam continuidade (própria, de maneiras distintas, tanto do arco quanto da manivela) e variabilidade de sons/notas (favorecida pela agilidade da manivela).

Figura 1: *Ronda II*, plástica sonora de Smetak[24]

[24] Exposição *Smetak Imprevisto*, foto de Andrew Kemp: https://br.pinterest.com/pin/726768458597040368/ . Para uma foto de *Ronda II* sendo tocada com arco, cf. https://www.revistamuseu.com.br/site/images/revista-museu/noticias/not_2017/not_2017_03/exposicao_berlim_marco_2017.jpg

A história do *aprimoramento* dos instrumentos, em especial aqueles da música de concerto e de espetáculo no Ocidente, é, em grande parte, a história da acomodação das tocabilidades e sonoridades *no interior* de sistemas musicais. Esses, embora por vezes se proclamem neutros, jamais estarão isentos das exigências dos repertórios para os quais foram construídos.

O chamado sistema de *temperamento por igual* é uma tentativa de *aperfeiçoar* e uniformizar o que se entende por *afinação* (e sua consolidação se associa à expansão da chamada *harmonia*, sistema de sucessão de acordes, conjuntos de notas). O que não se deve ignorar, contudo, é que para que se defina as doze notas consideradas afinadas, as demais notas possíveis, grosso modo, devem ser excluídas (assim como os ruídos).

Atento a isso é que Smetak dedicou boa parte de suas pesquisas à chamada *microtonalidade*, sistema de notas que não se submete ao *temperamento por igual* consolidado no Ocidente. Trata-se de construir (bem como modificar ou tocar) os instrumentos de maneiras que, em poucas palavras, favorecem a exploração destas tantas outras notas ignoradas pelo *temperamento por igual*.

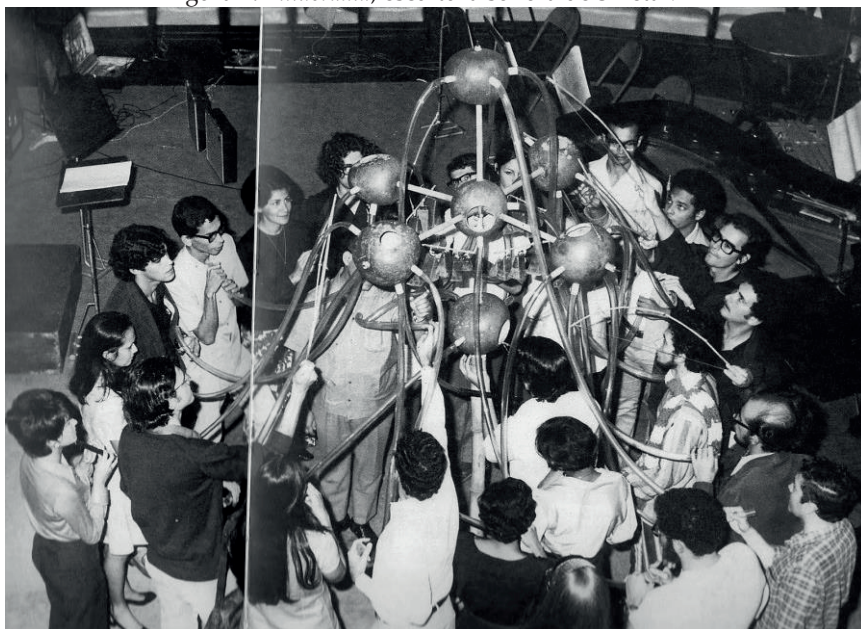
Trazendo outra discussão, temos ainda que, para Smetak, a invenção de instrumentos (ou *plásticas sonoras*), não se restringia a buscar outros sons, mas propunha outras relações entre xs envolvidxs. É o que se explicita com os *instrumentos coletivos*, tornados públicos no II Festival Música Nova, 1970.

Inventar outros *suportes de realização*, no caso do fazer musical, é favorecer outros *modos de associação* entre quem participa. Nas *plásticas sonoras coletivas* Smetak prezou por modos de produção sonora que favorecessem que pessoas sem formação musical tradicional tocassem coletivamente. Suporte de realização (no caso, instrumento coletivo) e condições de realização (no caso, improvisação coletiva) alimentando-se mutuamente.[25]

---

[25] Deve-se salientar, no entanto, que um instrumento tocado coletivamente, por si só, não rompe com os paradigmas de excelência e de culto ao virtuosismo, como se vê, por exemplo, nas chamadas peças *a quatro mãos*, para piano ou violão.

O *Pindorama*[26], por exemplo, possui uma série de mangueiras e cabaças, visando sobretudo que as primeiras sejam sopradas e as últimas percutidas. Percutir e soprar, por si só, são gestos simples, que exigem pouco domínio técnico e geram uma variedade relativamente pequena de sons (no caso, as mangueiras do *Pindorama* são *flautas de harmônicos*, que, apenas pela intensidade do sopro, modificam a nota emitida).

Figura 2: *Pindorama*, escultura sonora de Smetak[27]

O que torna *interessante* a música feita com a escultura/instrumento *Pindorama*, então, não é uma grande variedade de notas e possibilidades musicais disponíveis para cada participante demonstrar habilidades individuais. Ao contrário, os

---

[26] *Pindorama*, instrumento coletivo de sopro e percussão: https://3.bp.blogspot.com/-GcfQPoT9geY/VRmbf3MH7_I/AAAAAAAAQvI/NxSQEFXe-80/s1600/Pindorama.jpg / Público improvisando com Pindorama em exposição no MAM/Salvador: https://youtu.be/S7gF1ax0Nps?t=298

[27] *Pindorama*, num concerto/exposição na UFBA: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/37338/4/ULFBA_G_v4_iss8_p16-24a.pdf

usos mais potentes e musicalmente variados do *Pindorama* são aqueles obtidos apenas em conjunto, não pela excelência individual mas pela predisposição a associar-se sonoramente ax outrx.

Smetak inventa objetos outros, que não apenas rompem as arbitrárias fronteiras entre uma arte e outra, mas que realizam modos únicos de viver, se associar e entender estas práticas artísticas. Construir um instrumento projetado especificamente para ser tocado coletivamente é romper com a lógica da excelência individualizada, explicitando, num só ato, *ao que* tal objeto veio.

Smetak difundia seus instrumentos sobretudo com práticas de improvisação, com cursos livres no *Festival Música Nova*, e no fim da vida, assumiu também a *cadeira* de *Improvisação Contemporânea*, como estratégia de sua permanência na UFBA após sua maior institucionalização no fim dos anos 70.

Seu trabalho com *som e fluxo liberados* foi documentado especialmente nos discos *Smetak* (1974, produzido por Caetano Veloso, com improvisações coletivas gravadas com as *plásticas sonoras* nas madrugadas no Teatro Castro Alves, Salvador), e *Interregno* (1980), do *Conjunto Microtons*[28], também improvisadas, com violões e órgão. Um álbum musical, contudo, é um filtro diante das potências das *plásticas sonoras*, espécies de *esculturas* que se recusam a serem meros *instrumentos* em função da arte conhecida como música.[29]

---

[28] *Conjunto Microtons* foi um grupo formado por Smetak e alguns estudantes, com seis violões. Cada violão se associava a uma das seis cordas do violão original, possuindo seis cordas repetidas. Em cada violão, contudo, cada uma das seis cordas repetidas eram ligeiramente desafinadas entre si, remetendo à *microtonalidade*. Um órgão foi acrescido ao grupo com o intuito de obter também sonoridades contínuas, raras nos violões.

[29] Álbuns de Smetak, respectivamente *Smetak* (1974) e *Interregno* (Conjunto Microtons, 1980): https://www.youtube.com/playlist?list=PLtWEQ4Ip3sVcqEvgQzzMgiq4UswXC-EaZ e https://www.youtube.com/watch?v=RXMvZdNVETc

Breve vídeo de improvisação coletiva, na qual Smetak toca órgão e rege algumas partes: https://www.youtube.com/watch?v=MNxe1A6OzmQ

Página *Discogs* de Smetak com informações a respeito dxs performers que participaram dos álbuns. Quanto às poucas mulheres envolvidas, não se sabia os

Inventar *condições* para improvisar, como fazia Smetak, escancara que o pretenso absoluto da chamada improvisação livre não é nada além de uma grande abstração. Radicalizar a improvisação livre é *expandi-la para além da liberação do som e do fluxo*, sem subestimá-las, mas inventando também outras relações com o espaço, com o corpo e entre xs envolvidxs, como o fez Smetak.

Smetak, enfim, abalou o fazer musical e o que havia nele de instituído de inúmeras formas. *Decompositor*, dizia-se. Anti-luthier, propõe ainda Marco Scarassati.

Naná

Naná Vasconcelos, recifense nascido em 1944, aos doze anos já trabalhava como percussionista, tocando música cubana em cabarés de Recife junto ao seu pai. Do berimbau, seu principal instrumento, aproximou-se entre 1964 e 65 quando participou do teatro musical *A memória dos cantadores* (CHAGAS, 2016).

É reconhecido internacionalmente nos ambientes do jazz, premiado oito vezes pela revista de Chicago Down Beat, e no Brasil ganhou projeção sobretudo pelos seus trabalhos acompanhando Milton Nascimento. Além de ter tocado e gravado com cantorxs e instrumentistas tão diversxs quanto Caetano Veloso, Egberto Gismonti, Jards Macalé, Itamar Assunção, Os Mutantes, Pat Metheny, John Zorn, Laurie Anderson e Talking Heads, Naná também difundiu a percussão corporal e a voz-ruído.

Milagre dos peixes (lançado em 1973), considerado um dos álbuns mais experimentais de Milton Nascimento, conta com Naná nas percussões e "efeitos" de voz. O álbum teve a maior parte de suas letras integralmente censuradas e então Milton optou por lançá-lo com predominância de versões instrumentais.

---

nomes completos delas, como inclusive se lê em algumas pesquisas: https://www.discogs.com/pt_BR/artist/2434938-Walter-Smetak

A faixa *A chamada*[30] possui uma melodia/tema principal, baseada em repetições e ciclos, cantada (sem letra) por Milton e harmonizada no violão, sendo modulada algumas vezes (muda-se "o tom", a tonalidade, em algumas de suas repetições). Coexistem com este tema inúmeras sonoridades vocais e de instrumentos de percussão, sobrepostos em camadas improvisadas. Na versão de estúdio, explora-se também a espacialização (movimentação pelos alto-falantes), havendo até versões quadrifônicas do álbum (para quatro falantes).

Segundo a plataforma *discogs*, esses sons são realizados por outros quatro músicos além de Naná, sugerindo inclusive que as improvisações possam ter sido gravadas em tempo real. Há, no entanto, versões ao vivo em duo Milton-Naná, nas quais Naná se reveza com vozes, assobios, percussões e sopros, procurando dar conta das inúmeras camadas presentes no disco.[31] Há uma radicalidade tanto no que diz respeito à *experimentação sonora* quanto ao *fluxo livre*, mesmo que tratada como "acompanhamento" da voz e do violão.

As andanças mais intensas de Naná pelo mundo, que se estenderam por quase trinta anos, se iniciaram com o saxofonista de jazz argentino Gato Barbieri, com quem fez turnê pelos EUA e Europa. Em entrevista, Naná relata que foi nesses shows que começou a realizar publicamente solos de berimbau, ainda que breves. A compositora Joyce Moreno, remete ainda ao fato de que Naná vagava pelas ruas de Nova Iorque e Paris, tocando berimbau:

---

[30] *A chamada*, Milton Nascimento com Naná e outros músicos, versão de studio: https://www.youtube.com/watch?v=p_mYQ1Lfncg Versão ao vivo, em duo: https://youtu.be/3-Rj-NhMsIw?t=877

[31] Em performances solo, por vezes, Naná procura estratégias para cobrir os recursos de estúdio. A mais comum delas é o uso de pedais/efeitos de delay/looping, que repetem amostras sonoras recém executadas. Desta forma, Naná consegue, sozinho, sobrepor camadas sonoras de maneira similar ao que foi realizado em estúdio com takes distintos. Uma peça que faz uso disso é *Vamos pra selva*: https://youtu.be/3z6vR6j3HlA?t=2356

"conhecia todo mundo na rua, falava [...] numa língua que só ele sabia e todo mundo entendia".[32]

Após o fim da turnê com Barbieri, Naná reside em Paris por cinco anos, onde grava o álbum solo *Africadeus* em 1973, dedicado ao berimbau. No mesmo ano vem ao Rio de Janeiro onde grava *Amazonas*, mais diverso em instrumentação, também lançado em 1973.[33]

Em *Amazonas*, são três as faixas que mais diretamente trazem coexistências entre liberações do som e do fluxo. *Espafro*, provavelmente[34] gravada por Naná em duas sessões de berimbau, faz extenso uso de efeitos de *espacialização*, ora evidenciados pelas conversas sonoras entre as duas faixas, ora mais claramente realizados a posteriori por efeitos de estúdio. *Um minuto* sobrepõe risos distintos entre si, gerando densas texturas sonoras despreocupadas com pulsações e melodias.

Já a faixa de abertura, *Amazonas,* é uma das que mais se aproxima da noção de *música como imagem*, que Naná diz ter tomado de Heitor-Villa Lobos. A peça se utiliza de percussões diversas e vozes, provavelmente faixas gravadas separadamente e sobrepostas. A imagem de *selva* é trazida não de forma imitativa, mas ambientando a audição com elementos que trazem *sensações*.

Está aí, sem dúvida, uma das formas de fazer uma música baseada em ruídos/sons, despreocupada com melodias e com a permanência de regularidades rítmicas, mas que ao mesmo tempo evita as abstrações do "som pelo som" bem como o som como mera representação.

---

[32] Milton Nascimento e Naná Vasconcelos no programa de Joyce Moreno: https://www.youtube.com/watch?v=3-Rj-NhMsIw

[33] Primeiros álbuns solo de Naná Vasconcelos, *Africadeus* (1973) e *Amazonas* (1973), respectivamente: https://www.youtube.com/watch?v=C_B97kDmK4M; https://www.youtube.com/playlist?list=OLAK5uy_nIJQjHkelH-T6oHMsd_Ccg8bPSrlN0UbU

[34] Ter acesso ao encarte do disco, possivelmente, me permitirá realizar afirmações mais assertivas acerca de como as faixas desses e outros álbuns foram gravadas – o que ainda não me foi possível.

É construindo relações com o corpo dx ouvinte e com a extensão do espaço que Naná rompe com as abstrações: pelas variações crescentes de intensidade que dão sensação de aproximação e afastamento; pelas oposições espaciais de ordem imagética (tambores graves e tocados em ritmos regulares, remetendo ao caminhar e ao chão; sons que lembram pássaros, que associamos a altura/céus e ao movimento; cantos e gritos, que remetemos ao olho no olho, ao que está na frente); pela presença e ausência do pulso, bem como de pulsos simultâneos, ora trazendo movimentos mais previsíveis para o corpo, ora desestabilizando esses movimentos.

Enfim, a imagem da selva é ainda, ela mesma, em qualquer circunstância corporal-espacial, uma vez que nela geralmente não conseguimos identificar com precisão as fontes sonoras, tampouco suas direcionalidades. No *perder-se* é que lembramos que somos, mais do que qualquer coisa, corpo.

No limite, trata-se também do que Naná refere-se como *senso de orquestração*: "diferentes timbres, madeira, vidro, água", aludindo tanto aos materiais quanto às tatilidades; e lembrando ainda que só é possível descrever o chamado *timbre*[35] com metáforas.

A exploração que Naná faz do berimbau, em diversas peças, também se associa a esse *senso de orquestração*, com multiplicidade de timbres, preenchendo diferentes faixas de frequência (grosso modo, usando sons agudos, médios e graves) e chegando ao corpo de quem ouve de formas variadas. Trata-se de tocar de maneiras que favorecem a percepção da coexistência entre múltiplos sons, os quais entram e saem de maneira interdependente, mas singularizada.

O berimbau, tal qual presente nas práticas de capoeira pelo território denominado Brasil, é construído com uma *verga*, um *arame* esticado e uma *cabaça* (para ressonância). O arame é percutido com uma *baqueta*/vareta de tucum; e um objeto chamado

---

[35] Em poucas palavras, podemos definir *timbre* como o conjunto de características sonoras/acústicas que nos permite identificar ou especular a fonte/procedência daquele som (É um objeto conhecido? É uma voz humana, de quem? É um instrumento, de que tipo?).

de *dobrão*, geralmente de metal (sendo similar a uma moeda grande) ou de pedra, é utilizado para diminuir momentaneamente o comprimento da parte vibrante do *arame*, tornando seu som mais agudo. Frequentemente, a mão da baqueta segura e também produz sons com um caxixi, espécie de chocalho.

Com essa construção, toca-se tradicionalmente sons como: geralmente, duas variações de altura/nota do *arame*, solto e pressionado pelo *dobrão*; pressão parcial do *dobrão*, gerando um som mais ruidoso; variações de como a *cabaça* é pressionada na barriga, oscilando intensidades; e ainda os sons do caxixi em diferentes continuidades.

Figura 3: Vários berimbaus, cada um deles com uma vareta, um caxixi e um dobrão ao lado [36]

O modo como Naná explora o instrumento, no entanto, expande ainda mais esses sons. Tradicionalmente, a *baqueta* excita o *arame* pela sua parte externa, mas Naná por vezes a insere na parte interna, entre *vergão* e *arame*, conseguindo atacar alternada e

[36] Berimbaus: https://www.londonschoolofcapoeira.com/shop/p/capoeira-berimbau

agilmente as duas partes (o próprio vergão e o arame), que possuem sons muito distintos.

Segundo Chagas (2016), Naná faz ainda uso do *dobrão* como ataque percussivo (e não apenas como modulação de altura/nota), possibilitando subdivisões rítmicas do toque da baqueta, que dão sensação de agilidade e "preenchimento" sonoro, não comuns no instrumento. Quanto às notas obtidas pela pressão do dobrão, Naná chega a construir sessões musicais com ao menos três, expandindo também o usual (duas notas).

Outros sons ainda incomuns que Naná extrai do instrumento são os sons da própria cabaça, percutindo e raspando. Fazendo uso das irregularidades próprias do objeto arredondado, o percussionista explora variações da raspagem com a baqueta, remetendo ao que ele mesmo chama de *sons eletrônicos*. Explicita-se que a difusão dos meios eletrônicos modifica também a relação que constituímos com os instrumentos acústicos.[37]

A faixa *Africadeus (Concerto para Mãe Bio)*, de quase vinte minutos, do álbum *Africadeus* (1973), para berimbau solo, é uma das quais são evidentes inúmeras experimentações que expandem a sonoridade tradicional do berimbau. Quanto ao fluxo, ao longo de toda a peça, Naná alterna momentos com pulsos regulares em andamentos distintos, com momentos mais livres.

Inventar maneiras de tocar o berimbau, no entanto, não é algo visto com bons olhos em qualquer contexto. A respeito disso, Naná reflete: "não se mexe com tradição no Brasil. Nós brasileiros temos essa coisa, [...] que não se pode tocar na tradição"[38]. "Eu tirei o Berimbau do contexto no qual ele é conhecido", "[então] eu tinha

---

[37] Há ainda outro efeito, sutil, do qual Naná faz muito uso e está associado ao *senso de orquestração*, à simultaneidade de sons distintos: excita o arame várias vezes com a baqueta (fazendo-o soar repetidamente); a cada golpe, contudo, altera a posição da baqueta em relação ao arame, fazendo com que o chamado *ruído de ataque*, que ocorre no breve instante no qual a baqueta golpeia o arame, seja ligeiramente modificado. Num só gesto, através da reiteração, Naná favorece que o ouvinte consiga perceber uma multiplicidade de sons.

[38] Programa *Ensaio* com Naná Vasconcelos: https://youtu.be/3z6vR6j3HlA

medo que as pessoas [dissessem] que eu est[ava] deturpando as tradições."

Por quais razões, afinal, se exigiria de Naná que ele *respeitasse* as tradições, no sentido de mantê-las *intocadas*?

Figura 4: Naná Vasconcelos explorando sonoridades da cabaça de ressonância do berimbau, técnica distinta do tradicional em que se toca sobretudo no arame[39]

De um lado, evidentemente, não há como encarar da mesmíssima forma a reinvenção do berimbau, instrumento associado ao enfrentamento das relações de poder, e a dissolução das técnicas por exemplo do piano, instrumento que, enquanto sistema de pensamento está associado à uniformização do fazer musical (sobretudo pela sua relação com o *temperamento por igual*, com o chamado sistema tonal e diatônico e com o pensamento composicional predominante do Ocidente majoritário).

Neste sentido, contudo, há de se distinguir *qual apropriação* se faz do berimbau. Estamos, afinal, falando de um artista negro

---

39 http://www.amazonas.am.gov.br/2014/06/inscricoes-abertas-para-oficinas-e-workshops-com-estrelas-da-musica-mundial-no-festival-amazonas-de-jazz/

recifense que desfrutou do mundo e de si fazendo uso deste instrumento, e não de um empresário que converte uma tradição de povos minoritários em produtos de massa, por exemplo.

De outro lado, temos ainda a *racialização* das práticas realizadas por negrxs[40]. A recusa de que Naná possa *reinventar tradições* remete, antes de qualquer coisa, à expectativa de que, como negro, ele é necessariamente um continuador das tradições, devendo fazer o que se entende como *música de negrxs*, negando-lhe mobilidade estética (a qual mais raramente se tenta negar axs brancxs).

Tal exigência de preservação reitera ainda uma soberania da temporalidade: o que antecede, o que foi realizado antes, deve ser mantido como (supostamente) era. No limite, essa perspectiva esquece que as tradições, mesmo que remota e coletivamente, *foram também inventadas*. Uma vez que no presente (de Naná) as lutas são outras, não há razão para negar que, em parte, suas experimentações são também formas de atualização dessas lutas.

Afinal, não seria o desfrute de Naná com o berimbau parte dos desdobramentos das lutas associadas a esse instrumento?

Cabe ainda ter em vista que os shows e álbuns de Naná transitam também por práticas mais diretamente ligadas às tradições do berimbau, como os pontos de umbanda usados na capoeira, mas sempre com notável grau de experimentação nas formas de tocá-los.

Uma dicotomia estrita entre tradição e invenção, nesse caso, se justificaria apenas com a definição de um marco temporal (geralmente arbitrário). Isto é, inúmeras tradições não passam de

---

[40] A *AACM* (Association for Advancement of Creative Musicians, de Chicago, aludida anteriormente quando expus as práticas de improvisação livre realizadas nos EUA), por exemplo, sofria com a *racialização* de suas práticas, sobretudo por duas vias (Lewis, 2008): a concepção prévia de que, qualquer prática improvisada realizada por negrxs seria *jazz*, pouco importando como ela de fato soava; e a afirmação, por vezes por parte de negrxs, de que, como negrxs, eles possuíam *o dever* de preservar as tradições negras. Em ambos casos, por vias distintas, lhes é negada mobilidade estética.

fixações temporárias de experimentações que seguem em movimento junto às lutas, as quais não cessam.

Jocy

Jocy de Oliveira, nascida em Curitiba em 1936, morou sobretudo em São Paulo, além de ter tido passagens pela Europa e cidades variadas nos EUA. É muito reconhecida pelo seu trabalho pioneiro com música eletroacústica/eletrônica no Brasil; é, contudo, pouco lembrada pelas suas experimentações precoces com a Bossa Nova, ou, quem sabe, uma anti-Bossa Nova.

Trata-se do álbum *A Música Século XX*[41], ali mesmo entre os anos de 1958-59, época do famigerado *Chega de saudade*, mas trazendo, não sem uma pitada de deboche, temáticas como incêndio, suicídio, assassinatos, pobreza, solidão, a alma do violão falecido e o mar revoltado – coisas que nenhum Cristo Redentor ou Guanabara podem salvar ou apaziguar. Em *Samba gregoriano, Jocy* insinua ainda que *macumba também é fé* numa época que poucas bocas ousavam fazê-lo em ambientes predominantemente brancos (e isso anos antes mesmo da gravação dos *afro-sambas*, de 1966).

Em 1961, Jocy organizou o que provavelmente foi o primeiro concerto de música eletroacústica do Rio de Janeiro, com obras de Luciano Berio, Karlheinz Stockhausen, entre outros. Por volta da mesma época apresentou também sua peça multimídia *Apague meu spotlight* (1961), considerada a primeira música eletroacústica no Brasil.

Viveu em St. Louis (EUA), entre 1963 e 1968, realizando mestrado em composição na St. Louis University, época em que relata ter tido "contato com improvisação" (OLIVEIRA *apud* NEIVA, 2005), e que também apresentou peças de Cage, junto a David Tudor e Merce Cunningham. Posteriormente, colaborou com Larry Austin, do grupo de improvisação *New Music Ensemble,*

---

[41] Relançamento do álbum de bossa nova *A Música Século XX* (1959) de Jocy de Oliveira, 2021, pela *Discos Nada*, https://discosnada.bandcamp.com/album/jocy-de-oliveira-a-m-sica-s-culo-xx

na reformulação do currículo da University of South Florida (provavelmente por volta de 1972, conforme datas na biografia de Austin). Jocy teve ainda contato com a improvisadora pioneira Pauline Oliveros, sendo uma das poucas mulheres a colaborar com a Revista *Source*, a partir de 1968 (BAILEY, 2017).

Em 1969, segundo Tânia Neiva (2006), Jocy realizou junto ao compositor Cláudio Santoro, na Sala Cecília Meireles (Rio de Janeiro), práticas de improvisação com coro, piano e outros instrumentos (das quais não obtive mais informações ainda); bem como, apresentou o "concerto ambiental" *Comunicações visuais e sonoras*, que trazia estímulos sensoriais ao público. Música não é só som e os *interdisciplinares* de plantão não inauguraram isso.

Foram lançados no Brasil apenas em 1981 os registros sonoros mais conhecidos de Jocy que tocam na *liberação do som* e do *fluxo* coexistentes. Trata-se do álbum *Estórias para voz, instrumentos acústicos e eletrônicos*[42], com quatro faixas, e que posteriormente foi relançado na Itália e nos EUA.

Passagens com notável grau de improvisação aparecem por todo o álbum, algumas vezes atravessadas por recursos de estúdio, como ela mesma descreve no encarte do álbum[43].

---

[42] Álbum *Estórias para voz, instrumentos acústicos e eletrônicos* (1981) de Jocy de Oliveira: https://www.youtube.com/watch?v=lAE6fiZ8xqw

[43] Agradeço ao pesquisador do NuSom Gustavo Branco por me enviar o encarte do relançamento de *Estórias* de 2017, para minha revisão final do texto. Algumas informações sobre o álbum também estão disponíveis no *Discogs* https://www.discogs.com/pt_BR/Jocy-de-Oliveira-Est%C3%B3rias-Para-Voz-Instrumentos-Ac%C3%BAsticos-e-Eletr%C3%B4nicos/release/10543660

Figura 5: Capa do disco *Estórias para voz, instrumentos acústicos e eletrônicos*[44]

A peça *Estória II*, escrita em 1967 e que foi lançada em 1971 nos EUA, é a única faixa na qual se ouve muito claramente um texto na voz. Segundo Jocy (2017 [1981]), a partir de um texto formado por jogos de palavras e ditos populares, a peça se iniciou com improvisações vocais realizadas em duo: "Sem ensaios, coloquei o microfone em frente a mim e a soprano Rozalyn Wykes. Enquanto eu lia o esquema fonético extraído do texto, ela o seguia usando

[44] https://video-images.vice.com/articles/59cc0d8ead65f8088952b18b/lede/1506545074790-cccccapa.jpeg

'sprech-gesang'[45] ou canto. Isso serviu como base para a preparação da fita magnética" (OLIVEIRA, 2017 [1981], s/p). Com esse material gravado, em seguida, Jocy teria realizado manipulações diversas de estúdio. Embora não se detalhe no encarte, foi provavelmente após ou junto das manipulações de estúdio que foram gravadas as percussões, por Rich O'Donnell.

A peça se caracteriza sobretudo por mudanças muito abruptas e constantes de atmosfera/seções, que explicitam as potências de um trabalho de estúdio realizado em uma improvisação, já que elas por vezes podem redundar num *fluxo contínuo*... e previsível.

"Era uma vez uma Maria feliz", é uma espécie de "mantra" repetido na peça pela voz cantada/falada e que vem acompanhado de outras frases pouco compreensíveis, das quais vez ou outra *vaza*: "que só conhecia flor, tico-tico e beija-flor", "não fala não", "maria foi no mato cortar lenha". Repetidos e desmembrados, ora pela voz falada, ora por um timbre que debocha genericamente da sonoridade associada à ópera, esses dizeres misturam-se com instrumentos acústicos e eletrônicos.

Há, na peça, *interrupções de fluxo* de todo tipo: falsos inícios de batidas de bossa nova; batida similar ao samba tocada com timbres estridentes, *clipados* (estourados); percussões freneticamente ágeis acentuando ritmos irregulares; uma cuíca grave (ou algo similar); onomatopeias percussivas; vozes guturais; vozes *clipadas* (distorcidas através de recursos de gravação); risos-choros; sons eletrônicos; vibrafones; reco-recos; amálgamas entre sons eletrônicos e acústicos; conversas sonoras entre procedimentos acústicos e eletrônicos similares entre si. Predomina que esses múltiplos sons realizem duetos ou trios com a voz.

Wave song, composta em 1977, nasceu, segundo Jocy (OLIVEIRA, 2017 [1981], s/p), de uma performance realizada junto a Ron Pellegrino no Rio de Janeiro, em 1976. Nessa, Jocy teria

---

[45] *Sprech-Gesang*, em poucas palavras, é uma técnica vocal que mistura canto e voz falada, consolidada nos trabalhos do compositor austríaco Arnold Schoenberg.

tocado um piano amplificado e uma celesta[46] elétrica, enquanto Pellegrino teria usado quatro sintetizadores distintos. Posteriormente, com base nessa performance, Pellegrino gravou um *tape* (nome elegante para uma fita magnética gravada em estúdio), e enviou a Jocy, que gravou um piano.

Do piano ouve-se ao menos duas sonoridades: o som tradicional, de quando o instrumento é tocado nas teclas, e outros com sonoridades mais internas (obtidas por bolas de ping-pong inseridas dentro do piano, conforme descrição de Jocy). Não fica claro, contudo, quantos *takes* de piano foram gravados. O *tape*, por sua vez, faz uso extensivo da *espacialização sonora* (movimentação do som pelos alto falantes direito/esquerdo), bem como de sutis modulações no *timbre*, no *formato da onda sonora* (justificando o nome da peça).

Dimensões para quatro teclados (composta em 1976), foi gravada ao vivo na Dinamarca (sem data), com piano elétrico, órgão elétrico, cravo[47] (amplificado) e piano (amplificado), dispostos em volta de Jocy, segundo o encarte do disco. Da descrição que Jocy faz da peça, se depreende que haviam dois desafios em voga em *Dimensões*: alternar-se entre os quatro instrumentos e manter a continuidade sonora apesar dessas mudanças de posição do corpo. Não se fala a respeito de nenhum roteiro, a não ser da intenção de realizar uma *fórmula aditiva* (os instrumentos, no decorrer da peça, vão se somando), o que pode ser ouvido no decorrer da peça, sobretudo no final. Segundo o encarte, não houveram modificações de estúdio posteriores, tampouco gravações anteriores à performance.

Em minha análise, entendo que uma das potências da peça está em explorar o modo como uma mesma gestualidade e "pensamento musical" (o dos teclados), consegue soar diferente em cada um destes instrumentos – evidenciando o efeito de múltiplas

[46] A celesta possui funcionamento similar ao do piano, mas ao invés de cordas, possui peças de metal que são excitadas pelo martelo.

[47] O cravo é uma espécie de antecessor do piano, que excitava suas cordas com uma pinça ao invés de um martelo, possuindo um som de pouca variação de dinâmica (volume/intensidade).

combinações possíveis se tratando de *suportes* de *execução* e de *emissão sonora*.

Estória IV, composta entre 1978 e 1980, é a peça mais longa do disco, com mais de 20 minutos e que chegou a ser apresentada na Bienal de Música Contemporânea Brasileira, ainda 1981 (não fica claro se foi uma performance ou a execução em alto-falantes da gravação presente no álbum). A peça é totalmente realizada com instrumentos e vozes, sem *tapes*: percussão, baixo elétrico, violino elétrico e duas vozes, realizadas pela própria Jocy e por Martha Herr, cantora lírica estadunidense que trabalhou em São Paulo por décadas.

Segundo o encarte, a versão presente no disco foi gravada em estúdio, em São Paulo, também sem edições posteriores e sem materiais pré-gravados. De modo geral, com a escuta da peça, de fato são percebidas geralmente cinco camadas simultâneas, provavelmente cada uma associada a umx performer.

Embora não se fale no encarte do disco sobre como e se a improvisação foi roteirizada, na minha escuta, a peça possui três seções: A, B, A'.

O A e o A' seriam sobretudo baseados em sons repetidos / sonoridades contínuas: movimentos "circulares", de oscilação timbrística e de altura (nota) nas vozes, baixo e violino, havendo bastante estabilidade no resultado geral (textura sonora). A oscilação de timbres e notas ora é mais ampla/extensa, ora mais fechada; ora ocorrendo em uma fonte sonora a cada vez, como se alternassem propositalmente, ora ocorre simultaneamente em todas as fontes sonoras (o que demarca, por ex., o fim do A). Pode-se dizer que soam como mantras também, mas que não parecem ter intenção de contentar nem apaziguar ninguém.

A percussão ganha destaque na Seção B, dividindo-se com os silêncios e conversas sonoras mais espaçadas. A e A' possuem pouca percussão, que parece ter mais a função de demarcar o início do fim do primeiro (A), bem como fazer a transição do B para o segundo (A').

O contrabaixo, às vezes distorcido, chega a soar quase como riffs de rock; o violino, tanto quanto o baixo, por vezes produz

sonoridades que soam como sintetizador propriamente dito. Trata-se de trazer a gestualidade própria dos instrumentos acústicos para as variedades sonoras dos meios amplificados/eletrônicos. As filtragens sonoras realizadas pelas vozes, com o próprio aparelho fonador, também remetem a procedimentos eletrônicos.

Estórias... vai direto ao ponto em dissolver a predominância do pulso, bem como em recusar a melodia e harmonia como princípios organizadores do fazer musical.

Nos anos que se seguiram, até os dias de hoje, Jocy compôs sobretudo óperas experimentais/contemporâneas (Neiva, 2006), como *Inori à prostituta sagrada*, escrita entre 1988 e 1993; *Illud tempus*, entre 1993-94, que procura discutir perspectivas em torno do chamado *sagrado feminino*; e *As Malibrans*, entre 1994 e 1999, que problematiza a figura da *diva* e suas idealizações (mais atual impossível, sobretudo em tempos de empoderamento e lacração).

Multiplicidade de sons e fluxos liberados

Práticas como as de Smetak, Naná e Jocy (bem como outras realizadas no Brasil e tratadas anteriormente) explicitam que a coexistência entre *liberação do som* e do *fluxo* não é exclusiva das práticas que ficaram *oficialmente* conhecidas como improvisação livre.[48]

Smetak, com suas invenções, escancara a arbitrariedade e historicidade de noções como instrumento, música, afinação. Expandir as improvisações livres requer abalar os limites entre instrumento, corpo e espaço; entre música e outras artes.

---

[48] As práticas de música experimental ligadas à improvisação no Brasil não cessaram no período que a presente pesquisa vem tentando recobrir. Ao contrário, se expandiram. Por exemplo, em 1999, na PUC-SP, nasceu o *Ácronon* e de 2009 em diante, há ainda Orquestra Errante (OE) na ECA-SP, coordenada por Rogério Costa (Costa, 2016; Biazon 2017). Álbum da OE em dois volumes: https://berronusom.bandcamp.com/ Site da OE: http://www2.eca.usp.br/orquestraerrante/
De 2000 em diante, espaços e grupos diversos foram pesquisados por Del Nunzio (2016) e Stringini (2020). Para os desdobramentos das cenas de música experimental durante a pandemia, cf. Francischini (2021).

Naná, com seus modos de transitar por dentro e por fora das tradições afro-brasileiras, bem como de combiná-las com recursos de estúdio, requer, quem sabe, conceitos outros para descrever suas práticas (uma vez que não se trata de uma dicotomia entre *esquecimento* e *resgate* das tradições, como por vezes se depreende de George Lewis, 1996, respectivamente com as noções de paradigma eurológico e afrológico).

Jocy, por sua vez, explora em sua música formas de fazer uso das práticas de improvisação sem se submeter aos previsíveis fluxos contínuos tão comuns na improvisação coletiva, abusando dos cortes e outros recursos de estúdio.

É preciso, contudo, ter em vista que não há radicalidade inerente à coexistência da liberação do som e do fluxo. É possível tocar *sem combinados/roteiros*, bem como fazer uso *de qualquer som*, mas nada disso garante a chamada *expansão das ideias de música* (BRITO, 2019 [2007]; COSTA, 2016). Fazeres musicais de fluxo e som liberados são, enfim, anarquizantes quando contestam os cânones normativos e não se ocupam da *repetição do mesmo*. Suportes outros e condições outras de realização do fazer musical interessam conforme inventem *músicas outras*, que explorem as especificidades desses meios.

Improvisações livres anarquizantes não são aconchegos, terapias, meros acolhimentos. Não visam *afinar o coro dos descontentes*. Não se contentam em *permitir* que cada umx "encontre o seu som", "seja escutadx", "faça o que gostaria". Uma música anarquizante não se propõe a ajustar relações hierarquizadas (familiares, empresariais, de trabalho e escolares), sem antes questioná-las. É preciso algo mais.

O que interessa são as expansões de si, ligadas tanto às associações com xs demais quanto ao fazer musical, sem abrir mão de nenhuma das duas coisas em função da outra.

Não se trata de manter cada umx esteticamente *confortável* em favor de *melhorar* as relações, tampouco de submeter e sacrificar as relações em favor de finalidades artístico-estéticas.

Não interessam práticas artísticas experimentais que mantenham inalterados os modos como se vive. Vidas intensas que, contudo, recusam experimentações artísticas só explicitam dogmatismos.

É, enfim, no atravessamento com as expansões da vida que um fazer musical pode se fazer potente.

Referências

ALBUQUERQUE, GG. "A vanguarda negra do Brasil contemporâneo". In: *volumemorto*, 2017. Disponível em: https://volumemorto.com.br/a-vanguarda-negra-do-brasil-contemporaneo/

BAILEY, Bradford. [Sem título / Encarte do disco Estórias..., de Jocy]. Cidade do México: Blume, 2017.

BAILEY, Derek. *Improvisation: its nature and practice in music*. Originally published: Ashbourne, England: Moor; and Pub. in association., 1992.

BEAL, Amy. "'Music is a universal human right': Musica Elettronica Viva". In: Addlington, Robert. *Sound Commitments: Avant-Garde and the Sixties*, Oxford-U.P., 2009.

BIAZON, Stênio. *Improvisações livres de uma perspectiva anarquista: invenção de heterotopias do fazer musical*. Dissertação de Mestrado, PPGMUS, ECA/USP, 2017.

_______. "Captação de contato: tecnologia e corporalidade numa educação musical de invenção e desfrute". In: *Música na Educação Básica*, Londrina, v.9, n.10/11, 2019.

_______. "Encontro com Carlos Kater: vida em movimento e 'A Música da Gente'". In: *Música na Educação Básica*, Londrina, v. 10, n.12, 2020.

BRITO, Maria Teresa Alencar de. *Koellreuter educador: o humano como objetivo da educação musical*. São Paulo: Peirópolis, 2011 [2001], 2ª ed.

_______. *Um jogo chamado música: escuta, experiência, criação*. São Paulo: Peirópolis, 2019.

CAGE, John. *Silence*. Wesleyan University Press, 1973 [1ª ed. 1963]
COELHO, P. (org.). *Arte e Anarquismo*. Editora Imaginário / Nu-Sol, São Paulo (SP) 2001a.
_______(org.). *Surrealismo e Anarquismo*. Editora Imaginário / Nu-Sol, São Paulo, 2001b.
COSTA, Rogério. "Livre improvisação e pensamento musical em ação: novas perspectivas (ou na livre improvisação não se deve nada)". In: FERRAZ, Silvio (org.). *notas.atos.gestos*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.
_______. *Música errante: o jogo da improvisação livre.* Perspectiva, Fapesp, São Paulo, 2016.
_______; COBUSSEN, Marcel. "Dialogue on improvisation, composition, and performance on singularity, complexity and context". In: *Revista Música*, USP, v.15, n.1, São Paulo, 2015.
CHAGAS, Paulo Henrique Barbosa Souza. *O Berimbau de Naná Vasconcelos na música contemporânea*. Dissertação de Mestrado, Música, Universidade de Évora, Portugal, 2016.
DEL NUNZIO, Mario Augusto O. *Práticas colaborativas em música experimental no Brasil entre 2000 e 2016*. Tese de Doutorado, PPGMUS/USP, 2017.
FALLEIROS, Guilherme. "Jogando com a música alheia". In: *Conversas da Vila*, Museu Lasar Segall, São Paulo, 2017.
_______. "Politicas musicais e corporações corporais – de Mauss aos A'uwe-Xavante". In: *27ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Belém, 2010.
FERRAZ, Silvio. "Elementos para uma análise do dinamismo musical". In: KATER, Carlos (org.). *Cadernos de Estudo / Análise Musical*, n. 6/7. São Paulo: Atravez, 1994.
_______. "Prefácio". In: COSTA, 2016, op. cit. pp. XV-XXIV, 2016.
_______; BARNABÉ, Arrigo. "Smetak, por Silvio Ferraz". In: *Programa Supertônica*, Rádio Cultura, 2012: http://culturabrasil.cmais.com.br/programas/supertonica/arquivo/smetak-por-silvio-ferraz
FRANCISCHINI, Natália. *Ruínas de um futuro em desaparecimento: a pandemia e a cena de música experimental.* Dissertação de Mestrado, PPGMUS/ECA-USP, 2021.

FOUCAULT, Michel. “Outros espaços”. In: *Ditos & Escritos IV*. Tradução de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense, 2002 [1966/1984].

IAZZETTA, Fernando. *Música e mediação tecnológica*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

KATER, Carlos. *Música Viva e H. J. Koellreutter: movimentos em direção à modernidade. Musa*. São Paulo: Atravez, 2009 [2000].

LEWIS, George. “Improvised Music after 1950: Afrological and Eurological Perspectives”. In: *Black Music Research Journal*. Vol. 1. no. 1(Spring, 1996), pp. 91-122, 1996.

_______. *A power stronger than itself: the AACM and American Experimental Music*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2008.

LUCCHESI, Flávia. *Riot Grrrl: capturas e metamorfoses de uma máquina de guerra*. Dissertação de Mestrado, PEPG/Ciências Sociais, PUC/SP, 2015.

NEIVA, Tania. *Cinco mulheres compositoras na música erudita brasileira contemporânea.* Dissertação de Mestrado, Instituto de Artes / Unicamp, 2006.

NUNN, Tom. *Wisdom of the Impulse: On the nature of Musical Free Improvisation.* Publicado pelo autor, versão pdf, 1998.

OLIVEIRA, Jocy de. *Estórias para voz, instrumentos acústicos e eletrônicos*. Milão: Blume, 2017 [1981, Brasil].

PASSETTI, Edson. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003.

PASSETTI, Edson; AUGUSTO, Acácio; CARNEIRO, Beatriz; OLIVEIRA, Salete; RODRIGUES, Thiago. *Ecopolítica*. São Paulo: Hedra, 2019.

SCARASSATI, Marco. *Walter Smetak: o alquimista dos sons*. São Paulo: Perspectiva; Edições Sesc/SP, 2008.

SIMÕES, Gustavo. *o desconcerto anarquista de john cage*. Tese de Doutorado, PEPG/Ciencias Sociais. PUC-SP, 2017.

STIRNER, Max. *O único e sua propriedade*. Tradução de João Barrento. Lisboa: Antígona, 2004 [1845].

STRINGINI, Fabiana. *Por uma antropologia do ruído: etnografia da cena de música experimental paulistana*. Tese de Doutorado, PPGAS/UFSC, 2020.
VARÉSE, Edgar. "Liberation of Sound". In.: Cox, Christoph; Warner, Daniel. *Audio culture: readings in modern music*. New York / London: Continuum, 2004.

Minibios

Diego Mellado é doutorando em Estudos Americanos, especializado em Pensamento e Cultura (Instituto de Estudos Avançados, Universidade de Santiago do Chile). Licenciado em Filosofia (Universidade do Chile). Diploma em Edição Profissional de Livro e Revista (Universidade do Chile). É membro da Cátedra Internacional de Interculturalidade e Pensamento Crítico e diretor editorial da Nadar Ediciones.
Contato: diego.mellado.gomez@gmail.com

Elena Schembri é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Campinas, mestre em Ciência Política pela mesma Universidade e graduada em Culturas e Direitos Humanos pela Università di Bologna.
Contato: bettybologna@gmail.com

Fernanda Grigolin é artista transdisciplinar, editora, pesquisadora e doutora em Artes Visuais pela Unicamp. Atua há vinte anos com publicações, entre produção, edição, circulação e pesquisa. É parte da Tenda de Livros desde 2014, fez o Jornal de Borda (2015-2021) e coedita Lucía: revista feminista de cultura visual e tradução. Professora na pós-graduação de Cultura Visual e América Latina da Universidade Católica de Pernambuco.
Contato: fernanda@tendadelivros.org

Gustavo Vieira é doutorando em Ciências Sociais na PUC-SP. Mestre em Ciências Sociais com a dissertação "Cinema e revolução: as produções cinematográficas anarquistas na revolução espanhola", defendida em 2020 no Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, com financiamento

CNPq. É pesquisador no Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária), do PEPG-CS da PUC-SP.
Contato: gustavieira09@gmail.com

Laura Fernández Cordero é socióloga e doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires (UBA). É pesquisadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet) da Argentina, com sede no Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas, Universidad Nacional de San Martín (CeDInCI / UNSAM), onde é responsável pela área acadêmica e coordena o programa Sexo y Revolución. Memorias Políticas Feministas e Sexo-Genéricas.
Contato: lfernandezcordero.cedinci@gmail.com

Jorge William Agudelo Muñetón é artista de mídia, cartógrafo e pesquisador marginal de questões urbanas latino-americanas relacionadas a segregação e o controle populacional. Atua em projetos dentro dos coletivos Antena Mutante e Caos disfuncional desde 2007.
Contato: caosdisfuncional@gmail.com

Mariana da Gama Janot é formada em Relações Internacionais, com mobilidade internacional na Université Paris 8 – Vincennes – Saint-Denis e mestre em Estudos Estratégicos, ambos pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é doutoranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp – Unicamp – PUC-SP), com ênfase em intervenções militares contemporâneas e práticas de segurança. É pesquisadora do Laboratório de Análise em Segurança Internacional e Tecnologias de Monitoramento (LASInTec/UNIFESP), do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES/UNESP) e do Laboratório de Estudos em Política Internacional (LEPIN/UFF).
Contato: mariana.janot@unesp.br

Marina Centurion Dardani é doutoranda em Ciências Políticas pela PUC/SP, mestre em Ciências Políticas pela PUC/SP, bacharel e mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP.
Contato: marina.centurion@gmail.com

Paulo Edgar da Rocha Resende é doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade Autônoma de Barcelona, Bacharel em Relações Internacionais pela PUC/SP.
Contato: pauloedgar.rresende@gmail.com

Patricia Lessa escreve e organiza livros, coletâneas feministas e ecoveganas, livros para crianças, trabalhos acadêmicos e didáticos. Atua no ensino universitário presencial e à distância, formal, informal e popular. É graduada em Educação Física (UFPel) e em História (Uninter). Tem Mestrado em Filosofia da Educação (UNICAMP), Doutorado em História (UnB) e Pós-doutorado em Letras (UFF). Seus livros mais recentes são: *Amor & Libertação em Maria Lacerda de Moura*, publicado pela Editora Entremares (2020), *O Resgate do Touro Vermelho*, pela Editora Luas (2021) e *Chanacomchana e outras narrativas lesbianas em Pindorama*, pela Editora Luas (2021).
Contato: patricialessa13@gmail.com

Stênio Biazon pesquisa a chamada improvisação musical livre numa perspectiva anarquista e trabalha com educação musical. Cursa doutorado em sonologia (USP, orientação de Rogério Costa, bolsa Capes 001). Foi prof. na *Teca Oficina de Música,* trabalhando nos cd's *Ondas* (2015) e *Passarinhada e outros voos* (2018). Performa na Orquestra Errante (USP), tendo participado do seu álbum de estreia em dois volumes (Selo Berro/NuSom, 2020).
Contato: steniobag@msn.com

“Circulando em torno de cultura e educação libertárias, terra-revolta, vida-artista e escândalos libertários, vozes anarquistas falando em português e falando em espanhol com diversos sotaques (em ambas as línguas) circularam e agenciaram ideias, desejos, sonhos, quereres e ações. As palavras que não pairaram no ar se materializaram em textos que agora estão nestas páginas, de modo a impacientar mais pensamento, mais desejo, querer e mais agitos.”

anarquistas na américa do sul Vol. 2

Edson Passetti
Silvio Gallo
Acácio Augusto

ISBN 978-85-7993-872-6